

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS – UNISANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROSELI FERNANDES ROCHA

SANTOS-SP

2021

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS – UNISANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ROSELI FERNANDES ROCHA

**O INSTITUTO DONA ESCOLÁSTICA ROSA E O TESTAMENTO DE JOÃO
OCTÁVIO DOS SANTOS (1899-1933)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Profa. Dra. Maria Aparecida Franco Pereira

SANTOS-SP

2021

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
Maria Rita de C. Rebello Nastasi - CRB-8/2240

R672i Rocha, Roseli Fernandes
O Instituto Dona Escolástica Rosa e o Testamento de
João Octávio dos Santos (1899-1933) / Roseli Fernandes
Rocha ; orientadora prof^a Dr^a Maria Aparecida Franco Pereira.
-- 2021.
204 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de
Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
Educação, 2021
Inclui bibliografias

1. Testamento. 2. Educação. 3. Benemerência I.Pereira,
Maria Aparecida Franco - 1937-. II. Título.

CDU: Ed. 1997 -- 37(043.3)

BANCA EXAMINADORA

**Profª. Dra. Maria Aparecida Franco Pereira
(Orientadora)**

**Profª. Dra. Ivanise Monfredini
(Membro titular interno)**

**Profª. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
(Membro titular externo)**

**Profª Dra. Irene Jeanete Lemos Gilberto
(Membro suplente interno)**

**Profº. Dr. André Luís Reis Santos
(Membro suplente externo)**

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é
senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria
menor se lhe faltasse uma gota”. (Madre Teresa de
Calcutá)

AGRADECIMENTOS

Não seria possível concluir essa pesquisa sem a ajuda de algumas pessoas, cada uma delas contribuiu para essa trajetória e, a ordem do meu agradecimento não define a importância que cada uma delas têm.

Primeiramente agradeço a Deus em me conceder saúde física e mental, ouvir os meus pedidos em oração nos momentos mais difíceis no desenvolvimento dessa pesquisa e oferecer a mim não o que eu peço, mas sim o que eu preciso.

Gratidão ao professor Dr. Moysés Kuhlmann Junior, que me recebeu primeiramente no PPGE o que muito me honrou, e contribuiu com orientações primorosas.

A minha orientadora, professora Dra. Maria Aparecida Franco Pereira, gratidão eterna, com a sua generosidade, pois me recebeu de braços abertos e sempre me acalmou nos momentos de incertezas, direcionando o caminho a seguir através do seu irrestrito conhecimento da História de Santos.

Agradeço aos professores da banca, Prof^o. Dr. Luiz Carlos Barreira, Prof^a. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Prof^a. Dra. Ivanise Monfredini Prof^a Dra. Irene Jeanete Lemos Gilberto e Prof^o. Dr. André Luís Reis Santos que me deram orientações preciosas para que eu pudesse seguir na pesquisa.

Aos colegas do grupo de pesquisa LIAME – Laboratório da Informação, Arquivo e Memória da Educação, por contribuírem, cada um, com ricos apontamentos durante as nossas reuniões.

Agradeço afetuosamente aos amigos Andrea Cristina dos Santos, Gabriela Cordeiro Santos, Gilson Braga e Giselle Villar Stipanich pela doação do seu tempo para conselhos e parcerias, além dos amigos Ellen Medeiros, Lucas Magalhães e Fernanda dos Santos Ribeiro, pela contribuição ímpar de cada um de vocês.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo auxílio, por meio da contribuição da Bolsa Capes Prosc para a minha formação em nível *stricto sensu*.

Agradeço aos funcionários dos locais onde fui pesquisar algumas fontes, Biblioteca da Irmandade da Santa Casa de Santos, Hemeroteca Roldão Rosa, Acervo da Escola Estadual Canadá e Acervo da escola Dona Anna Rosa em São Paulo.

A Etec Dra Ruth Cardoso, representada pela sua direção, pela possibilidade de iniciar o mestrado.

Agradeço ao meu namorado Claudio R. da Silva pela paciência e compreensão dos momentos que precisei me ausentar. E, finalizo com agradecimento especial ao meu filho João Vitor Rocha, por ter-lhe roubado alguns momentos do nosso convívio para dedicar à pesquisa e a sua escrita.

DEDICATÓRIA

Dedico especialmente ao meu pai, Agostinho Rodrigues Rocha (*in memoriam*) que na minha infância me fez acreditar que através dos estudos é possível alcançar voos e chegar a lugares que jamais achei que poderia chegar.

RESUMO

Essa pesquisa integra os estudos do eixo temático Instituições Educacionais, História, Política e Processos de Gestão, ligados ao LIAME – Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação e pretende investigar os processos históricos que levaram à criação do Instituto Dona Escolástica Rosa a partir do Testamento de João Octávio dos Santos. O objetivo geral desse estudo é compreender os motivos pelos quais o santista João Octávio dos Santos deixou em testamento registrado o desejo em construir um Instituto com princípios de benemerência, destinada à educação intelectual e profissional de meninos órfãos, como um lugar de abrigo e escola, oferecendo o antigo primário e os ofícios. Os objetivos específicos: analisar a participação de Júlio Conceição (1864-1938), testamenteiro de João Octávio na construção do Instituto; analisar a influência do Instituto Dona Anna Rosa situado na cidade de São Paulo para com a construção do Instituto Dona Escolástica Rosa em Santos; analisar o regulamento do instituto Dona Escolástica Rosa. A problemática é identificar os motivos pelos quais o Instituto não prosseguiu nos moldes previstos no testamento – princípios de benemerência - desejado pelo seu benemérito. O procedimento metodológico adotado analisa a proposta educacional adotada e as relações sociais. O Instituto foi idealizado em 1899, ano de registro do testamento de João Octávio dos Santos e, inaugurado na cidade de Santos no início do século XX, em janeiro de 1908; período marcado pelas crises econômicas políticas e as condições insalubres da cidade. Na pesquisa, serão considerados aspectos relacionados às políticas sociais, à urbanização de Santos, o projeto da construção do edifício, à proposta educacional do Instituto e à sua trajetória. A pesquisa discorre em documentos escritos e iconográficos, localizados em arquivos e acervos existentes no município de Santos e em São Paulo, em matérias publicadas em periódicos e, o estudo de referências bibliográficas sobre a historiografia da educação. É parte importante dessa pesquisa identificar as ações desenvolvidas para a construção e transformação do Instituto em um espaço escolar. O balizamento histórico é o período de 1899 até 1933, período que o Instituto cumpriu princípios de benemerência, após esse período, o Instituto teve alterações significativas na sua configuração inicial, tanto na estrutura do prédio como no modelo pedagógico e público alvo. O Instituto foi idealizado para oferecer educação gratuita, moral, cívica, intelectual e profissional. Para isso, João Octávio dos Santos, deixara expresso no testamento que o Instituto deveria ser construído às expensas de sua herança e, inspirada no Instituto Dona Anna Rosa situado na cidade de São Paulo, este, inaugurado no século XIX. A denominação do Instituto, de acordo com o testamento, visava perpetuar a memória de sua mãe, a escrava Escolástica Rosa de Oliveira, nome assim declarado no testamento, e a construção deveria ser feita na chácara em que residia, no ramal da Ponta da Praia, seguindo rígidos critérios de higiene escolar, projetado pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo (1851-1928). O testamento, contendo cinco páginas, foi registrado em 12 de dezembro de 1899 elegendo a Irmandade da Santa Casa de Santos como a instituição responsável pela administração de parte dos seus bens e do Instituto, nomeou como executor do seu testamento, Júlio Conceição (1864-1938). O edifício, desde a sua construção até os dias atuais, pertence à Irmandade da Santa Casa de Santos e, atualmente esta desativado devido às condições da estrutura. O edifício detêm tombamento em nível Municipal-CONDEPASA e CONDEPHAAT-Governo do Estado de São Paulo. A gestão da Irmandade Santa Casa de Santos não divulgou o destino do uso do espaço.

Palavras-chave: TESTAMENTO, EDUCAÇÃO, BENEMERÊNCIA.

ABSTRACT

This research integrates the studies of the thematic axis Educational Institutions, History, Politics and Management Processes, linked to LIAME - Laboratory of Information, Archive and Memory of Education and intends to investigate the historical processes that led to the creation of the Dona Escolástica Rosa Institute from the Testament of João Octávio dos Santos. The general objective of this study is to understand the reasons why João Octávio dos Santos left in his testament recorded the desire to build an Institute with principles of benevolence, destined to the intellectual and professional education of orphaned boys, as a place of shelter and school, offering the old primary and crafts. The specific objectives: to analyze the participation of Júlio Conceição (1864-1938), executor of João Octávio in the construction of the Institute; analyze the influence of the Dona Anna Rosa Institute in the city of São Paulo towards the construction of the Dona Escolástica Rosa Institute in Santos; analyze the rules of the Dona Escolástica Rosa institute. The problem is to identify the reasons why the Institute did not proceed along the lines set out in the testament - principles of benevolence - desired by its benefactor. The methodological procedure adopted analyzes the adopted educational proposal and social relations. The Institute was created in 1899, the year of registration of the testament of João Octávio dos Santos and opened in the city of Santos at the beginning of the 20th century, in January 1908; period marked by political economic crises and unsanitary conditions in the city. In the research, aspects related to social policies, Santos urbanization, the building construction project, the Institute's educational proposal and its trajectory will be considered. The research covers written and iconographic documents, located in archives and collections existing in the municipality of Santos and São Paulo, in articles published in periodicals and the study of bibliographic references on the historiography of education. It is an important part of this research to identify the actions developed for the construction and transformation of the Institute in a school space. The historical landmark is the period from 1899 to 1933, a period in which the Institute complied with principles of benevolence, after that period, the Institute had significant changes in its initial configuration, both in the structure of the building and in the pedagogical model and target audience. The Institute was designed to offer free, moral, civic, intellectual and professional education. To this end, João Octávio dos Santos, it had been stated in the testamento that the Institute should be built at the expense of its inheritance and, inspired by the Dona Anna Rosa Institute in the city of São Paulo, this one, opened in the 19th century. The name of the Institute, according to the testament, was intended to perpetuate the memory of his mother, the slave Escolástica Rosa de Oliveira, name thus declared in the testament, and the construction should be done in the farm where he lived, at the Ponta da Praia branch, following strict school hygiene criteria, designed by the architect Ramos de Azevedo's office (1851-1928). The testament, containing five pages, was registered on December 12, 1899 electing the Brotherhood of Santa Casa de Santos as the institution responsible for the administration of part of its assets and the Institute, named as executor of its, Júlio Conceição (1864- 1938). The building, from its construction to the present day, belongs to the Brotherhood of Santa Casa de Santos and, currently it is deactivated due to the conditions of the structure. The building is listed at the Municipal level - CONDEPASA and CONDEPHAAT - Government of the State of São Paulo. The management of the Irmandade Santa Casa de Santos did not disclose the destination of the use of space.

KEYWORDS: TESTAMENT, EDUCATION, BENEVOLENCE

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEETEPS – Centro de Educação Tecnológica “Paula Souza”

ETEC – Escola Técnica Estadual

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Santos

UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

CONDEPASA - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CIA DOCAS - Companhia Docas de Santos, empresa privada, responsável pela infraestrutura do Porto de Santos.

CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo, Autoridade Portuária de Santos, empresa pública criada em 7 de novembro de 1980.

D.O.E – Diário Oficial Eletrônico

LIAME – Laboratório da Informação, Arquivo e Memória da Educação

FAMS-Fundo da Câmara Municipal de Santos

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1-Santos em 1822-Pintura de Benedito Calixto. Fonte: www.novomilenio.inf.br/santos/calixt15.htm | 33 |
| Figura 2-Largo do Rosário, bondes puxados a burro. Fonte: FAMS..... | 35 |
| Figura 3-Cais do Porto, bonde elétrico. Fonte: FAMS | 35 |
| Figura 4-Inauguração do primeiro trecho do Porto. Fonte: http://www.portodesantos.com.br/ | 37 |
| Figura 5-Planta de Santos. Fonte: Cartilha da História de Santos, de Olao Rodrigues, Santos/SP, 1980 | 39 |
| Figura 6-Planta da parte central da cidade. Fonte: Revista USP nº 41, de março/maio de 1999, editada pela Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo (USP), S. Paulo/SP | 40 |
| Figura 7-Trabalhadores transportando café para o navio atracado no porto de Santos. Fonte: Santos na Formação do Brasil-500 anos de História..... | 41 |
| Figura 8-Estivadores transportando sacas de café. Fonte: Acervo Museu do Café..... | 41 |
| Figura 9-Quilombo do Jabaquara. Fonte: https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos028.htm | 51 |
| Figura 10-Ficha médica de paciente diagnosticado com Febre Amarela. Fonte: Acervo: FAMS-AP | 54 |
| Figura 11-Jornal A Gazeta do Povo, relatando a chegada da Gripe Espanhola em Santos. Fonte: www.memoriasantista.com.br | 59 |
| Figura 12-Projeto de Saturnino de Brito, obra dos Canais. Fonte: Álbum Comissão Saneamento de Santos, 1908..... | 62 |
| Figura 13- Capa do Álbum, exemplar cedido a Novo Milênio para digitalização | 64 |
| Figura 14-Início das obras do Canal 1, trecho da Vila Mathias. Fonte: Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906-07 | 65 |
| Figura 15-Inauguração do Canal 1- agosto 1907. Fonte: Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906- 07..... | 65 |
| Figura 16-Inauguração do Canal da Rua Rangel Pestana-agosto 1907. Fonte: Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906-07..... | 66 |
| Figura 17-Canal Braz Cubas em 1907. Fonte: Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906-07..... | 67 |
| Figura 18-Canal Braz Cubas. Fonte: Acervo Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos..... | 68 |
| Figura 19-Publicação no Diário Oficial do Processo Estadual de Tombamento-Proc.40224/00, inscrição 353 p.95. Fonte: http://condemphaat.sp.gov.br/benstombados/conjunto-de-obras-de-saneamento-da-baixada-santista-de-saturnino-de-brito/ | 70 |
| Figura 20-João Octávio dos Santos. Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Misericórdia de Santos..... | 71 |
| Figura 21-Livro 1,2 e 3 de Irmãos do período 1830 a 1878. Fonte: Acervo da Irmandade da Santa Casa de Santos | 73 |
| Figura 22-Registro de entrada do João Octávio dos Santos no ano de 1870 como “irmão” da Santa Casa. Fonte: Acervo da Irmandade da Santa Casa de Santos | 74 |
| Figura 23-A Catástrofe do Monte Serrat. Fonte: Jornal Correio Paulistano (1928), edição 23187 | 77 |
| Figura 24-Desabamento do Monte Serrat, 1928. Fonte: Hemeroteca Roldão Rosa | 78 |
| Figura 25-Inauguração do 4º prédio da Santa Casa, julho de 1945. Fonte: https://santacasadesantos.org.br/portal/ | 79 |
| Figura 26-Presidente Getúlio Dorneles Vargas, inauguração do 4ºpredio Santa Casa. Fonte: https://santacasadesantos.org.br/portal/ | 79 |
| Figura 27-Monografia de Júlio Conceição- Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia.Santos (1908, p.2)..... | 80 |

| | |
|---|-----|
| Figura 28-Primeira página do testamento de João Octávio dos Santos. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908, p.130)..... | 83 |
| Figura 29-Índice do espólio de João Octávio dos Santos. Fonte:Monografia de Júlio Conceição (1908) | 84 |
| Figura 30-Carta de Adjudicação do Registro do Testamento - Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos | 85 |
| Figura 31-Recorte do Jornal A Tribuna do dia 8 de julho de 1933. Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa de Santos..... | 87 |
| Figura 32-Júlio Conceição. Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Misericórdia de Santos | 88 |
| Figura 33-Pg1 do Doc.1, Nov/1896. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 89 |
| Figura 34-Pg2 do Doc.1, Nov/1896. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 90 |
| Figura 35-Capa do exemplar da monografia de Júlio Conceição (1908). Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos..... | 92 |
| Figura 36-Foha de Rosto da monografia de Júlio Conceição (1908). Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos..... | 92 |
| Figura 37-Doc.13, Fev/1904 Pg1. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 94 |
| Figura 38-Doc.13, Fev/1904 Pg2. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 95 |
| Figura 39-Doc.13, Fev/1904 Pg3. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 96 |
| Figura 40-Doc.13, Fev/1904 Pg4. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 97 |
| Figura 41-Doc.17, Mar/1904. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 98 |
| Figura 42-Doc.18, Mar/1904. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 99 |
| Figura 43-Doc.19, Mar/1904. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 100 |
| Figura 44-Doc.20, Mar/1904. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)..... | 101 |
| Figura 45-Doc.5, Mar/1904. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 103 |
| Figura 46-Ramos de Azevedo (1851-1928. Fonte: https://www.arquivo.arq.br/ramos-de-azevedo 104 | |
| Figura 47-Nota do Jornal A Tribuna da inauguração do Instituto. Fonte:Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos | 108 |
| Figura 48-Ata de Inauguração do Instituto. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908, p.228) | 109 |
| Figura 49-Índice das plantas do Instituto Dona Escolástica Rosa. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 111 |
| Figura 50-Fachada de frente ao mar. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)..... | 112 |
| Figura 51-Planta Geral. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 113 |
| Figura 52-Alojamento dos alunos. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 114 |
| Figura 53-Residência do Diretor e pessoal com as suas dependências. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)..... | 115 |
| Figura 54-Ginásio e lavanderia. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)..... | 116 |
| Figura 55-Projeto original do Instituto Escolástica Rosa-Fonte:Monographia – 1900-1908. Júlio Conceição | 117 |
| Figura 56-Vista frontal de frente ao mar. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908) | 117 |
| Figura 57-Vista lateral do Instituto. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908) | 118 |
| Figura 58-Sala de estudos. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908) | 119 |
| Figura 59-Dormitório. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908) | 119 |
| Figura 60-Oficina de Alfaiataria. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908) | 120 |
| Figura 61-Oficina de Marcenaria e Carpintaria. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908)..... | 120 |
| Figura 62-Oficina de Sapataria. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908)..... | 121 |
| Figura 63-Ginásio, Casa do Diretor, do Pessoal e Lavanderia. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 121 |
| Figura 64-Corredores Internos. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)..... | 122 |

| | |
|--|-----|
| Figura 65-Rio Conrado, ao fundo da Chácara de João Octávio. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 123 |
| Figura 66-Planta da chácara em 1904, Rio Conrado ao centro. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908). | 124 |
| Figura 67-Solenidade do encerramento dos despojos mortais de João Octávio na base da estátua. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908). | 125 |
| Figura 68-Urnas, a 1ª contendo os restos mortais de João Octávio dos Santos, e a 2ª jornais e outros documentos. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908). | 126 |
| Figura 69-Doc.32, maio/1905. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 127 |
| Figura 70-Primeira página do regulamento assinado em 1907. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 130 |
| Figura 71-Uniforme do cotidiano. Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos..... | 131 |
| Figura 72-Banda de Música, ano 1912 – Fonte :Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos..... | 133 |
| Figura 73-Livro de Registro de Despesas. Fonte: Acervo da Santa Casa de Santos | 135 |
| Figura 74-Os dois primeiros diretores do Instituto. Fonte: https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300v19.htm | 136 |
| Figura 75-Diretor Nicolau Prioli posse 1931 - Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos | 136 |
| Figura 76-Primeiros funcionários contratados. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908) | 137 |
| Figura 77-Livro de Ocorrência de aluno, ano: 1928. Fonte: Acervo da Santa Casa de Santos | 138 |
| Figura 78-Registro de ocorrência de aluno. Fonte: Acervo da Santa Casa | 139 |
| Figura 79-Capa do Livro Ponto de Funcionários, abril 1931. Fonte: Acervo da Santa Casa..... | 140 |
| Figura 80-Registro do Ponto do mês de abril de 1931. Fonte: Acervo Santa Casa de Santos | 141 |
| Figura 81-Foto atual do Edifício do Instituto Dona Escolástica Rosa. Créditos: @dronefabiano68 ... | 144 |
| Figura 82-Publicação no Diário Oficial do Processo Estadual de Tombamento-Proc. 63865/101, Livro do Tombo Histórico: inscrição 404, p. 49. Fonte: http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/conjunto-do-antigo-instituto-escolastica-rosa/ | 145 |
| Figura 83-Estrada de ferro São Paulo Railway Company. Fonte: http://vfco.brazilia.jor.br/mapas-ferroviarios | 147 |
| Figura 84-D.Ana Rosa de Araújo Galvão. Fonte: https://anarosa.org.br | 151 |
| Figura 85-Página da Edição de 13 de janeiro de 1875 do Jornal A Província, atual O Estado de São Paulo. Fonte: Acervo do Estadão. | 156 |
| Figura 86-Art 2 do Estatuto do Instituto Dona Ana Rosa, registrado em 13 de janeiro de 1875. Fonte: Dicionário da Família Souza Queiroz (QUEIROZ, 2004, p. 100)..... | 157 |
| Figura 87-Primeira sede do Instituto Dona Ana Rosa, situada na rua da Constituição, nº 40. Fonte: Livro Histórias da Família Souza Queiroz | 159 |
| Figura 88-Página da Edição de 28 de janeiro de 1876 do Jornal A Província, atual O Estado de São Paulo. Fonte: Acervo do Estadão. | 160 |
| Figura 89-Segunda Sede-Antiga Chácara Velha- planta do arquiteto Júlio Ploy. Fonte: https://anarosa.org.br/o-instituto-ana-rosa-e-a-historia-de-sao-paulo/ | 161 |
| Figura 90-Terceira sede do Instituto Ana Rosa, que funcionou no Convento do Carmo até 1887. Fonte: https://anarosa.org.br/o-instituto-ana-rosa-e-a-historia-de-sao-paulo/ | 162 |
| Figura 91-Quarta sede do Instituto Dona Ana Rosa, em 1899, situada na rua Vergueiro, 2.189, Vila Mariana. Fonte: https://anarosa.org.br/o-instituto-ana-rosa-e-a-historia-de-sao-paulo/ | 162 |
| Figura 92-Quinta Sede - Vila Sônia. Fonte: https://anarosa.org.br/o-instituto-ana-rosa-e-a-historia-de-sao-paulo/ | 163 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1-Demografia de Santos. Fonte:Alvaro, Guilherme: Campanha Sanitária de Santos, suas causas e seus efeitos (1919) | 44 |
| Tabela 2-Óbitos por Febre Amarela e Varíola (1880-1907). Fonte: Andrade (1989, p.75)..... | 57 |
| Tabela 3-Óbitos por outras epidemias (1892-1907). Fonte: Andrade (1989, p.76)..... | 57 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1-Vereadores da câmara municipal de Santos, período de 1883 a 1886. Fonte: DIAS(2014) . | 46 |
| Quadro 2-Relação de libertos ocorrida na solenidade de 27 de fevereiro. Fonte: DIAS (2014)..... | 50 |
| Quadro 3-Epidemias em Santos. Fonte: ÁLVARO, Guilherme. A campanha Sanitária em Santos: suas causas e efeitos | 55 |
| Quadro 4-Cursos de Divisões | 132 |
| Quadro 5-Composição do Pessoal | 134 |
| Quadro 6-Trajectoria do Instituto..... | 143 |
| Quadro 7- Estradas de Ferro-transporte de Café..... | 148 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| 1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE SANTOS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX | 31 |
| 1.1 O Crescimento Populacional..... | 43 |
| 1.2 Santos – Palco do movimento Abolicionista | 46 |
| 1.3 As epidemias chegam à Santos | 52 |
| 1.4 Saneamento - a execução das obras de Saturnino de Brito..... | 60 |
| 2. PERSONALIDADES NA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO | 71 |
| 2.1 João Octávio dos Santos – Benemérito do Instituto | 71 |
| 2.1.1 O Testamento do benemérito do Instituto..... | 81 |
| 2.1.2 Comemoração do dia do fundador do Instituto | 86 |
| 2.2 Júlio Conceição – O executor do testamento | 88 |
| 2.3 Ramos de Azevedo – Engenheiro responsável pela construção do Instituto | 104 |
| 3. A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DONA ESCOLÁSTICA ROSA EM SANTOS E A PROPOSTA DE ENSINO | 107 |
| 3.1 A Construção do Edifício | 117 |
| 3.2 Regulamento do Instituto..... | 127 |
| 3.3 Proposta Pedagógica - Cursos e Divisões | 131 |
| 3.4 Corpo Docente e Administrativo | 134 |
| 3.5 Trajetória do Instituto | 141 |
| 4. A INFLUÊNCIA DO INSTITUTO DONA ANNA ROSA NA CIDADE DE SÃO PAULO PARA A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DONA ESCOLÁSTICA ROSA NA CIDADE DE SANTOS | 146 |
| 4.1 Regulamento do Instituto Dona Anna Rosa da cidade de São Paulo | 155 |
| 4.2 Contexto histórico das sedes do Instituto Dona Anna Rosa..... | 159 |
| 4.3 Evolução cronológica do Instituto Dona Anna Rosa versus o Instituto Dona Escolástica Rosa | 163 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 166 |
| REFERÊNCIAS | 170 |
| ANEXOS | 176 |
| ANEXO I: Testamento de João Octávio dos Santos | 176 |
| ANEXO II: Regulamento do Instituto | 181 |
| ANEXO III: Carta de Adjudicação do Testamento | 195 |
| ANEXO IV: Decreto Estadual n. 6.222-18 de 18 de dezembro de 1933- | 196 |
| ANEXO V- Relação de negociação de compra e venda de escravos: | 199 |
| APÊNDICE | 202 |

| | |
|--|------------|
| Apêndice I: Diretores do Instituto..... | 202 |
| Apêndice II: Divisão do Curso prático do Instituto Dona Escolástica Rosa..... | 202 |
| Apêndice III: Divisão do Curso preliminar do Instituto Dona Escolástica Rosa..... | 203 |
| Apêndice IV: Primeiros funcionários contratados, administrativos e corpo docente. | 203 |

INTRODUÇÃO

Início essa dissertação fazendo uma análise sobre a minha trajetória de vida pessoal e profissional, destacando as razões que me levaram escolher a profissão de professora e a escolha por esse objeto de estudo. A curiosidade e o fascínio por tecnologia fizeram-me escolher como formação inicial a Graduação em Processamento de Dados no período de 1994 a 1998 pela Universidade Unilus, após a conclusão da Graduação participei de alguns cursos de aperfeiçoamento nessa área até decidir cursar a Pós-Graduação em Tecnologia e Sistemas de Informação no período de 2004 a 2005 pela Universidade Santa Cecília. No decorrer da minha trajetória profissional como Programadora e Analista de Sistemas fui convidada para ministrar aulas de linguagens de programação em uma instituição particular de ensino, despertando em mim uma enorme paixão pela área da educação, decidi, portanto, cursar Licenciatura Plena em Educação Profissional em Nível Médio pelo Centro de Paula Souza no período de 2015 a 2016 e a Pós-graduação em EJA- Ensino Jovens e Adultos no período de 2014 a 2015.

Em 2011, fui admitida pelo Centro de Paula Souza para atuar como docente dos componentes curriculares dos cursos de Informática e Desenvolvimento de Sistemas das Etec's Aristóteles Ferreira, Etec Dr^a Ruth Cardoso e Etec Escolástica Rosa. Em dezembro de 2017, passei a integrar a equipe da gestão da Etec Dr^a Ruth Cardoso exercendo as funções de coordenadora dos cursos: Técnico em Informática e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas e atualmente exerço a função de Orientadora Educacional, concomitante com a atividade de docente. Trabalhar nas Etec's proporcionou-me unir a tecnologia com a educação, despertando o estudo e a pesquisa contínua que ambas as áreas de conhecimento exigem, participando constantemente de diversas capacitações oferecidas pelo Centro de Paula Souza.

Em 2014 iniciei como docente no Instituto Federal de Cubatão em regime de contrato, para atuar como docente dos componentes curriculares dos cursos superiores em Análise de Sistemas e Automação Comercial, além do curso do Ensino Médio Técnico em Informática, encerrando o contrato no ano de 2015.

A motivação para pesquisar o objeto do tema dessa investigação, a história do Instituto Dona Escolástica Rosa, e as suas particularidades, vem ao encontro da minha memória afetiva, estende-se desde o período do meu ensino básico, na qual estudei em uma instituição pública estadual que tem como patrono o santista João

Octávio dos Santos, escola localizada na periferia de Santos, no Morro de São Bento. Durante as aulas da disciplina de História, o professor narrou parte desse enredo, revelando quem foi João Octávio dos Santos e o legado deixado por ele no testamento, com o objetivo de construir um Instituto para tratar a questão das relações sociais e da desigualdade social durante o início do século XX. O sentimento de pertencimento com aquela escola, despertou o interesse na história de João Octávio dos Santos que foi um dos maiores benemerentes da história da cidade de Santos, provedor da Irmandade da Santa Casa, financiador da campanha abolicionista de Santos e benemérito do Instituto Dona Escolástica Rosa.

O Instituto Dona Escolástica Rosa, constitui-se como patrimônio histórico e cultural para a cidade de Santos e região. Para a realização do Instituto, João Octávio, deixara expresso no testamento que o Instituto deveria ser construído, às expensas de sua herança, no amplo terreno ocupado pela chácara de sua residência, no ramal da Ponta da Praia, mesmo não apresentando condições sanitárias adequadas, devido à presença do Rio Conrado¹, que cortava a propriedade.

Elegeu a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, como administradora do Instituto e instituição herdeira de parte dos seus bens, direitos e ações constitutivas do seu patrimônio, uma fortuna amealhada ao longo de anos empreendendo no comércio. Sua vontade expressa que boa parte da herança fosse utilizada para a viabilização e manutenção do Instituto, que receberia o nome “Dona Escolástica Rosa”, em memória de sua mãe (falecida em 1853).

Sobre desigualdade social citada por João Octávio dos Santos no testamento, no livro “Fases da Desigualdade no Brasil – um olhar para os que ficam para trás” no capítulo “Educação, um direito possível para todos”, coordenado Campello(2017), a autora afirma que a manutenção da desigualdade em educação é um dos fatores que mais determina a dinâmica da exclusão e a perpetuação da pobreza, nessa perspectiva é possível mostrar a profunda transformação ocorrida visualizando o processo que se passou no Brasil no início do século XX, em termos da ampliação de acesso à educação básica para os mais pobres (CAMPELLO, 2017, p.19)

Essa situação reflete a mesma encontrada na tese de doutorado de Carreira(2015) “Igualdade e diferenças nas Políticas Educacionais” – capítulo 7: “Justiça e diversidade na educação”, a autora identifica seis perspectivas de como as

¹ Rio Conrado- rio que existia na propriedade de João Octávio dos Santos, onde foi construído o Instituto Dona Escolástica Rosa

desigualdades e diferenças hierárquicas vêm sendo abordadas na qualidade em educação em disputa no país: A negação das diferenças – Nessa perspectiva, nega-se o reconhecimento dessas diferenças como questões de interesse público; A irrelevância das diferenças – Nessa perspectiva, as diferenças vividas como desigualdades não são consideradas importantes para as políticas educacionais. As diferenças sem desigualdades – Aqui se chega até a um elogio das diferenças, abordadas como diversidade, como um valor humano a ser promovido. As diferenças desiguais subsumidas a uma questão de renda – As diferenças são reconhecidas como desigualdades, mas se defende que o investimento em políticas universais com recorte de renda constitui uma resposta definitiva para a superação dessas desigualdades. As diferenças somente como especificidades – As diferenças são reconhecidas como desigualdades e consideradas legítimas e relevantes para as políticas educacionais. O reconhecimento das diferenças desiguais como condição para a garantia do direito humano à educação de todos – O reconhecimento das diferenças está articulado ao enfrentamento das desigualdades e é compreendido como base para a construção de uma sociedade democrática, ancorada nos direitos humanos (CARREIRA, 2015, p.377).

Percebe-se através dessas colocações as diferenças tratadas nas questões das instituições que são assistenciais não serem vista também como educacionais, como se os mais pobres, precisasse somente de assistência e não de educação, também.

Ao tratar da história da educação, Kuhlmann Jr (2015, p.69) considera que “as instituições escolares têm sido classificadas como educacionais ou não a partir da identificação de origens diferentes das propostas. É um raciocínio que parte de um ponto de vista interno a cada uma delas e não as situando dentro da história”. Ou seja, não é porque se constituíram como destinadas aos pobres, com intenções assistenciais, que elas deixariam de ser educacionais: é característica das políticas assistenciais desse período a proposição de instituições educativas, situadas à parte do sistema de ensino.

Para a realização do Instituto, em 1899 João Octávio dos Santos (1830-1900) escreveu o seu testamento, declarando parte de seus bens para algumas Instituições Assistenciais existente na cidade de Santos, entre elas: o Asilo dos Órfãos, a Sociedade Humanitária dos empregados no Comércio, a União Operária, a Igreja Matriz, a Sociedade Auxiliadora da Instrução e o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus,

além da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos² e outra parte à construção do Instituto, com a finalidade de colocar em prática o seu desejo: criar uma instituição para desvalidos naquela época oferecendo educação, uma boa alimentação e cuidados específicos com a saúde, construído com base no modelo do “Instituto Dona Ana Rosa” situado na cidade de São Paulo. Para isso, nomeou Júlio Conceição (1864-1938), pessoa de sua confiança, como seu testamenteiro (GOMES, 2001, p.25).

O escritório do engenheiro Ramos de Azevedo, foi escolhido pela comissão administrativa da Santa Casa, como descreve Júlio Conceição na sua monografia.

Na reunião de 7 de agosto de 1904, em meu escritório, a rua Santo Antônio número 39, em presença do Exm.º Sr. Ramos de Azevedo e a Comissão da Santa Casa, ficou definido o escritório do engenheiro Ramos de Azevedo responsável pela construção do Instituto e foram discutidas as bases para a fundação do Instituto e respectivos orçamentos, como tudo consta da comunicação que fiz ao M. Juiz das deliberações tomadas por essa ocasião no Documento número 23 dessa monografia (CONCEIÇÃO, 1908, p.37)

João Otávio dos Santos não viu a sua obra edificada, faleceu seis meses após registrar o seu testamento, em 9 de julho de 1900, e em 1º de janeiro de 1908, o Instituto Dona Escolástica Rosa era inaugurado e funcionou conforme definido no testamento até o ano de 1933.

Segundo Gomes(2001), a história da criação do Instituto interliga-se com a exportação do café na cidade de Santos para diversos países.

A História do Instituto Escolástica Rosa remete-se a 1908, momento que exprime a marca do projeto dos setores da burguesia, entre outros, dos agro exportadores de café, comissários, empresários e banqueiros, cujo ideal de “progresso” transformou a cidade de Santos em porta de saída e entrada de riquezas, instalando a chamada “modernização” não só no porto, mas enfatizando a urbanização como maneira de ordenar e racionalizar o espaço de socialização (GOMES,2001, p.32).

Preocupado com o alto índice de orfandade em Santos, no final do século XIX, João Octávio dos Santos criou um Instituto Assistencial, que cumpriu com os

² Santa Casa de Misericórdia - Hospital situado na cidade de Santos, São Paulo, Brasil.

princípios de benemerência no período de 1908 até o ano de 1933, oferecendo o antigo primário e os ofícios, atendendo exclusivamente meninos órfãos, com o desejo que, no mesmo ambiente, os meninos recebessem instrução escolar e profissional necessárias para uma vida digna, no combate às desigualdades que permeavam naquela época. Além de suprir as necessidades dessa demanda social, o Instituto também tinha o pressuposto de formar mão-de-obra especializada para atender às necessidades econômicas da região, portanto, é relevante que se delineiem algumas considerações sobre sua constituição. No final de 1933, o Governo do Estado e a Irmandade da Santa Casa de Santos formularam um convênio para a administração do Instituto, conforme Decreto Estadual nº 6.222 – 18/12/1933, definindo que a área pedagógica seria administrada pela Secretaria do Estado da Educação com a criação da Escola Profissional Secundária Mista Dona Escolástica Rosa, alterando significativamente a configuração inicial do modelo pedagógico, o público alvo além da estrutura do prédio, do estilo neoclássico para o estilo barroco.

Dessa maneira, a **problemática** a ser tratada constituiu-se na mudança da ênfase da assistência filantrópica e formação da força de trabalho, podendo ser assim enunciada:

Identificar os motivos pelos quais o Instituto não prosseguiu com princípios de benemerência - desejado pelo seu benemérito. Quais seriam os motivos que impediram a continuidade da proposta definida no primeiro regulamento do Instituto ?

Objetivo geral da pesquisa: analisar o testamento e o ponto central do pedido do santista João Octávio dos Santos, que fosse erguida uma instituição com princípios de benemerência, destinada à educação intelectual e profissional de meninos pobres, semelhante ao Instituto Dona Ana Rosa, existente na Capital do Estado, o balizamento histórico é de 1890 a 1933.

Foram estabelecidos como **objetivos específicos:**

- ❖ Analisar a participação de Júlio Conceição (1864-1938), testamenteiro de João Octávio na construção do Instituto e responsável pelo seu espólio;
- ❖ Analisar a influência do Instituto Dona Anna Rosa situado na cidade de São Paulo para com a construção e definição da proposta pedagógica e o regulamento do Instituto Dona Escolástica Rosa em Santos;
- ❖ Analisar o regulamento do instituto Dona Escolástica Rosa, que tinha por finalidade oferecer educação gratuita, moral, cívica e profissional, a meninos pobres, assim como, analisar a construção do Instituto.

Corroborando com essa proposta, Burke (1992, p.235), discursa sobre a importância de tratar a história e a memória como atividades que se interligam entre si, tornando-se incompletas quando analisadas individualmente, devido a sua subjetividade.

[...] Lembrar o passado e escrever sobre ele já não podem ser consideradas atividades inocentes. Nem as recordações nem as histórias nos parecem objetivas. Em ambos os casos estamos a aprender e estar atentos à seleção consciente, inconsciente à interpretação e à distorção. Nos dois casos esta seleção, interpretação e distorção são fenômenos socialmente condicionados. Não se trata do trabalho de indivíduos isolados (BURKE, 1992, p.235).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa desenvolveu-se com o estudo de referências bibliográficas sobre a historiografia da educação, em fontes primárias e secundárias, em documentos escritos e iconográficos pesquisados em arquivos existentes no município de Santos e São Paulo, em matérias publicadas na imprensa, no levantamento de fontes e a análise dos documentos que constituíram o Instituto Dona Escolástica Rosa.

As fontes primárias foram pesquisadas no arquivo documental da Escola Técnica Etec Dona Escolástica Rosa, no acervo da Irmandade da Santa Casa de Santos, Hemeroteca Roldão Rosa, no Instituto Histórico e Geográfico de Santos, no Liame-Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Escola e no acervo do Instituto Dona Anna Rosa. As pesquisas em periódicos foram utilizadas os jornais A Tribuna³ e o Jornal A Província, atual O Estado de São Paulo⁴.

Importante destacar que o referencial teórico exerce um importante papel neste estudo a fim de que possamos fundamentar essa pesquisa, ressaltando os aportes teóricos que me elucidaram nessa construção, os autores: Kuhlmann;Leonardi (2017) e GINZBURG, Carlo (1990).

Tratando-se de uma pesquisa historiográfica, a educação encontra-se incorporada nos quadros das relações sociais, necessitando dessa maneira uma compreensão dos fenômenos educacionais, podendo assim evitar o chamado

³ A Tribuna, jornal da cidade de Santos, criado em 1894 como "Tribuna do Povo", renomeado o seu nome em 1900 e em circulação até os dias atuais

⁴ O Estado de São Paulo, é um jornal brasileiro publicado na cidade de São Paulo desde 1875, conhecido também como Estadão

educentrismo⁵, os autores usam essa expressão para enfatizar as limitações de se tratar as questões da educação como produzidas exclusivamente na dimensão escolar, mesmo que depois se agreguem às análises relacionadas com a economia, a política e os demais aspectos sociais. Em relação a essa configuração, Kuhlmann e Leonardi (2017), discorre:

São processos históricos em que as relações sociais definem grupos e setores sociais considerados como passíveis de serem educados. Se as concepções, as formas, as propostas educacionais são históricas, então a compreensão da sua história não poderia restringir-se aos limites escolares, isolando a educação das relações com o econômico, o geográfico, o social e o cultural. (KUHLMANN; LEONARDI, 2017, p.210).

Outro referencial relevante para este estudo, Carlo Ginzburg, “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História (1990), trata de uma reflexão sobre o conhecimento histórico, nesse ensaio o autor abre um leque da antiguidade a modernidade passando por questões dos sinais e dos elementos que tem significados nos signos, que compõem a mentalidade humana dentro de um determinado período e como isso perpassa durante vários períodos ao mesmo tempo.

Ginzburg, classifica o paradigma indiciário como um modelo de pensamento, e analisa esse pensamento da seguinte forma: estabelece o surgimento de uma forma de raciocinar baseada em indícios, classificando como um método científico no século XIX, citando três casos específicos: o primeiro é Freud, com toda a sua metodologia de psicanálise de analisar e anotar cada fragmento de pensamento do paciente; o segundo caso que Ginzburg analisa é Giovanni Morelli, crítico de arte que desenvolveu um método para atribuição de autenticidade ou falsidade das obras de artes, a partir de minúcias e detalhes no modo como a pintura é composta, o terceiro método analisado por Ginzburg é do escritor Arthur Conan Doyle através do seu personagem icônico chamado Sherlock Holmes, talvez esse método seja a maneira mais simples de compreender o que é o paradigma indiciário de Ginzburg, devido o personagem Sherlock Holmes ter se tornado um ícone exatamente pela minúcia da sua investigação, compreendemos que essa é a maneira que um pesquisador deve conduzir o seu objeto de pesquisa com a análise minuciosa dos documentos. Com

⁵ KUHLMANN JR.; LEONARDI – História da Educação no Quadro das Relações Sociais, 2017.

esse modelo de pensamento, Ginzburg relata que assim como um médico produz seus diagnósticos analisando e investigando os sintomas, outros saberes indiciários produzem conhecimento: pesquisando, lendo, interpretando os sinais, as pistas e os indícios.

Com esse pensamento, analisamos os documentos oficiais do Instituto: o Testamento, o Estatuto do Instituto, o primeiro Regulamento, as Atas e a obra de Júlio Conceição (1908) denominado Instituto D. Escholastica Rosa Monographia que consta detalhadamente a execução do testamento.

Destaco a obra escrita por Júlio Conceição (1908) contendo 293 páginas, formato 18cm x 26cm, monografia essa detalhando o testamento de João Octávio dos Santos, a prestação de contas à comissão da Santa Casa de Misericórdia de Santos, as ações, investimentos, orçamentos, materiais, atas, fotografias, plantas, registros em cartórios, ações judiciais e detalhou todos os 74 (setenta e quatro) imóveis e suas respectivas plantas, por ele doado à Instituição, onde as rendas desses imóveis deveriam ser destinados à manutenção do Instituto e transcorridos 112 anos dessa história, poucos imóveis foram preservados pela Irmandade da Santa Casa, problemática essa que faz os moradores da cidade que carregam consigo essa história questionarem, o que provavelmente seria uma das razões da não continuidade do Instituto nos moldes do seu benemérito.

Interpretando os sinais e as pistas desses documentos, percebemos também a necessidade de “interrogá-los” com o objetivo de extrair informações que não se encontram tão evidentes, essa ação remete quando Bloch (2002) faz uma reflexão quanto a necessidade de o pesquisador compreender que toda investigação histórica tem uma direção:

[...] os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los. Toda investigação história supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tem uma direção [...] BLOCH, Marc, 2002, p.79)

Michel de Certeau, com a obra “A invenção do cotidiano” (2012), foi importante para traçar o campo de estudo da diferença entre espaço e lugar e sua compreensão sobre o discurso da História.

Além das obras, Dicionário de Família (2004) escrita por Luiz Roberto de Souza Queiroz que resgata uma parte da história do Instituto Dona Anna Rosa em São Paulo

e que nos auxiliou compreender a semelhança entre os dois Institutos. O autor apresenta os descendentes da família do Barão Souza Queiroz, responsável pela Associação mantenedora da Instituição até os dias atuais, e a obra *A família Souza Queiroz e a Associação Barão de Souza Queiroz de Proteção à Infância* (1974) escrita por Gila do Amaral Von Schmeling, que resgata a memória benemérita da família Souza Queiroz para gerações de crianças beneficiadas pelo Instituto Dona Anna Rosa e a obra *Presente, Passado e Futuro, os 125 anos do Instituto Dona Ana Rosa* (1999) escrita por Margarida Cintra, um registro fotográfico de um trabalho familiar dos descendentes do Fundador do Instituto Dona Ana Rosa em São Paulo.

As bibliografias pesquisadas referentes ao contexto histórico da cidade no final do século XIX e início do século XX tiveram papel importante nesse estudo porque trata das questões do porto, do saneamento, urbanismo e o combate das epidemias de Santos: a obra *A campanha sanitária de Santos - Suas causas e seus efeitos* (1919) do médico sanitarista Guilherme Álvaro ⁶referência importante para os estudiosos de saúde pública e temas a ela relacionados em Santos e, a obra *Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906-07* (1908) do engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito⁷, a obra da autora Ana Lúcia Duarte Lanna ⁸ que analisou a cidade de Santos no período de 1870 e 1913, definido pela autora como um período da ruptura com o passado colonial e a construção da cidade moderna com a transformação tanto dos aspectos físicos como as relações sociais e, a obra *Santos no Caminho da Educação Popular*, da autora Maria Aparecida Franco Pereira⁹, que analisa o planejamento educacional na República Velha e alguns aspectos da sociedade santista no início do século XX.

Além das teses e dissertações pesquisadas nas plataformas Scielo (Scientific Electronic Library Online), FeUsp (Sistema Educa) e Capes (Plataforma Sucupira).

A tese de doutorado em História de Wilma Therezinha Fernandes de Andrade¹⁰, *O Discurso do progresso: A Evolução Urbana de Santos. 1870 – 1930* (1989) na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo para

⁶ Médico sanitarista que consagrou a Santos dedicados e importantes trabalhos durante os surtos epidêmicos que a assolaram a cidade.

⁷ Engenheiro sanitarista que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo, sendo considerado o pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil

⁸ Ana Lúcia Duarte Lanna. *Uma cidade na Transição Santos: 1870-1913*, São Paulo: Editora Hucitec (PMS), 1996

⁹ Maria Aparecida Franco Pereira. *Santos no caminho da Educação Popular (1870-1920)*. São Paulo, 1996.

¹⁰ Wilma Therezinha Fernandes de Andrade. *O Discurso do progresso: a evolução Urbana de Santos. 1870 – 1930*. 1989. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

compreender os processos da transformação da cidade de Santos de antiga vila colonial em cidade republicana e da pesquisa de Vera Lúcia Alba Reis Dias que analisou a ação de muitos cidadãos sobre a libertação de vários escravos e sobre a Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro.

A tese de doutorado de Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira ¹¹, analisa a influência que o porto teve na cidade de Santos, os problemas sanitários que a cidade enfrentava no final do século XIX e início do século XX e as alterações urbanísticas.

A tese de doutorado em Educação de Martha Aparecida Todeschini de Assunção¹², Aprígio de Almeida Gonzaga: um seletor normalista fazendo história no ensino profissional (2016) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especificamente o capítulo 1 para compreender o educar para o trabalho.

A dissertação de mestrado de Edith Badini da Silva¹³, Saneamento urbano e expropriação dos corpos: epidemias e a orfandade em Santos (1899-1932), 1992 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sobre a desconstrução do conceito de saúde com o surgimento de epidemias e a eficácia no controle.

Iconografia e trabalhos acadêmicos realizados, destaco alguns estudos sobre o Instituto Dona Escolástica Rosa:

A dissertação de mestrado em História de Dulcinéia de Oliveira Gomes¹⁴, O Instituto Escolástica Rosa: formando o mundo dos trabalhadores em Santos (2001) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que retrata a formação dos trabalhadores em Santos para atender os interesses da elite burguesa.

A dissertação de mestrado em Educação, área de concentração, História da Educação e Historiografia de Anderson Manoel Cafelli¹⁵, A educação na Primeira República na Cidade de Santos (2014) na Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, com o objetivo de identificar, conhecer e analisar as iniciativas educacionais públicas, privadas e particulares promovidas na cidade de Santos no período de 1889 a 1908.

¹¹ Marina Tucunduva Bittencourt Porto Viera. O asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931). Tese de Doutorado FEUSP – São Paulo – 2011.

¹² Martha Aparecida Todeschini de Assunção. Aprígio de Almeida Gonzaga: um seletor normalista fazendo história no ensino profissional. 2016. Tese em Educação: História, Política e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

¹³ Edith Badini da Silva. Saneamento urbano e expropriação dos corpos: epidemias e a orfandade em Santos (1899-1932). Dissertação de Mestrado, PUC – São Paulo, 1992.

¹⁴ Dulcinéia de Oliveira Gomes. O Instituto Escolástica Rosa: formando o mundo dos trabalhadores em Santos. 2001. Dissertação Mestrado em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

¹⁵ Anderson Manoel Caleffi. A educação na Primeira República na Cidade de Santos. Dissertação Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

A dissertação de mestrado em Educação de Wilson Dias Silva¹⁶, *O Instituto Dona Escolástica Rosa: A Gestão de Pedro Crescenti de 1934 a 1945* (2010) na Universidade Católica de Santos, que analisa a história do Instituto Dona Escolástica Rosa na gestão de Pedro Crescenti, levando em consideração a sua característica de administrar a escola à luz da legislação do período getulista.

A dissertação de mestrado em Educação de Mariela Izolan¹⁷, *Instituto Dona Escolástica Rosa (1899-1933): A partir do Olhar de Júlio Conceição*, que analisa o projeto de implantação do espaço e da cultura e em paralelo o processo de urbanização de Santos.

A legislação oficial, destaco o decreto n. 6.222-18, de 18 de dezembro de 1933, institui o compartilhamento da administração pedagógica do Instituto entre o Governo do Estado de São Paulo e a Irmandade da Santa Casa de Santos, com a criação da Escola Profissional Secundária Mista Dona Escolástica Rosa.

Observamos que não há um estudo mais detalhado do Instituto Dona Escolástica Rosa no período de 1899 a 1933, período que o Instituto cumpriu os princípios de benemerência, e os motivos que levaram o seu benemérito, João Octávio dos Santos, deixar registrado em testamento parte da sua fortuna para a criação do Instituto.

A dissertação contém, além dessa Introdução, que apresentou o motivo levado a definição do tema de pesquisa, seus objetivos, problematização, procedimentos metodológicos e relevância do tema, foram desenvolvidos quatro capítulos. É parte importante, analisar o contexto histórico da cidade de Santos no final do século XIX e início do século XX – período de construção do Instituto Dona Escolástica Rosa. Portanto, iniciamos o capítulo 1, analisando a cidade de Santos, cidade litorânea brasileira, que possui o maior porto da América Latina, passou por diversas transformações a partir da década de 1800, projetando-se como um polo comercial de café e foi um dos palcos mais organizados de movimentos abolicionista e republicanos. Analisamos as consequências das epidemias enfrentadas que surgiram nesse período e as soluções adotadas através da reconstrução da cidade através dos canais de drenagem, destaca-se a análise da evolução populacional da cidade. Buscamos conhecer sobre a construção da cidade através da leitura dos projetos do

¹⁶ Wilson Dias Silva, *O Instituto Dona Escolástica Rosa: A Gestão de Pedro Crescenti de 1934 a 1945* (2010), Dissertação Mestrado em Educação – Universidade Católica de Santos-Unisantos.

¹⁷ Mariela Izolan, *Instituto Dona Escolástica Rosa (1899-1933): A partir do Olhar de Júlio Conceição*, Dissertação-Mestrado em Educação – Universidade Católica de Santos-Unisantos.

médico Guilherme Álvaro e do engenheiro Saturnino de Brito, analisando as medidas aplicadas aos órfãos vítimas da febre amarela, alguns internos do Instituto Dona Escolástica Rosa e outros da Associação Protetora da Infância, atualmente, Casa da Criança, a pesquisa desenvolvida por Edith Badini da Silva, sobre a desconstrução do conceito de saúde como ausências das doenças provenientes das epidemias e a eficácia das medidas de controle das mesmas, a pesquisa da autora Ana Lúcia Duarte Lanna que analisou a transformação do aspecto físico e relações sociais no período de 1870 a 1913, as políticas implementadas para o controle das epidemias, a reforma do porto de ferrovias e a origem dos moradores e seus locais de trabalho, além da pesquisa de Vera Lúcia Alba Reis Dias que analisou a ação de muitos cidadãos sobre a libertação de vários escravos e sobre a Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro.

No capítulo 2, analisamos a participação importante de Júlio Conceição escolhido por João Octávio como seu testamenteiro e inventariante dos seus bens, a participação da Irmandade da Santa Casa de Santos, representada pela Comissão Administrativa durante a construção do Instituto e responsável pela administração do Instituto após a conclusão da obra, definido por João Octávio no testamento, a escolha do escritório do engenheiro Ramos de Azevedo responsável pela obra do Instituto e assim como a influência de João Octávio dos Santos para com a política na cidade de Santos e o seu papel como comerciante, financiador da campanha abolicionista em Santos e provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

No capítulo 3, buscamos analisar a construção do edifício do Instituto Dona Escolástica Rosa, a proposta educacional, compreender os seus cursos e divisões, a formação do corpo docente e administrativo, a trajetória do Instituto e o tombamento do edifício. Nesse capítulo, a obra escrita por Júlio Conceição foi significativa para essa pesquisa, onde descreve sobre os setenta e quatro imóveis, alugados, de João Octávio dos Santos, deixados à Santa Casa de Misericórdia de Santos destinados a manutenção do Instituto.

No capítulo 4, finalizando essa pesquisa, discutimos a influência do Instituto Dona Anna Rosa situado na cidade de São Paulo, que serviu como modelo para a construção do Instituto Dona Escolástica Rosa, analisar a atuação do regulamento do Instituto Dona Anna Rosa para com o regulamento do Instituto Dona Escolástica Rosa, o contexto histórico das sedes e a evolução cronológica do Instituto Dona Anna Rosa até os dias atuais. Utilizando como pesquisa o livro: Dicionário da Família Souza Queiroz, este livro resgata uma parte da real história do Instituto Dona Anna Rosa, e

a família que é composta exclusivamente dos descendentes do barão de Souza Queiroz, que continuam até os dias atuais se reunindo e trabalhando em benefício das crianças carentes, unidos em volta da Associação Barão de Souza Queiroz e Proteção à Infância, mantenedora da instituição.

Finalizando o estudo, serão apresentados as Considerações Finais, as Referências Bibliográficas, os Anexos e Apêndices.

Convém destacar, que a pesquisa apresentará imagens, intencionando-se que sejam elementos de enriquecimento e uma importante fonte histórica para a análise da pesquisa realizada, desafiando o pesquisador, analisar e interpretar as imagens. Com a possibilidade de estudo e valorização em conjunto com outras fontes, através delas, pretende-se analisar a historiografia existente sobre a criação do Instituto Dona Escolástica Rosa. Para Meneses (2012), uma imagem antiga deveria ser considerada uma coisa presente, ainda que sua temporalidade repercuta na minha forma de apropriação, seguindo essa ordem de idéias, é comum falar do passado quando se examinam os complexos processos de produção de significados, tanto por parte das narrativas dos historiadores quanto as representações sociais articularam presente e passado, utilizando para isso a mediação de imagens (GUIMARÃES, 2001 apud MENESES, 2012, p.259)

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE SANTOS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

“Santos poema, jardins pela praia
 Cidade e porto de mar
 Tens a magia de barcos estranhos
 Na barra esperando adentrar
 Morros, varandas alegres
 Suspensas no arvoredo
 Santos das ruas antigas
 À beira do cais que escondem segredos
 Tuas paineiras floridas
 Salgueiros que choram
 Nos velhos canais
 Santos, cuidado menina
 As tuas belezas, não percas jamais
 Os flamboians florescentes
 Palmeiras imperiais
 Ilha Urubuqueçaba
 O verde reduto
 Nas ondas do mar
 Oh! Santos,
 És linda demais!!”- Hino Oficial da cidade
 de Santos (Ernesto Zwarg e Antonio Bruno Zwarg)

O objetivo desse capítulo é uma explanação sobre a contextualização histórica no final do século XIX e início do século XX na cidade de Santos, período de construção do Instituto Dona Escolástica Rosa - cidade que nasceu e viveu João Octávio dos Santos – apresentar a influência no Porto, o movimento abolicionista de 1886, a composição da população, as condições de higiene, saneamento, transporte e o surgimento das epidemias que assolavam a cidade de Santos no final do século XIX e início do século XX resultando um grande número de óbitos na cidade e, nos faz compreender o projeto de educação implantado no Instituto Dona Escolástica Rosa, nosso objeto de estudo, que teve o pressuposto de oferecer educação e moradia a meninos órfãos em situação de vulnerabilidade, possíveis órfãos de vítimas das epidemias.

Santos, fundada em 1546, é uma das cidades mais antigas do Brasil, conhecida por ser a terra da caridade e da liberdade, moderna cidade litorânea, localizada em uma ilha a 70 Km de distância de São Paulo, com acesso ao mar aberto. Inicialmente a população vivia da pesca e extração do sal marinho, possui o maior Porto da América Latina, Santos também foi um dos palcos mais organizados de movimentos abolicionistas e republicanos brasileiros, uma intensa ação contrária à escravidão, por precursores do movimento abolicionista em Santos, cidadãos comuns, dentre eles, João Octávio dos Santos – benemérito do Instituto Dona Escolástica Rosa.

Mello (2008), no seu trabalho, descreve sobre as características de Santos no século XIX, quanto as suas edificações e suas ruas:

Não apresentava no seu conjunto o esplendor de outras cidades coloniais brasileiras; a maioria de suas edificações eram sóbrias e sem nenhum tipo de luxo, suas ruas eram abertas acompanhando a topografia do território, daí seu traçado irregular, na maioria estreitas, mal niveladas e sem sarjetas para o escoamento das águas pluviais, o que causava constantes inundações (Carvalho, 1942 apud MELLO, 2008, p.16)

Pedro (2010) afirma que a configuração urbana de Santos até meados do século XIX era a de um sítio plano com sua povoação desenvolvendo-se junto ao seu marco inicial chamado Outeiro de Santa Catarina¹⁸, às redondezas do largo em frente à igreja da Misericórdia (depois Matriz) e próximo ao convento e igreja dos Jesuítas. Era neste núcleo que as funções militares e administrativas se realizavam devido à existência de quartéis, casa do trem, do forte de Nossa Senhora do Monte Serrat, da casa de câmara, cadeia e da alfândega. Quando se deu a construção do convento franciscano do Valongo, no lado oposto, a vila chegou ao limite de sua expansão. Neste segundo núcleo as funções comerciais predominavam, já que a região do Valongo estava mais próxima aos que vinham de São Paulo pelo porto geral de Cubatão. O caminho que ligava os dois núcleos urbanos deu origem, ainda no século XVII, à rua principal da vila, sendo seu trecho mais importante a chamada rua Direita, que seguia paralela ao porto até sua mudança de direção a partir dos Quatro Cantos. O trecho mais afastado do mar que segue até o convento franciscano do Valongo deu origem à Rua Santo Antônio (PEDRO, 2010, p. 19).

Na figura abaixo, a obra de Benedito Calixto, pintada em 1922, retrata a cidade ao ser proclamada a Independência em 1822, é possível visualizar a foz do São Bento, a Capela de Jesus, Maria José à esquerda e o Convento de São Francisco à direita.

¹⁸ O Outeiro de Santa Catarina demolido em 1869, para a construção de uma ligação com a Rua da Constituição. Em 1880, João Éboli, médico, construiu uma casa sobre um bloco de rocha que restava, no local em que ficava o Outeiro.

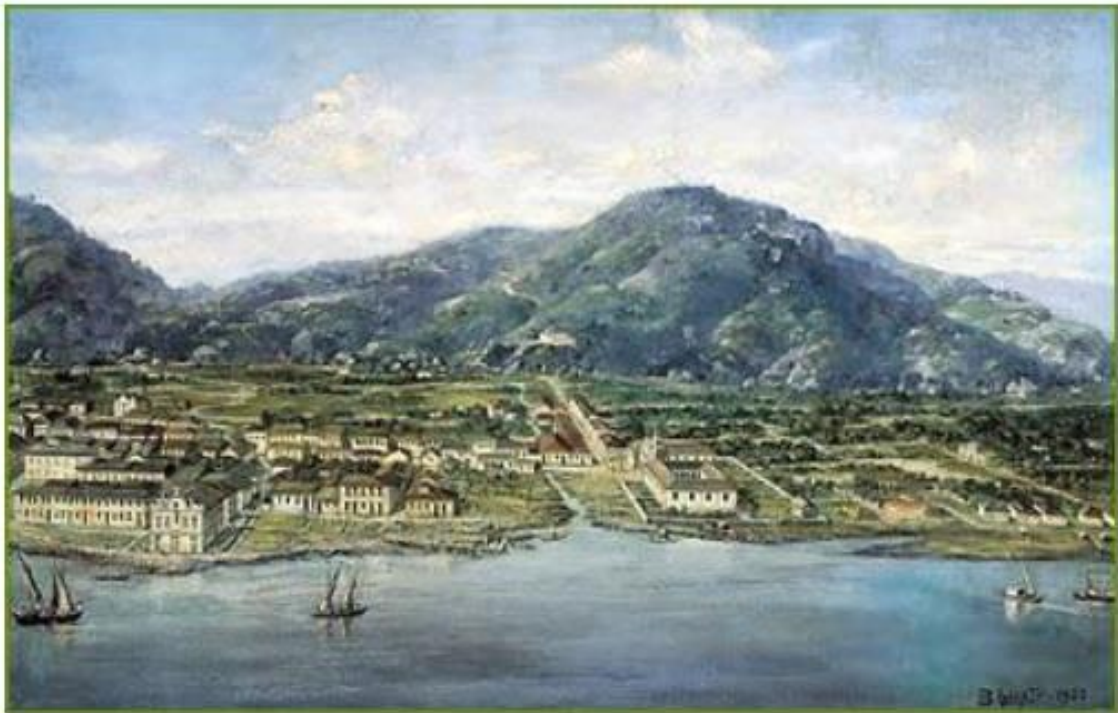


Figura 1-Santos em 1822-Pintura de Benedito Calixto. Fonte: www.novomilenio.inf.br/santos/calixt15.htm

A trajetória da história de Santos está relacionada a história do Porto, a partir da década de 1830, o porto passou a ter destaque na estratégia da economia nacional, com o início da exportação de açúcar produzido no interior de São Paulo e devido à expansão das áreas produtoras de café do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, beneficiou o porto de Santos, reduzindo o tempo da viagem e os gastos. Na década de 1850, o porto era composto por pontes de madeiras na sua extensão, chamadas de trapiches, que era do Valongo até o Outeiro de Santa Catarina, região conhecida como Quartéis.

De acordo com Andrade (1989), o ciclo cafeeiro paulista, fez com que o número de habitantes na cidade de Santos aumentasse consideravelmente em pouco tempo e, sem possuir uma infraestrutura adequada, a cidade passou a sofrer a partir de 1850 com os surtos epidêmicos.

Ainda na década de 1860, Santos manteve todas as antigas características coloniais, incluindo um modesto porto, armazéns de madeira e estradas simples que ocupavam o território. No geral, também não mostrava o esplendor de outras cidades coloniais brasileiras, a maioria de seus edifícios eram sóbrios, sem luxo. Na época, a única melhora efetiva na cidade foi a instalação de 60 lâmpadas a óleo e o início do serviço de água. A expressiva função do Porto começou a surgir na segunda metade do século XIX, quando o café substituiu o açúcar como principal riqueza de

exportação, o porto de Santos (anteriormente exportador moderado de açúcar) acabou se definindo como um porto de café.

A história da cidade de Santos se interliga a história do porto através da produção de café, durante a segunda metade do século XIX, a expansão da produção de café na região Oeste de São Paulo enfrentava dificuldade rumo ao porto devido o transporte realizado em lombo de burro (ASSUNÇÃO, 2016, p.78).

O crescimento da exportação de café na segunda metade do século XIX, resultou na expansão urbana e a modernização da cidade. A criação da ferrovia ligando Santos às lavouras cafeeiras de Jundiaí em 1867, inaugurado em 16 de fevereiro, foi extremamente relevante para o escoamento da produção de café do interior ao Litoral Paulista, além de fortalecer o comércio interno e o desenvolvimento da cidade de Santos trazendo um progresso inestimável, principalmente para o porto, ultrapassando o Porto do Rio de Janeiro em volume de café exportados. Se confirmando, em 1860, quando o movimento do porto santista registrou a exportação de 36.250 sacas de café, em 1895 comercializou 2 milhões de sacas, ultrapassando 13 milhões em 1909, como demonstram os estudos dos autores Andrade (1989) e Gitahy (1992), que evidenciam também sobre as modificações na composição da população santista e o modo de viver na cidade.

Segundo Mello (2008), a criação da ferrovia significou a reconstrução modernizadora da cidade, juntamente com as obras de ampliação e reforma do porto iniciou uma política de saneamento e de desobstrução de espaços, constituindo uma interferência direta no espaço da cidade, modificando o sistema de transporte, rede de moradias e condições sanitárias da cidade.

Com a construção da ferrovia Santos-Jundiaí, as dificuldades com o transporte foram minimizadas, aumentando a expansão cafeeicultora, centralizando no porto de Santos a exportação de café para consumidores europeus e norte-americanos, colocando a cidade em um processo de crescimento contínuo, tinha por objetivo transportar o café e levar produtos e trabalhadores para São Paulo. A ferrovia agilizou o comércio do café criando possibilidades de emprego para a população da cidade (LANNA, 1996, p.55).

Desde então, um elo foi estabelecido entre o desenvolvimento da produção de café com a implantação da ferrovia Santos-Jundiaí, a expansão do porto e o

crescimento populacional, evidentemente facilitando o transporte do café que anteriormente à construção da estrada de ferro em 1867, o café era transportado em lombo de burro, trazido por tropeiros que desciam a Serra do Mar.

E em relação ao transporte de moradores de Santos, os meios de transporte no final do século XIX e início do século XX, foram os bondes. Na imagem seguinte o bonde puxado por burros que foram substituídos por bondes elétricos.



Figura 2-Largo do Rosário, bondes puxados a burro. Fonte: FAMS



Figura 3-Cais do Porto, bonde elétrico. Fonte: FAMS

A historiadora santista, Maria Aparecida Franco Pereira (2011, p.3), lembra que, os bondes puxados a burros começaram a circular em 1871, sendo substituídos somente em 1904 pelos bondes elétricos. E nesse período, com o aumento da produção do café, o trânsito dos bondes e carroças tornou-se bem emaranhado, diante disso, foi criado o Código de Posturas de 1897 pelas autoridades municipais, contemplando as seguintes medidas:

- Proibição de estabelecimentos de cocheiras e estábulos dentro do perímetro urbano da cidade;
- As cocheiras e estábulos de casas particulares, deveriam observar certa condição de isolamento e ventilação;
- As cocheiras públicas, deveriam aumentar os cuidados no fornecimento de água para lavagem dos animais, materiais excrementícios diariamente reservados em carroças especiais e cuidados com os animais doentes;
- Os aposentos para habitação dos guardas ou empregados, deveriam guardar as condições necessárias para a higiene dos aposentos e boa conservação da ferragem;
- Era de responsabilidade: passageiros, mercadorias, água, terra, lenha, tijolos, capim e bagagens (PEREIRA, 2011, p.4)

Em relação ao Porto de Santos, em 2 de fevereiro de 1892 ocorreu a inauguração oficial do primeiro trecho, quando a Companhia Docas de Santos ¹⁹concluiu as primeiras obras de cais, mas foi no início do século 16 as primeiras atracções na baía de Santos e, a partir de então, experimentou grande crescimento, exportando todo tipo de insumo: açúcar, café, laranja, algodão, adubo, carvão, sucos cítricos, soja, veículos, granéis líquidos. Nessa data, atracou no porto de Santos, o navio a vapor Nasmith, de bandeira inglesa.

¹⁹ Companhia Docas de Santos, empresa privada, responsável pela infraestrutura do Porto de Santos, substituída pela Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo), Autoridade Portuária de Santos, empresa pública criada em 7 de novembro de 1980.

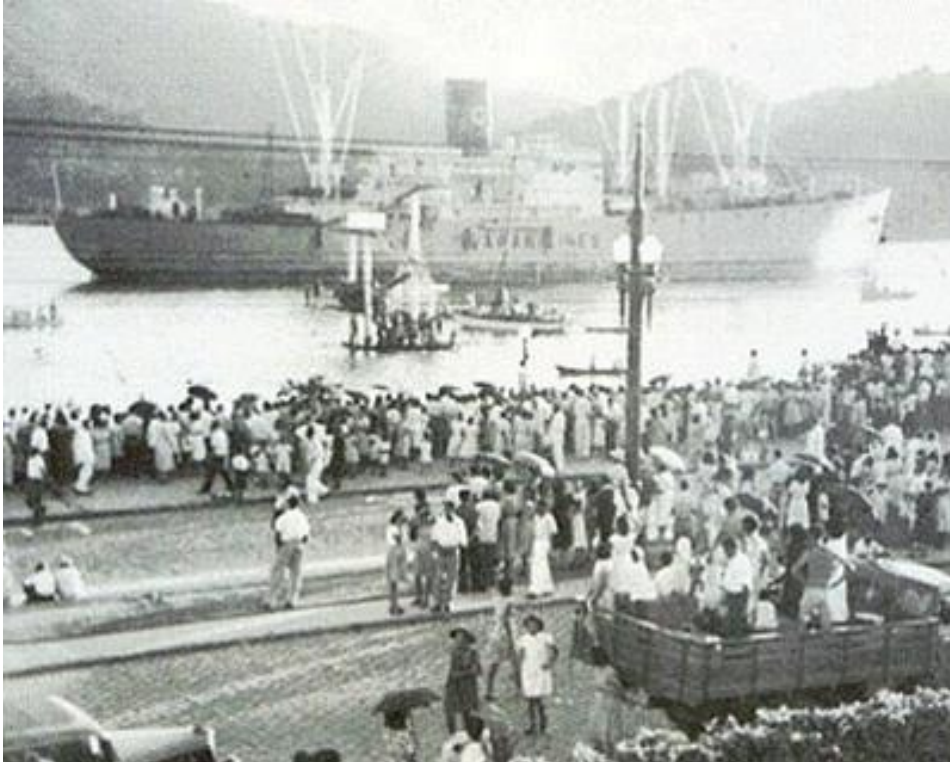


Figura 4-Inauguração do primeiro trecho do Porto. Fonte:<http://www.portodesantos.com.br/>

O fluxo de mercadorias na cidade teve um impulso com a inauguração do primeiro trecho, a construção da murada do cais mostrou que não havia mais a necessidade de manter as pontes e trapiches nesse trecho, resultando na rivalidade entre a Cia Docas e o comércio local representado pela Associação Comercial de Santos²⁰— fundada em 1870, desse conflito a Cia Docas saiu vitoriosa tendo o apoio do Governo Estadual que alegava irregularidades da arrecadação de impostos sobre as mercadorias que transitavam nos trapiches.

De acordo com Dias (2014), as obras no Porto, prosseguiu até o ano de 1909, atingindo 4.729 metros de expansão, a obras contribuíram para o saneamento da cidade, pois foi necessário o aterramento das praias lodosas por onde se erguiam os pontões, mas deixaram descontentes os comerciantes locais nesse processo de expansão que acabou por direcionar o comércio portuário às mãos da Companhia Docas (DIAS, 2014, p.28).

Essas obras interferiram diretamente no espaço urbano, ocasionando mudanças no sistema de transporte e na rede de atendimento a ele atrelado, na rede habitacional e estrutura urbana, e esperava-se que com a reforma do Porto as

²⁰ Conhecida também como a Casa do Empresário, tem como missão desenvolver negócios e encontrar soluções uniformes e sustentáveis para as questões empresariais da região, presta numerosos serviços ao seu quadro associativo, é incentivadora do desenvolvimento econômico do Porto de Santos e da Região Metropolitana da Baixada Santista.

condições sanitárias da região do porto progredissem. A Companhia Docas desempenhou um papel decisivo na reorganização da cidade, ao ocupar a zona marinha, não só aterrando as áreas que necessitavam ser aterradas, mas também destruindo e reconstruindo parte da área urbana.

As obras do Porto que sanearam os miasmas, foram articuladas e outras medidas contra demais substâncias inertes e putrefatas, como a construção de um novo cemitério, a canalização dos rios e a construção de uma rede de esgotos e drenagem das águas da chuva. Essas últimas tornaram-se patrimônio paradigmático e foram capitaneadas no início do século XX pelo engenheiro Saturnino de Brito (TERRA, 2016, p. 215)

A expansão do porto, a política sanitária de intervenção urbana e a construção da ferrovia Santos-Jundiaí, promoveu a expansão da comercialização do café, o estabelecimento de relações com o planalto e o estabelecimento de redes de serviços públicos, da transformação urbana santista no final do século XIX.

A cidade de Santos, até o final do século XIX, limitava-se a área central conforme o mapa da figura seguinte – Planta de Santos, produzida por Jules Martin²¹(1878), percebe-se na explicação da legenda da planta, que o crescimento acontece em torno do porto, com a localização da rede de transporte, do comércio local, o aumento de moradias e serviços para a população.

²¹ Pintor, professor, arquiteto, litógrafo, cartógrafo, desenhista, construtor e empresário francês, no campo da arquitetura, realizou importantes projetos urbanísticos para cidades brasileiras (Montiers, França, 1832 - São Paulo, SP, 1906).

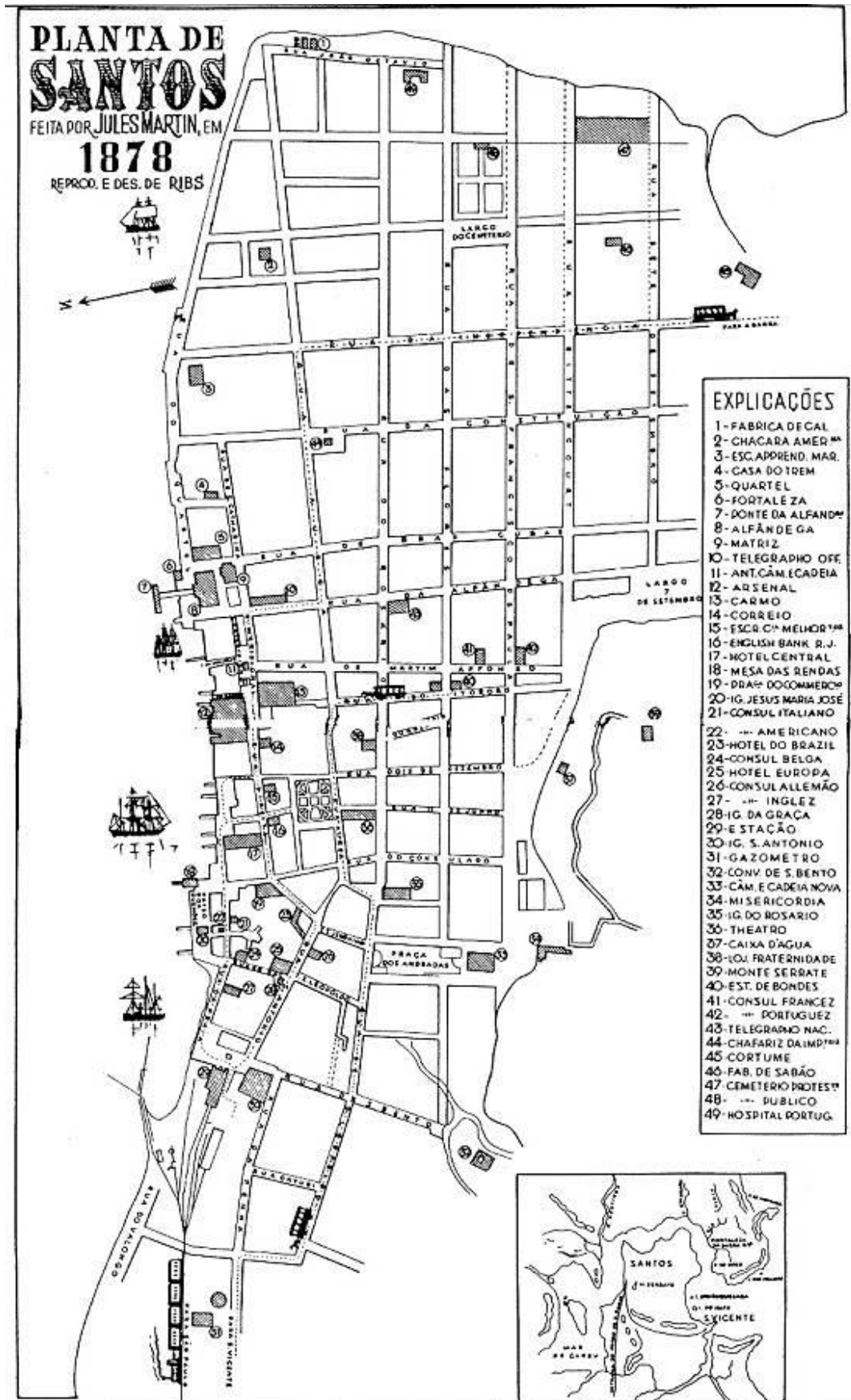


Figura 5-Planta de Santos. Fonte: Cartilha da História de Santos, de Olao Rodrigues, Santos/SP, 1980

Na pesquisa da dissertação de mestrado de Caleffi(2014, p.21) titulado “A educação na primeira república da cidade de Santos (1889-1908)”, destaca que o processo de urbanização já era uma realidade em 1878, e na cidade funcionava: consulados (americano, inglês, francês, italiano, belga, alemão e português); um banco inglês, duas igrejas, dois cemitérios, a Santa Casa de Misericórdia de Santos e o Hospital Português, duas fábricas (cal e sabão) e um curtume, hotel, caixa d’água, alfândega, correio, loja maçônica e a cadeia, na área de transporte: trem e bonde.

Na figura seguinte, também produzida por Jules Martin (1878), que recebeu a denominação "Mappa da Cidade de Santos e de S. Vicente. Seos edificios publicos. Hoteis, Linhas ferreas e de Bonds, Igrejas, Passeios”, é possível verificar no mapa alguns dos itens citados por Caleffi(2014, p.22):

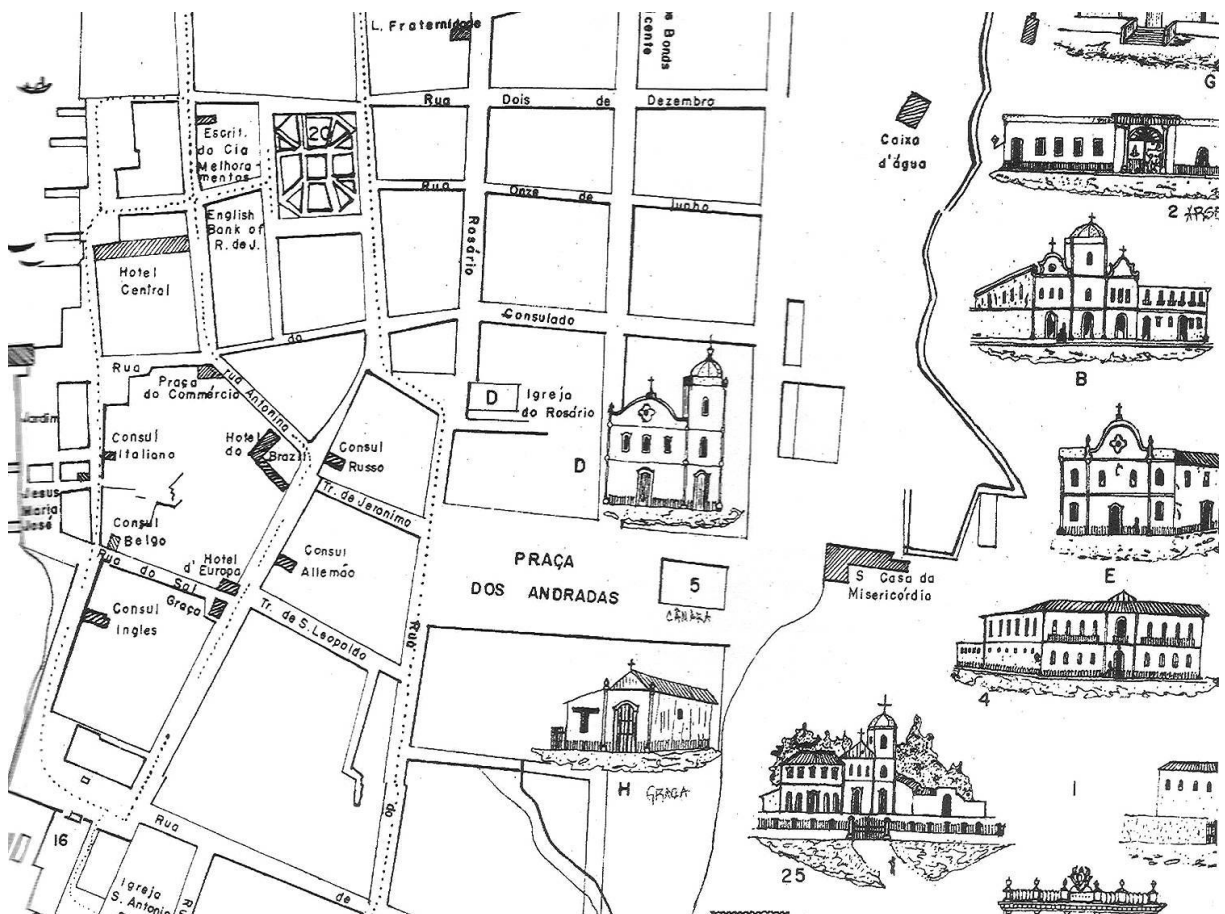


Figura 6-Planta da parte central da cidade. Fonte: Revista USP nº 41, de março/maio de 1999, editada pela Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo (USP), S. Paulo/SP

Em relação as condições de trabalho no Porto, os estivadores eram submetidos a horas de trabalho carregando mais de 60 quilos de café por vez, em ambientes insalubres, na figura abaixo podemos observar alguns trabalhadores carregando as sacas de café para o interior de um navio.

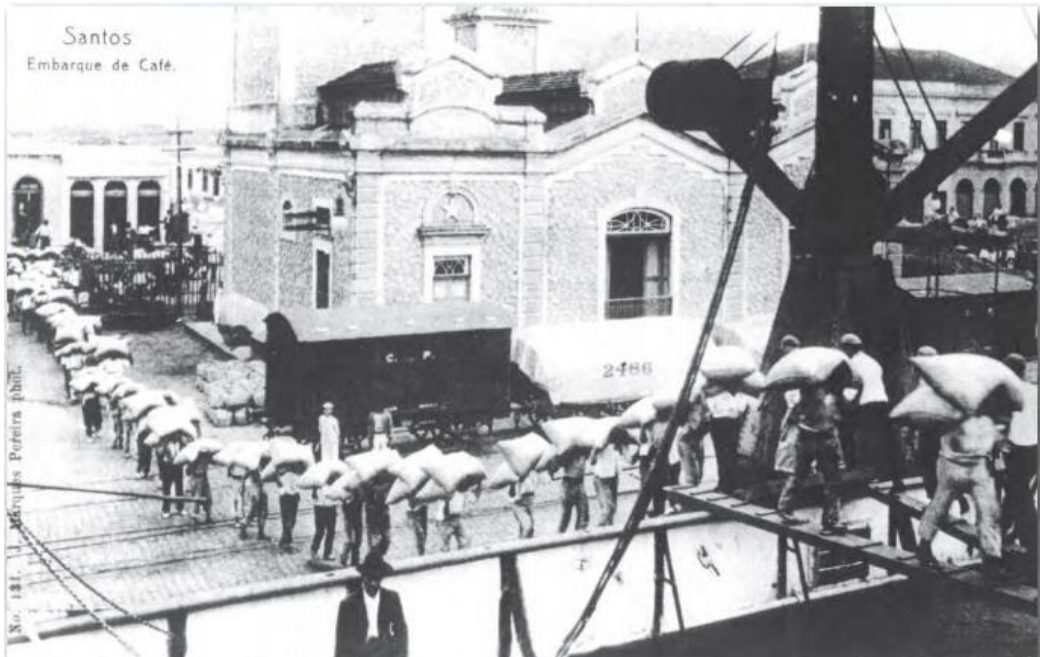


Figura 7-Trabalhadores transportando café para o navio atracado no porto de Santos. Fonte: Santos na Formação do Brasil-500 anos de História



Figura 8-Estivadores transportando sacas de café. Fonte: Acervo Museu do Café

PEREIRA (1980), cita que duas instituições mudaram permanentemente a divisão dos trabalhos do porto na cidade de Santos: os Armazéns Gerais e a Bolsa Oficial de Café. Os Armazém Gerais, passou a atuar como instituição autônoma de armazenamento e formação de lotes para exportação, a partir de década de 1930; A Bolsa de Café, tentou organizar um termo para negociações futuras fora dos pregões e da liquidação oficial, com a palavra das partes como única comprovação da venda, a Entrega Direta.

Apontado no trabalho de Caleffi(2014, p.46), Santos ficou conhecida como a Barcelona brasileira, em consequência de diversos movimentos e greves por melhores condições de trabalho, exploração e correntes filosóficas de esquerda que formaram uma classe operária consciente e aguerrida na luta por seus direitos.

Gitahi (1992), destaca entre 1889 e 1912, ocorreram sete greves, e as reivindicações eram por aumento de salário, segurança no trabalho e diminuição de jornada. Dessas sete greves, quatro delas especificamente da Cia Docas.

Conforme estudos da professora e historiadora Andrade(1989), mesmo com o esse período crítico de greves e manifestações, a cidade de Santos, teve um celeiro de investidores da economia cafeeira e o porto de Santos se tornou o porto do café. Diante desse cenário, houve a melhoria dos transportes e a expansão da cidade, mas com esses avanços também surgiram muitos problemas na área da saúde em ocorrência do crescimento demográfico sem as devidas condições de higiene e urbanização, resultando no surgimento de epidemias de moléstias, como: febre-amarela, varíola e peste bubônica, muitas pessoas que habitavam em Santos morreram devido essas epidemias afetando o desenvolvimento da economia cafeeira e o funcionamento do porto.

A cidade de Santos, no final do século XIX, foi local de graves enfermidades, devastando grande parte da população, devido ao seu processo de crescimento demográfico sem condições adequadas de urbanização (ANDRADE, 1989, p.21).

Segundo Vieira(2011), a reforma do porto trouxe mudanças significativas na reorganização do trabalho dos operários e no espaço da cidade. A Cia Docas, visando lucro, estabeleceu um regime de trabalho organizado, seguindo os moldes da racionalidade técnica, estabelecendo horários pré-determinados e articulação de

várias tarefas, com a finalidade de evitar o desperdício de tempo e a otimização do trabalho, a reforma do porto não ficou somente dentro normas técnicas, mas também no seu quadro de funcionários, exigindo um nível de escolarização que fossem capazes de ler, escrever e se comportar apropriadamente, para isso, a Cia Docas criou escolas de ensino primário, secundário e profissional, para os seus trabalhadores em janeiro de 1908, mês e ano também de início das atividades do Instituto Dona Escolástica Rosa.

1.1 O Crescimento Populacional

Do livro A Campanha sanitária de Santos-Suas causas e seus efeitos do médico Guilherme Álvaro, lançado em 1919 foi reproduzido a tabela 1 com os dados do crescimento demográfico de Santos no período de 1890 a 1919, observa-se o crescimento do número de habitantes no período de 1890, 13.012 habitantes ao ano de 1900, 50.389 habitantes, em um intervalo de 10 anos o número de habitantes cresceu em média por ano 3.737 habitantes. Os dados tabulados e analisados na tabela abaixo, demonstram apesar do número de óbitos por epidemias demonstrados nas tabelas: Tabela 2-Óbitos por Febre Amarela e Varíola (1880-1907) e Tabela 3-Óbitos por outras epidemias (1892-1907), um aumento significativo do número de habitantes, alguns indícios para isso: a chegada de imigrantes para trabalhar no porto e nas fazendas de café, a inauguração da linha férrea Santos-Jundiaí em 1867 facilitando a vinda de pessoas do planalto paulista, a libertação dos escravos em 1886 representado pela Sociedade Emancipadora “27 de fevereiro” e a construção dos quilombos.

| Ano | Habitantes | Percentual Aumento/Redução |
|------------|-------------------|-----------------------------------|
| 1890 | 13.012 | — |
| 1891 | 25.000 | 92,13% |
| 1892-1893 | 30.000 | 20% |
| 1894-1896 | 35.000 | 16% |
| 1897-1900 | 50.389 | 43,96% |

| | | |
|-----------|---------|---------|
| 1901-1904 | 45.000 | - 5,38% |
| 1905-1909 | 60.000 | 33,33% |
| 1910-1912 | 75.000 | 25% |
| 1913-1917 | 88.967 | 18,62% |
| 1918 | 95.365 | 7,19% |
| 1919 | 100.000 | 4,86% |

Tabela 1-Demografia de Santos. Fonte:Alvaro, Guilherme: Campanha Sanitária de Santos, suas causas e seus efeitos (1919)

Em 1890, a cidade ainda não possuía esgotos, tinha poucas ruas calçadas, a maioria mal niveladas e sem sarjetas capazes de promoverem o escoamento das águas pluviais, donde frequentes inundações nas épocas das chuvas. A água do abastecimento público já era escassa, usando-se ainda os poços que criavam os pátios e quintais, ao lado das fossas latrinas.

As praias sujas, negras, lodosas, desde o Valongo até o Paquetá, eram o repositório de quase todo o lixo da cidade, onde a limpeza pública, rudimentar, custava 38:000\$000 anuais, permanecendo ali as imundícies à espera das maiores marés, que carregavam-nas para a correnteza consumidora do canal. (ÁLVARO, 1919)

O Porto, tornava a cidade um ímã que atraía um número de habitantes cada vez maior, gerando uma crise no seu aspecto demográfico. O número de habitantes e o perfil da população foram alterados por um processo da imigração europeia, provocando transformações sociais em um espaço curto de tempo e em ritmo acelerado (ASSUNÇÃO,2016, p.78).

MELLO (2008) aponta que a inexistência de saneamento, principalmente na área portuária, somado ao número de habitantes que crescia nessa proporção por ano, nomeava o porto de Santos como “Porto Maldito”, dificultando o crescimento econômico da cidade. E segundo DIAS (2014), a limpeza pública era restrita a uma pequena área central, o lixo produzido na maioria das vezes era lançado em riachos que cruzavam a cidade ou na praia de areia lodosa. O calçamento, de pedras, era incipiente, por essas razões, a cidade padecia das diversas epidemias, a primeira captação de água, esta advinda do rio das Pedras, em Cubatão, foi feita em 1871 pela Companhia de Melhoramentos da Cidade de Santos, e os primeiros chafarizes foram instalados: Porto do Bispo, Praça dos Andradas, Largo do Carmo e Rua do Quartel.

Na obra da pesquisadora Lanna(1996), “Uma cidade na transição: Santos 1870-1913”, a autora analisa a cidade de Santos no período de 1870 e 1913, definido por ela como um período da ruptura do passado colonial e a construção da cidade moderna, tanto em relação com os aspectos físicos quanto as relações sociais, a autora analisou as políticas implementadas para o controle e combate das epidemias, a construção das ferrovias e a reforma do porto, analisou as transformações ocorridas na cidade, destacando as mudanças urbanísticas com a chegada dos imigrantes, quando a grande maioria veio em decorrência do porto, alguns seguiram viagem, enquanto outros permaneceram em Santos e nas cidades aos redores. Esses imigrantes tornaram trabalhadores vinculados nas atividades de exportação de café, lavouras cafeeiras paulistas e no comércio. E finaliza o trabalho analisando os moradores de Santos, as suas opções de trabalho, suas origens e possibilidades de sobrevivência. A população de Santos era composta por pobres, ex escravos, imigrantes portugueses e espanhóis que vislumbravam por oportunidades de trabalhos e crianças órfãs e abandonadas na cidade que sofriam pelas epidemias. Em 1913, a população residente em Santos era composta por 44,7% por estrangeiros, desses, 25% eram portugueses, 9% espanhóis e 3% italianos.

Os problemas citados no trabalho de Lanna (1996) atingiam principalmente as crianças porque a maioria ficou órfã de pai e mãe, ou somente de pai, mas a mãe não possuía condições de mantê-las, e as autoridades não forneciam atendimento adequado, agravando a situação dos problemas sociais na cidade. E, Vieira (2011) faz referência as crianças acolhidas pelo Asilo de Órfãos de Santos criado em 1889, cujos pais tinham sido vítimas dos surtos de epidemias.

Em virtude da grande quantidade de órfãos e da pobreza reinante em determinados estratos sociais na cidade, o Asilo de Órfãos representou um esforço no sentido de ajudar a organizar a cidade. Nesta época, a falta de saneamento básico, aliada ao crescimento populacional, deu margem a muitas epidemias. Pelo porto ingressavam levadas de imigrantes e era embarcado o café, que trazia enormes divisas para o país. O contraste entre a riqueza que entrava e a pobreza em que vivia parte da população era acentuado (VIEIRA, 2011, p. 10).

Sensibilizados com as crianças pobres e órfãs abandonadas na cidade, era comum as campanhas de arrecadação de alimentos, roupas, remédios e dinheiro por

parte dessas Instituições como o Asilo de Órfãos e o Instituto Dona Escolástica Rosa, para distribuição aos mais pobres, além dos setores burgueses, os trabalhadores, as igrejas e a população em geral (Gomes, 2001, p.57).

1.2 Santos – Palco do movimento Abolicionista

O movimento abolicionista propriamente dito, só teve início em Santos e São Paulo após o término da guerra do Paraguai, em 1870, os santistas militavam pela alforria de escravos que vagavam pelas ruas da cidade, carregando e descarregando café nos trapiches do Porto, e se misturavam ao crescente número de trabalhadores do porto, tanto nacionais como imigrantes, muitos deles eram propriedades de fazendeiros de café. De acordo com Machado (2013), a escravidão em Santos pode ser descrita e caracterizada como uma escravidão de pequena posse.

Santos se opôs à escravidão, embora não existindo uma lei municipal que acabasse com a escravidão humana, Dias(2014, p.6) cita que a câmara municipal possuía o Código de Posturas de 1883, que dependia do aval da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, foi utilizado para dar os contornos não só de seus poderes, mas, dentro de sua área de atuação, dos assuntos eleitos pelo corpo de vereadores em relação as ações de cidadãos dispostos a libertar alguns escravos e fornecer abrigo para aqueles que para a cidade fugiram. No período de 1883 a 1886, o corpo de vereadores era composto por:

| | |
|--|-------------|
| João Octávio dos Santos (Benemérito do Instituto Dona Escolástica Rosa) | Liberal |
| Benedito Narciso do Amparo Sobrinho | Conservador |
| José Antônio Pereira dos Santos | Conservador |
| José Proost de Souza | Conservador |
| Joaquim Manoel Alves de Lima | Republicano |
| Francisco Martins dos Santos Júnior | Liberal |
| Francisco de Paula Ribeiro | Republicano |
| Dr. Manoel Maria Tourinho | Liberal |
| Joaquim Xavier Pinheiro | Liberal |

Quadro 1-Vereadores da câmara municipal de Santos, período de 1883 a 1886. Fonte: DIAS(2014)

Para esse período do movimento abolicionista ocorrido na cidade de Santos, Pereira (1988, p.99), descreve a cidade como “Terra de comerciantes, dos comissários de café, e de outros grupos progressistas, abrigar os escravos fugidos e lutar pela sua emancipação total é programa que se impôs dentro de sua postura antiescravagista”.

A cidade de Santos fez jus ao seu título de 'terra da liberdade' e teve papel importante na história e na campanha contra a escravatura. José Bonifácio de Andrada e Silva, santista, nascido em 13 de junho de 1763, foi uma figura notável nesse movimento, junto à assembleia geral formulou um projeto com a finalidade da eliminação gradual do trabalho escravo. O Teatro Guarany foi palco de conferências, distribuindo a diversos escravos a carta de liberdade, tendo como orador José do Patrocínio, dando mais impulso a guerra travada contra o escravagismo.

[...] o memorialista Francisco Martins dos Santos, em seu livro datado de 1937, que a cidade de Santos já há muito via demonstrações contrárias ao trabalho servil, movimentando-se em atos abolicionistas, com associações para tal fim e periódicos que vociferavam ideias libertárias. Vários foram os defensores do fim da escravidão. (DIAS, 2014, p. 41)

A Sociedade Emancipadora “27 de Fevereiro” de 1886 foi criada com pretensões de libertação de escravos, por precursores do movimento abolicionista em Santos, cidadãos comuns, dentre eles, João Octávio dos Santos – benemérito do Instituto Dona Escolástica Rosa, além de: Xavier da Silveira, Luiz Gama, Antônio Bento, Francisco Martins dos Santos, Alexandre Martins Rodrigues, Luiz Ernesto Xavier, Augusto Fomm, Hyppólito da Silva, Padre Francisco Gonçalves Barroso, Sacramento Macuco, Antônio Manoel Fernandes e Joaquim Xavier Pinheiro, fizeram parte do primeiro movimento (DIAS, 2014, p.42). Além desses citados, também alguns médicos, que prestavam a atenção profissional aos escravos que chegavam doentes ou adoeciam aqui, como o Dr. Lobo Vianna, Dr. Manoel Maria Tourinho, Dr. Silvério Fontes, Dr. Soter de Araújo, Dr. Manoel Homem de Bittencourt e Henrique da Cunha Moreira, os mesmos que tantos serviços prestariam à população em 1889, na grande e desastrosa epidemia de febre amarela que devastou a cidade. A sociedade tinha a finalidade de promover a extinção do trabalho servil em Santos.

Dias(2014), em sua pesquisa, cita que na cidade de Santos era legal a propriedade de escravos, assim como a sua venda e compra, e menciona que não se afigura atestar que o movimento abolicionista foi assimilado de forma unânime, ocorreu uma conduta transversa, citando como exemplo Joaquim Xavier Pinheiro que assim como fazia parte do grupo de precursores do movimento abolicionista e mentor da criação do Quilombo do Jabaquara, em controvérsia foi detentor de escravos (DIAS, 2014,p.8).

Esse movimento foi criado durante as sessões ocorridas na Câmara de Santos, dos dias 23 de fevereiro de 1886 e 24 de março de 1886, sendo presididas por João Octávio dos Santos – benemérito do Instituto Dona Escolástica Rosa, na ocasião, presidente da Câmara. De acordo com os estudos de DIAS (2014), esse movimento representado pela Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro, possuía um periódico vinculado com o objetivo de dar visibilidade às suas atividades, além do periódico Diário de Santos que divulgava as suas pretensões de liberdade.

Outras entidades também foram criadas para os mesmos fins, a Sociedade Portuguesa de Beneficência D.Pedro V, criada em 1859 por portugueses, e em 1878 criou o Hospital da Sociedade Portuguesa Beneficência que praticava ações abolicionistas (DIAS, 2014, p. 5).

O “Livro de Escrituras de Compras e Vendas de Escravos” 1º Cartório de Santos, localizado na Hemeroteca Municipal Roldão Mendes Rosa, é uma evidência do comércio de escravos na cidade de Santos, localizamos registros do comércio de alguns escravos e seus respectivos negociantes e transcrevemos conforme anexo 5 desta pesquisa.

Retornando ao movimento “27 de fevereiro”, DIAS (2014) pontua nos seus estudos que:

No dia 27 de fevereiro de 1886 (sábado), nas dependências do Fórum de Santos, junto ao salão do Tribunal do Júri, como noticiou a edição de 28 de fevereiro de 1886, fez-se a declaração de liberdade, desonerando-se quase que a integralidade dos então libertos da prestação obrigatória de serviços (DIAS, 2014, p.74)

Na relação de libertos ocorrida na solenidade de 27 de fevereiro, alguns receberam carta de liberdade e outros a obrigação de trabalho por dois anos, mediante a partir daquele momento o pagamento de salários, e outros, o proprietário não

menciona as condições, constavam nessa relação os escravos do próximo quadro, reproduzidos do trabalho de DIAS (2014):

| Nome do Escravo | Faixa Etária | Proprietário |
|------------------------|---------------------|--------------------------------------|
| Bento | Acima de 65 anos | Henrique Porchat |
| Fernando | Acima de 65 anos | Henrique Porchat |
| Seraphim | Acima de 65 anos | Henrique Porchat |
| Bernardo | Acima de 65 anos | Henrique Porchat |
| Thomaz | Acima de 65 anos | Henrique Porchat |
| Valentim | Acima de 65 anos | Antônio Ferreira da Silva |
| Ventura | Acima de 65 anos | Albino Ferreira dos Santos |
| Mariana | Acima de 65 anos | Thomaz Antônio de Azevedo |
| Fortunato | Acima de 65 anos | Luiza Maria Botelho |
| Eliza | Acima de 65 anos | João Baptista de Lima |
| Antonio | Acima de 65 anos | Antônio José da Silva Bastos |
| Fabiano | Acima de 65 anos | Major Joaquim Xavier Pinheiro |
| Camillo | Acima de 65 anos | João Certiat |
| Antônio | Entre 60 e 65 anos | Souza Queiroz & Vergueiro |
| Vidal | Entre 60 e 65 anos | Souza Queiroz & Vergueiro |
| Matheus | Entre 60 e 65 anos | Major Xavier Pinheiro |
| Frederico | Entre 60 e 65 anos | Major Xavier Pinheiro |
| Manoel | Entre 60 e 65 anos | Joaquim Antônio Villas Boas Oliveira |
| Virginia | Entre 60 e 65 anos | Manoel Pereira da Rocha Soares |
| Benedicto | Entre 60 e 65 anos | Lalanne & Irmão |
| Manoel | Entre 60 e 65 anos | Lalanne & Irmão |
| Angelo | Entre 60 e 65 anos | Lalanne & Irmão |
| Martinho | Entre 60 e 65 anos | José Joaquim de Azevedo |
| José | Entre 60 e 65 anos | João Certiat |
| Joaquim | Entre 60 e 65 anos | Henrique Porchat |
| Miguel | Entre 60 e 65 anos | idem |
| Domingos | Entre 60 e 65 anos | Maximiliana Pereira Bueno |
| Roza | Entre 60 e 65 anos | Joaquina Roza do Amor Divino |
| Jose | Entre 60 e 65 anos | João de Andrade Bastos |
| Quitéria | Entre 60 e 65 anos | Luiza Maria Botelho |
| Luiz | Entre 60 e 65 anos | Antônio Marques de Carvalho |
| Maria Salomé | Entre 60 e 65 anos | Boaventura Rodrigues de Souza |
| Antônio | Entre 60 e 65 anos | Valencio Augusto Teixeira Leomil |
| Dionizio | Entre 60 e 65 anos | Vicente Barboza |
| Francisco | Abaixo de 60 anos | Dr. Manoel Homem de Bittencourt |
| Orozimbo | Abaixo de 60 anos | Jose dos Santos Bandeira |
| Guilherme | Abaixo de 60 anos | Sr. Souza Queiroz & Vergueiro |
| Fellipe | Abaixo de 60 anos | João Favot |
| Brigida | Abaixo de 60 anos | José Moreira de Sampaio |
| Maria | Abaixo de 60 anos | Mchilina Quirino Cardozo |

| | | |
|-----------|-------------------|---------------------------------|
| Luiza | Abaixo de 60 anos | Capitão João Sabino Pinto |
| Antônio | Abaixo de 60 anos | Antônio Macuco |
| Sebastião | Abaixo de 60 anos | Francisco Manoel Fernandes |
| Sophia | Abaixo de 60 anos | José Antônio de Azevedo |
| Amaro | Abaixo de 60 anos | Josepha Maria do Espírito Santo |
| João | Abaixo de 60 anos | Antônia Maria de Jesus |
| Rita | Abaixo de 60 anos | Antônia Maria de Jesus |
| Mathilde | Abaixo de 60 anos | Joanna Rodrigues |

Quadro 2-Relação de libertos ocorrida na solenidade de 27 de fevereiro. Fonte: DIAS (2014)

Além desses escravos relacionados no quadro anterior, durante o ano de 1886 até a assinatura da Lei Áurea em 1888, outros escravos foram libertos através do movimento abolicionista intitulado “27 de fevereiro”.

Para mencionar o movimento abolicionista ocorrido em Santos no ano de 1886, não podemos deixar de citar os quilombos que tiveram papel importante na luta desse movimento, os escravos fugitivos construíram comunidades clandestinas que sobreviveram com ajuda de negros libertos e brancos simpatizantes. O Quilombo do Jabaquara²², o mais famoso da região, foi um dos maiores do Brasil e estima-se que tenha abrigado 10 mil escravos fugidos das fazendas do interior do Estado, era de difícil acesso, atrás da Santa Casa Velha, ocupava um extenso espaço logo após a saída do túnel Rubens Ferreira Martins. Fundado em 1882, por iniciativa dos abolicionistas Américo Martins e Xavier Pinheiro, e protegido por Quintino de Lacerda, ex escravo que dava proteção àqueles que eram ainda o que ele foi em tempos passados.

²² Constituído em 1880, o Quilombo Jabaquara foi refúgio não só dos libertos e fugidos da região, mas também das demais regiões paulistas. Localizado no atual bairro do Jabaquara em Santos, o terreno foi arrendado aos negros por um italiano, contou com 2 a 10 mil “subtraídos à escravidão” ao longo dos 6 anos de funcionamento do quilombo.



Figura 9-Quilombo do Jabaquara. Fonte: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos028.htm>

O Quilombo de Pai Felipe surgiu na encosta do Monte Serrat, protegidos pela vegetação cerrada e caminhos tortuosos, seus ocupantes trabalhavam no corte de madeira para lenha e construção e na confecção de chapéus de palha. Além de protetor de escravos, Pai Felipe, negro da nação Nagô, foi considerado o precursor do carnaval de rua, que teve sua primeira manifestação pública no dia 13 de maio de 1888, durante os festejos da Abolição da Escravatura, quando o povo saiu de suas casas para festejar.

O Quilombo do Garrafão, localizado no centro histórico, na Praça Antônio Teles, recebeu esse nome em homenagem ao português José Theodoro Santos Pereira, o Santos Garrafão, que vivia maritalmente com a ex-escrava Brandina Pereira, ajudou a manter o quilombo do Jabaquara e comunicava aos abolicionistas a descida de escravos fugidos pela Serra do Mar.

Passados dois anos do movimento abolicionista na cidade, Santos recebeu com muitas festividades e entusiasmo a data de 13 de maio de 1888 – Lei Áurea, os navios no porto estivam bandeiras em comemoração, a população soltava foguetes e músicas soavam pelas ruas, os escravos dos quilombos dançavam samba no largo do Carmo. As festividades continuaram nos dias seguintes, alunos de escolas populares foram ao convento do Carmo em visita ao túmulo de José Bonifácio, o

Patriarca, e Quintino de Lacerda foi condecorado como um abolicionista fervoroso, em celebração ocorrida no antigo Asilo de Órfãos²³, atualmente, Casa da Criança.

1.3 As epidemias chegam à Santos

Diante das péssimas condições insalubres ao longo do século XIX na cidade, as ruas estreitas, o porto desarranjado, o trânsito precário de carroças carregadas de café, Santos era vítima frequente de severas epidemias e tanto o governo estadual como o federal não davam a devida importância para o problema. Em 1889, Santos foi atingida com as epidemias: febre amarela, impaludismo, peste bubônica, varíola e tuberculose, os problemas eram ampliados com o crescimento desordenado do porto, com a precária vigilância sobre os navios vindos de portos infectados.

Nesse processo, o porto era considerado um lugar de contágio, as águas paradas nos seus pátios, difundiam o mosquito transmissor da febre amarela e, o grande número de trapiches construídos sobre as baías, facilitava o acúmulo de ratos e pulgas, transmissores da peste bubônica, de 1890 a 1900 faleceram 22.588 pessoas atingidas por diversas moléstias, desse número, 6.688 de febre amarela, e grande parte dessas vítimas eram imigrantes (LOPES, 1974, p. 73). Lopes, utiliza a palavra “lazareto”, para identificar duas situações: a quarentena de navios e o isolamento.

Esse número expressivo de vítimas correspondia a aproximadamente metade da população, que de acordo com os números da tabela 1-Demografia de Santos, apontavam cerca de 50.389 habitantes no ano de 1900.

As moradias precárias era também fator para a proliferação das epidemias, a população amontoava-se em cortiços, becos e vielas, sem água e esgoto, construídos às pressas para abrigar a imigração e migração que chegava ao porto em busca de trabalho, tornado o ambiente vulnerável para a contaminação e expansão das epidemias.

Sem infraestrutura básica e com alto nível de insalubridade, as moradias precárias passaram a ser reconhecidas, pelos mais abastados em termo de poder econômico pelo governo municipal, como verdadeiros pardieiros, pocilgas, onde desocupados, operários e estrangeiros pobres conviviam, lado a lado, com doenças, sujeira e

²³ Instituição que oferece atendimento e cuidados de crianças órfãs, cujos pais faleceram vítima da epidemia de Febre Amarela no final do século XIX. Administrada Associação Protetora da Criança Desvalida, e atualmente a partir de 1956 passou a ser chamada Associação Casa da Criança de Santos.

com terrível abundância de pulgas e ratos, transmissores de pestes bubônica (LOPES, 1975, p. 39)

Os padrões de habitação na cidade para as classes trabalhadoras, podiam ser definidos da seguinte maneira: cômodos onde dormiam eram construídos com tábuas e telhados de zinco nos quintais das casas ou sublocação de quartos e porões, era constante a inexistência de banheiros ou latrinas, os dejetos eram jogados nos quintais ou terrenos baldios próximo às habitações (Lanna, 1996, p.74).

Os cortiços construídos às pressas, para albergar a numerosa imigração (...) pontuavam as zonas mais centrais surgindo nos pátios e nos quintais dos prédios, de qualquer tamanho, compostos de cubículos desasseados e acanhados, feitos de tábuas de caixotes e folhas de zinco. [...] Para fazer o transporte do café para as embarcações e da carga para o caminho de ferro, o número das carroças havia crescido enormemente, aumentando por isso o número de cocheiras, construídas também ao acaso, de qualquer feitio, com pranchões e telhas de zinco, quase sempre como complemento dos cortiços, sem água e sem esgotos, abafados e insalubres (Guilherme Álvaro, citado em Gitahy, 1992:31)

Segundo Álvaro(1919), o primeiro caso da epidemia de febre amarela vista em Santos foi no ano de 1853, a cidade continuou sofrendo por mais 16 anos com a Febre Amarela.

Na década de 1890 a 1900, a febre amarela provocou 6.683 mortes em Santos, que correspondia a metade da população santista, outras mortes também foram causadas por varíola, peste bubônica, impaludismo, disenteria e febre tifoide. Contribuía para essas epidemias, a falta de uma rede de esgoto e a região ser plana, constantemente alagada e sem vazão das águas para o mar.

O jornal “A província de São Paulo”, publicou um artigo com o título “A febre amarela em Santos”, no dia 8 de abril de 1889, na primeira página, escrito pelo poeta santista Vicente de Carvalho:

É pavoroso o estado sanitário de Santos. A febre amarela, ganha proporções assustadoras; outras febres secundam a epidemia em sua obra de destruição. Calcula-se em 1.400, dez por cento da população, o número de pessoas atualmente enfermas na cidade.

Esse cálculo consta de um documento oficial [...]

As classes preferidas do terrível mal são exatamente as classes desprovidas de recursos; é principalmente nos casebres sem ar e sem

sol, onde se aglomeram dezenas de indivíduos próximos da miséria, que a epidemia vai fazer sua colheita de vidas[...]

A imagem a seguir, descreve a ficha de acompanhamento médico de um paciente vítima de febre amarela, retratando o problema das epidemias que atingiam a cidade no final do século XIX.

N.º 107

ENFERMARIA ALMEIDA MORAES

Anno de 1892

Mes de Dezembro dia 23

as horas 10 da tarde

| | |
|--|--|
| <p>Nome <i>Edouard Sogoume</i></p> <p>Sobrinho <i>Solheiro</i></p> <p>Idade <i>24 annos</i></p> <p>Nacionalidade <i>Françesa (Atel) habitante</i></p> <p>Em viagem <i>?</i></p> <p>Superior <i>Arremburo Edouard Sogoume</i></p> <p><i>3 dias de melhora</i></p> | <p>Estado <i>?</i></p> <p>Admissão <i>23 de Dezembro</i> de 1892</p> <p>Fallecimento de</p> <p>de 1892 de horas da</p> <p>Diagnóstico <i>febre amarela</i></p> <p><i>alta</i></p> <p>Chirurgião <i>P. B. ...</i></p> |
|--|--|

REMEDIOS

| DATA | DIAGNÓSTICO | INTERIORS | DATA | EXTERIORS | DATA | OBSERVAÇÕES |
|------|-------------|---------------------|------|-----------|------|-------------|
| 23 | 1 1 1 | <i>restrição de</i> | | | 23 | <i>36-8</i> |
| | | <i>nutrição de</i> | | | 24 | <i>36-7</i> |
| | | <i>ausência de</i> | | | 25 | <i>36-8</i> |
| | | <i>desmarche-4.</i> | | | 26 | <i>36-0</i> |
| 24 | 9 7 | <i>4 chagras...</i> | | | | |

Figura 10-Ficha médica de paciente diagnosticado com Febre Amarela. Fonte: Acervo: FAMS-AP

Os obituários de Santos no período de 1876-1897, indicam que das vítimas de febre amarela, aproximadamente 80% eram imigrantes portugueses e espanhóis, que exerciam funções comprometedoras à saúde física, atividades braçais, como ensacadores, carregadores, carroceiros e estivadores (MATOS, 1995, p. 73).

Andrade (1995, p.92) cita que a hegemonia do café coincide com o início da fase das epidemias. Café, negócio e prosperidade; melhoria de nível de vida; epidemias associadas a prejuízos; sofrimento e morte. E a cidade não oferecia saneamento, moradia e educação que correspondesse ao aumento demográfico ao que a cidade estava submetida.

Nesse período, o Porto crescia desordenado, gerando problemas ambientais devido a insuficiência de água e esgoto e a falta de fiscalização na chegada dos navios vindos de outros portos, colocava a cidade exposta a surtos de epidemias,

acrescentando nesse cenário, os hábitos que a população possuía e que precisavam ser modificados. A qualidade de vida piorou sensivelmente na medida em que a população aumentava e, essa população morava amontoadas em moradias precárias, becos, cortiços e vielas, sem água e esgoto, em condições vulneráveis à contaminação e a proliferação de epidemias.

Álvaro (1919), registra em sua obra, as principais epidemias em Santos no período de 1853 a 1918:

| Epidemias | Período de infecção |
|------------------|--|
| Cólera | 1855 |
| Coqueluche | 1861-1864, 1912,1915 |
| Disenteria | 1869-70, 1888, 1890 |
| Febre Amarela | 1853, 1857-1861, 1869-1870, 1872, 1873, 1876, 1878-1880,1889-1900 |
| Febre Tifóide | 1884-1885 |
| Impaludismo | 1883-1884, 1915-1917 |
| Peste Bubônica | 1899, 1900, 1901-1903, 1906-1907, 1909, 1911, 1913 |
| Sarampo | 1887, 1907, 1909, 1911, 1915 |
| Varíola/Alastrim | 1859, 1863, 1865, 1872, 1873-78, 1887, 1889, 1892-1894, 1897-1899, 1904, 1906, 1908, 1912-1914 |
| Gripe Espanhola | 1918 |

Quadro 3-Epidemias em Santos. Fonte: ÁLVARO, Guilherme. A campanha Sanitária em Santos: suas causas e efeitos

De um lado a cidade progredia e por outro as epidemias mostravam um outro cenário. Desde a metade do século XIX, várias moléstias faziam vítimas, matando tanto a população fixa como a flutuante. Observa-se no quadro 4, que a febre amarela foi a primeira epidemia, reaparecendo quatro vezes durante a década de 1850, outras epidemias, como: coqueluche e a varíola levou a óbito vários habitantes, além do impaludismo, o sarampo, a tuberculose e a peste bubônica. Esse era o cenário que João Octávio dos Santos (1830-1900) presenciava na cidade no final do século XIX.

As causas dessas epidemias estavam relacionadas a fatores naturais, as chuvas dos verões quentes, formava extensos manguezais e propiciava a proliferação de mosquitos e o aumento da maré, dificultava o escoamento da água parada. A cidade não possuía coleta de lixo e esgoto, fator que contribuía também para propagar doenças, era comum ter cocheiras com alfafa para alimentar os animais utilizado no transporte urbano, que atraía ratos e por conta dos roedores veio a peste bubônica.

Vieira (2006, p.34), cita que até o final do século XIX, não se conhecia a forma de transmissão das doenças, inclusive da febre amarela, medidas para controlar a

proliferação não eram tomadas. O número de navios e a falta de fiscalização sanitária era um fator transmissor, os navios traziam doentes que acabavam disseminando as doenças. Muitos habitantes, acabaram morrendo, e crianças filhos dessas vítimas, eram entregues à própria sorte, essas crianças poderiam ter sido o público-alvo do Instituto Dona Escolástica Rosa.

O projeto em busca do saneamento e urbanização da cidade, estavam relacionados à prática de evitar que as exportações de café fossem prejudicadas, assim como o comércio e os grandes produtores de café, a preocupação com essa problemática existia mas a cidade não dispunha dos recursos necessários para executar as mudanças necessárias, necessitando da intervenção da União para a modernização do porto, construção do cais e saneamento básico da cidade, com o objetivo de proteger a exportação do café, considerado o ouro negro brasileiro Caleffi(2014,p.23).

Andrade (1989, p.75) reproduz um levantamento das moléstias que levaram a óbito boa parte da população, entre 1880 e 1907, período esse que corresponde com o desejo de João Octávio dos Santos (1830-1900), benemérito do Instituto Dona Escolástica Rosa, construir a Instituição. Em efeito dessas moléstias citadas, morreram na cidade de Santos, 22.588 habitantes, e analisando esse levantamento, percebe-se que a febre amarela foi a moléstia que mais vitimou, sendo o período mais grave de 1887 a 1900, conforme destacado na tabela abaixo, 7.536 vítimas de febre amarela e 1.213 de varíola, as crianças órfãs dessas vítimas, poderiam ser possíveis público-alvo do Instituto Dona Escolástica Rosa, pois teriam entre 9 a 13 anos no ano de inauguração do Instituto.

| Óbitos por Febre Amarela e Varíola. Período: (1880-1907) | | |
|---|----------------------|----------------|
| Ano | Febre Amarela | Varíola |
| 1880 | 34 | 0 |
| 1881 | 6 | 0 |
| 1882 | 1 | 0 |
| 1883 | 8 | 0 |
| 1884 | 0 | 0 |
| 1885 | 1 | 0 |
| 1886 | 9 | 0 |
| 1887 | 84 | 0 |
| 1888 | 0 | 220 |
| 1889 | 750 | 11 |
| 1890 | 35 | 3 |

| | | |
|------|------|-----|
| 1891 | 930 | 24 |
| 1892 | 1742 | 823 |
| 1893 | 1642 | 59 |
| 1894 | 172 | 39 |
| 1895 | 1085 | 6 |
| 1896 | 435 | 11 |
| 1897 | 37 | 6 |
| 1898 | 362 | 7 |
| 1899 | 2 | 3 |
| 1900 | 260 | 1 |
| 1901 | 2 | 31 |
| 1902 | 1 | 4 |
| 1903 | 7 | 1 |
| 1904 | 2 | 77 |
| 1905 | - | 6 |
| 1906 | - | 0 |
| 1907 | - | 3 |

Tabela 2-Óbitos por Febre Amarela e Varíola (1880-1907). Fonte: Andrade (1989, p.75)

Além, da febre amarela e varíola, outras epidemias vitimaram também a população santista, no período de 1892 a 1907, conforme estudos de Andrade (1989, p.76):

| Óbitos por outras epidemias (1892-1907) | | | | | | | | | | |
|--|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------------------|--------------------|----------------|-------------------|-----------------|---------------|-----------------------|
| Ano | Tuberculose | Impaludismo | Febre Tifoide | Tétano (recém nascidos) | Dissenteria | Sarampo | Coqueluche | Difteria | Canero | Peste Bubônica |
| 1892 | 130 | 66 | 19 | 57 | 12 | 2 | 3 | 3 | 3 | - |
| 1893 | 135 | 78 | 33 | 57 | 45 | 26 | 3 | 1 | 3 | - |
| 1894 | 173 | 104 | 25 | 39 | 15 | 1 | 2 | 1 | 3 | - |
| 1895 | 148 | 141 | 9 | 13 | 5 | 17 | 16 | 1 | 5 | - |
| 1896 | 161 | 143 | 8 | 62 | 10 | 18 | 2 | 2 | 7 | - |
| 1897 | 154 | 110 | 18 | 33 | 14 | 16 | 1 | 1 | 2 | - |
| 1898 | 176 | 128 | 17 | 38 | 14 | 4 | 3 | 0 | 2 | - |
| 1899 | 172 | 121 | 30 | 26 | 19 | 21 | 23 | 1 | 7 | 14 |
| 1900 | 165 | 119 | 22 | 25 | 12 | 1 | 2 | 2 | 8 | 2 |
| 1901 | 173 | 78 | 8 | 10 | 7 | 45 | 7 | 4 | 16 | 5 |
| 1902 | 163 | 74 | 21 | 35 | 7 | 7 | 19 | 3 | 12 | 4 |
| 1903 | 180 | 91 | 16 | 35 | 1 | 1 | 20 | 4 | 10 | 15 |
| 1904 | 185 | 60 | 10 | 35 | 5 | 17 | 12 | 1 | 10 | 5 |
| 1905 | 173 | 40 | 6 | 10 | 5 | 14 | 10 | 2 | 16 | - |
| 1906 | 170 | 33 | 6 | 26 | 6 | 13 | 7 | - | 22 | 3 |
| 1907 | 197 | 42 | 9 | 12 | 8 | 39 | 9 | 3 | 16 | 4 |

Tabela 3-Óbitos por outras epidemias (1892-1907). Fonte: Andrade (1989, p.76)

Analisando a tabela acima, as moléstias tuberculose, impaludismo e febre tifoide levaram a óbito o maior número de pessoas, tuberculose 2.655 vítimas, impaludismo 1.428 vítimas e febre tifoide 257 vítimas, não podendo deixar de destacar tétano que atingia os recém-nascidos e, essa taxa de mortalidade passou a cair a partir de 1905.

Ao verificar o estudo de SILVA (1992), é possível perceber o aumento do número de instituições para cuidar dos órfãos, vítimas das epidemias, dava a impressão de que os membros da elite local estavam preocupados com o aumento da população, e com a incontrolável situação de insalubridade que assolava a cidade. Para receber esse número de órfãos, era preciso criar instituições para controlar, domesticar e educar os novos cidadãos de acordo com os preceitos burgueses de trabalho e funcionamento da cidade.

Diante desses dados, o porto de Santos, passou a ter uma reputação negativa perante os portos estrangeiros, por contas desses fatos, foi antecipado uma reforma total do porto e, na década de 1890, criado o serviço de Sanitário do Estado, vinculado à Secretaria dos Negócios do Interior, devido as epidemias percorrer para o território paulista, obrigando o Governo do Estado tomar medidas para controlar tal situação.

Na sua obra, Andrade (1989), cita o seguinte relato de um viajante alemão sobre fatos ocorridos na cidade de Santos no final do século XIX:

Da cidade em si, a única coisa interessante que há a dizer é que, a partir do mês de novembro até fins de abril, transforma-se em vasto cemitério internacional (ANDRADE, 1989, p. 39).

Além do número de óbitos por diversas epidemias citados na Tabela 3, a gripe espanhola vitimou mais de 800 habitantes da cidade de Santos durante o período de outubro a dezembro de 1918, obrigando o fechamento de escolas e medidas sanitárias. Santos, ocupou o segundo lugar em número de óbitos da gripe espanhola no Estado de São Paulo, a insalubridade da cidade, com clima quente e úmido, a aglomeração no porto de pessoas vindas tanto do exterior como de várias partes do País e as moradias precárias, certamente contribuíram para a proliferação da epidemia e as centenas de mortes.

Na notícia publicada no Jornal A Gazeta do Povo de 15 de outubro de 1918, informava que o vírus possivelmente chegava através dos tripulantes e passageiros do navio denominado Demerara que carregava o selo espanhol, chegando ao Brasil

pelo porto de Recife em setembro de 1918, passando em sequência pelos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Santos.

NT. 60 Santos - Terça-feira, 15 de Outubro de 1918 ANNO... 2580 Numero

A gripe "hespanhola"

Está grassando intensamente na cidade

Precauções a tomar

Estado
ação e pela
serviços
das saccas

neros alimenta- que a luglaterra por motivo da D. Que não ve- o mesmo com a fraude não a culpa pri- daquelle com- desse ou da- gado. Ella irá ia, absoluta, in- nosso governo de honestidade tercio exporta- razoavel que, omo é, soffra conceitos, uni- eviandades que ão burecratica

s e precipita- s nossos ho- tomam a si cer- maneira deso- se iniciam ser- sem a prévia s as probabili- nem o exame possíveis ef- ; a preocupa- agir com ce- evidentemente lance que se o vem accen-

Propaga-se assustadoramen- te em toda a cidade a gripe hespanhola cujos casos se multiplicam, nesta cidade, de dia para dia, de hora para hora. As enfermarias da Santa Casa, como as da Beneficente Portugueza, tem varios casos e, pelas residencias particula- res, innumerous outros se vão registrando. Durante a noite a ambu- lancia da «Assistencia Publica», trabalhou assiduamente, trans- portando doentes, e durante o dia continuou a sua faina. Mais de cincoenta casos se tratam nos dous hospitaes e varias casas commerciaes de nossa praça tem os seus qua- dros de pessoal muito desfal- cados. As providencias das auto- ridades sanitarias, por melhores que sejam, não podem evitar a propagação da gripe, que se alastra com o proprio ar. Urge, porém, que se trate desde logo de evitar a maior contaminação, sendo de aconselhar o fechamento provisó- rio das escolas, a exemplo do que se fez no Estado do Rio, na Capital Federal, na Bahia e em Pernambuco. O sr. vice-prefeito municipal

para melhor e mais facil tra- tamento dos doentes de gripe, o uso de um purgativo logo que alguem se sinta atacado, para desimpedir o ventre. Embota a benignidade do mal, é conveniente que não se facilite com elle. Temos publicado prescrip- ções medicas que julgamos de utilidade e a qualquer facul- tativo que sobre o assumpto queira escrever, pomos á dis- posição as nossas paginas. — Em visita que fizemos á Santa Casa conversamos com os medicos drs. Alberto de Moura Ribeiro e Virgilio Aguiar, clinicos do hospital, que nos disseram não ter o mal tanta gravidade, aconse- lhando o dr. Ribeiro, como remedio preservativo, a formula seguinte:

P. grammas de as- perina, meia de quinino, divididos em quatro capsulas para ser uzado uma de 4 em 4 horas.

—Na Companhia Docas o numero de doentes ascende a cerca de 180.
—Na casa Johnson o numero subio a 23, sendo 14 no terno de trabalhadores, 7 no escripto-

Influenza hes
OU

Já é do dominio pub- las monobras do nosso as maiores e mais seris bras que as nossas forças realizariam, até hój, fo pensas, por motivos da rina... Não foram adiadas, pa- mez ou para quando a ces-asse: foram considerad realizadas... Tem dado que peo- go-to "tranchant", dos nos- picuous dirigentes, nem mundo abundando nas razões em que se estribara nhores do governo, cheg- guns a avançarem que o m- tal resolução está muito ser a apavorante influen- terras de Castelar... Mas, se não foi a e) alguma coisa de pod-rosco no animo dos nossos mai- duzindo-os a matar na ca- pinto que prometia muit- Assoalham os linguar perversos que os boatos européa talvez expiquem a suspensão das manobras os ataques da gripe. Chegam a dizer que a dia a militarização do Br- que voltaram ao pacifismo agudo, com dez mil hom- tropa permanente e, talvez tarde, apenas milicias esta- En não négo nem af- registro: Creio que há m- de exaggero nas asserç- quem assim se expante, u- posso negar que, sob o sol, houve paiz mais ingenho- cuidado que este, onde o grande e só o homem é pi- (quem o diz é James Br- Se assim é, com cert- nossos estadistas já concluir esta guerra é a ultima e paz ali está, para que mar- Se foi este o raciocin- illustres mandatarios da v-

Figura 11-Jornal A Gazeta do Povo, relatando a chegada da Gripe Espanhola em Santos. Fonte: www.memoriasantista.com.br

Mesmo a imprensa local²⁴, informando que a gripe espanhola fatalmente chegava em Santos, ainda assim, autoridades sanitárias alegavam que os riscos não eram grandes, mas infelizmente a doença se alastrou, registrando mais de 10.000 infectados e de 853 mortos em três meses, elevando a taxa de mortalidade de Santos que não ocorria há muito tempo por conta do projeto da construção dos canais para o combate de outras moléstias epidêmicas e, a maior parte dessas vítimas eram das áreas populares e periféricas. As estratégias para o combate dos casos da gripe espanhola foram estabelecidas principalmente nos navios que chegavam ao Porto de Santos e os hospitais contavam com a ajuda de médicos que vieram de São Paulo e, em dezembro de 1918 o número de óbitos diminuiu consideravelmente, dando por encerrado o período epidêmico, registrando no ano seguinte, em 1919, 39 óbitos e em 1920, 36 óbitos.

1.4 Saneamento - a execução das obras de Saturnino de Brito

O início do século XX foi um grande desafio para a cidade para combater as epidemias, durante um pouco mais de 60 anos a cidade lutou contra os seus efeitos e se via diante da necessidade da preparação da infraestrutura urbana com o objetivo de crescer a exportação do café e o aumento do comércio, para isso, o porto passou por remodelação urbana.

Até o final do século XIX, a cidade não havia ultrapassado os limites da área central, foi completamente reconstruída pelas obras de saneamento promovidas pelo Governo do Estado.

Mello (2008), refere-se a comissão sanitária como polícia sanitária, porque tinha a função de vistoriar habitações, promovendo desinfecções, fiscalizando a limpeza de quintais e de terrenos baldios e, demolindo edifícios condenados. A comissão de saneamento que era ligada à Secretaria de Agricultura, seria responsável pelas obras de canalização de água e da construção de rede de esgotos.

No livro Ventos do Mar, Trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana em Santos (1889-1914), Gitahy (1992) fruto da sua tese, aponta que as

²⁴ O Jornal A Gazeta do Povo publicou no dia 15 de outubro de 1918 que a Gripe Espanhola se propagava de maneira rápida na cidade de Santos, os hospitais Santa Casa de Santos e Beneficência Portuguesa estavam com vários casos de vítimas. Para evitar uma maior contaminação, as autoridades decidiram fechar provisoriamente as escolas, a exemplo que se fez nos estados do Rio de Janeiro, Brasília, Bahia e Pernambuco.

reformas no porto de Santos, contribuíram para o saneamento de boa parte da cidade, principalmente ao espaço portuário, ficando de responsabilidade do Poder Público pelo saneamento restante da cidade.

O projeto da obra dos canais foi apresentado em 1905, e a construção iniciou em 1907, com a responsabilidade de projetar e implementar a canalização de água pluvial e a rede de esgoto, com o objetivo de resolver a problemática das epidemias, das inundações da cidade de Santos, canalizando rios e criando canais de drenagem, mas desde 1903, pedidos tinham sido feitos do atual presidente da câmara, Júlio Conceição, o executor do testamento do João Octávio, para investimentos nos serviços de esgoto da cidade. De acordo com os planos do engenheiro sanitário Saturnino de Brito, foram construídos os canais que cortaram a cidade, do centro a ponta da praia. Além da proposta de Saturnino de Brito, várias outras propostas foram encaminhadas ao setor público, mas por fim, foi aceito o projeto de Saturnino de Brito. Para acompanhar o projeto, foram criadas duas comissões sanitárias, coordenadas pelo médico Guilherme Álvaro além de uma comissão de saneamento sob a liderança também de Saturnino de Brito.

A imagem a seguir, demonstra a planta elaborada por Saturnino de Brito para canalizar as águas pluviais da cidade.



Figura 12-Projeto de Saturnino de Brito, obra dos Canais. Fonte: Álbum Comissão Saneamento de Santos, 1908

Não foi tarefa fácil para o engenheiro Saturnino de Brito em um primeiro momento, convencer os vereadores santista aprovar o seu projeto, a Câmara Municipal deu o parecer da comissão de obras ao adiamento da planta para uma oportunidade futura, justificando através de estudos técnicos e jurídicos que o projeto era impraticável levando em consideração as condições econômicas do município. O então diretor de obras públicas da prefeitura, Dr. Silva Telles, apontava erros e deficiências na planta de saneamento do projeto completando com o parecer do Dr. Nilo Costa, consultor jurídico do município, dando no seu parecer que a aprovação da planta afetaria propriedades particular. Em resposta ao parecer, Saturnino de Brito publicou artigos no jornal o Estado de São Paulo demonstrando suas considerações a respeito da planta do projeto e questionando o governo municipal sobre os motivos da não aprovação.

Sobre esses conflitos entre a Câmara Municipal e o engenheiro Saturnino de Brito, SOUSA (1914) na sua obra cita que os vereadores definiam Saturnino de Brito como um sonhador em desejar a aprovação de um projeto caríssimo sem previamente planos de aquisição de verbas.

[...] é um sonhador, é um delirante, é um vigilâmbulo, sonha acordado, vive sob a influência auto-sugestiva das desvairadas inspirações de sua ardente imaginação, estimulada pelo seu orgulho (SOUSA, 1914, Cap. III).

O Governo Paulista interveio nesse conflito, assumindo a responsabilidade da execução das obras, levando em consideração não somente a necessidade pública, mas por ora a expansão da cidade, não eximindo a Câmara Municipal da sua autonomia e responsabilidade, ficando a cargo do recolhimento exclusivo de impostos pagos do contribuinte santista para o custeio do orçamento da obra.

Em 1908, os poderes executivo e legislativo da Prefeitura Municipal de Santos foram separados, e diversas modificações na estrutura urbana da cidade foram realizadas, permitindo uma estabilidade política, e um das realizações mais relevante para a cidade foi a aprovação da continuidade do projeto de saneamento de Saturnino de Brito, a criação dos canais, proporcionando o controle das epidemias que atormentava a cidade e estendia-se para a Capital, a construção do cais do porto pela

Companhia Docas e a expansão urbana rumo à Barra, no início do século XX (Cafelli, 2004, p.73).

No projeto de Saturnino de Brito foram idealizados nove canais que, possuíam ligação com o mar para utilizar as marés com a finalidade de impedir que a água ficasse parada, tornando se um foco de reprodução do mosquito transmissor da febre amarela, contemplava um sistema de separação da água fluvial do esgoto, projetando o envio dos despejos em estações elevatórias e, através da construção de tubulações, levava esses despejos para o alto mar. A inauguração dos trechos iniciais dos trabalhos da Comissão de Saneamento ocorreu em 27 agosto de 1907, contemplava a rede de esgotos com as devidas instalações domiciliares até a trama e canais, serviços concluídos nos próximos anos sob a responsabilidade além do engenheiro sanitarista Dr. Saturnino de Brito do engenheiro Miguel Presgrave e nesse mesmo período a comissão de saneamento de Santos, publicou o Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906-07, impresso em 1908, com diagramas e fotos destacando as inaugurações dos canais, nessa obra estão especificados a quantidade de serviços executados (Quadro 1) e os custos dos canais (Quadro 2) das obras inauguradas até agosto de 1907.



Figura 13- Capa do Álbum, exemplar cedido a Novo Milênio para digitalização

O canal 1 e o canal da Rua Rangel Pestana, foram os primeiros canais inaugurados, a imagem seguinte mostra as obras iniciais do canal 1.



Figura 14-Início das obras do Canal 1, trecho da Vila Mathias. Fonte: Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906-07

Na imagem seguinte, foto do canal 1 sendo inaugurado em agosto de 1907.

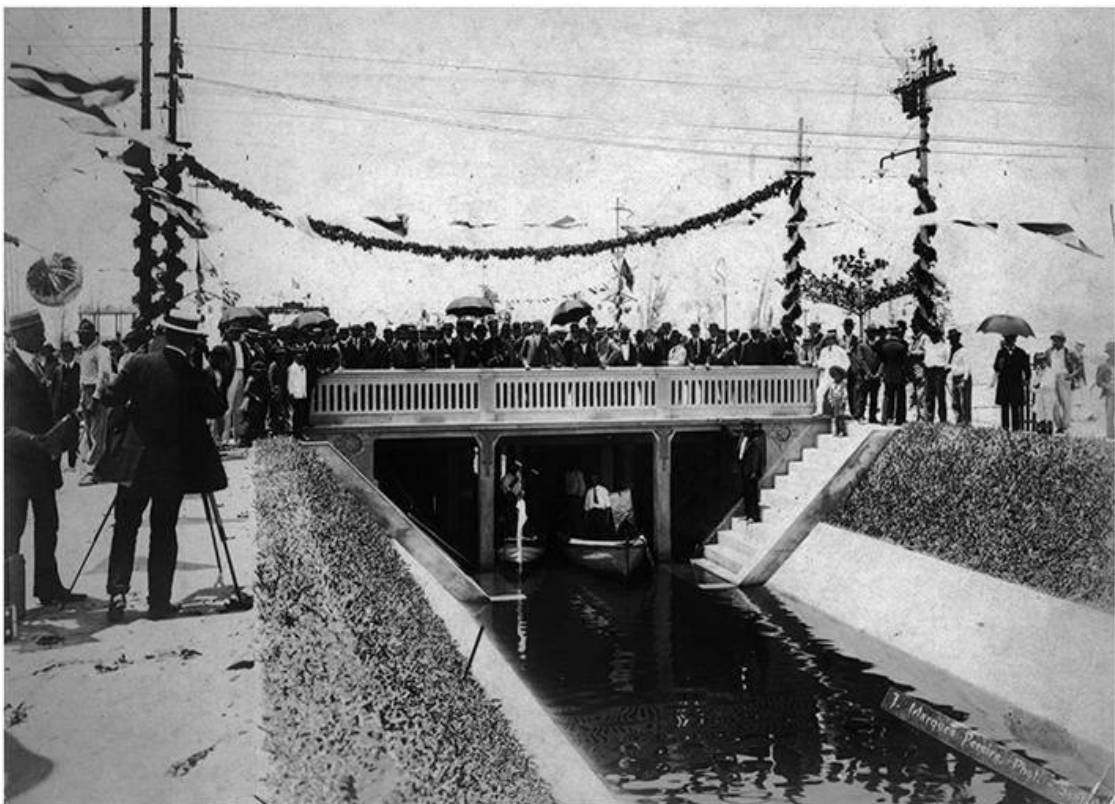


Figura 15-Inauguração do Canal 1- agosto 1907. Fonte: Álbum Canais de Drenagem Superficial - 1906-07

Na imagem abaixo, a inauguração do Canal da Rua Rangel Pestana em agosto de 1907.



Figura 16-Inauguração do Canal da Rua Rangel Pestana-agosto 1907. Fonte: Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906-07

Sobre o projeto de Saturnino de Brito, Andrade(1995), explica nos seus estudos:

Basicamente, consistia em dois sistemas: um de esgoto e outro de galerias pluviais para recolhimento das águas da chuva. Um conjunto de nove canais de drenagem superficial cortava a parte santista da Ilha de São Vicente. Apesar de receber comportas, os canais de drenagem eram ligados de modo a receberem as águas do mar, através da força das marés, impedindo que águas paradas proliferasse a reprodução dos mosquitos transmissores da febre amarela (Andrade, 1995, p.93).

A imagem abaixo mostra a galeria fluvial do canal Braz Cubas em 1907:

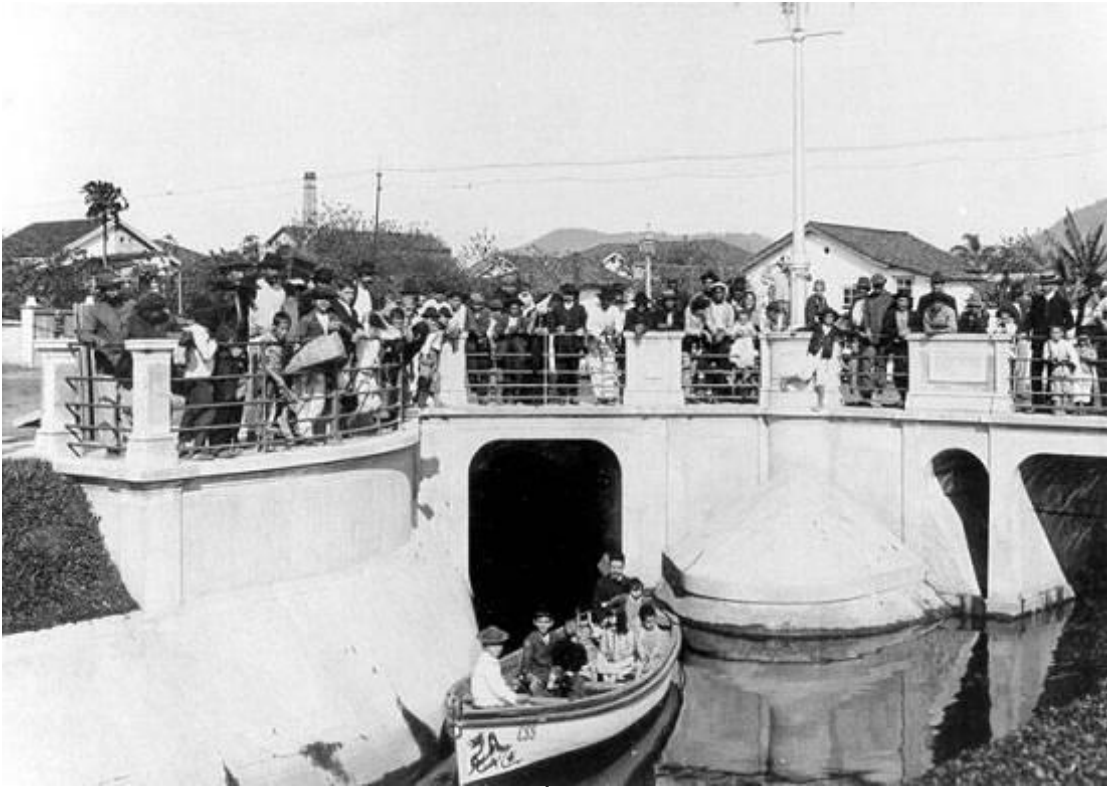


Figura 17-Canal Braz Cubas em 1907. Fonte: Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906-07

Na imagem seguinte, o mesmo canal no ano de 1915:

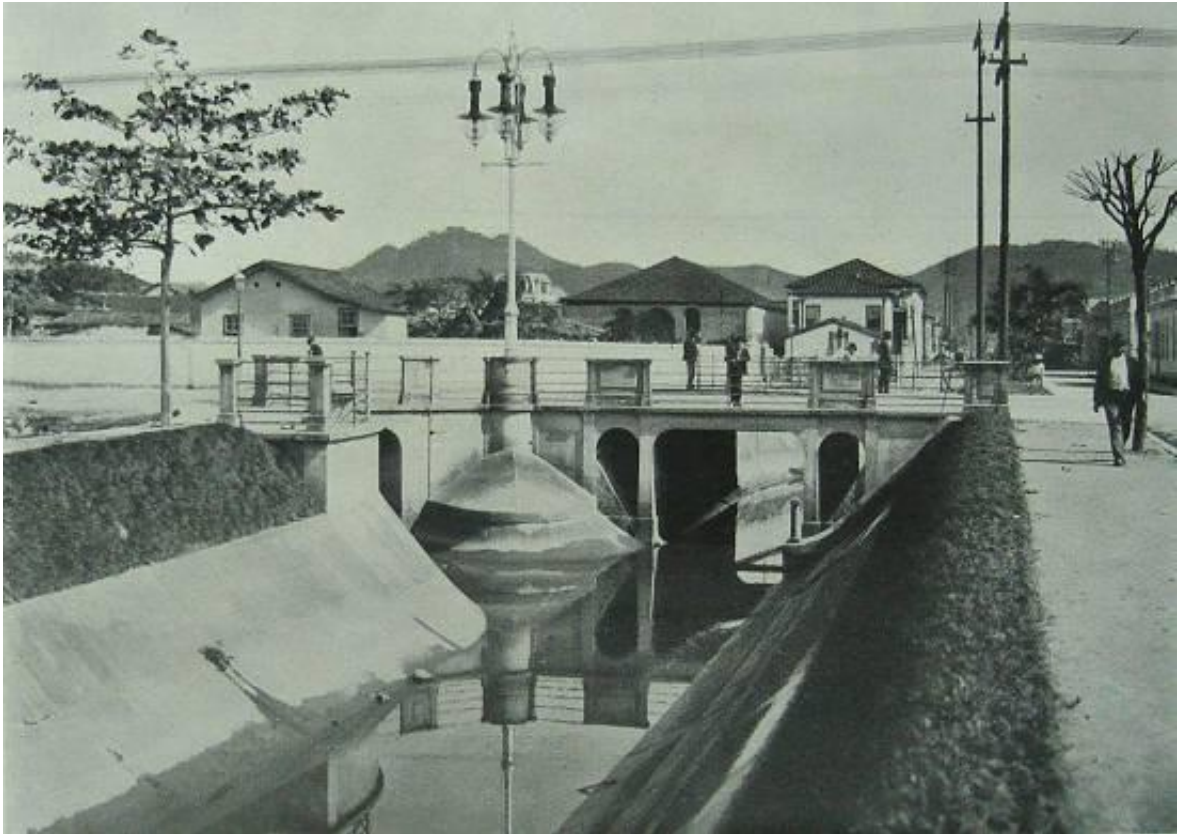


Figura 18-Canal Braz Cubas. Fonte: Acervo Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos

Gomes (2001, p.45), afirma que os planos e ações de Saturnino de Brito e Guilherme Álvaro era remodelar e higienizar a cidade para atender principalmente à circulação de mercadorias, e atender as pessoas, retirando a população pobre do perímetro urbano, inclusive os órfãos do Instituto Dona Escolástica Rosa.

O Plano de Saneamento de Saturnino de Brito para a cidade de Santos, constituiu um referencial urbano importante e viabilizou a expansão da cidade. Na obra *Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906-07*, o editor do volume inicia com a seguinte afirmação: *“É a obra de maior significado na constituição da escola brasileira de engenharia sanitária, porque nela se elabora concretamente a diretriz técnica nacional relativa dos esgotos, etapa que precedeu passo análogo referente ao abastecimento d’água”*.

Mello (2008, p. 11), sobre o projeto de saneamento dos canais, determinou um traçado de grandes avenidas na cidade, que contribuiu com o desenvolvimento de Santos, naquela época, o “saneamento” corresponderia ao que hoje chamamos de “urbanismo”.

Atualmente o conjunto dos canais do Plano de Saneamento projetados por Saturnino de Brito, encontra-se tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio

Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT)
- Governo do Estado de São Paulo, Proc. 40224/00, Livro do Tombo Histórico:
inscrição 353, p. 95, Resolução SC 23 de 16/06/2006, publicado no Diário Oficial de
Santos-SP, 21 de junho de 2006 p.20, conforme a figura:

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Despachos do Responsável pelo Expediente da Superintendência
De 8-6-2006
No Processo nº 231.856/2006, é declarado encerrado o Convênio nº 3.461/2007, celebrado com o Município de Baitão...

EQUIPE DE ASSISTÊNCIA DE AO

Processo nº 9.565.678/06-2006. Convênio nº 3691. Conventos - DER e o Município de Vargem. Objeto - fornecimento de materiais para a execução das obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal Vargem - RUP-412...

Processo nº 244.918/06-2006. Convênio nº 3691. Conventos - DER e o Município de Matrinça. Objeto - fornecimento de materiais para as obras e serviços de recuperação da estrada vicinal Alberto Cocca...

Processo nº 245.017/06-2006. Convênio nº 3683. Conventos - DER e o Município de Castilho. Objeto - execução das obras e serviços de pavimentação da vicinal Castilho - São João do Pau D'Alho...

Processo nº 244.533/06-2006. Convênio nº 3692. Conventos - DER e o Município de Itobi. Objeto - execução das obras e serviços de recuperação asfáltica na estrada vicinal Itobi...

Processo nº 244.910/06-2006. Convênio nº 3699. Conventos - DER e o Município de São Miguel Arcanjo. Objeto - execução das obras e serviços de recuperação de materiais para pavimentação da estrada vicinal São Miguel Arcanjo...

Processo nº 243.205/06-2006. Convênio nº 3688. Conventos - DER e o Município de Tabatinga. Objeto - fornecimento de materiais para a execução das obras e serviços de pavimentação de materiais para a estrada vicinal Tabatinga...

Processo nº 9.565.678/06-2006. Convênio nº 3691. Conventos - DER e o Município de Vargem. Objeto - fornecimento de materiais para a execução das obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal Vargem - RUP-412...

Processo nº 9.565.678/06-2006. Convênio nº 3691. Conventos - DER e o Município de Vargem. Objeto - fornecimento de materiais para a execução das obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal Vargem - RUP-412...

Processo nº 9.565.678/06-2006. Convênio nº 3691. Conventos - DER e o Município de Vargem. Objeto - fornecimento de materiais para a execução das obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal Vargem - RUP-412...

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Divisão Regional de Assis - DR 7
Estrada de Termino de Encantamento
11.1. de 2495.6 - Item 35 - Fm. 562953 - PP nº 07.0005.390/07/2006

Divisão Regional de Bauri - DR 3
Despachos do Diretor, de 20-6-2006
Exp. 00776-170R.372.006 - BAURI PANINS IND. E COM. LTDA - Indefinido o requerimento do It.34...

Divisão Regional de Campinas - DR 1
Estrada de Termino Aditivo e Modificativo
TAM nº 45 de 01/05/06, Item 36, It. 922892, Contratação: 13.669.4 - Projeto Presental nº 01/0001/DIR.105. Contratante: DER. Contratada: GSN - Grupo de Segurança e Vigilância Ltda.

Divisão Regional de Taubaté - DR 6
Termo da Decisão de Uso
Expediente nº00672/17/DIR.05/2006 - Termo de Cessão de Uso nº 02/12/006 - Retificação da publicação do Edital nº 26/2005 de 25/05/2005 It. 1 - onde se lê inventário nº 4629-C, lê-se inventário nº 4225-C.

DEPARTAMENTO AEROVIAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estradas de Notas de Empenho
Processo nº 00008/DAESP. Província 133. Bóia Eletétrica de Comprimento do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BECSP. Edital Eletrônico de Contratações CV 9794/2006. Oferta de Compra 162701.16056.2006C000048.

Processo nº 00008/DAESP. Província 133. Bóia Eletétrica de Comprimento do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BECSP. Edital Eletrônico de Contratações CV 9794/2006. Oferta de Compra 162701.16056.2006C000048.

Processo nº 00008/DAESP. Província 133. Bóia Eletétrica de Comprimento do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BECSP. Edital Eletrônico de Contratações CV 9794/2006. Oferta de Compra 162701.16056.2006C000048.

Processo nº 00008/DAESP. Província 133. Bóia Eletétrica de Comprimento do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BECSP. Edital Eletrônico de Contratações CV 9794/2006. Oferta de Compra 162701.16056.2006C000048.

Cultura

Resolução SC - 23, de 16-6-2006
O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.435, de 16 de março de 1979, cujo artigo 134 e 140 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto Estadual nº 20.955, de 1º de março de 1983...

Resolução SC - 23, de 16-6-2006
O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.435, de 16 de março de 1979, cujo artigo 134 e 140 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto Estadual nº 20.955, de 1º de março de 1983...

Resolução SC - 23, de 16-6-2006
O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.435, de 16 de março de 1979, cujo artigo 134 e 140 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto Estadual nº 20.955, de 1º de março de 1983...

Resolução SC - 23, de 16-6-2006
O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.435, de 16 de março de 1979, cujo artigo 134 e 140 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto Estadual nº 20.955, de 1º de março de 1983...

Resolução SC - 23, de 16-6-2006
O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.435, de 16 de março de 1979, cujo artigo 134 e 140 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto Estadual nº 20.955, de 1º de março de 1983...

Resolução SC - 23, de 16-6-2006
O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.435, de 16 de março de 1979, cujo artigo 134 e 140 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto Estadual nº 20.955, de 1º de março de 1983...

Resolução SC - 23, de 16-6-2006
O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.435, de 16 de março de 1979, cujo artigo 134 e 140 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto Estadual nº 20.955, de 1º de março de 1983...

Resolução SC - 23, de 16-6-2006
O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.435, de 16 de março de 1979, cujo artigo 134 e 140 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto Estadual nº 20.955, de 1º de março de 1983...

Resolução SC - 23, de 16-6-2006
O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto Estadual nº 13.435, de 16 de março de 1979, cujo artigo 134 e 140 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto Estadual nº 20.955, de 1º de março de 1983...

o canal da Av. General San Martín; o canal da Av. Ulrico Meira e a Baixa do Mercado, situada a Praça Inácio Martins;

3. A Estação Eletrotécnica da Av. Conselheiro Nobilis, equipada com 50 transformadores e 30 postes; amparos, com os componentes operacionais do sistema;

3. A Estação Eletrotécnica da Av. Conselheiro Nobilis, equipada com 50 transformadores e 30 postes; amparos, com os componentes operacionais do sistema;

Resolução SC - 24, de 19-6-2006
Institui Comissão Especial de Licitação designa os membros titulares e suplentes para julgamento das propostas de licitação referentes a modernização de equipamentos de engenharia e reforma dos Quadros de Tensão de 440 Volts...

O Secretário do Estado da Cultura, com fundamento no artigo 98, inciso II, alínea "f", do Decreto Estadual nº 50.659 de 31 de março de 2006, resolve:

Artigo 1º - Designar para comporem a Comissão de que trata o artigo 1º, os seguintes membros: Membro Titular: Maria Silveira Ruzza; Membro Suplente: Carina Cristina Pali; Membro Titular: Maria Silveira Ruzza; Membro Suplente: Carina Cristina Pali...

Artigo 3º - A Presidência da Comissão será exercida por MARIO ORADA.

Despacho do Secretário, de 20-6-2006
Considerando que o Instituto Iliac Cultural - CNPJ nº 57.119.000/0001-27, com endereço a Av. Paulista nº 149 - São Paulo - SP, cumpre as disposições da Resolução Conjunta 37/02 - nº 02, de 23 de abril de 2002 e Resolução SC 149/2002, expedidas para efeito de regulamentar os artigos 5º, 1º e 9º do Decreto Estadual nº 6.655, de 1º de abril de 2002...

Resolução SC - 625/2006 - Interessado: Vilar - Apoio da Cultura, Educação e Produção Social
Assunto: Disponibilização de obras de arte, para o acervo da Pinacoteca do Estado.

Assunto: Disponibilização de obras de arte, para o acervo da Pinacoteca do Estado.

Assunto: Disponibilização de obras de arte, para o acervo da Pinacoteca do Estado.

Assunto: Disponibilização de obras de arte, para o acervo da Pinacoteca do Estado.

Assunto: Disponibilização de obras de arte, para o acervo da Pinacoteca do Estado.

Figura 19-Publicação no Diário Oficial do Processo Estadual de Tombamento-Proc.40224/00, inscrição 353 p.95. Fonte:http://condepmaat.sp.gov.br/benstombados/conjunto-de-obras-de-saneamento-da-baixada-santista-de-saturnino-de-brito/

2. PERSONALIDADES NA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO

Esse capítulo vêm discorrer sobre a participação de Júlio Conceição (1864-1938), membro da sociedade cafeeira, pessoa de confiança de João Octávio no papel de testamenteiro e inventariante; a participação do escritório do engenheiro Ramos de Azevedo (1851-1928) responsável pela construção do prédio que teve na sua arquitetura o estilo neoclássico; a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos²⁵, designada a instituição responsável em administrar os setenta e quatro imóveis deixados por João Octávio e administrar o Instituto depois de concluído a construção, além do benemérito do Instituto, João Octávio dos Santos (1830-1900).

2.1 João Octávio dos Santos – Benemérito do Instituto

João Otávio dos Santos (1830-1900), liderança na cidade de Santos envolvido na promoção da instrução popular, benemérito do Instituto Dona Escolástica Rosa. Mulato, filho da escrava Escolástica Rosa de Oliveira²⁶ e supostamente do Conselheiro João Octávio Nébias²⁷ que o batizou e cuidou da sua educação.



Figura 20-João Octávio dos Santos. Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

²⁵ Santa Casa de Misericórdia - Hospital situado na cidade de Santos, São Paulo, Brasil.

²⁶ Escrava, mãe de João Octávio dos Santos, falecida em 1853.

²⁷ Conselheiro Nébias, nasceu em Santos, no ano de 1811. Ocupou os cargos de Juiz Municipal de Santos, Deputado Provincial, Presidente da Assembléia Provincial de São Paulo, Juiz de Direito de Paranaguá, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Presidente da Província de São Paulo, Senador do Império, Ministro da Justiça e Conselheiro Imperial de D. Pedro II. Fonte: RODRIGUES, Olao. Cartilha da História de Santos. Prefeitura Municipal de Santos, 1980.

De acordo com os estudos de Rodrigues (1980), Conselheiro João Octávio Nébias, suposto pai de João Octávio dos Santos, teve papel importante na vida pública do Estado de São Paulo assim como em outros Estados, nasceu em Santos no dia 1º de junho de 1811. Bacharel em direito pela Academia de Ciências Sociais e Jurídicas, iniciou sua vida pública em Santos em 1834, nomeado juiz municipal e em 1835 foi presidente da Assembleia Provincial de São Paulo e conselheiro imperial de D. Pedro II, e no Rio de Janeiro, vice-presidente e presidente da Câmara de Deputados. Em 1841, passou a militar o Partido Conservador e, como conservador foi eleito deputado por mais três vezes no período de 1843 a 1870, e no Rio de Janeiro, deputado provincial. Foi nomeado juiz de direito de Paranaguá no período de 1841 a 1843, além de juiz do Termo de Itu e da Comarca de Sorocaba. Em 1852, foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, mas retornou no mesmo ano para São Paulo porque foi nomeado presidente da província de São Paulo. Em 1854, recebeu o Hábito de Cristo do imperador e no mesmo ano, e em 1871 quando eleito conselheiro imperial de D. Pedro II, retornou ao seu antigo partido, liberal. Em 1872, faleceu na cidade do Rio de Janeiro, com 61 anos de idade.

João Octávio dos Santos, recebeu do seu suposto pai o apoio necessário nos estudos para adentrar ao mundo dos negócios, tornando-se um próspero comerciante. Nascido em 1830, em Santos no dia 8 de março e faleceu no dia 9 de julho de 1900, acumulou fortuna como pioneiro no comércio exportador de fumo e bananas para a Argentina e importador de trigo. Financiador da campanha abolicionista em Santos, apoiou os organizadores dos quilombos, acolhendo os escravos fugidos da província paulista.

Trabalhou, também, com a escrituração de firmas de vários comerciantes da região, progrediu sua fortuna rapidamente, administrou seus próprios negócios no comércio de mercadorias, e investiu a sua riqueza na compra de imóveis em vários lugares da cidade, além de comprar ações. Administrou os seus bens até véspera de sua morte.

Dono de uma grande fortuna e sem herdeiros diretos, dedicou os últimos anos de sua vida exclusivamente à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos nomeando-a mantenedora do Instituto Dona Escolástica Rosa; do qual foi provedor aproximadamente por vinte anos de 1875 a 1878 e de 1883 a 1896, antes disso, foi "irmão" da Entidade (como são chamados os sócios da Irmandade Santa Casa de

Misericórdia de Santos, mantenedora do hospital), conforme consta no Livro 1,2 e 3 de Irmãos do período 1830 a 1878, demonstrado nas próximas duas imagens:

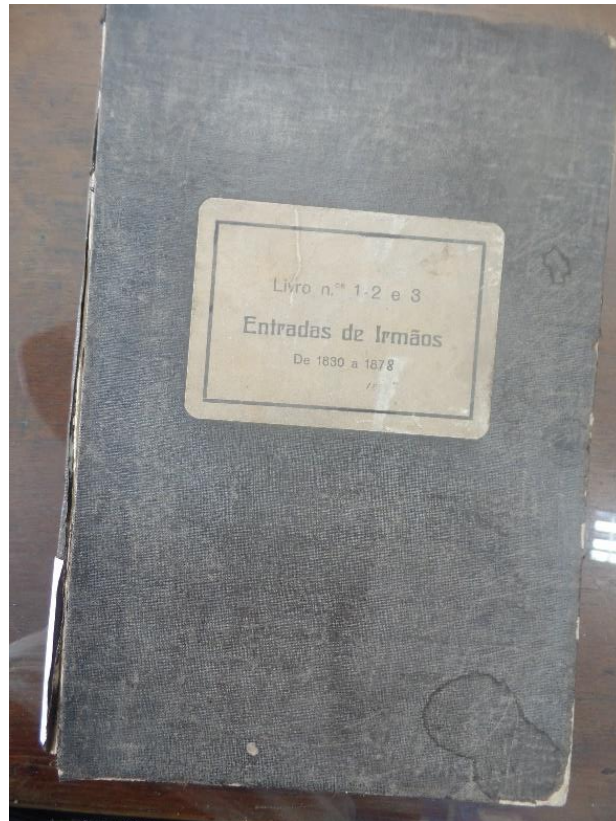


Figura 21-Livro 1,2 e 3 de Irmãos do período 1830 a 1878. Fonte: Acervo da Irmandade da Santa Casa de Santos

Página do registro de entrada do João Octávio dos Santos no ano de 1870 como “irmão” da Irmandade da Santa Casa de Santos, devido à escrita, não é possível uma leitura fácil, mas o seu nome pode ser localizado no final da página:

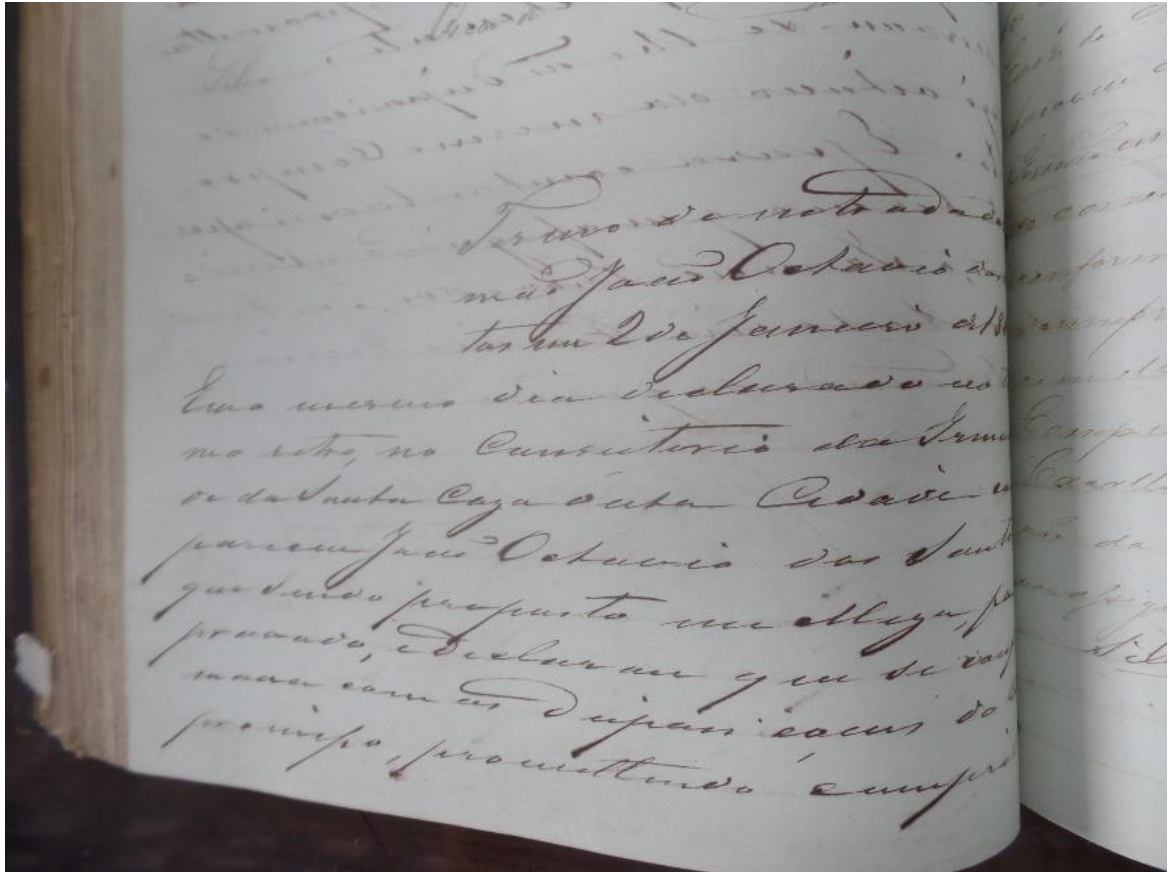


Figura 22-Registro de entrada do João Octávio dos Santos no ano de 1870 como “irmão” da Santa Casa. Fonte: Acervo da Irmandade da Santa Casa de Santos

Percebendo que a sua vida chegava ao seu fim, (sofria de arteriosclerose), deixou documentado – por meio de testamento - o desejo de criar um Instituto educacional.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos²⁸, da qual João Octávio fora provedor por cerca de vinte anos, foi designada no testamento a instituição responsável por administrar os direitos, custeios e manutenção perpétua do Instituto Dona Escolástica Rosa, assim como administrar os setenta e quatro imóveis do espólio de João Octávio dos Santos. Isso ocorreu desde a sua inauguração no ano de 1908 até 1933. (GOMES, 2001, p.5).

Teve participação importante na história da construção do Instituto Dona Escolástica Rosa, além de ser a instituição herdeira de parte dos bens do benemérito do Instituto – João Octávio dos Santos – foi responsável durante a construção juntamente com Júlio Conceição por decisões que influenciaram desde o local da sua construção até a escolha dos primeiros funcionários, e após a inauguração do

²⁸ Hospital localizado na cidade de Santos, instituição herdeira dos bens de João Octávio dos Santos.

instituto, responsável pela administração pedagógica, assim representada pela mesa administrativa da Irmandade.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos é uma instituição hospitalar brasileira, segundo hospital do Brasil, antecedido apenas pela antiga Santa Casa de Misericórdia de Olinda. Fundada em 1543 por Brás Cubas, fidalgo português e líder do povoado do porto de São Vicente, posteriormente vila de Santos, auxiliado por outros moradores, iniciou em 1542 a construção. O primeiro prédio surgiu numa região que se tornaria mais tarde a cidade de Santos, no sopé do outeiro de Santa Catarina, no centro de Santos. Inclusive uma das versões para a origem do nome desta cidade, é a construção desse hospital, inicialmente nomeado como Hospital de Todos os Santos. João Octávio, no seu testamento, define a Irmandade da Santa Casa como meninas dos olhos e descreve os cuidados administrativos que a Irmandade deveria ter para com o Instituto Dona Escolástica Rosa, conforme Conceição (1908):

O Instituto Dona Escolástica Rosa, com vida própria, deverá ter da Santa Casa os cuidados de boa orientação administrativa, de tudo cuidando e zelando como de cousa sua que própria fosse, nunca fornecendo-lhe auxílio de espécie alguma proveniente do abolo da caridade, precisamente rara para não terem os benefícios do Instituto o cunho de esmola feita aos educandos, visto a criação ser de intuítos mais alevantados (CONCEIÇÃO, 1908, p. 21)

É a mais antiga instituição assistencial e hospitalar em funcionamento do Brasil, uma vez que o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Olinda foi extinto. É também o maior hospital da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Em 1665, foi construído o segundo prédio, no Campo da Misericórdia, atual Praça Visconde de Mauá. Antes da construção do segundo prédio, a Irmandade da Santa Casa teve problemas financeiros, deixando de possuir sede própria, conforme estudo de Ivamoto(1998):

Houve um progressivo empobrecimento da comunidade e da Irmandade, sendo que o hospital deixou de possuir edifício próprio em 1620, e em 1654 chegou a paralisar suas atividades. Em 3 de outubro de 1654, D. Jeronymo de Athayde, conde de Athouguia, capitão general do Estado do Brasil, fez provisão de recursos financeiros aos Irmãos da Misericórdia de Santos, atendendo petição destes. Com a provisão governamental foi possível concluir, em 1665, a construção

do segundo prédio da Santa Casa e da sua igreja, em local que ficou conhecido como Campo da Misericórdia, posteriormente denominado Largo da Misericórdia, Largo da Coroação e, por último, Praça Visconde de Mauá, junto ao prédio da prefeitura (IVAMOTO, 1998, p. 9)

O terceiro prédio, inaugurado em 1836, pelo médico Claudio Luiz da Costa, eleito provedor, foi construído no sopé do Monte Serrat, antigo morro de São Jerônimo, teve também como provedor o João Octávio dos Santos – no período de 1875 a 1878 e de 1883 a 1896. Em 10 de março de 1928, foi parcialmente destruído por um deslizamento de terra, com perda humana e material, sendo notícia em diversos periódicos no Brasil e no exterior, assim como descreve Willians (2018).

A dor santista pelas mortes violentas de oitenta e um moradores da Travessa da Santa Casa (28 crianças, 19 mulheres e 34 homens) foi integralmente registrada nas páginas de dezenas de jornais brasileiros e estrangeiros. O drama das buscas e dos sobreviventes eram contados a cada passo, assim como o receio de novos desmoronamentos e o destino da Santa Casa de Misericórdia de Santos, o mais antigo hospital do Brasil, fundado em 1543 por Braz Cubas (WILLIANS, 2018, p.4).

O jornal Correio Paulistano, publicou no dia 11 de março de 1928 na primeira página na edição 23187, sobre a tragédia, definindo como A Catástrofe do Monte Serrat, relatando que a cidade de Santos vivia um momento de luto e dor. E o jornal santista A Tribuna, publicou na primeira página da mesma data, definindo como Horrorosa Catástrofe Enluta a Cidade, destacando que o Monte Serrat despejou terra e pedras vitimando centenas de pessoas e destruindo dezenas de casas além de parte da Irmandade da Santa Casa.



Figura 24-Desabamento do Monte Serrat, 1928. Fonte: Hemeroteca Roldão Rosa³⁰

³⁰ O Jornal A Tribuna (1928), de 11 de março, publicou que além das alas da Santa Casa (necrotério, laboratório, cozinha e quarto dos médicos de plantão), foram atingidas oito residências, totalizando 81 vítimas fatais, sendo, 28 crianças, 19 mulheres e 34 homens, provocando comoção em todo o mundo. Alguns moradores sobreviveram porque não estavam nas suas casa no momento da tragédia, como o caso do morador Francisco Martins Pacco, de 21 anos, morador do "cortiço" nº 25 da Travessa Santa Casa, que na noite anterior ele havia brigado com a família e decidiu dormir em um hotel, na manhã seguinte, descobriu que perdera todos os entes queridos.

Salienta-se que possivelmente parte da herança deixada por João Octávio para custear a manutenção do Instituto, foi utilizada para a construção do quarto e atual prédio da Santa Casa, que deu início em 10 de abril de 1928, quando a mesa administrativa, representada pelo Dr. João Carvalho Filho, lançou a pedra fundamental do prédio, no bairro do Jabaquara, com a presença do Bispo Diocesano D. José Maria Parreira Lara e do governador Dr. Júlio Prestes. Com capacidade para 1400 leitos, o então presidente do Brasil, Getúlio Dorneles Vargas, inaugurou o novo prédio em 2 julho de 1945.



Figura 25-Inauguração do 4º prédio da Santa Casa, julho de 1945. Fonte: <https://santacasadesantos.org.br/portal/>



Figura 26-Presidente Getúlio Dorneles Vargas, inauguração do 4ºpredio Santa Casa. Fonte: <https://santacasadesantos.org.br/portal/>

Além das doações citadas anteriormente, João Octávio dos Santos também fez doações para outras instituições e pessoas de sua amizade, entre eles: Asilo de Órfãos, Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, União Operária, Igreja Matriz, Sociedade Auxiliadora da Instrução e o Apostolado do Sagrado Coração e Jesus, conforme constam no seu testamento, descrito no documento número 2 da monografia escrita por Júlio Conceição, representada na figura seguinte:

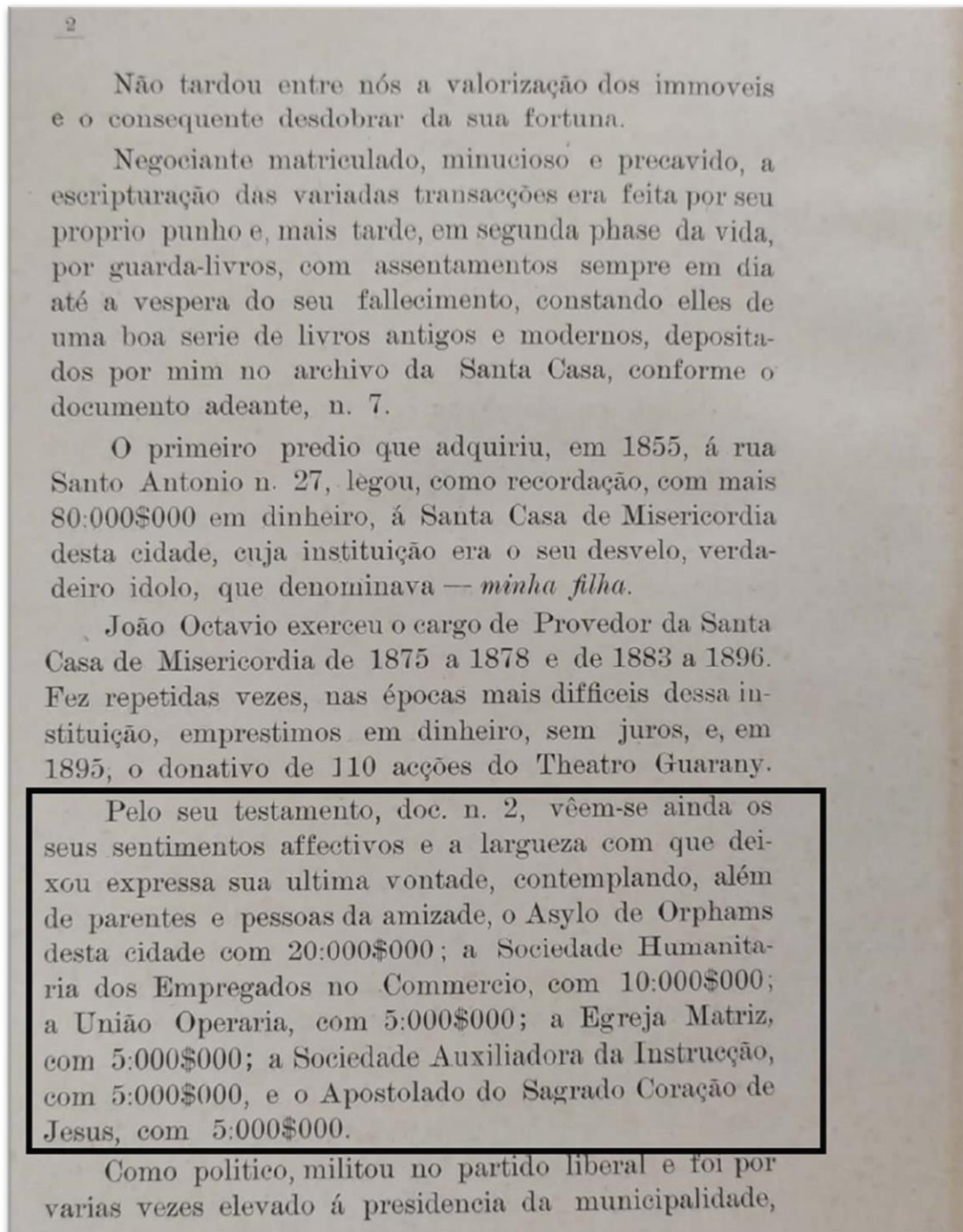


Figura 27-Monografia de Júlio Conceição- Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia.Santos (1908, p.2)

E, ante o seu falecimento em 1900, deixou nomeado como executor do testamento, Júlio Conceição (1864-1938), que orientou João Octávio sobre a formação dos docentes e a proposta para a organização pedagógica da escola, dentro do que considerava o de melhor e mais moderno na época, como cita CONCEIÇÃO(1908) na monografia *Instituto D. Escolástica Rosa: Monographia.Santos*.

Minhas confabulações foram além, conhecedor do fundo religioso católico romano de João Octávio dos Santos, e sempre respeitando muitas crenças alheias consultei se era de seu aprazamento ter o instituto direção interna de qualquer ordem religiosa citando a dos salesianos, maristas e outras, ao que ele em absoluto se opôs dizendo que a direção deveria ser entregue a leigos (CONCEIÇÃO, 1908, p.54).

Além de um próspero comerciante, até a Proclamação da República, João Octávio (1830-1900) atuou em diversas esferas do poder público, participou da política na cidade de Santos, exercendo vários cargos públicos e direcionando as suas ações em favor dos mais necessitados, atuou na Câmara Municipal durante o período do Império, mas, afastou-se da militância político-partidária com a Proclamação da República.

Durante a monarquia, João Octávio dos Santos foi integrante do Partido Liberal³¹, defensor da liberdade de ensino, do estado laico e de uma postura anticlerical, o que faz entender a recusa de João Octávio em ter sua instituição de ensino profissional administrada por uma ordem religiosa (ASSUNÇÃO, 2016, p.85).

2.1.1 O Testamento do benemérito do Instituto

João Octávio dos Santos, ainda lúcido, registrou em 12 de dezembro de 1899 o seu testamento, contendo cinco páginas, escrito por João Pedro de Jesus – pessoa de sua confiança, detalhou o destino dos seus bens e o seu desejo de perpetuar a memória da sua mãe batizando o Instituto com o seu nome, “ Dona Escolástica Rosa”. Desejou que o Instituto fosse exclusivamente destinado à educação intelectual e profissional a fim de atender meninos pobres, semelhante ao instituto D. Anna Rosa³², existente na capital do Estado de São Paulo no século XIX, devendo ser construído

³¹ Partido político brasileiro do período imperial, surgiu por volta de 1831 e extinto com o Golpe Militar de 15 de novembro de 1889

³² Instituto de ensino planejado para ser orfanato, inaugurado no final do século XIX, no ano de 1874, na cidade de São Paulo

na chácara onde residia, no Ramal da Ponta da Praia, em Santos. O inventário foi iniciado em 24 de julho de 1900 e finalizado em 5 de novembro de 1901.

De acordo com o Documento número 2 da Monografia de Júlio Conceição (1908), parte de seus bens foram doados a instituições de caridade e religiosa, para parentes e pessoas próximas e uma grande parte do seu legado, foi destinado à construção do Instituto. João Octávio acreditava que os bens deixados registrados no testamento seriam suficientes para manter o Instituto sem depender de ninguém (Conceição, 1908, p.7)

Quando João Octávio dos Santos idealizou o Instituto a vida da cidade de Santos estava marcada de episódios que demonstrava o seu pioneirismo: a causa abolicionista resultou na antecipação da libertação dos escravos em 1886; a propaganda antimonárquica e republicana ganhou forças nos comícios da praça pública e nas conferências faladas, onde os seus adeptos se sobressaíam, pelos seus reconhecidos dons oratórios e palavras convincentes (SILVA, 2010, p.17).

A declaração de João Octávio dos Santos registrada no seu testamento, evidencia a preocupação que ele tinha com meninos pobres e para isso desejou a construção de Instituto com o objetivo de oferecer educação intelectual e profissional. Nas suas palavras, percebe-se também a admiração que tinha pela sua mãe, a escrava Escolástica Rosa, com a homenagem que fez a ela, perpetuando o seu nome denominando assim o Instituto. O Testamento completo consta no anexo I desse documento.

[...] e declaro que, sendo minha vontade perpetuar a memória de minha falecida Mãe [...] criar um instituto destinado à educação intellectual e profissional de meninos pobres [...] e que se denominará Instituto D. Escholastica Rosa [...] será erecto na chácara de minha actual residência no Ramal da Ponta da Praia ou onde melhor possa convir [...]. (CONCEIÇÃO, 1908, p.32)

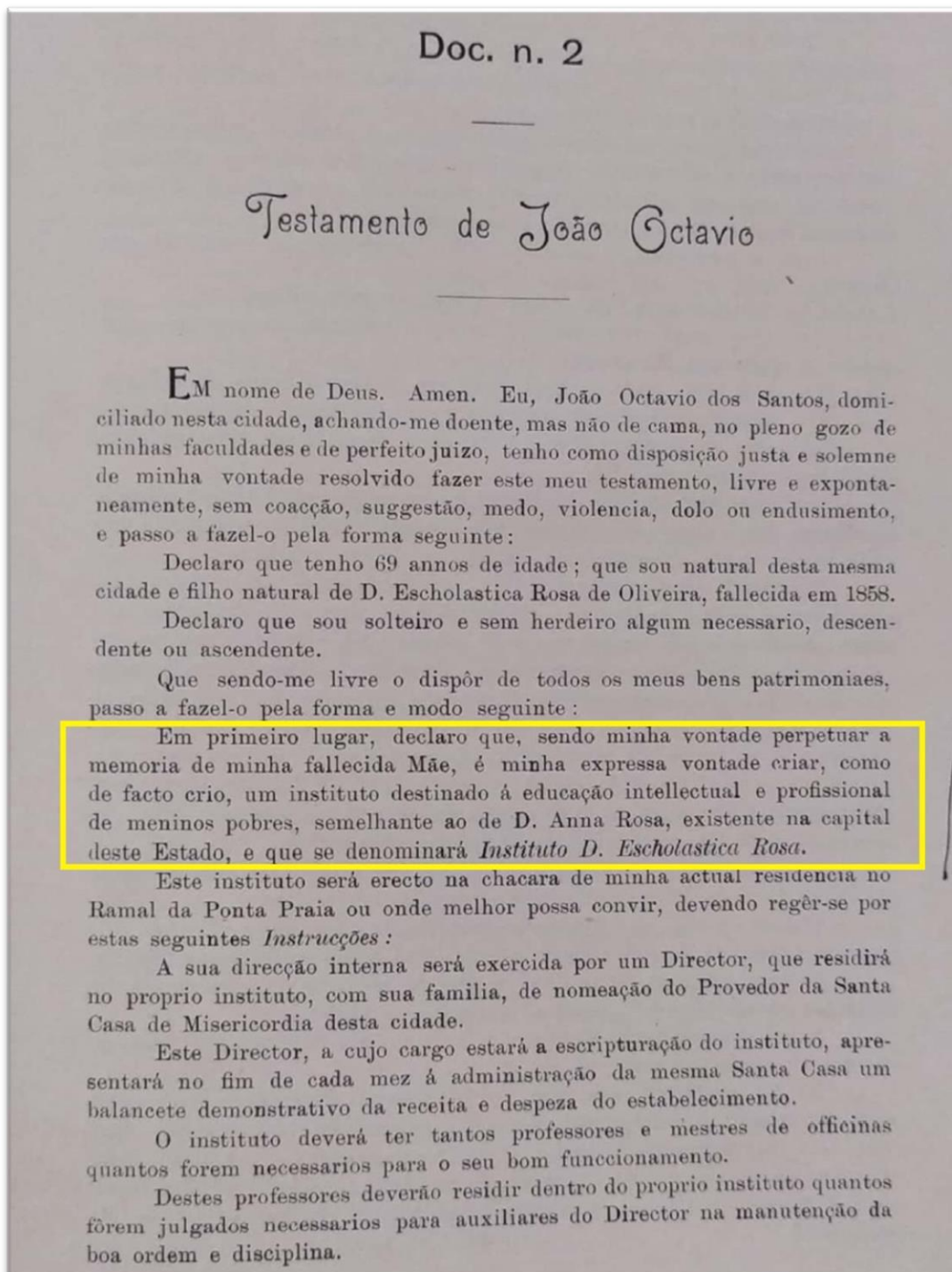


Figura 28-Primeira página do testamento de João Octávio dos Santos. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908, p.130)

No testamento foram registrados setenta e quatro imóveis, conforme consta na próxima figura, a relação do espólio de João Octavio dos Santos. A relação desses imóveis assim como a planta de cada um deles, constam na monografia de Júlio Conceição (1908, p.230), capítulo Plantas das propriedades pertencentes ao espólio de João Octávio dos Santos:

| INDICE DAS PLANTAS DAS PROPRIEDADES | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|--|--------------|----|---------------------------------|--------------|----|------------------------------|--------------|--|
| 1 | Largo do Rosario e mais ruas . | Escala 3.000 | 18 | Rua da Constituição N. 80 . . . | Escala 2.200 | 36 | Rua do Rosario N. 194 . | Escala 2.200 | |
| 2 | Rua S. Leopoldo N. 1 plano terre. | 2.200 | 19 | 82 plano ter. | | 37 | Rua Aguiar André e mais ruas | 3.000 | |
| 3 | 1 sobrado . . | | 20 | 82 sobrado . | | 38 | 2 . . | 2.200 | |
| 4 | 6 . . | | 21 | 84 . . | | 39 | 4 . . | | |
| 5 | 8 . . | | 22 | Rua Amador Bueno . 156 . . | | 40 | 4 A . | | |
| 6 | 10 . . | | 23 | 157 . . | | 41 | 6 . . | | |
| 7 | 10 . . | | 24 | 159 . . | | 42 | 6 A . | | |
| 8 | Rua S. Antonio 53 . . | | 25 | 161 . . | | 43 | 8 . . | | |
| 9 | 55 . . | | 26 | 163 . . | | 44 | 8 A . | | |
| 10 | 78 . . | | 27 | 165 . . | | 45 | 10 . . | | |
| 11 | 80 plano terre. | | 28 | 167 . . | | 46 | 10 A . | | |
| 12 | 80 sobrado . . | | 29 | 191 . . | | 47 | 12 . . | | |
| 13 | 82 plano terre. | | 30 | Rua do Rosario . 174 . . | | 48 | 12 A . | | |
| 14 | 82 sobrado . . | | 31 | 176 . . | | 49 | Rua 24 de Maio e mais ruas | 3.000 | |
| 15 | Rua Frei Gaspar 27 . . | | 32 | 178 . . | | 50 | N. 41 plano ter. | | |
| 16 | 38 . . | | 33 | 180 . . | | 51 | 41 sobrado . | | |
| 17 | Quarteirão: Ruas da Constituição, Rosario e Amador Bueno . . | 3.000 | 34 | 182 . . | | 52 | 45 plano ter | | |
| | | | 35 | 184 . . | | 53 | 45 sobrado . | | |
| 54 | Praça dos Andradas N. 31 plano ter. | Escala 2.200 | 65 | Rua Amador Bueno N. 119 sobrado | Escala 2.200 | | | | |
| 55 | 31 sobrado . | | 66 | Rua X. da Silveira . 16 . . | | | | | |
| 56 | 29 . . | | 67 | Rua Braz Cubas . 12 . . | | | | | |
| 57 | Rua Antonio Prado . 12 plano ter. | | 68 | 14 . . | | | | | |
| 58 | 12 sobrado . | | 69 | Ramal da Barra . 46 . . | | | | | |
| 59 | 16 plano ter. | | 70 | 62 . . | | | | | |
| 60 | 16 sobrado . | | 71 | Avenida Anna Costa . (arruano) | | | | | |
| 61 | Rua do Rosario . 83 plano ter. | | 72 | Avenida Cons. Nebias . . . | | | | | |
| 62 | 83 sobrado . | | 73 | Rua do Encanamento . . . | | | | | |
| 63 | 126 . . | | 74 | . . . | | | | | |
| 64 | 128 . . | | | | | | | | |

Figura 29-Índice do espólio de João Octávio dos Santos. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908)

As setenta e quatro plantas do espólio de João Octávio dos Santos contidas na monografia de Júlio Conceição (1908) foram organizadas pelo engenheiro Dr. Nicolau Spagnuolo. A doação dos setenta e quatro imóveis para a Santa Casa assim como a definição do lugar para a construção do Instituto Dona Escolástica Rosa, foram motivos de discussões e notícias nos jornais.

Na próxima figura, consta a capa da Carta de Adjudicação extraída dos autos da conferência do testamento passado a favor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, para títulos de conservação e direito.

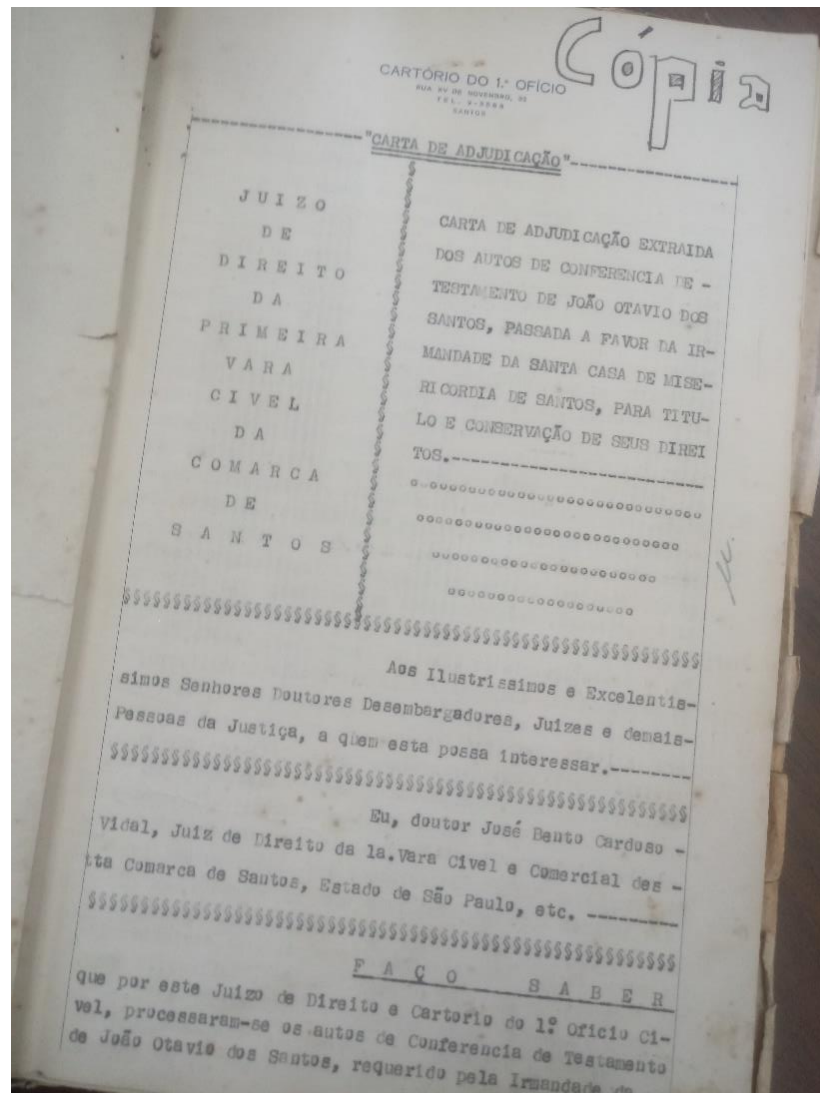


Figura 30-Carta de Adjucação do Registro do Testamento - Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos

O Instituto Dona Escolástica Rosa, com vida própria, deverá ter a Santa Casa os cuidados da boa orientação administrativa, de tudo cuidando e zelando como de causa sua que própria fosse, nunca fornecendo-lhe auxílio de espécie alguma proveniente do abolo da caridade, precisamente para não terem os benefícios do Instituto o cunho de escola feita aos educandos, visto a criação ser de intuitos mais alevantados (CONCEIÇÃO, 1908, p.21)

João Octávio dos Santos, detalhou, também no testamento, o perfil do aluno para admissão no Instituto: “pobres e órfão de sexo masculino”. Sendo órfão, a mãe deveria provar não ter recursos e que o filho vivesse na sua companhia, não sendo órfão provar que os pais vivessem em estado de pobreza, não fosse menor de 9 anos e maior que 14 anos, não sofresse moléstia contagiosa e, devendo ser vacinado caso não houvesse sido. O aluno permaneceria no Instituto por 4 (quatro) anos, podendo

esse período ser expandido caso o aluno não conseguisse habilitar-se, tivesse boa conduta e manifestado vocação escolar ou artística. Os alunos residiriam no Instituto onde, além de ensino, receberiam uma boa alimentação e cuidados específicos com a saúde (CONCEIÇÃO, 1908, p.7).

João Octávio dos Santos, além de definir o destino da fortuna, também deixou declarado no seu testamento algumas instruções administrativas do Instituto, de acordo com Conceição (1908):

- A direção interna do Instituto seria exercida por um diretor que deveria residir no próprio Instituto com a sua família, e o provedor da Santa Casa de Misericórdia da cidade que iria nomear esse diretor, cuja função seria a total administração do Instituto, com apresentação mensal do demonstrativo de despesas do Instituto para a Santa Casa;
- O Instituto deveria ter a quantidade de professores quantos fossem necessários para o bom funcionamento e, esses, também deveriam residir dentro do próprio Instituto para auxiliar o diretor na manutenção, na boa ordem e disciplina;
- Os alunos que ingressariam no Instituto, deveriam ser tratados com dedicação e carinho, não poderia faltar vestuário, calçado, médicos e medicamentos quando necessário;
- Caso o aluno contraísse uma doença grave, infecciosa ou contagiosa, deveriam ser observadas as regras e prescrições higiênicas, comunicando aos pais, tutores ou responsáveis para retirarem o aluno do Instituto, oferecendo à família os custos e meios de remoção para local conveniente;
- Deveriam ser constituídas no Instituto as oficinas que a administração da Santa Casa de Misericórdia de Santos julgasse necessárias;
- O regulamento interno deveria ser confeccionado pelo diretor e aprovado pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos; nele, deveriam estar explícitos: a distribuição do tempo em relação aos estudos, ao trabalho nas oficinas, à refeição, ao descanso, aos exercícios físicos, ao passeio ao ar livre e tudo mais que as disciplinas internas do Instituto exigissem.

2.1.2 Comemoração do dia do fundador do Instituto

Ficou definido o dia 9 de julho como dia de homenagem ao fundador do Instituto. Todos os anos, nessa data, aconteciam festejos organizados pelo diretor do

Instituto, com organização de missas na capela da instituição e provas esportivas, com a participação de membros da comunidade escolar e membros da mesa administrativa da Santa Casa de misericórdia de Santos.

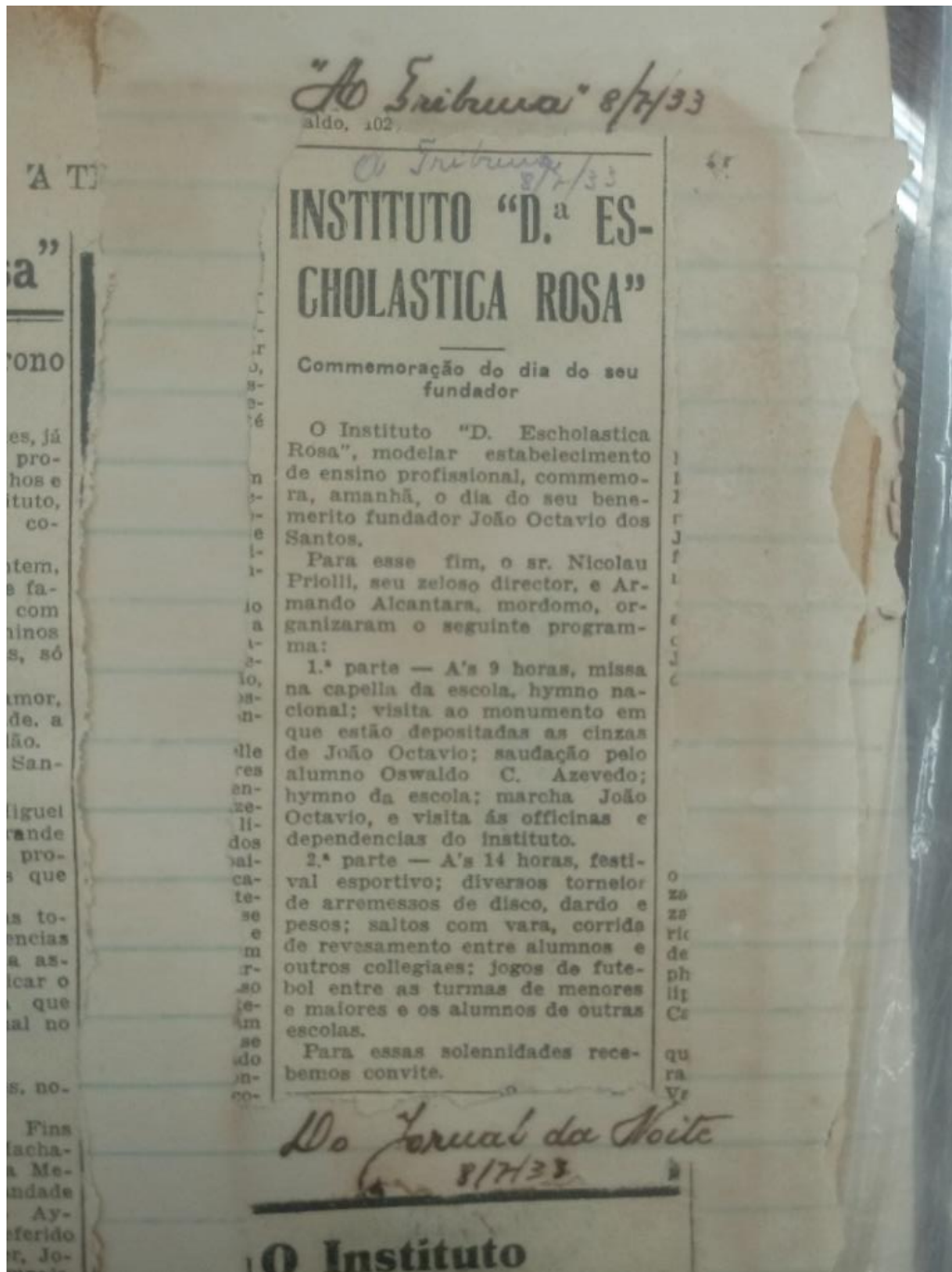


Figura 31-Recorte do Jornal A Tribuna do dia 8 de julho de 1933. Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa de Santos

Na programação da comemoração do dia do fundador, na maioria das vezes estavam incluídos o hasteamento da bandeira, o hino nacional, oração à bandeira e hino à bandeira, além das atividades esportivas, demonstração de ginástica, corridas de resistência, velocidade, saltos de barreiras e distância.

2.2 Júlio Conceição – O executor do testamento

Júlio Conceição, nasceu na cidade de Piracicaba em 1864, veio na adolescência para a cidade de Santos. Foi membro da monarquia cafeeira, filho do Barão de Serra Negra, político e fundador benemérito de diversas instituições filantrópicas na cidade de Santos, um dos fundadores do Asilo de Órfãos, hoje Associação Casa da Criança, sócio proprietário de várias casas comissárias de café, fazendeiro, com terras e plantio de café também no Paraná, diretor do Banco Mercantil de Santos em 1899, proprietário do famoso Parque Indígena situado na cidade de Santos, uma área de mais de dois mil metros quadrados de cultivo de plantas, viveiro de pássaros e tanques de peixes exóticos, além de ter sido vereador e presidente da Câmara Municipal da cidade de Santos de 1891 a 1892 (GOMES,2001, p.35).



Figura 32-Júlio Conceição. Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Misericórdia de Santos

Como vereador, Júlio Conceição, solicitou em 10 de janeiro de 1888, que conste no código de posturas a obrigatoriedade do ensino público na cidade, conforme Relatório da Intendência Municipal de 1891, nota-se a importância que ele empregava na área da educação (CALEFFI, 2014, p.30).

Para execução da construção do Instituto, João Octávio dos Santos, declarou Júlio Conceição (1864-1938), como o seu testamenteiro e inventariante, conforme o Doc. 1 de 14/Nov/1896 – Procuração bastante que se faz João Octávio dos Santos - constante na monografia de Júlio Conceição (1908).

Doc n. 1

Procuração bastante que faz João Octavio
dos Santos

SAIBAM quantos este publico instrumento de procuração bastante virem, que, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos noventa e seis, aos quatorze de Novembro, nesta cidade de Santos, em meu cartorio, perante mim Tabellião compareceu como outorgante João Octavio dos Santos, maior, residente nesta cidade, reconhecido pelo proprio de mim Tabellião e das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas, de que dou fé; perante as quaes por elle foi dito que por este publico instrumento e na melhor forma de direito, nomea e constitue seu bastante procurador, onde com esta se apresentar, a Julio Conceição, a quem confere poderes especiaes para em seu nome, como si presente fosse, adquirir por compra, ou a qualquer outro titulo, bens de raiz, quaesquer outros bens, direitos, titulos e acções; alienar a qualquer titulo os bens que adquirir ou os que constituem o patrimonio delle outorgante, direitos, titulos e acções, convencionando preços, condições, pagando, recebendo e dando recibos e quitações, jurando na alma delle outorgante licitos juramentos, transigindo em juizo ou fóra delle; seguindo em tudo suas cartas de ordens ou avisos, que, sendo necessario, farão parte integrante deste instrumento; assignando escripturas e registrando-as ou averbando-as no Registro Hypothecario; praticando em tudo todo e qualquer acto necessario para regularidade e vallidade dos actos supra mencionados. Concede mais a seu dito procurador todos os poderes especiaes, amplos e illimitados para, com livre administração, prover tudo quanto necessario seja a bem dos direitos e interesses delle outorgante no que respeita á administração de seus bens, fortuna, direitos e obrigações patrimoniaes; receber alugueis de predios e rendas de titulos e acções, dar recibos, quitações e transigir, locar e sublocar predios; despejar inquilinos e contra estes propôr e seguir acções e execuções até final; contractar arrendamentos, ajustar preços e condições e assignar escripturas; propôr acções contra quem

Figura 33-Pg1 do Doc.1, Nov/1896. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

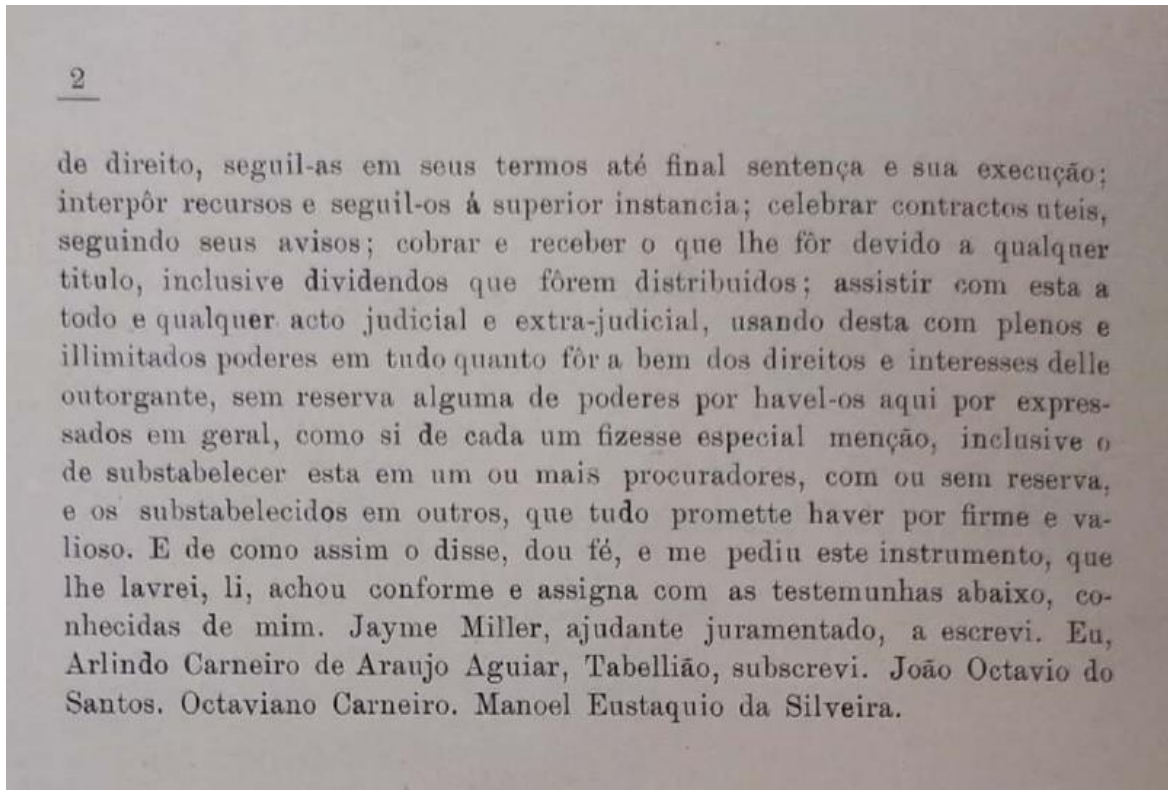


Figura 34-Pg2 do Doc.1, Nov/1896. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

A escolha como testamenteiro não foi somente pelos laços efetivos, mas por Júlio Conceição ser envolvido nos assuntos educacionais na cidade de Santos. Em 1889, junto com Silvério Fontes, Carlos Escobar, Sóter de Araújo, Sales Braga integrou o lançamento do Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro - uma iniciativa vanguardista no Brasil, a primeira dessa matriz ideológica de que se tem notícia no país, com o propósito de fundar o primeiro núcleo socialista do Brasil, o Centro Socialista de Santos, em 1895.

Fez parte de um grupo de residentes em Santos que tinham por finalidade tomar iniciativas com relação à educação com o desejo de uma educação mais condizente com a modernidade. De acordo com Vieira (2004, p.69) nos seus estudos nomeia esses grupos como grupo de Intelectuais da Educação, que além de Júlio Conceição, contava ainda com a atuação de Adolfo Porchat de Assis, Benedito Calixto, Almeida de Moraes, Vicente de Carvalho, Azevedo Junior e Cesário Bastos. Vieira (2004), justifica a união desse grupo pelo desejo de uma educação mais condizente com a modernidade, com esse viés, compreende-se a intencionalidade do Instituto Dona Escolástica Rosa por uma educação profissional voltada para a modernidade.

Segundo Pereira(1990, p.20), assim como João Octávio, Júlio Conceição foi um grande financiador da campanha abolicionista, na qual Santos teve um papel determinante no Brasil, acolhendo os escravos fugidos de toda a província paulista; apoiando os organizadores do quilombo do Jabaquara, refúgio dos escravos e baluarte da liberdade; fundando e sendo o primeiro presidente do IHGS³³, dando início a biblioteca e ao museu. Recebeu do governo português a Ordem de Cristo, outorgada pelos inestimáveis serviços por ele prestados à colônia portuguesa; foi eleito provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos nos anos de 1897 a 1902 e durante sua gestão, prosseguiu com as obras de reforma do grandioso edifício do hospital, concluídas em 1902.

[...] neto e filho de cafeicultores, com idade de 18 anos, em 1882 Júlio Conceição veio trabalhar na comissaria de café de sua família [...] Na terra santista, com grande porto exportador, centro fervilhante dos negócios do café, mostrou-se homem de descortino, dinâmico e empreendedor [...] era um exemplar típico da elite paulista agro-exportadora. (PEREIRA, 1990, p.18-19).

Júlio Conceição orientou João Octávio dos Santos sobre a formação dos docentes da instituição, instruindo sobre os projetos educacionais a serem implantados, dentro do que era considerado o de melhor e mais moderno na época, dados registrados na monografia escrita por Júlio Conceição em 1908. Alguns dos tópicos de sua monografia³⁴ sobre o Instituto Dona Escolástica Rosa:

[...]Acorde com o solene compromisso prestado em 24 de julho de 1900 perante o M. Juiz da Primeira vara, Exmo. Sr. Dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sette, junto com o Primeiro Tabelião Major Joaquim Fernandes Pacheco, de bem e fielmente desempenhar a honrosa e privilegiada missão que me era destinada, de único testamenteiro e inventariante dos bens de meu amigo e compadre João Otávio dos Santos, venho ora dar por concluído meu encargo com a monografia, relatório e documentos que se seguem pela ordem cronológica dos assuntos[...] (CONCEIÇÃO, 1908, p.21)

³³ IHGS - Instituto Histórico e Geográfico de Santos

³⁴ Monografia escrita por Júlio Conceição durante todo o período da construção do Instituto Dona Escolástica Rosa (1901 a 1908), em que alinhou contas exatas de todo o dinheiro aplicado da fortuna deixada por João Octávio dos Santos

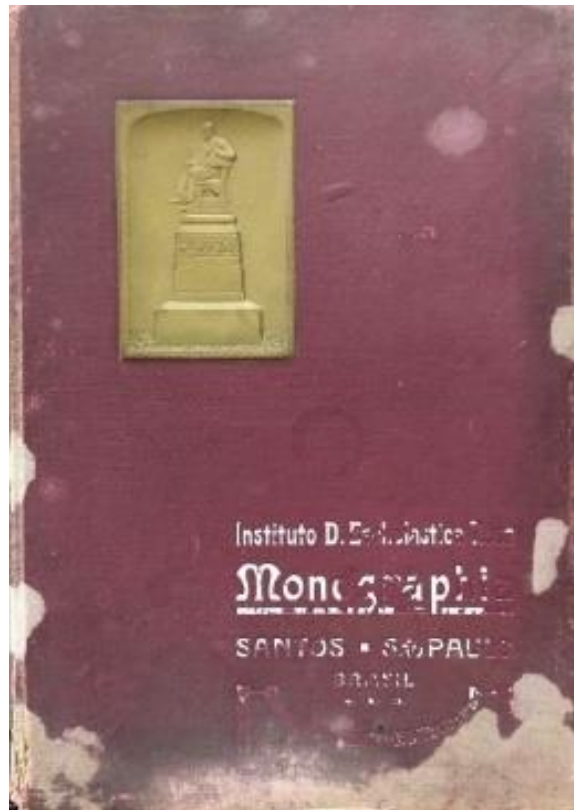


Figura 35-Capa do exemplar da monografia de Júlio Conceição (1908). Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos

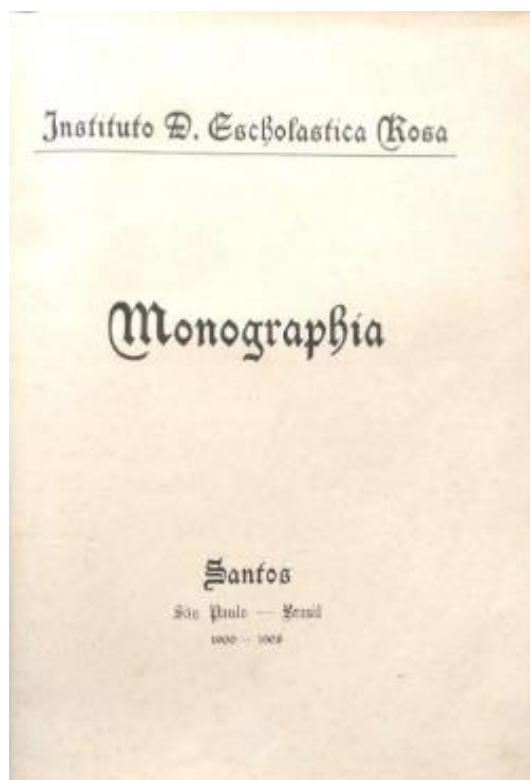


Figura 36-Foha de Rosto da monografia de Júlio Conceição (1908). Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos

Júlio Conceição administrou a herança deixada por João Octávio dos Santos e conseguiu concluir o desejo deixado no testamento; elaborou uma minuciosa monografia em 1908, ano de fundação do Instituto Dona Escolástica Rosa, em que descreve como administrou os bens deixados por João Octávio dos Santos e onde investiu cada um dos réis da fortuna do comerciante, como prova de ter cumprido o desejo de João Octávio dos Santos sem desfrutar da riqueza deixada por ele, além de selecionar documentos de prestação de contas sentenciada pelo juiz da 1ª Vara da cidade de Santos. Em 1º de janeiro de 1908 cumpriu o seu legado inaugurando o Instituto D. Escolástica Rosa.

Não menos difícil, porém, foi pôr essa ideia em prática, regulamentá-la para os seus variados ensinos mais consentâneos com as necessidades da época e do nosso meio, inculcando-lhe, ao mesmo tempo, um novo cunho humanitário aos seus alunos: de independência, de protecionismo, e fugindo de "os marcar com o estigma da sua miséria social", toda accidental, "que depois lhes ficaria nalma como cicatriz". Enfim, não é mesmo sem dificuldades que se implantam as leis do progresso. Os meus esforços, todavia, tornam-se hoje um fato palpável, um fato realizado, e é quanto me basta: sinto-me plenamente compensado por isso. Santos, 1900/1908. (CONCEIÇÃO, 1908, p.169)

Conforme o Doc.13, Fev/1904 (CONCEIÇÃO, 1908, p. 146), Júlio Conceição expressa a sua preocupação em construir o Instituto na chácara de João Octávio situado na Ramal da Ponta da Praia, por apresentar condições insalubres e, elabora um ofício, datado em 10 de fevereiro de 1904, à comissão da Santa Casa salientando essas questões, apresentando três projetos elaborados pelo engenheiro Nicolau Spagnollo. O primeiro projeto seria construir o Instituto em um dos imóveis deixado por João Octavio, localizado no centro da cidade, na Rua da Constituição, 82. Esse local era o desejado pela Comissão da Santa Casa, mas, Júlio Conceição considerava impróprio pelo seu tamanho, já que não conseguiria atender mais de 50 alunos; O segundo projeto, seria comprar o prédio do Hotel Internacional, situado na praia do José Menino e executar devidas reformas para atender as necessidades do Instituto, Júlio Conceição considera o local mais indicado por questões higiênicas e salubre de Santos. E o terceiro projeto seria construir o Instituto no local sugerido pelo benemérito, na chácara onde residiu, no ramal da Ponta da Praia, todavia Júlio Conceição era resistente a essa opção por considerar as condições insalubres do

terreno por conta da presença do Rio Conrado que corria no fundo da propriedade e por sacrificar o patrimônio deixado por João Octávio, por se tratar do orçamento mais dispendioso, conforme descrito no documento:

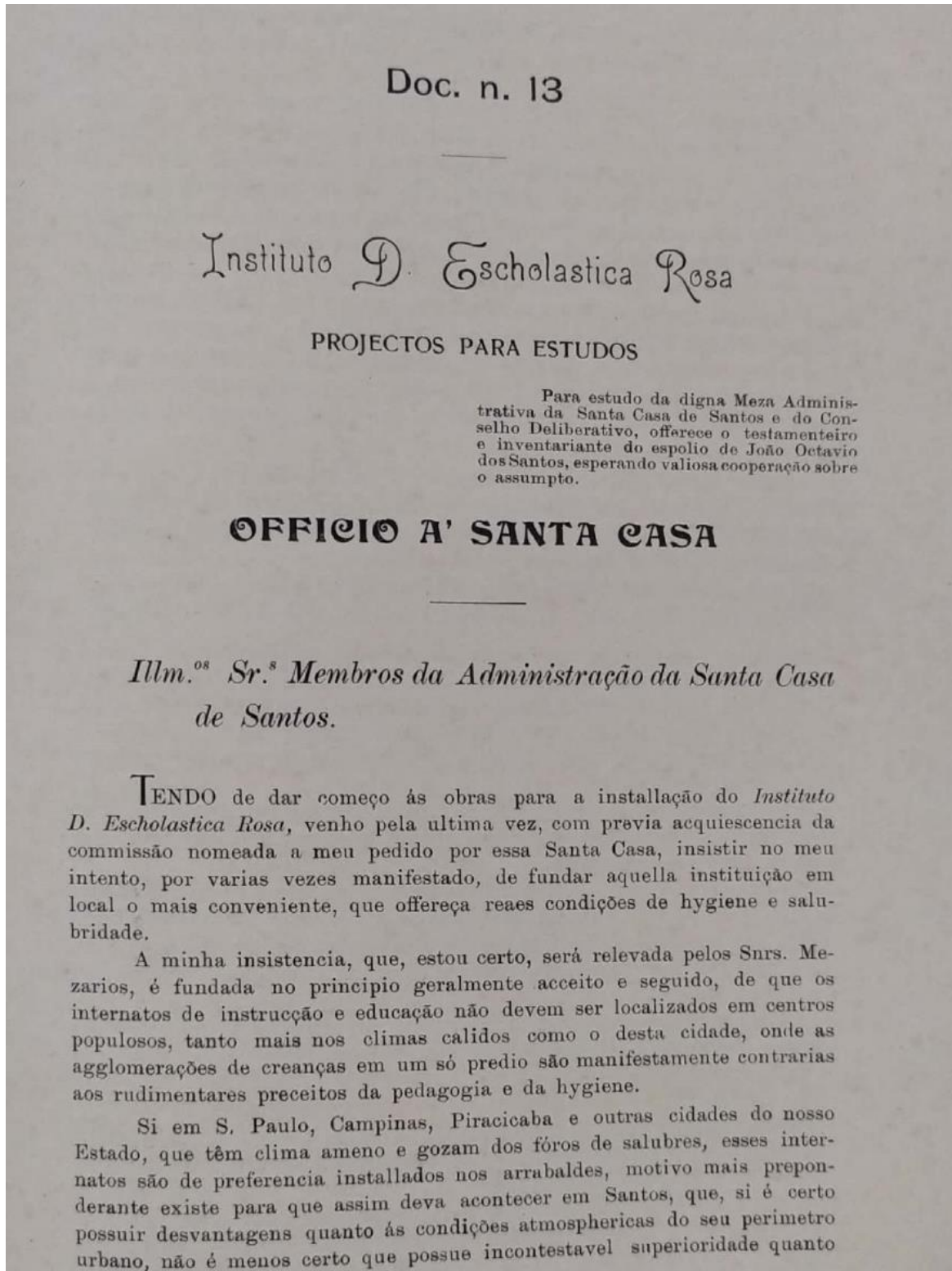


Figura 37-Doc.13, Fev/1904 Pg1. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

aos seus arrabaldes maritimos, tão apraziveis e saudaveis, apropriados para os estabelecimentos educativos, nos quaes o estudo reclama socego e tranquillidade de espirito.

Pela minha parte, tenho envidado todos os esforços para que o Instituto D. Escholastica Rosa, com um patrimonio equivalente a mil contos de réis (*) e rendimento seguro, legado de um benemerito filho desta terra e que ficará á sombra da grandiosa Santa Casa de Santos, não se colloque em plano inferior ao de instituições congengeres, que em outras localidades se têm fundado com elementos menos pujantes e estão prestando reaes serviços á causa da instrução popular.

O local preferido pela commissão dessa Santa Casa, e que considero de todo improprio, é o predio no centro da cidade, á rua da Constituição n. 82.

A sua adaptação, que orça em Réis 165:000\$000, como se vê no quadro synoptico, nunca poderá, por melhor que seja, corresponder á magnitude da instituição que se pretende fundar e á importancia do seu patrimonio.

Basta notar-se que não offerece commodidades para um numero superior a 70 alumnos e nem ao menos comporta a residencia do director do estabelecimento, de modo que insignificante é a área que sobeja, destinada ao recreio dos alumnos

Nesta emergencia, venho submeter á consideração da digna administração dessa Santa Casa dois outros projectos para a fundação do instituto.

O primeiro projecto é referente á chacara do Ramal da Ponta da Praia, onde foi a residencia do fallecido João Octavio dos Santos.

O edificio a ser ahi erecto, conforme a planta, relatorio e orçamento, aqui inclusos, está calculado em Rs. 321:000\$000, para uma capacidade maxima de 100 alumnos. (**)

Naturalmente o espolio será forçado ao pagamento immediato dessa construcção á medida que se fôr executando, pois nenhum architecto deixará de fazer essa exigencia.

Demais, o local não é precisamente o melhor da praia da Barra, quanto á salubridade, razão porque aquelle ponto se acha ainda pouco habitado, devido aos reconhecidos inconvenientes do rio Conrado.

O segundo projecto é referente ao Hotel Internacional, na aprazivel praia José Menino.

Desnecessario seria que eu salientasse as vantagens dessa localizaçáo, a mais hygienica e salubre de Santos, com largo espaço para recreio dos alumnos e passeios ao ar livre.

(*) Attenta a sua elevação de renda mensal por effeito de economias, reformas e construcções novas durante o periodo do inventario, pois a media da renda mensal no 1.º trimestre após a morte de João Octavio, em numeros redondos, era de 6:000\$000, attingindo a 10:000\$000 na época deste officio.

(**) Quando construido o 4.º pavilhão do projecto, para dormitorio e officinas.

J. C.

O amplo e sumptuoso edificio, de moderna architectura e solida construcção, de pedra e cal, possui já serviços completos de illuminação, agua, exgottos, banhos de mar e agua doce, cosinha perfeitamente montada com fogão duplo, lavanderia, dois grandes jardins e outras dependencias, tudo em ordem a ser aproveitado para um magestoso instituto.

Com um pequeno dispendio de Rs. 20:000\$000, pouco mais ou menos, offerece de prompto excellentes e vastas commodidades, como refeitório, dormitorios, salas de estudo e officinas para 150 alumnos, podendo este numero ser mais tarde elevado a 250, além de aposento para o director, professores e mais pessoal do estabelecimento.

Tendo-me entendido com o proprietario sobre a compra desse immovel, estabeleceu elle, depois de varias negociações por mim propostas, o preço de Rs. 250:000\$000, mediante o pagamento á vista de 120:000\$000 e o restante ao prazo de um, dois e tres annos, com juros de dez por cento ao anno, sob garantia do proprio immovel.

Finalmente: o projecto no centro da cidade custará Rs. 165:000\$000, privando o patrimonio do rendimento dos dois predios que vão ser utilizados; o da chacara do Ramal da Ponta da Praia virá forçar o patrimonio a sacrificios para o pagamento immediato da construcção, e por certo sem elementos para ser de prompto levado a effeito; o do Hotel Internacional, ao contrario, virá enriquecer a instituição com mais uma propriedade de grande valor, cujo pagamento será feito de modo suave, ao alcance dos recursos do patrimonio; este edificio, orçado por profissional, vale quatrocentos contos de réis, fóra a área descoberta de 6500 metros quadrados, devidamente murada e beneficiada com jardins.

Pelo quadro synoptico constante do relatorio do Snr. Engenheiro, podem-se avaliar facilmente as vantagens entre os tres projectos acima referidos.

Para melhores esclarecimentos reproduzo em seguida esse quadro, para o qual peço a attenção dos Snrs. Mezarios:

| Designação | 1.º Projecto CIDADE | 2.º Projecto PONTA DA PRAIA | 3.º Projecto JOSÉ MENINO |
|---|------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| Área edificada: | | | |
| Plano terreo | M. q. 1085 | M. q. 1080 | M. q. 1040 |
| 1.º Andar | " 462 | " 600 | " 1040 |
| A'rea: officinas e lavanderia | " 500 | " 500 | " 500 |
| | (1) | (2) | |
| A'rea coberta com simples telhado | " 600 | " 150 | " 600 |
| A'rea descoberta | " 650 | " 15000 | " 6500 |
| Despezas | 165:000\$000 | 321:000\$000 | 20:000\$000 |
| Capacidade: numero de meninos | 60 a 70 | 100 | 250 |

(1) Nesta área estão comprehendidos dois corredores, cobertos com telhado de vidro e de Ms. 3,00 de largura, ao lado do predio existente.

(2) A'rea que necessita de aterro, o qual pode-se calcular em Rs. 5:000\$000.

Figura 39-Doc.13, Fev/1904 Pg3. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Cumpre-me informar que o espólio actualmente dispõe de 150:000\$000 e um rendimento certo de 10:000\$000 por mez, com tendencia para augmento em virtude de reformas em predios e construcções que estou executando.

Pelas manifestações do Exm.º Juiz do inventario, sempre muito interessado no auspicioso destino do futuro instituto, mostrando-se prompto nas prorogações de prazos, de fórma que as arrecadações dos rendimentos vão acudindo ás despesas com a montagem de officinas e mais encargos, não conto com exigencia de precipitada conclusão do estabelecimento, o que é uma garantia para ser levado a effeito o grande plano expellido.

Si o local preferido fôr o Hotel Internacional, como reconheço ser o melhor projecto e de mais facil realização, é certo que o numero de alumnos deverá ser ao principio limitado, podendo elevar-se para o futuro na proporção das posses.

Em resumo, fazendo questão e não desejando ir contra o Compromisso dessa Irmandade, Art. 5º letra C (*), pois, com um pouco de boa vontade da comissão e contando com a benevolencia do Exm.º Juiz, espero entregar o instituto livre de onus insuperaveis além das suas proprias forças.

Estou certo que os dignos membros da administração dessa Santa Casa, estudando com acurada attenção todos os projectos, se pronunciarão a respeito para meu governo

Santos, 10 de Fevereiro de 1904.

Julio Conceição

Testamenteiro e Inventariante

(*) C—Manter, zelar e administrar instituições congêneres e de ensino gratuito para os pobres, desde que taes instituições possuam sufficientes recursos ou patrimonio que, para o fim determinado, sejam doados ou legados á Irmandade.

Figura 40-Doc.13, Fev/1904 Pg4. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

A comissão da Santa Casa decide satisfazer a vontade do benemérito – João Octávio – e faz a escolha do terceiro projeto, mesmo diante das más condições do terreno. Insatisfeito com a escolha da Santa Casa, Júlio Conceição expede o ofício conforme Doc.17, mar/1904 para a Comissão Sanitária e o ofício conforme Doc.18, mar/1904 para a Comissão de Saneamento, ambos documentos constam na sua Monografia (1908), solicitando uma avaliação e o parecer dos especialistas sobre as condições insalubres do terreno e como resposta é recomendada a necessidade de o local passar por obras de saneamento, conforme descrito nos Doc.19,mar/1904 e Doc.20,mar/1904.

Doc. n. 17

Illm.º Sr. Dr. Chefe da Comissão Sanitaria.

POR officio hoje recebido da Santa Casa desta cidade, insiste essa instituição de caridade em localizar na Ponta da Praia n. 62 o «Instituto D. Escholastica Rosa».

Tratando-se de um estabelecimento de ensino popular e tendo-se levantado grande discussão a proposito da insalubridade desse local, venho pedir a V. S. que, como auctoridade competente, se digne examinar aquelle sitio e dar parecer a respeito.

Para completa satisfação, solicito que os dignos medicos auxiliares da Comissão Sanitaria se manifestem no mesmo documento, aliás de grande importancia para o assumpto.

Agradecendo de ante-mão, apresento a V. S. os meus protestos da mais elevada consideração.

Santos, 22 de Março de 1904.

Julio Conceição.

Figura 41-Doc.17, Mar/1904. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Doc. n. 18

Illm.º Sr. Dr. Chefe da Comissão do Saneamento.

POR officio hoje recebido da Santa Casa desta cidade, insiste essa instituição de caridade em localizar na Ponta da Praia n. 62 o «Instituto D. Escholastica Rosa».

Tratando-se de um estabelecimento de ensino popular e tendo-se levantado grande discussão a proposito da insalubridade desse local, venho pedir a essa digna Comissão que se digne dar o seu respeitavel e minucioso parecer a respeito, visto que me consta ter essa repartição completos estudos topographicos para o saneamento desta cidade.

Sendo um serviço que essa digna Comissão prestará á causa publica, agradeço antecipadamente, apresentando a V. S. os meus protestos da mais elevada consideração.

Santos, 22 de Março de 1904.

Julio Conceição.

Figura 42-Doc.18, Mar/1904. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Doc. n. 19

COMISSÃO SANITARIA, Santos, 24 de Março de 1904.

Cidadão Julio Conceição, M. D. testamenteiro e inventariante do espolio de João Octavio dos Santos.

EM resposta ao vosso officio de 22 do corrente, pedindo o parecer desta Comissão quanto á salubridade do local escolhido pela Meza Administrativa da Santa Casa de Misericordia para a construcção do « Instituto D. Escholastica Rosa », temos a dizer o seguinte, depois da visita que hontem fizemos á chacara n. 62 do Ramal da Ponta da Praia. A área dessa chacara é, na sua maior parte, constituida por terrenos baixos, humidos e alagadiços, cortado em diversas direcções pelo chamado rio Conrado, que ahí fórma, nos fundos e a poucos metros da casa existente, uma ilha de vegetação typica dos pantanos. Esse riacho sinuoso, de fraquissima corrente, sujeito á influencia das marés, avoluma-se e alaga vasta extensão da área adjacente, conforme demonstram os estragos caracteristicos nos pontilhões, a côr e a posição inclinada da vegetação. Accresce que o aspecto das aguas e o percurso desse rio indicam ser elle o escoadouro natural dos detrictos das habitações de uma grande zona suburbana ainda não servida de rêde de exgottos. Não admira, pois, que em semelhante local abundem as mais variadas especies de mosquitos, segundo o depoimento dos seus moradores e a observação do Inspector Sanitario do districto, segundo signatario deste.

Do exposto, facilmente se conclue pela inconveniencia, sob o ponto de vista sanitario, de ser construido nesse local um asylo de creanças ou qualquer estabelecimento congenere, sem prévia execução de grandes e completas obras de saneamento na referida zona.

Retribuindo os vossos protestos de consideração, vos desejamos

Saude e Fraternidade.

Dr. Francisco Cavalcanti, Chefe da Comissão.

Dr. Manoel Francisco da Costa.

Dr. Colentino Filgueiras.

Figura 43-Doc.19, Mar/1904. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

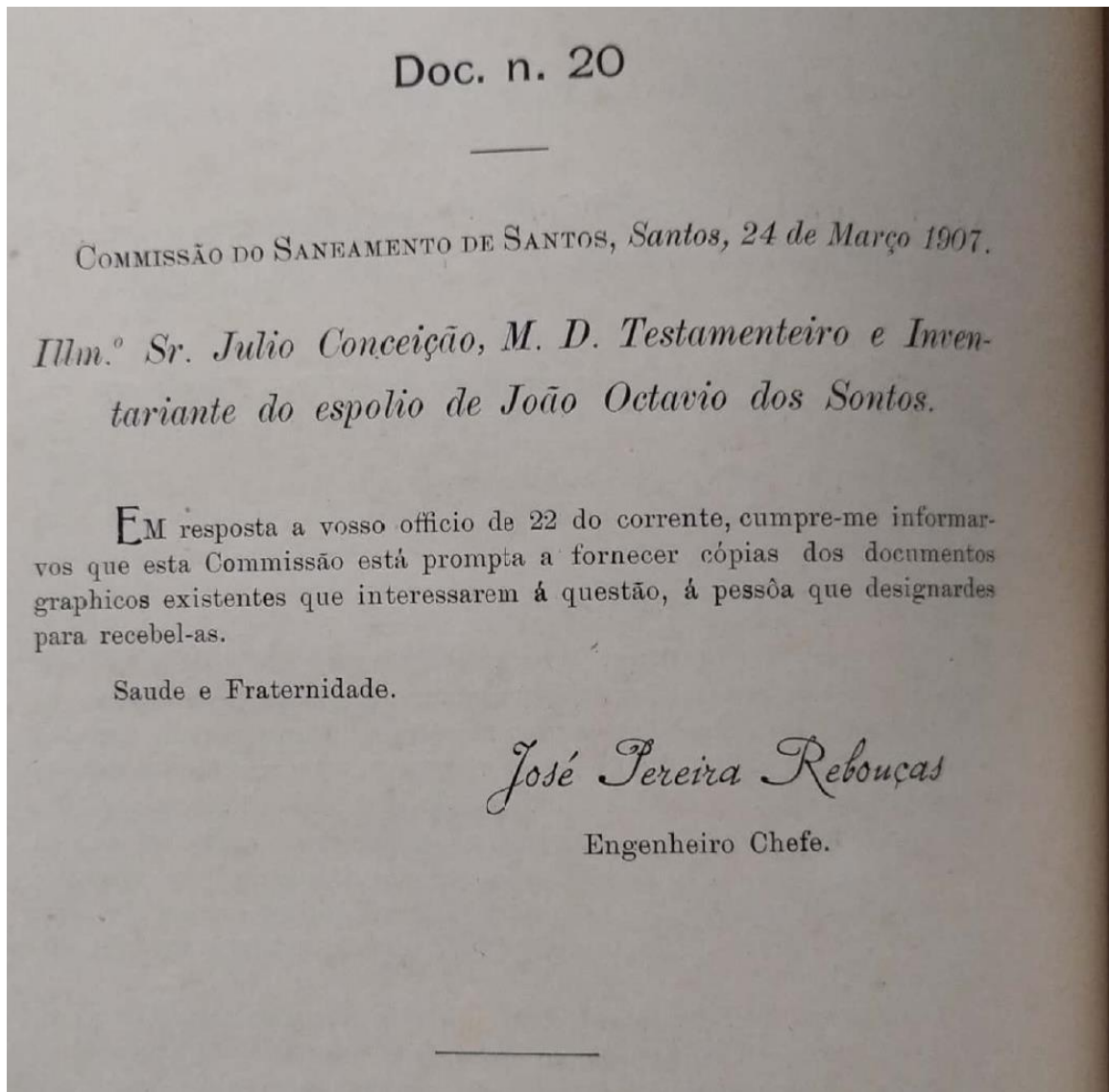


Figura 44-Doc.20, Mar/1904. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

[...] esta Comissão está prompta a fornecer cópias dos documentos gráficos existentes à questão [...]. Ficando assim documentado o motivo do local se impróprio para construção (CONCEIÇÃO, 1908, p. 148)

Conforme os estudos de Wolf (2010, p.12), era de hábito na época a criação de comissões e concorrências pública, fortalecendo os ideais democráticos da República, com a finalidade de discutir sobre a arquitetura e a higiene das construções escolares.

[...] a comissão analisava os projetos arquitetônicos dos prédios escolares, contratados pelas administrações públicas a arquitetos e construtores.

A contratação dos projetos ocorria, quer diretamente, quer por meio de concursos públicos – recurso muito enaltecido por suas potencialidades democráticas, mas também por possibilitar a divulgação de ampla reflexão sobre os problemas. Os arquitetos membros da comissão não se limitaram a julgar projetos, participaram ativamente da construção de uma teoria sobre arquitetura escolar, quer elaborando e publicando vários títulos sobre o tema, quer projetando prédios escolares, se necessário.

São passos importantes na história da arquitetura escolar. [...] todas estas informações e experiências eram publicadas, acompanhadas por litografia dos projetos, em revistas de arquitetura de ampla circulação, também no Brasil. [...] as formas de circulação de informação foram também de ordem mais ampla WOLF (2010, p.12).

Diante desses pareceres, a comissão da Santa Casa manteve-se firme e optou por manter a decisão em construir o Instituto no ramal da Ponta da Praia, na chácara de João Octavio, conforme seu querer registrado no testamento, conhecido hoje como Avenida Bartolomeu de Gusmão, 111.

Outro aspecto de destaque na monografia de Júlio Conceição foi a abordagem sobre a inexistência de uma legislação que fornecesse a imunidade tributária tanto ao Instituto quanto ao espólio de João Octávio. Júlio Conceição salientava que o Instituto foi construído de capital privado e tinha como objetivo uma questão de utilidade pública – assistência aos órfãos – e lhes fornecer uma profissão, portanto durante os anos da construção do Instituto, lutou pela isenção de impostos junto às repartições das Câmaras Estadual e Municipal, conforme demonstrado na próxima figura, o Doc n.5 da monografia de Júlio Conceição.

Doc. n. 5

*Illm.^{os} Sr.^s Presidente e mais Vereadores da Camara
Municipal.*

JULIO CONCEIÇÃO, na qualidade de testamenteiro e inventariante do finado João Octavio dos Santos, tendo feito ao Sr. Dr. Intendente Municipal o requerimento que, por copia, com este offerece, e tendo sido o mesmo despachado no sentido do supplicante dirigir-se a essa Camara, á qual compete resolver a respeito, vem requerer a V.^a S.^a, sob os mesmos fundamentos allegados em o dito requerimento, isenção dos impostos cobrados sobre os predios e terrenos pertencentes ao remanescente da herança de João Octavio dos Santos, em beneficio do futuro «Instituto D. Escholastica Rosa».

O supplicante, confiado no alto criterio e patriotismo com que essa illustre corporação tem sempre attendido aos legitimos interesses locais,

P. deferimento. (*)

Santos, 10 de Abril de 1902.

(*) Negado, conforme exposição no cap. VII.

Figura 45-Doc.5, Mar/1904. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Os vereadores e deputados da época negaram o pedido de Júlio Conceição, pois alegavam a impossibilidade de lhe conceder a isenção de impostos por não existir legislação específica e enquanto o Instituto não estivesse instalado e funcionando, segundo o parecer número 77 das comissões de justiça e poderes, fazenda e contas (CONCEIÇÃO, 1908, p. 20).

Júlio Conceição fez uma análise crítica sobre esse contexto, alegou que o Governo do Estado de São Paulo não investia em modalidades de ensino para formar mão de obra de profissionais, como sapateiros, carpinteiros, serralheiros, alfaiates, encadernadores e tipógrafos, somente em bacharéis. A formação desse perfil profissional destinado à infância desvalida era essencial para criar oportunidades desse público ser inserido no mercado de trabalho no futuro, de maneira que essa

modalidade de ensino deveria ser contemplada na educação popular que se estabelecia na época, uma vez que a Instituição prestaria serviço de interesse público, de formação profissional, moral e cívica, além de mão de obra especializada e qualificada, proveniente de capital privado.

Todos os impostos municipais e estaduais devidos pelo espólio de João Octávio não poderiam ser isentos, conforme desejou Júlio Conceição. Os órgãos competentes alegavam que a obra beneficiaria os órfãos ainda não estava concluída e que somente com o cumprimento integral do Testamento, o término da construção da obra, juntamente com os setenta e quatro imóveis deveriam ser entregues à Santa Casa de Misericórdia, poder-se-ia solicitar a isenção de qualquer ônus, em atendimento a uma instituição de caridade.

2.3 Ramos de Azevedo – Engenheiro responsável pela construção do Instituto

A comissão administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Santos, instituição herdeira de parte dos bens de João Octávio dos Santos, contratou os serviços do renomado escritório do arquiteto e engenheiro, paulistano, Ramos de Azevedo (1851–1928), que ficou responsável pelo projeto do Instituto Dona Escolástica Rosa, provavelmente executado nas oficinas de Liceu e Artes e Ofícios de São Paulo onde era diretor nesse período.



Figura 46-Ramos de Azevedo (1851-1928).
Fonte: <https://www.arquivo.arq.br/ramos-de->

Arquiteto e engenheiro, formado pela Escola de Engenharia e pela Academia de Belas Artes, entre 1875 e 1878, na Bélgica, filho de pequeno comerciante da cidade de Campinas, após breve passagem pela Academia Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, tornou-se exceção ao estudar na Europa, sendo mestiço de negro e sem ser filho de fazendeiro (Gomes, 2001, p.36).

Antes de iniciar o curso de engenharia, Ramos de Azevedo ingressou no curso preliminar das matemáticas, no período de 1875 a 1876, após esse período fez o exame para admissão no curso especial de Engenharia e Arquitetura, voltado à instrução técnica e aos princípios da ciência da construção, cursou concomitantemente, na universidade, as disciplinas de cunho artístico na Academia Real de Belas Artes de Gante (CARVALHO, 2000, p.72)

Em documento analisado na biografia escrita por Júlio Conceição (1908), a escolha de Ramos de Azevedo como arquiteto responsável da construção do Instituto foi definida não somente por seu conhecimento de arquitetura escolar e higiene, mas também por dispor de beleza estética em obras realizadas anteriormente. Ramos de Azevedo planejou a arquitetura do Instituto prevalecendo os preceitos higienistas e didático-pedagógicos normatizados pelo modelo francês do final do século XIX e início do XX, aliado ao desenvolvimento urbano e social registrado naquele período (CONCEIÇÃO, 1908, p.47). Em sua monografia, Júlio Conceição registra um agradecimento a Ramos de Azevedo pelos seus serviços prestados.

Grato igualmente não posso deixar de confessar-me ao Exm^o Sr. Ramos de Azevedo, autor dos projetos do Instituto e director mental dos trabalhos de construção, que, por deferência pessoal a mim, tantas vezes manifestada, assumiu o encargo de promover concurrencias parciais em S.Paulo, tanto para a construção como para os variados fornecimentos ao Instituto, visando todas as contas referentes ao mesmo antes de serem por mim effectuados os pagamentos (CONCEIÇÃO, 1908, p. 48)

Para o Instituto Escolástica Rosa, o papel representado pelo arquiteto-engenheiro Ramos de Azevedo ganha outros significados na medida em que tanto a obra quanto o arquiteto trazem implícitos os valores mais caros à burguesia na virada do século. Como arquiteto, buscou romper com o velho estilo colonial servindo-se de outros estilos: neoclássico, neogótico, neocolonial, normando e mourisco.

Ramos de Azevedo fazia questão de ser reconhecido pelo segundo título, graças à valorização social que esse representa até a atualidade, enquanto símbolo da insistente racionalidade. Ademais, a valorização desse personagem deveu-se principalmente à imensa quantidade de projetos e obras públicas e privadas produzidos por seu escritório (GOMES, 2001, p.39).

Além de engenheiro e arquiteto, Ramos de Azevedo também exerceu funções na área da educação, foi diretor do Liceu de Artes e Ofícios a partir de 1895 até o seu falecimento em 1928. Foi diretor da Estrada de Ferro Mogiana em 1914 e vice-presidente da Caixa Econômica do Estado em 1917. Investiu em terrenos, empreitando na construção de casas fazendo hipotecas e empréstimos, na relação de trabalho com os seus empregados, tanto da construção civil quanto da educação, a associação era paternalista.

3. A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DONA ESCOLÁSTICA ROSA EM SANTOS E A PROPOSTA DE ENSINO

Neste capítulo, o objetivo é a interpretação dos documentos contidos na monografia de Júlio Conceição e o pressuposto para a construção da arquitetura escolar, partindo o prédio como evidência de fatos e a análise da proposta de ensino.

A inauguração do Instituto ocorreu em 1º de janeiro de 1908 com a presença de autoridades judiciárias, representantes de consulados e associações de Santos, além de representantes da imprensa local e da capital do Estado, bem como outros convidados ilustres como o provedor da Santa Casa de Santos e o Juiz de Direito da 1ª Vara de Santos, o Exmo Dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sete para presidir a sessão inaugural do Instituto.

Bell Leopoldino filho de Júlio Conceição, recitou um breve discurso enaltecendo o trabalho do benemérito, além da senhorita Laura Leopoldino sua irmã, também uma das convidadas, recitou uma poesia em homenagem ao fundador da Instituição.

O Jornal Atribuna, na edição de 01 de janeiro de 1908, publicou a inauguração da obra filantrópica de João Octávio dos Santos na coluna Notas Discretas.



Figura 47-Nota do Jornal A Tribuna da inauguração do Instituto. Fonte:Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos³⁵

O jornalista citava que tanto a construção do Instituto Dona Escolástica Rosa como os bens deixados a Santa Casa de Misericórdia de Santos eram atos de autêntico valor de João Octávio dos Santos.

“Não cabiam indagações sobre a moral e a personalidade de João Octávio. A existência inútil, o egoísmo de quem viveu só para si e os exemplos deixados. Todos, a partir daquele momento estavam absolvidos”³⁶

Todos os convidados presentes, assinaram a Ata de Inauguração, conforme demonstrado na Ata de Inauguração:

³⁵ A nota do Jornal A Tribuna, publicou que o Instituto foi inaugurado na Avenida Bartolomeu de Gusmão, 111, tinha como fundador o benemérito santista João Octávio dos Santos, que sob a administração da Santa Casa de Santos, já estavam funcionando as oficinas: Artes Gráficas, Marcenaria, Mecânica, Funilaria, Carpintaria e Alfaiataria

³⁶ A Tribuna, 01/01/1908. Notas Discretas

ACTA DA INAUGURAÇÃO

— DO —

INSTITUTO D. ESCHOLASTICA ROSA

No primeiro dia do mez de Janeiro de mil novecentos e oito, ás duas horas da tarde, no recinto do Instituto «D. Escholastica Rosa», na praia do Embaré desta cidade de Santos, Estado de S. Paulo, sendo presentes as auctoridades judicarias locais, consules representantes das diversas associações de Santos, representantes dos srs. secretarios da Justiça e do Interior, representantes da imprensa local e da capital do Estado, exmas. familias e demais convidados, o sr. Julio Conceição, testamenteiro e inventariante dos bens do fallecido João Octavio dos Santos, convidou o Juiz de Direito da 1.ª Vara, exmo. sr. Dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sette, para presidir a sessão inaugural do Instituto, sendo acceito o convite e chamando o sr. presidente, para fazerem parte da mesa, o sr. vice-provedor da Santa Casa de Misericordia, João Furtado da Rocha Frota, o Dr. Juiz de Direito da 2.ª Vara, Luiz Porto Moretz-Sohn de Castro, o sr. Coronel Almeida Moraes, monsenhor José Benedicto Moreira, o sr. Dr. Ramos de Azevedo, o ajudante de ordens do sr. Dr. Secretario da Justiça, o Dr. Domingos Leopoldino, o sr. Dr. Francisco Xavier Moretz-Sohn, director do Instituto, e Agenor Silveira, servindo de secretario. O sr. presidente declarou aberta a sessão e em breves palavras expôz os motivos da presente reunião. O sr. Julio Conceição, em seguida, tomou a palavra para explicar o plano a que obedeceu o seu trabalho, fazendo minuciosa descripção do edificio que se inaugura e lendo alguns topicos do seu relatorio sobre a testamentaria, ainda em provas typographicas, nos quaes accentua a feição, toda de independencia, que pretendeu imprimir a esta instituição. Pelo sr. presidente foi dada em seguida a palavra ao orador official, exmo. sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que produziu brilhante allocução, sendo vivamente applaudido. O menino Leopoldino Bell, dirigindo-se ao pequeno Mauro, filho do sr. Julio Conceição, recitou um breve discurso, em que pôz em relevo o trabalho benéfico do testamenteiro de João Octavio dos Santos. A senhorita Laura Leopoldino recitou em seguida uma linda poesia em homenagem ao fallecido fundador desta instituição. O sr. Delphino Stockler de Lima pediu a palavra e orou brilhantemente

2

sobre a caridade. Não havendo mais quem se lhe seguisse com a palavra, o sr. presidente, na qualidade de Juiz de Direito da 1.ª Vara, em cujo juizo correu o inventario de João Octavio, declarava montado, installado e inaugurado o Instituto D. Escholastica Rosa, fazendo a sua entrega á Santa Casa de Misericordia por intermedio do seu vice-provedor, João Furtado da Rocha Frota, que disse que o recebia em nome daquela corporação, a qual o administraria de conformidade com o testamento de João Octavio dos Santos. Acto continuo, dirigiram-se as pessoas presentes a todas as dependencias do Instituto, em companhia de Monsenhor José Benedicto Moreira, que procedeu solemnemente á benção do edificio. Pelo sr. presidente foi em seguida declarada encerrada a sessão, da qual, para que a todo tempo conste, se lavrou a presente acta, que vaé por todos assignada. Em tempo: o pequenino orador acima chama-se Bell Leopoldino e não Leopoldino Bell. — Agenor Silveira a escreven.

(*Seguem-se as assignaturas.*)

Figura 48-Ata de Inauguração do Instituto. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908, p.228)

A História do Instituto Escolástica Rosa remete-se a 1908, momento que exprime a marca do projeto dos setores da burguesia, entre outros, dos agro exportadores de café, comissários, empresários e banqueiros, cujo ideal de “progresso” transformou a cidade de Santos em porta de saída e entrada de riquezas, instalando a chamada “modernização” não só no porto, mas enfatizando a urbanização como maneira de ordenar e racionalizar o espaço de socialização (GOMES,2001, p.32).

Neste período, havia na cidade escolas primárias municipais, estaduais e particulares. A Associação Feminina Santista, em 1902, organiza o Liceu Feminino Santista para a formação de professoras de suas escolas maternais. Como Santos era uma cidade essencialmente comercial, o poder municipal instituiu em 1908 a Academia do Comércio de Santos (PEREIRA, 1996).

O Instituto foi construído no período paralelo aos processos de urbanização da cidade de Santos e sob rígidos critérios de higiene escolar e planejado para ser uma escola de ensino básico e profissional, sua arquitetura foi planejada para facilitar a concentração dos alunos. A arquitetura neoclássica do Instituto foi elaborada pelo arquiteto e engenheiro Ramos de Azevedo (1851–1928)³⁷ que assinou o projeto arquitetônico, considerando as normas da arquitetura escolar. Diferenciava-se dos demais prédios públicos daquele período por suas peculiaridades (CONCEIÇÃO, 1908, p.22).

O projeto do edifício, totalizou em 9 (nove) plantas que foram apresentadas pelo escritório do engenheiro Ramos de Azevedo em 1904, à Comissão da Irmandade da Santa Casa de Santos e ao testamenteiro Júlio Conceição, com a finalidade da organização do espaço escolar. As plantas fazem parte da monografia de Júlio Conceição, no capítulo Plantas do Instituto Dona Escolástica Rosa, iniciando com um índice contendo as especificações de cada planta:

³⁷ Ramos de Azevedo (1851–1928) - arquiteto e engenheiro responsável pela construção do Instituto Dona Escolástica Rosa

INDICE

DAS

Plantas do Instituto D. Escholastica Rosa

| | | |
|-----|---|--------------|
| N.º | 1. Fachada sobre o mar | Escala 1:200 |
| | › 2. Planta Geral | › 1:800 |
| | › 3. Administração | › 1:200 |
| | › 4. Economia | › › |
| | › 5. Alojamento dos alumnos | › › |
| | › 6. Residencia do director e pessoal (vista geral) | › › |
| | › 7. Residencia do director e pessoal, com suas dependencias | › › |
| | › 8. Gymnasio (fachada) | › › |
| | › 9. Gymnasio e lavanderia— plantas | › › |




Figura 49-Indice das plantas do Instituto Dona Escolástica Rosa. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Planta da fachada de frente ao mar, escala 1:200

A construção do Instituto iniciou com cinco pavilhões em sobrado e três térreos. Além das salas de aulas, o Instituto possuía dormitórios para os alunos e funcionários, incluindo o diretor, salas das oficinas, refeitório e biblioteca.

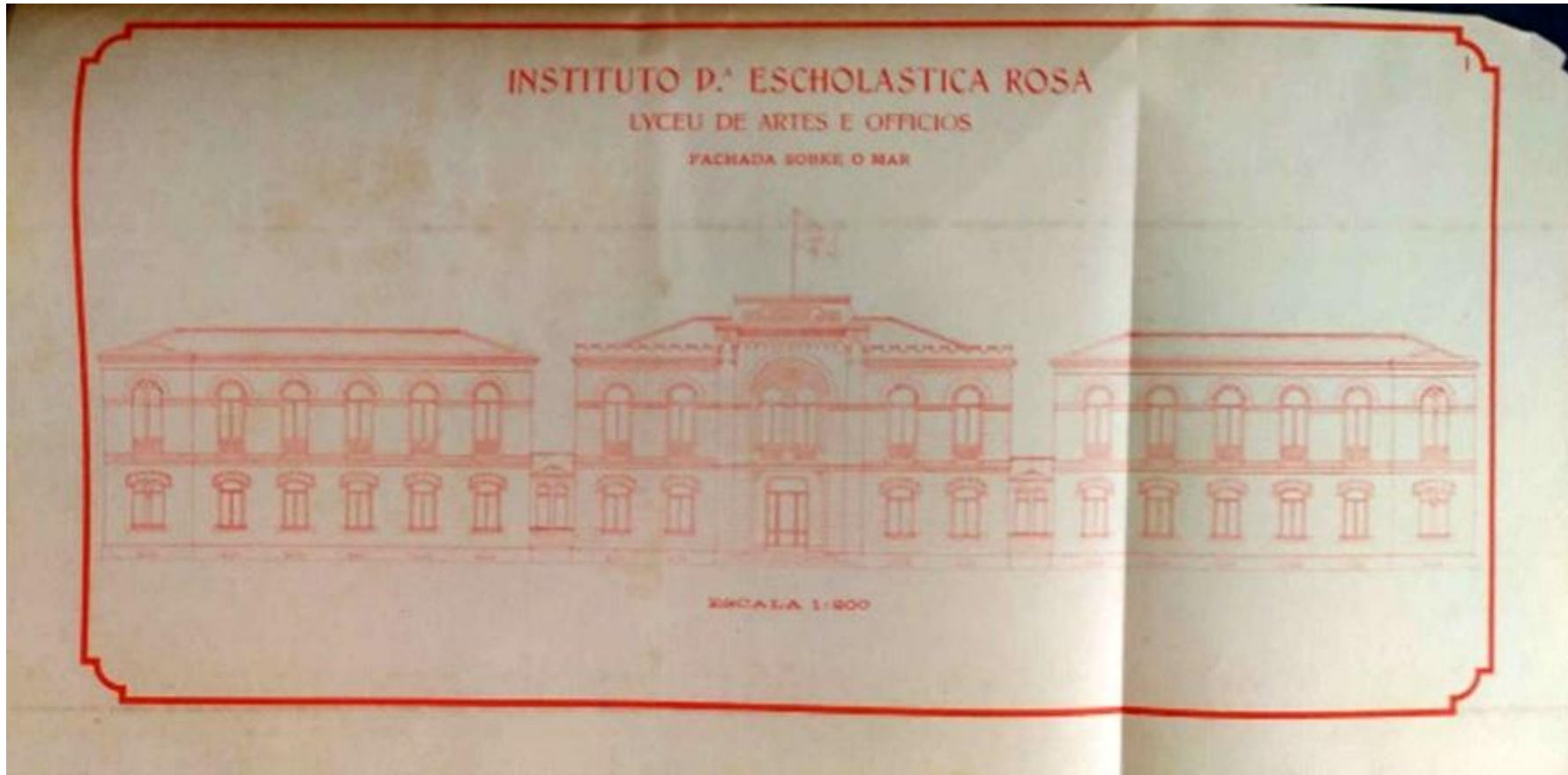


Figura 50-Fachada de frente ao mar. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Planta Geral do edifício, escala 1:800

Pavilhão Central, no térreo a direita, sala de espera de visitas, sala do diretor, museu e instalação sanitária, na parte superior, dormitórios para capacidade de vinte alunos, sala de guardas roupas e instalação sanitária. A esquerda na parte inferior, sala do porteiro, do secretário, oficina de marcenaria, biblioteca e instalação sanitária, na parte superior, dormitório com capacidade para vinte alunos, quarto do vigilante, sala de guardas roupas e instalação sanitária. Na parte superior, salas de estudos, sala dos professores e vestiários. No pavilhão dos fundos, no térreo, refeitório dos empregados, refeitório dos alunos, cozinha e instalações sanitárias. Na parte superior, sala de rouparia, depósito, sala do médico, enfermaria e instalação sanitária.

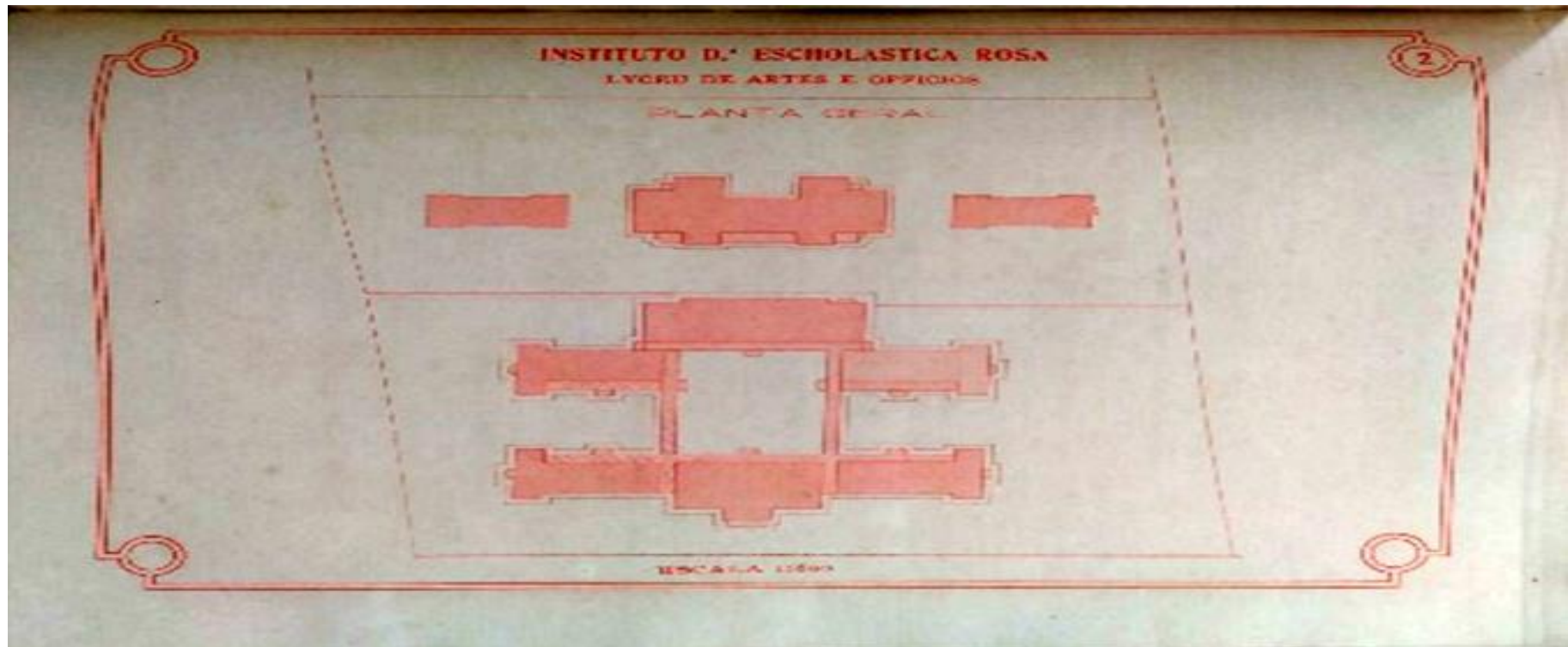


Figura 51-Planta Geral. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Planta do alojamento dos alunos, no 1º e 2º pavimento, escala 1:200, com capacidade para vinte alunos e instalação sanitária.

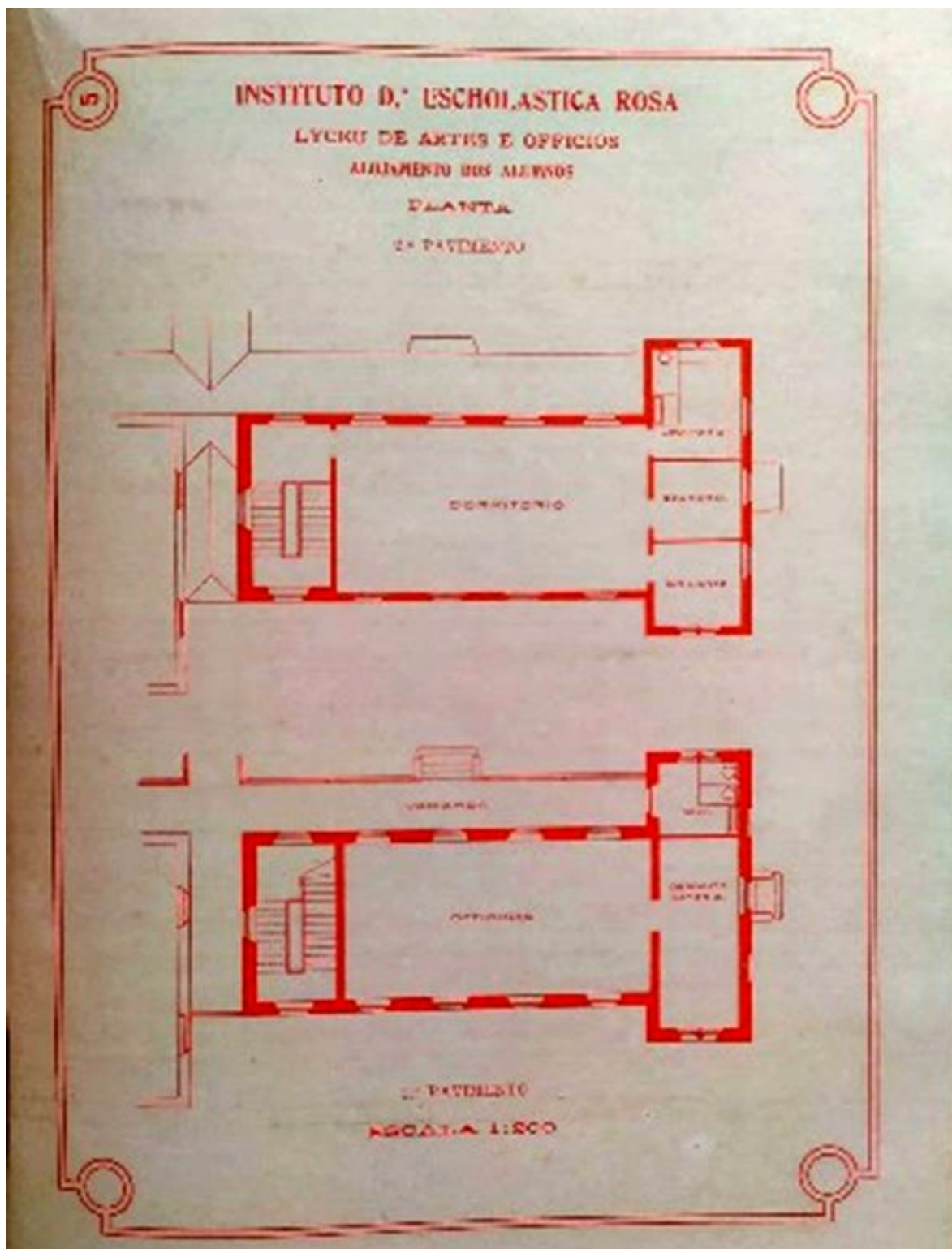


Figura 52-Alojamento dos alunos. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Planta da residência do Diretor e demais funcionários, com suas respectivas dependências. Escala 1:200

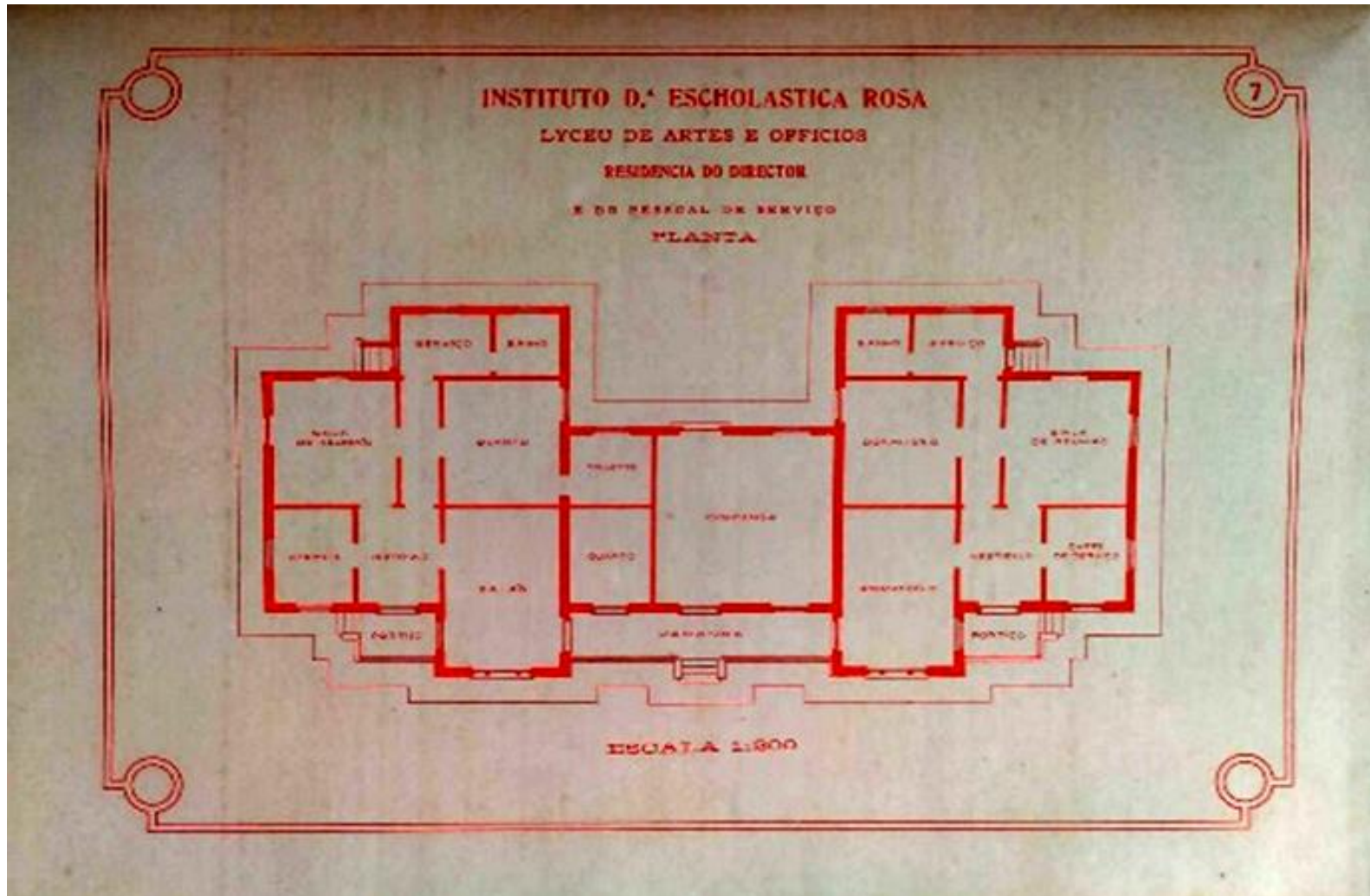


Figura 53-Residência do Diretor e pessoal com as suas dependências. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Planta do ginásio de esportes e da lavanderia. Escala: 1:200

Ginásio com aparelhos para exercícios físicos, sala de música e instalação sanitária. Na lavanderia, tanques apropriados para engomar roupas e instalação sanitária.

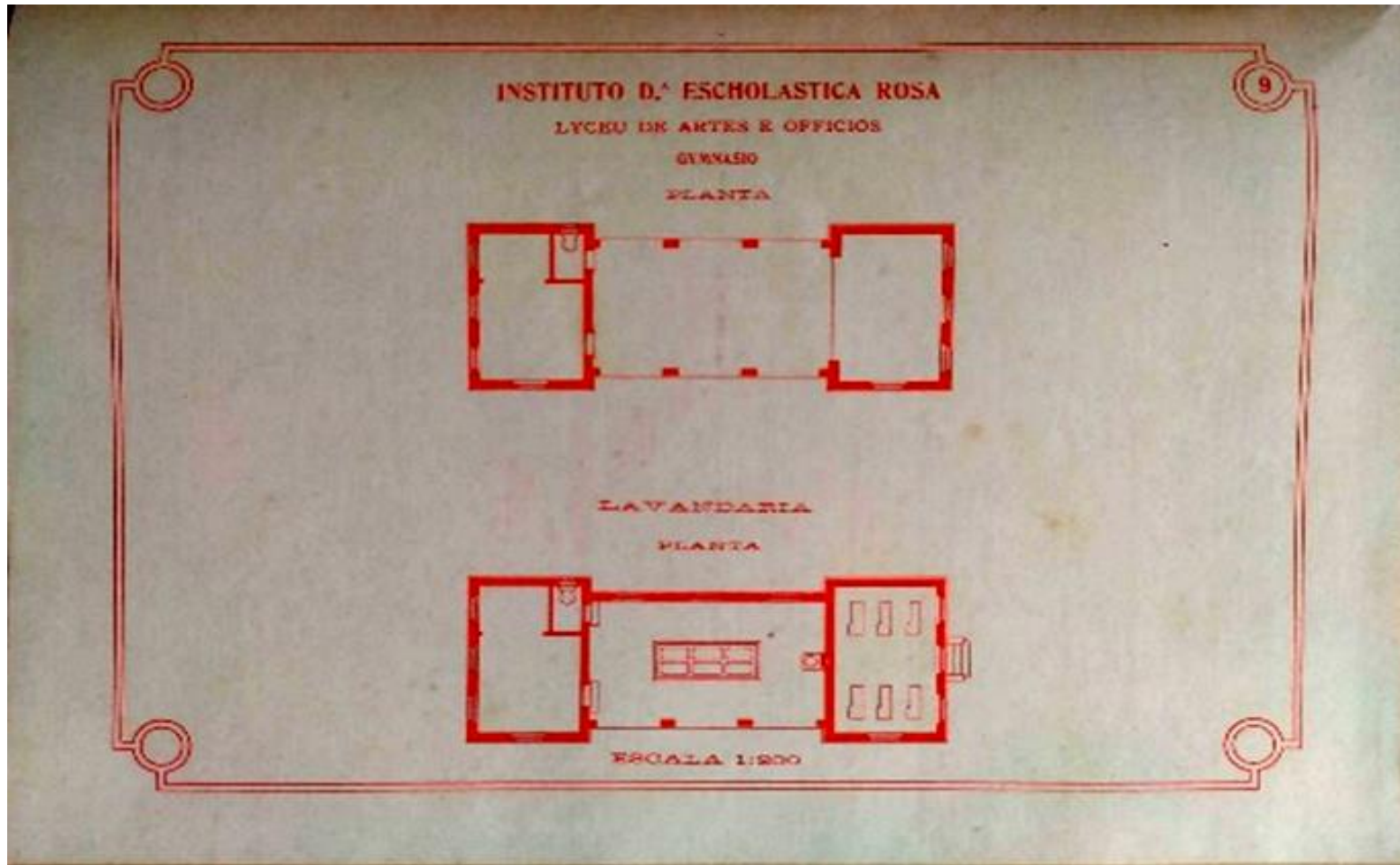


Figura 54-Ginásio e lavanderia. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

3.1 A Construção do Edifício

O projeto desenhado para o Instituto atendia aos princípios dos saberes médico sanitaristas: o edifício projetado em três corpos permitia a circulação do ar, afastando a putrefação e a sujeira, como garantia de salubridade e seguia os mesmos princípios adotados nas construções dos hospitais. As salas eram dotadas de grandes janelas, que permitiam a entrada da luz natural (GOMES, 2001, p.36).



Figura 55-Projeto original do Instituto Escholástica Rosa-Fonte:Monographia – 1900-1908. Júlio Conceição

Originariamente a escola compunha-se por seis pavilhões independentes, em dois pavimentos cada, interligados apenas no pavimento térreo através de passadiços cobertos. Na parte central situavam-se dois blocos, o da frente ocupado pela administração e auditórios e o posterior pela enfermaria e serviços. Nos outros quatro pavilhões das extremidades funcionavam as oficinas de ensino no pavimento térreo e os dormitórios no andar superior (CONCEIÇÃO, 1908).

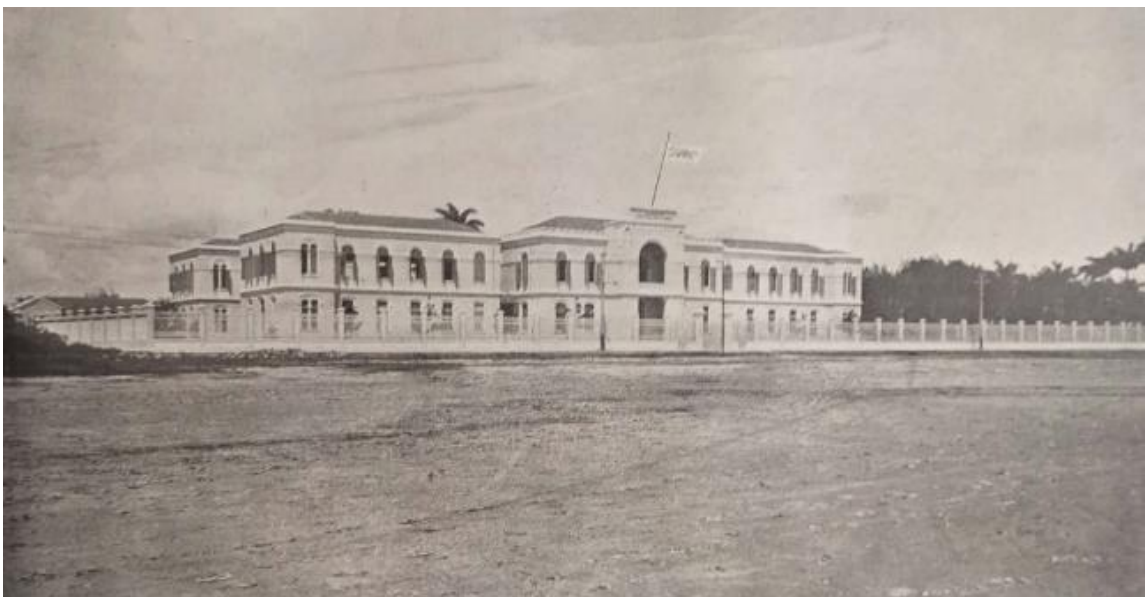


Figura 56-Vista frontal de frente ao mar. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908)



Figura 57-Vista lateral do Instituto. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908)

João Octávio dos Santos, desejou que, no mesmo espaço, os meninos recebessem instrução escolar e profissional necessárias para uma vida digna, podendo alcançar a dignidade e multiplicar benemerências.

Para fazer distinção entre Espaços e Lugares, Michael de Certeau, A invenção do Cotidiano, analisa essa relação e delimita um campo de estudo.

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) Aí impera a lei do próprio: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que o define. Um lugar é, portanto, uma configuração espontânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que orientam, o circunstanciam, o temporalizam, e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (CERTEAU, 2012, p. 184).



Figura 58-Sala de estudos. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908)



Figura 59-Dormitório. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908)



Figura 60-Oficina de Alfaiataria. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908)



Figura 61-Oficina de Marcenaria e Carpintaria. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908)



Figura 62-Oficina de Sapataria. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908)

A residência do diretor, ficava instalada na parte de trás da edificação, a direita o ginásio e a esquerda o bloco na lavanderia.



Figura 63-Ginásio, Casa do Diretor, do Pessoal e Lavanderia. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)



Figura 64-Corredores Internos. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

O Instituto foi projetado para ser dividido por blocos, que separavam os alunos que já trabalhavam no Instituto dos demais, separado também da casa da família do diretor, com o intuito de prevenir o contágio das doenças epidêmicas da época, comum na cidade. Foi construído num lote de 28.898,11 metros quadrados, perfazendo 108,83 metros de frente e 109,80 metros de fundos, sofria com alagamento por conta do avanço da maré e por ficar sobre o leito canalizado do Rio Conrado. No ano de 1937 o pesquisador paulista Francisco Martins dos Santos publicou sua principal obra intitulada História de Santos e descreve sobre o Rio Conrado:

[...]na Ponta da Praia, saía um caminho que bordejava o porto e internava-se pelo antigo Pau Grande (Vila Santista e Macuco), servido mais tarde por um trenzinho de carga e passageiros, e conhecido por toda gente, durante mais de oitenta anos, como o caminho do Forte Augusto, que terminava junto ao chamado rio do Conrado, que hoje não mais existe [...] (SANTOS, 1937, p.73)

Júlio Conceição, na sua monografia relata as obras e atribuições para a instalação do Instituto D. Escolástica Rosa no ramal da Ponta da Praia, devido a presença do Rio Conrado, informando que ele passava pelos fundos do terreno, na área atravessada pela atual Avenida Epitácio Pessoa. Durante as construções, as águas do Rio Conrado atingiram a cozinha, sendo necessário demolir e no seu lugar

foi construído a residência do diretor do Instituto, conforme consta registrado no Doc.nr 27, 28 e 44, capítulo X³⁸ da monografia (1908).



Figura 65-Rio Conrado, ao fundo da Chácara de João Octávio. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Parte do terreno da chácara de João Octávio ficava sobre o leito canalizado do Rio Conrado e era alagado. O terreno fica numa das regiões mais baixas do solo santista e, naquele período sofria com o avanço das marés que mantinha a área encharcada.

Descrito no Doc. n. 44, cap. X da Monografia de Júlio Conceição. As obras de saneamento para desvio das águas que a Câmara Municipal pretendeu fazer allí naquelle charco, lá estão à vista de quem quizer, inutilizadas por completo, e o rio Conrado sempre no seu velho curso. Essas obras constavam do fechamento de um boeiro por onde passava o rio para a chácara de João Octavio, a 200 metros mais ou menos do edifício, no caminho da antiga linha de bondes. Não existe aqui e allí uma pá siquer de aterro da Camara. Os aterros da parte saneada do Instituto foram sempre feitos a custa o espolio e a minha particular. Para aterrar a lagoa allí existente, era bem de ver a imprescindível necessidade da canalização dorio, trabalho que requeria grande dispêndio, segundo o final do doc. n.19 e a informação do próprio contractante das obras da câmara (Conceição, 1908, cap. V).

³⁸ Documento registrado na Monografia de Júlio Conceição (1908).

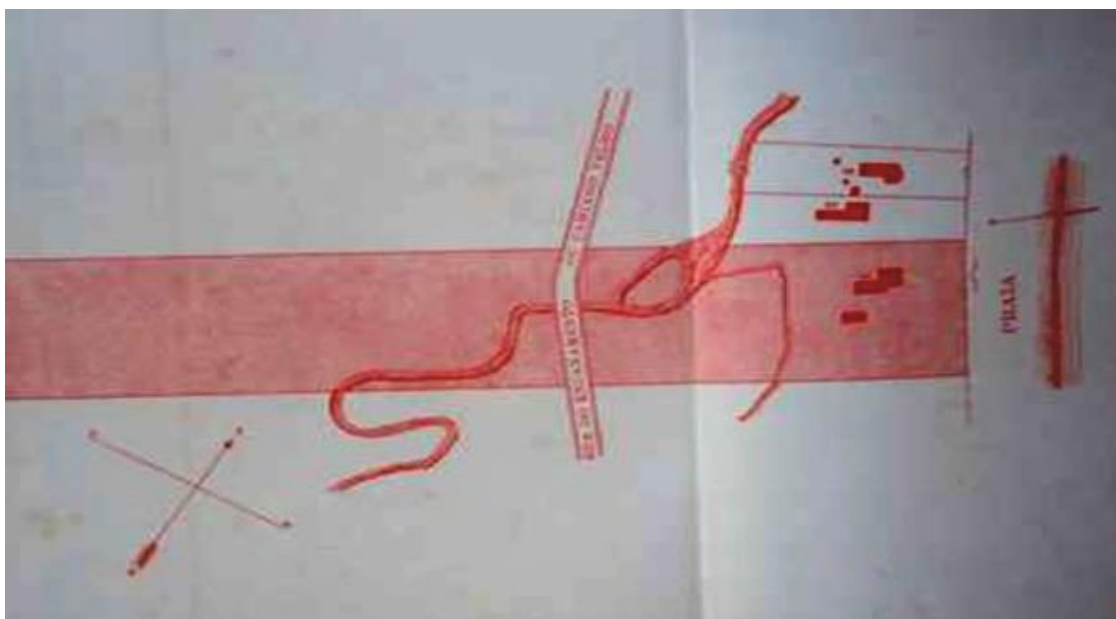


Figura 66-Planta da chácara em 1904, Rio Conrado ao centro. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908).

Durante a construção do Instituto, em 1905, Júlio Conceição planejou erguer uma estátua para perpetuar a memória de João Octávio dos Santos. Solicitou aos gestores da Irmandade da Santa Casa que a estátua fosse erguida no jardim da Santa Casa, conforme o doc. 38 que consta na página 186 da sua monografia, o provedor contestou o lugar e, diante disso, Júlio Conceição resolveu erguer a estátua no pátio interno do Instituto.

Comecei, em dezembro de 1905, a entabular negociações no sentido de erigir uma estátua que perpetuasse, no recinto do Instituto, a memória de João Octávio dos Santos. Ela ali está, como merece, rodeada de folhagens e flores, encerrando os seus despojos mortaes, que tive o honroso e imprescindível dever de velar por algum tempo em meu poder (CONCEIÇÃO, 1908, p.15)

Em uma solenidade no dia 20 de outubro de 1907, conforme doc. 39 constante na monografia, na presença de sujeitos ilustres, como Dr. Saturnino Brito, chefe da comissão de Saneamento de Santos e Joaquim Fernandes Pacheco, 1º Tabelião da Comarca de Santos, na base da estátua construída no pátio do Instituto, foram enterrados uma urna com os despojos mortais de João Octávio dos Santos e, uma urna com exemplares dos jornais A Tribuna, Cidade de Santos, O Estado de São Paulo, Correio Paulistano e outros jornais da época, totalizando cinquenta (50) publicações, além de moedas de cobre, prata e níquel, do Brasil e outros países, com

o objetivo de algum dia avaliar do grau da cultura intelectual e contemporânea da época, assim desejado por Júlio Conceição.

A ata da solenidade foi assinada por todos presentes e lavrada com firma reconhecida pelo 1º Tabelião Joaquim Fernandes Pacheco.



Figura 67-Solenidade do encerramento dos despojos mortais de João Octávio na base da estátua.
Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908).



Figura 68-Urnas, a 1ª contendo os restos mortais de João Octávio dos Santos, e a 2ª jornais e outros documentos. Fonte: Monografia de Júlio Conceição (1908).

A estátua foi projetada de bronze pelo escultor Sr. A. Zani, recomendado pelo engenheiro e arquiteto Dr. Ramos de Azevedo, como artista de sua confiança e reconhecimento por trabalhos realizados, conforme consta no doc. 32 da monografia de Júlio Conceição.

Doc. n. 32

Illm.^{os} Srs. Provedor e mais membros da Meza Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

TERMINANDO-SE daqui a dois mezes o prazo que a lei municipal exige para exumação dos ossos do nosso saudoso Irmão João Octavio dos Santos, e que serão depositados em monumento a erigir-se nessa Santa Casa, no sitio que ahí me fôr indicado, estou dando, como me cumpre, as necessarias providencias a respeito.

Assim, submetto á apreciação de Vs. Ss. as duas inclusas photographias de um modelo em gesso, ainda imperfeito, apenas para dar idéa do projecto para o dito monumento, proposta pelo esculptor Sr. A. Zani, do Lyceu de Artes e Officios de S. Paulo.

Acompanham outras photographias de varios trabalhos do mesmo esculptor, o qual me foi recommendado pelo Exm.^o Dr. Ramos de Azevedo como artista de real merecimento

O monumento terá 3 metros e 50 centímetros de altura e constará de duas partes: a estatua e o pedestal.

A estatua será fundida em bronze e o pedestal constará de dois elementos: embasamento de granito commum e um dado em pedra amarella de Limeira, com friso decorativo esculpido, tendo nas faces anterior e posterior logares apropriados para legendas.

Os alicerces serão de pedra e cimento, com a profundidade necessaria á estabilidade do monumento.

O artista responsabiliza-se pela entrega do monumento, tudo prompto, pelo preço de Rs. 14:000\$000.

Rogo a essa digna corporação resolver sobre o assumpto e comunicar-me o que se offerecer a respeito, para meu governo.

Apresento a Vs. Ss., etc.

Santos, 10 de Maio de 1905.

Julio Conceição.

Figura 69-Doc.32, maio/1905. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

3.2 Regulamento do Instituto

Analisando a obra de CONCEIÇÃO (1908), o primeiro regulamento do instituto foi elaborado em 1907 e assinado por Júlio Conceição em 4 de dezembro de 1907. Nele foram definidas orientações sobre o perfil e atribuições dos docentes e funcionários, conforme designado por João Octávio dos Santos no seu testamento. O perfil do aluno para admissão no Instituto também foi detalhado no testamento: “pobres e órfão de sexo masculino”, em relação em aceitar somente meninos, não localizamos sinais e nem indícios dos motivos, mas parte da hipótese de que a

Associação Protetora da Infância Desvalida – Asilo dos Órfãos, instituição inaugurada na cidade de Santos no século XIX no ano de 1889, para acolher também crianças órfãos, atendia tanto do sexo masculino quanto feminino, desde a sua inauguração e atendia simultaneamente uma quantidade maior de crianças comparando ao Instituto Dona Escolástica Rosa, é viável considerar outras instituições que atendiam também órfãos do sexo feminino, conforme estudos de (VIEIRA, 2006, p.66).

O parecer favorável para admissão no Instituto Dona Escolástica Rosa, era emitido pelos membros da Mesa Administrativa da Santa Casa de Santos, mantenedora da escola desde 1908, um dos deveres deixados em Testamento por João Octávio dos Santos. Mais detalhes estão descritos no tópico “O Testamento do benemérito do Instituto”, desta pesquisa.

Examinando o regulamento, observamos que a organização dos cursos do Instituto eram divididos em seções e sub divididas em artigos.

As seções estavam divididas em:

I – Disposições Credoras: foram definidos três artigos; no primeiro artigo informava que o regulamento foi criado a partir das disposições testamentárias de João Octávio dos Santos, o segundo artigo foi definido que o Instituto seria mantido exclusivamente com a renda do patrimônio do benemérito do Instituto e tinha como finalidade oferecer educação a meninos pobres e órfãos e no terceiro e último artigo dessa seção foi definido sobre o número de educandos, fixado inicialmente em cinquenta.

II – Matrícula: essa seção possuía cinco artigos, que tratava exclusivamente os critérios para a admissão, a permanência e o prazo do aluno no Instituto. Nessa seção possuía um artigo exclusivo às circunstâncias especiais dos alunos que possuíam algum tipo de moléstia. Para admissão do educando no Instituto, solicitava-se pedido por escrito do pai ou representante legal do menor ao Provedor da Santa Casa, conforme Estatuto do Instituto Dona Escolástica Rosa, assinado em 02/04/1910, comprovando:

- a) De ter o educando mais de nove anos e menos de quatorze completos;
- b) De ser o educando, filho natural, vivendo em companhia da mãe, e a mãe não ter recursos suficientes para a sua educação;

- c) De ser o menor órfão e filho de pais pobres, ou tendo pais vivos, acharem-se estes em estado de pobreza manifesta;
- d) De ser o menor sadio e não sofrer moléstia contagiosa

III – Tratamento aos alunos: essa seção possuía quatro artigos que definia o tratamento que os alunos deveriam ter por parte do diretor e todo o pessoal do Instituto, sempre carinho paternal aos educandos e nada lhe faltar quanto a alimentação, vestuário e calçado. Por fim, ser expressamente proibida a aplicação de castigos físicos aos educandos.

IV – Enxoval: essa seção possuía um único artigo que definia sobre o uniforme dos educandos e o enxoval que receberia que era composto por: colchas, fronhas, cobertor, toalhas de rosto, pente, escova de dente e sabonete.

V – Desligamento dos Alunos e Disposições Gerais: Essa seção era composta por dois artigos e, foi definido os motivos aos quais o educando seria desligado do Instituto, dentre eles: moléstia, mau comportamento, falta de aproveitamento, conclusão do tempo de estudo e conclusão do curso antes do prazo. No caso de moléstia, o aluno era encaminhado a Irmandade de Santa Casa para tratamento e após retornava ao Instituto, de acordo com o Artº8 do Regulamento:

Art 8º - Do Regulamento do Instituto Dona Escolástica Rosa. Em circunstância especial, por moléstia, de interrupção do ensino, poderá a Mesa Administrativa da Santa Casa ampliar o prazo dos quatros anos de estudo por um tempo o mais limitado possível. Serão observados as regras e prescrições higienistas, avisando os pais, tutores ou curadores para que retirem o doente, fornecendo o Instituto a sua custa e os meios de remoção e condução para local conveniente. (CONCEIÇÃO, 1908, p. 106)

Em disposições gerais, ficou definido o dia 9 de julho de todo ano feriado no Instituto, em solenidade a data de falecimento de João Octávio dos Santos com a intenção de enaltecer os feitos do benemérito do Instituto.

Nos artigos do regulamento, foram definidos o formato dos cursos, os exames, a banda de música, a biblioteca, o museu, o quadro de pessoal, os vencimentos do pessoal e disposições gerais.

O regulamento possui quatorze páginas e consta no item Anexo dessa pesquisa.

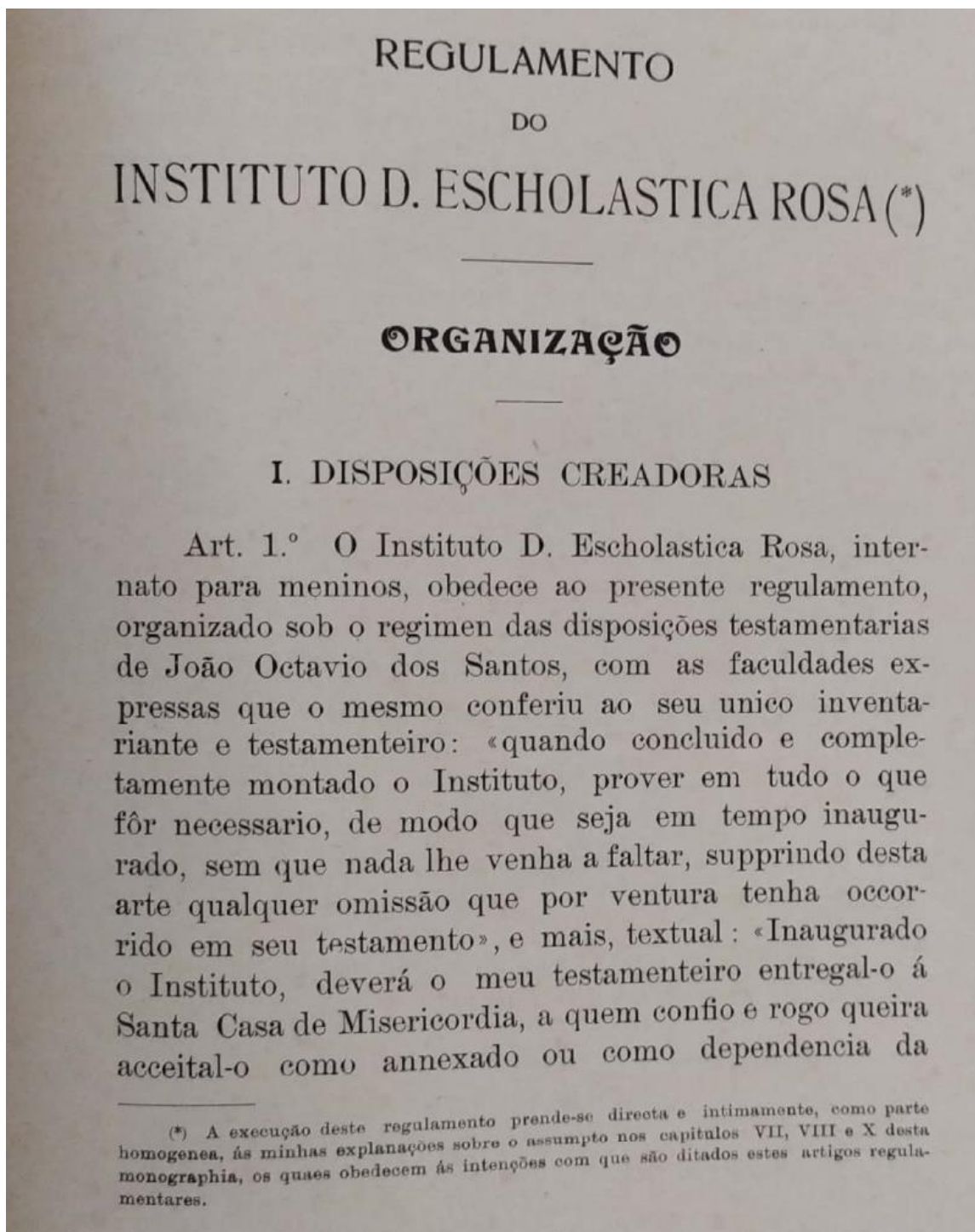


Figura 70-Primeira página do regulamento assinado em 1907. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Os educandos usavam uniformes conforme definidos no item IV do regulamento do instituto que possuíam os significados da classe que pertenciam os sujeitos e a representação de valores da hierarquia ensinados pedagogicamente aos educandos. Quando entravam no Instituto, eles recebiam além do enxoval, o uniforme

diário (conforme demonstrado na próxima imagem) e o uniforme de gala para eventos de datas comemorativas.



Figura 71-Uniforme do cotidiano. Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos

3.3 Proposta Pedagógica - Cursos e Divisões

No que se referia ao Ensino, o regulamento foi dividido em duas seções: primeira seção nomeada de Cursos e Divisões e a segunda seção Exames e Disposições Gerais.

Na seção Cursos e Divisões, foi definido o formato do curso preliminar e do ensino prático. Possuía cinco artigos, que enfatizavam sobre os cursos oferecidos pelo Instituto:

| Cursos e Divisões | |
|--|---|
| Curso preliminar | Ensino prático |
| <ul style="list-style-type: none"> • leitura e caligrafia; • língua portuguesa com exercícios de composição regra gramatical e lógica; • noções de geografia geral; | <p>O curso prático foi dividido em agrícola e profissional. O curso de agrícola constava com noções de geologia, botânica e zoologia.</p> <p>O curso profissional, dizia respeito a artes e ofícios dos seguintes ensinamentos:</p> |

| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • matemática-numeração, operações, frações, número inteiros e decimais, frações ordinárias, sistema métrico, noções de proporções e desenho linear; • ensino e regras de boa educação, de sentimentos efetivos e compassivos, de civismo e de doutrina cristã; ensino de natação, ginástica, tiro ao alvo e esgrima; • ensino de música; • noções de história natural física e química aplicada. | <ul style="list-style-type: none"> • escrituração mercantil e industrial; • mecânica; • eletricidade; • tipografia, impressão e encadernação; • alfaiataria; • pintura, carpintaria e marcenaria; • serralheria e funilaria; • sapataria e selaria; • vidraria; • arte de cabeleireiro; • arte culinária e serviços domésticos. |
|---|--|

Quadro 4-Cursos de Divisões

- ❖ O curso preliminar, era dividido em quatro séries: a primeira compreenderia o ensino de leitura e caligrafia; a segunda o de leitura corrente, caligrafia e primeiras noções de cálculo; a terceira o de análise elementar, operações sobre números inteiros, noções de frações ordinárias e decimais; a quarta compreenderia análise gramatical e lógica, operações sobre frações, sistema métrico decimal, proporções, noções gerais de geografia (em particular do Brasil), educação cívica e catecismo;
- ❖ As aulas de música e as oficinas deveriam ser ministradas por professores que residissem fora do instituto;
- ❖ A aula de música deveria ser destinada aos alunos que demonstrassem vocação;
- ❖ Ser constituída uma banda de música com no mínimo 30 alunos;
- ❖ Todo aluno teria a obrigação de frequentar uma das oficinas oferecidas pelo instituto, cuja escolha dependeria da sua vocação;
- ❖ O curso preliminar, era complementado pelo curso práticos de agrícolas e profissionais.

No curso de agrícolas os alunos eram contemplados com noções de geologia, botânica, zoologia com aplicações, agricultura tropical, jardinagem, floricultura, horticultura, avicultura e apicultura (Vieira, 2011, p.97)

Registro da banda musical no ano de 1912 composta por trinta alunos e orquestrada por um professor.



Figura 72-Banda de Música, ano 1912 – Fonte :Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos

A seção Exames, foi dividida em três artigos: o primeiro artigo definia o formato dos exames das matérias do curso preliminar e do curso prático, os exames eram anuais e divulgado à comunidade escolar por meio de visitação escolar em dias definidos pelo diretor; o segundo artigo destacava a premiação aos educandos com bom comportamento e aproveitamento, recebendo as honras do salão nobre de visitas do instituto; e o terceiro e último artigo tratava da premiação aos educandos em destaque, com ferramentas, máquina ou artefatos que eram escolhidos pelos alunos para auxiliar no início da sua vida prática após sair do instituto.

Em disposições gerais foram estabelecidos oito artigos, ficou definido que o educando deveria cursar a matérias relacionadas ao curso de ofício que escolheu de acordo com a sua vocação e disposição física; o educando era obrigado a frequentar a aulas das oficinas; as aulas dos cursos agrícola e profissional seriam práticas; os

curso preliminares, agrícolas e profissional eram subordinados por respectivos professores e mestres; as aulas do ensino agrícola e profissional poderiam ser argumentadas pelo administrador da Santa Casa quando esse assim entendesse; a educação do aluno deveria ser ministrada com o maior cuidado; Semanalmente ocorreriam palestras sobre os efeitos maléficos de jogos e alcoolismo, higiene, instrução afetiva e compassiva com relação aos animais, plantas; formação de banda musical; uma biblioteca de livros didáticos.

3.4 Corpo Docente e Administrativo

No que se referia ao pessoal, o processo de contratação dos funcionários, era administrado pela Irmandade da Santa Casa de Santos, através de editais, publicado no Jornal A Província, atual o Estado de São Paulo, e na imprensa local. Além da experiência exigida, procurava-se por pessoas com idoneidade. O regulamento foi dividido em: Pessoal Administrativo, Corpo Docente, Médico e Dentista, Vagas e Preenchimento, Vencimento do Pessoal e Atribuições e Disposições Gerais, conforme descritos na tabela a seguir:

| Composição do Pessoal | | | |
|--|--|---|---|
| Administrativo | Corpo Docente | Médico | Dentista |
| O pessoal administrativo era composto por: um diretor, um guarda livros e um almoxarife. | O corpo docente era composto por professores para o ensino preliminar, ensino de música e dos cursos práticos. | Composto por um médico efetivo, prestaria seus serviços a qualquer hora quando chamado. | Composto por um dentista efetivo, prestando serviço quando chamado e tinha por obrigação de zelar pelo perfeito estado odontológico dos seus educandos. |

Quadro 5-Composição do Pessoal

A seção Vagas e Preenchimentos, era composta por dois artigos: o primeiro artigo mencionava sobre as vagas do corpo docente, que essas deveriam ser preenchidas por professores diplomados, comprovando capacidade para exercer o cargo; o segundo artigo ficou definido que a escolha do diretor deveria ser definida

pela administração da Santa Casa de Misericórdia de Santos e, que o diretor deveria residir no próprio Instituto com a sua família (Testamento, 1899, p.1).

Várias eram as atividades atribuídas ao diretor, dentre elas, emitir relatórios mensais à Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Santos, nesses relatórios o diretor informava todos os tipos de despesas ocorridas no Instituto no mês, esses registros eram encaminhando para a mesa administrativa da Santa Casa. As imagens abaixo são de um livro de registro de despesas do Instituto do ano de 1927, preenchidos pelo diretor Arthur Porchat de Assis para a mesa administrativa da Santa Casa.



Figura 73-Livro de Registro de Despesas. Fonte: Acervo da Santa Casa de Santos

O primeiro diretor nomeado pela Irmandade da Santa Casa, foi o juiz aposentado Dr. Francisco Xavier Moretz-Sohn, fundador do Colégio Moretz-Sohn de São Paulo e ex-diretor do Colégio Culto à Ciência, de Campinas. Ficou somente dois anos no cargo, faleceu em 24 de junho de 1910, sendo substituído por Arthur Porchat de Assis, professor do Liceu Feminino Santista, ex-promotor público e membro de família tradicional da cidade, que ao aposentar-se em 1930, foi substituído pelo professor Nicolau Priolli que permaneceu no cargo até agosto de 1934, quando iniciou o novo formato do Instituto, a administração estatal, circunstâncias em que tomou

posse, como novo diretor, o professor Pedro Crescenti, permanecendo por vinte e cinco anos na direção do Instituto.



Figura 74-Os dois primeiros diretores do Instituto. Fonte:
<https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300v19.htm>



Figura 75-Diretor Nicolau Prioli posse 1931 - Fonte: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Santos

Os primeiros funcionários contratados através do edital, foram: secretário e guarda-livros, Joaquim de Toledo; professores, Francisco de Paula Caiaffa, Patrício Adriano Soares e Paul Crocine; porteiro e almoxarife, Manuel Emílio da Costa; médico, Dr. Manuel Maria Tourinho; dentista, comendador Manoel Homem Bitencourt; mestre sapateiro, Bernardo Antônio de Almeida; mestre cozinheiro e confeitoiro, Bento de Menezes; mestre marceneiro, Francisco de Oliveira e mestre copeiro, Properzio Nuti (CONCEIÇÃO, 1908).

A relação dos primeiros funcionários contratados, constam na monografia de Júlio Conceição (1908, p. 123), conforme exposto na próxima figura e detalhado no apêndice IV dessa pesquisa.

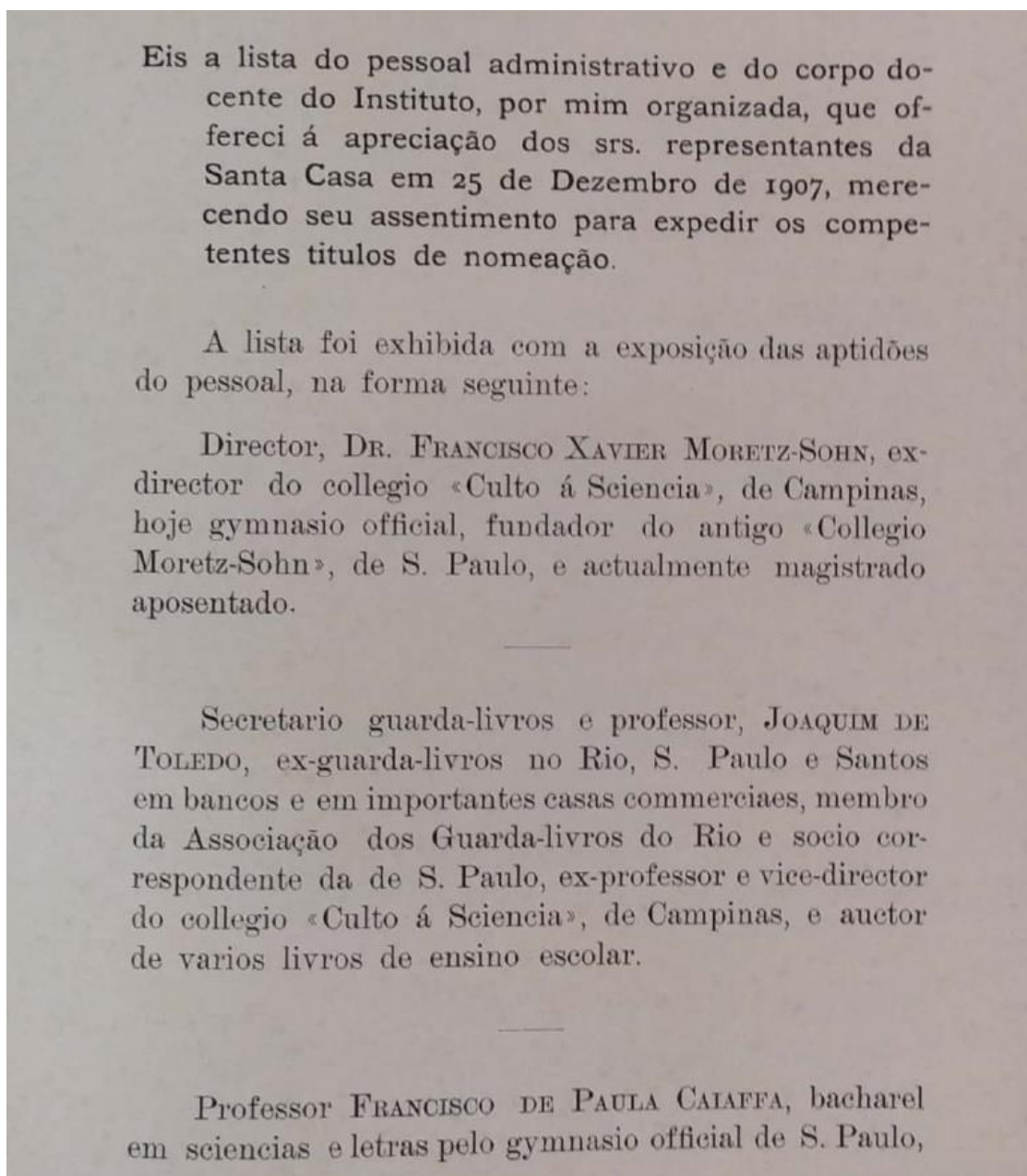


Figura 76-Primeiros funcionários contratados. Fonte: Monografia Júlio Conceição (1908)

Na seção Vencimento do Pessoal, os rendimentos ficaram definidos em tabela anexa ao regimento que anualmente era revista pela Santa Casa.

Na seção de Atribuições, ficou definido cinco artigos: o diretor do instituto era responsável geral do instituto e toda a composição pessoal subordinada a ela; o regimento interno era organizado pelo diretor com a aprovação da Santa Casa e toda composição do pessoal e educandos deveriam cumprir o regimento; o diretor também exerceria o cargo de tesoureiro, responsável pelo saldo e prestação de contas à administração da Santa Casa. O saldo da receita e despesa e o balancete do Instituto deveria ser exposto mensalmente pelo diretor à administração da Santa Casa, assim como um relatório de ocorrências referentes a procedimentos com alunos, professores, empregados e estado de conservação e zelo do Instituto; O pessoal de serviços gerais: serventes e lavadeiras seriam admitidos e demitidos pelo diretor do Instituto.

No livro de ocorrências de alunos, o diretor comunicava a mesa administrativa da Santa Casa, ocorrência de contexto de comportamento, problemas de saúde e rendimento escolar do aluno. Essa prática estava definida no regimento do Instituto e era executada pelo diretor para a mesa administrativa da Santa Casa. Na imagem abaixo, livro do ano de 1928, anotado manualmente como pode-se notar na imagem menor:



Figura 77-Livro de Ocorrência de aluno, ano: 1928. Fonte: Acervo da Santa Casa de Santos

As folhas do livro, eram confeccionadas de papel de seda, dificultando a leitura da escrita, na imagem abaixo foi colocado uma folha de sulfite por trás para facilitar a visualização da escrita:

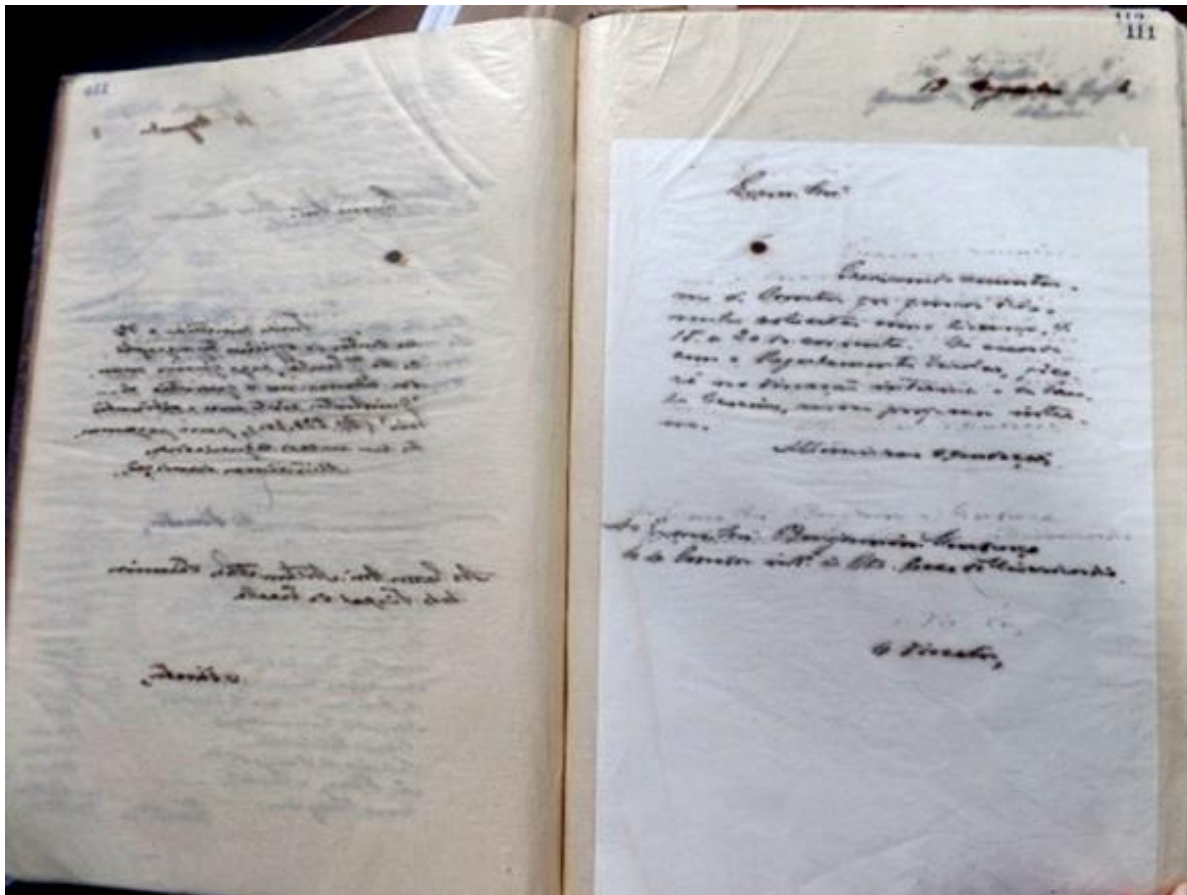


Figura 78-Registro de ocorrência de aluno. Fonte: Acervo da Santa Casa

Na seção Disposições Gerais, foi definido um livro de ponto onde os professores e funcionários assinariam diariamente; o número do pessoal seria estabelecido conforme necessidade do Instituto, o Instituto forneceria alojamento e sustento ao diretor e professores, que eram obrigados a residir no Instituto.

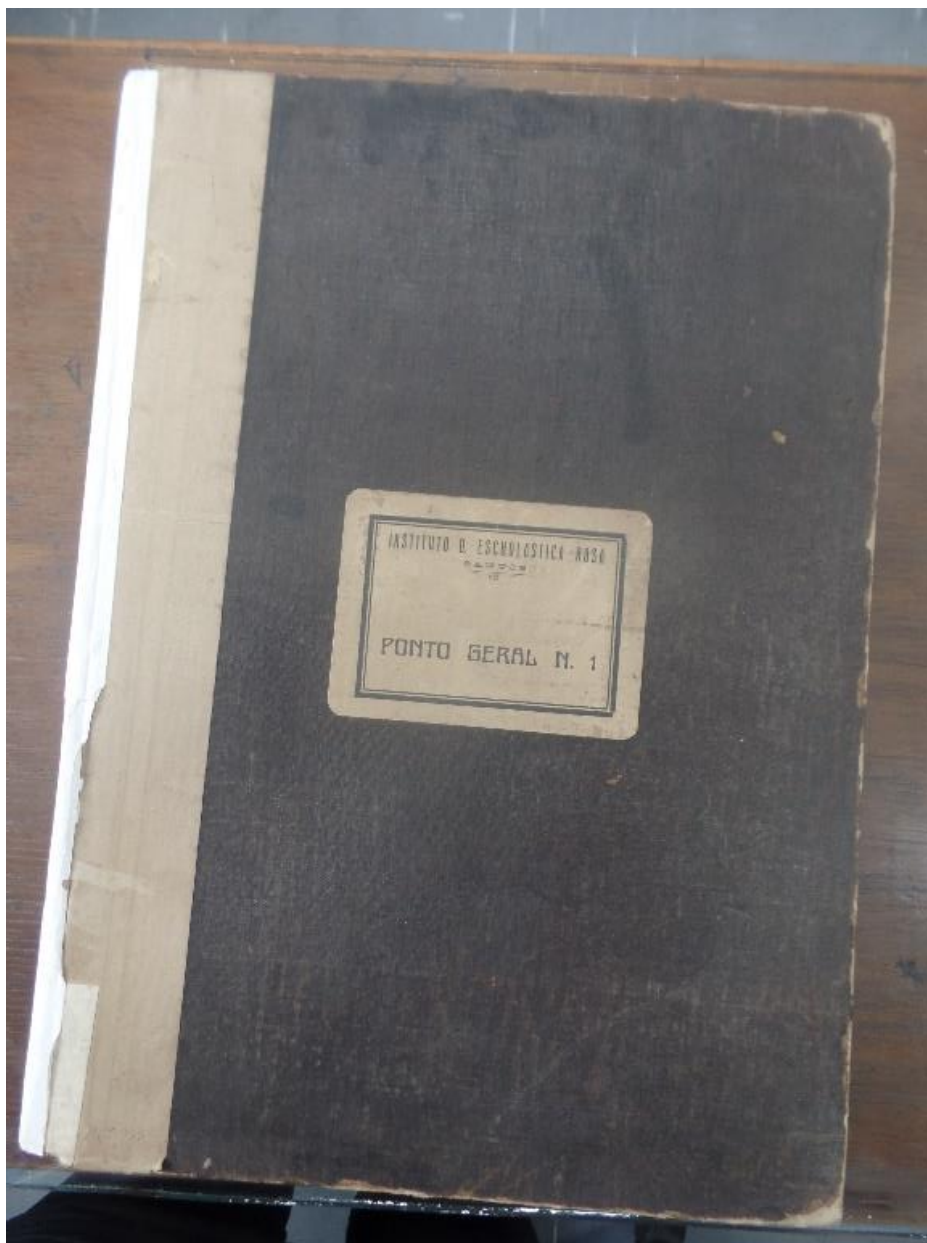


Figura 79-Capa do Livro Ponto de Funcionários, abril 1931. Fonte: Acervo da Santa Casa

Percebe-se na imagem abaixo, o registro do ponto diretor Nicolau Priolli na primeira linha, assim como o valor do ordenado, gratificação e valor total do ordenado:

Figura 80-Registro do Ponto do mês de abril de 1931. Fonte: Acervo Santa Casa de Santos

Não residiam no Instituto os professores de música e ginástica, por não permanecerem uma quantidade de horas no Instituto que justificassem tal. (CONCEIÇÃO, 1908, p.33).

Tenho fé que verei em breve, além de peritos profissionais, saírem do Instituto Dona Escolástica Rosa, fugindo ao vício e ao crime, artistas educados, homens uteis à sociedade, com honroso diploma do ofício de sua vocação (CONCEIÇÃO, 1908, p.27)

O Instituto funcionou nos moldes do regulamento supracitado previstos no testamento até 1933, oferecendo ao longo dos anos formação técnica para jovens que contribuíram para o progresso da cidade.

3.5 Trajetória do Instituto

Durante 25 anos, de 1908 a 1933, o Instituto Escolástica Rosa foi administrado exclusivamente pela Santa Casa de Misericórdia de Santos; destinando os seus

serviços para atender meninos em situação de vulnerabilidade, cumprindo princípios de benemerência.

Dentro desse recorte – 1908 a 1933 – foi instaurado o movimento Escola Nova, no período de 1920 a 1930, que através da reforma do ensino, garantia o acesso à escola e à educação. Fizeram parte deste movimento os educadores Fernando de Azevedo, Manuel Bergstrom Lourenço Filho e Anísio Spínola Teixeira, tinham como objetivo a reformulação do ensino, com educação integral, inserindo a criança no centro do processo de ensino-aprendizagem (BUFFA, 2002, p.37)

No final de 1933, o Governo do Estado e a Santa Casa formularam um acordo para a administração do instituto, conforme decreto nr.6.222 de 18 de dezembro de 1933, definindo que a área pedagógica seria administrada pela Secretaria do Estado da Educação com a criação da Escola Profissional Secundária Mista Dona Escolástica Rosa, oferecendo além dos cursos existentes, os cursos: carpintaria naval e mecânica, atendendo não somente alunos internos órfãos, mas também alunos externos inclusive mulheres, em consequência o Instituto teve alterações significativas na sua configuração inicial, tanto na estrutura do prédio como no modelo pedagógico e público alvo.

De 2004 a 2018 o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza passou a ser o responsável pela unidade de ensino e, iniciou as atividades da Etec Dona Escolástica Rosa, oferecendo os cursos de Administração, Nutrição, Metalurgia, Segurança do Trabalho, Contabilidade e Secretariado, Logística, Meio Ambiente e o Ensino Médio. No final de 2018, o Centro de Paula Souza encerrou o contrato com a Santa Casa de Santos por recomendação do Ministério Público do Trabalho, devido a irregularidade na estrutura do edifício.

| 1908-1933 | 1934-2003 | 2004-2018 |
|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Atendeu exclusivamente aos meninos órfãos; • Ofereceu ensino primário e cursos de ofícios como: tipografia, encadernação, | <ul style="list-style-type: none"> • O Governo do Estado e a Irmandade da Santa Casa de Santos formularam um acordo para a administração do Instituto • Ofereceu os cursos: carpintaria | <ul style="list-style-type: none"> • O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, passou a ser o responsável pela unidade de ensino e, iniciou as atividades da Etec Dona Escolástica Rosa; |

| | | |
|---|--|---|
| <p>mecânica, marcenaria, colchoaria, sapataria e alfaiataria.</p> | <p>naval e mecânica, atendendo não somente alunos internos órfãos, mas também alunos externos inclusive meninas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ocorreu mudanças também na estrutura do edifício, foi construído uma capela, inaugurada em 1939, dedicada ao patrono da juventude e do ensino profissional – S. João Bosco. • No final da década de 50, iniciou a construção de um novo espaço do Instituto. • O espaço do Instituto onde funcionava o internato, em 1981 foi desativado, e passou sediar a primeira instituição de ensino superior pública da Baixada Santista, a Fatec-Faculdade de Tecnologia. | <ul style="list-style-type: none"> • Ofereceu os cursos de Administração, Nutrição, Metalurgia, Segurança do Trabalho, Contabilidade, Secretariado, Logística, Meio Ambiente e o Ensino Médio; • Em 2018 o Centro de Paula Souza encerrou o contrato com a Santa Casa de Santos por recomendação do Ministério Público do Trabalho, devido a irregularidade na estrutura do edifício; |
|---|--|---|

Quadro 6-Trajatória do Instituto



Figura 81-Foto atual do Edifício do Instituto Dona Escolástica Rosa. Créditos: @dronefabiano68

O edifício do Instituto Dona Escolástica Rosa possui tombamento em nível municipal – ocorreu no ano de 1992, de acordo com o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos- CONDEPASA, Proc. 34436/91-02, Livro Tombo 01, inscrição 15, folha 3, Resolução SC 02/92 de 25/01/92 e junto ao CONDEPHAAT –

Governmento do Estado de São Paulo, Proc. 63865/101, Livro do Tombo Histórico: inscrição 404, p. 49, Resolução 63 de 07/08/2013, publicado no Diário Oficial de Santos-SP, 21 de agosto de 2013, conforme a figura:

quarta-feira, 21 de agosto de 2013

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

São Paulo, 123 (156) - 49

Artigo 4º: Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes, para intervenções em imóveis localizados no interior da sala remodelada do Artigo anterior:

1 - nos lotes delimitados no inciso I do artigo 3º, as futuras edificações possuirão gabarito máximo de 12m (doze metros) de altura, contada a partir do pavimento térreo; da mesma forma, as reformas e qualquer tipo de intervenção;

2 - nos lotes delimitados no inciso II do artigo 3º, as futuras edificações deverão possuir gabarito máximo de 27m (vinte e sete metros) de altura, contada a partir do nível do pavimento térreo, da mesma forma e garantir a prevalência da escala vertical do edifício tombado; as intervenções adjacentes, da mesma forma, as reformas e qualquer tipo de intervenção;

3 - nos lotes delimitados no inciso III do artigo 3º, as futuras edificações deverão possuir gabarito máximo de 27m (vinte e sete metros) de altura, contada a partir do nível do pavimento térreo, de modo a garantir a prevalência da escala vertical do edifício tombado na sua volumetria adjacente, da mesma forma, as reformas e qualquer tipo de intervenção;

4 - não serão computadas para o cálculo do gabarito ou altura das edificações, os volumes superiores como calças d'água, banheiros, casas de máquinas, torres de resfriamento, chaminés, etc, desde que não possuam no mesmo nível compartimentos de uso prolongado.

Artigo 5º: Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Histórico do Estado, autorizado a inscrever no Livro do Tombo Histórico, o bem em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 6º: Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Resolução SC-43, de 07-08-2013

Dispõe sobre o tombamento do Conjunto do antigo Instituto Escolástica Rosa, no município de Santos.

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto 148, de 15-08-1969 e do Decreto Estadual 13.426, de 16-03-1979, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual 15.024, de 5 de julho de 1978, com a redação dada ao artigo 137, cuja redação foi alterada pelo Decreto 48.137, de 7 de outubro de 2003, considerando:

as manifestações constantes do Processo CONDEPHAAT 63865/2011, o qual foi aprovado pelo Colegiado do CONDEPHAAT em Sessão Ordinária de 10-10-2011, Ata 1646, cuja deliberação foi favorável ao tombamento do conjunto de edificações da Escola Técnica Estadual Escolástica Rosa, antigo Instituto Escolástica Rosa, no município de Santos, sendo a minuta de Resolução de Tombamento também aprovada por aquele Conselho, na referida sessão;

que o conjunto do antigo Instituto Escolástica Rosa tem forte presença na paisagem da sala tombada e é representante da arquitetura paulista utilizada em prédios públicos no final do século XIX e início do XX; considerando:

o conjunto das suas construções e as funções que o ornaram são representativas de gestos de benevolência que no final do século XIX e início do XX buscaram educar e dar formação profissional e cultural;

que o edifício principal desta conjunto é representante da arquitetura higienista desse período, baseada em pavilhões e utilizada em escolas, salas hospitalares e hospitais;

Art. 1º: Fica tombado o conjunto de edificações originais que compõem as instalações do antigo Instituto Escolástica Rosa, com acesso principal pela Avenida Bartolomeu de Gusmão, 111, em Santos, e o lote urbano em que se insere, incluídas as construções voltadas para a Atividade Espólio, conforme mapa com indicação do perímetro protegido constante do processo 63865/2011.

§ 1º: Diversem de preservação:

1 - no perfil histórico-morfológico das fachadas, volumes e silhuetas interiores, incorporadas as alterações dos anos 1940; nos demais pontos mantendo-se a volumetria e a aparência externa.

§ 2º: Podem ser autorizadas alterações de elementos da reforma realizada em 1940 e dos volumes secundários, desde que justificadas, em caso de novos agenciamentos necessários à atualização de suas funções;

Art. 2º: - O presente bem tombado fica sujeito de área envolvente, conforme laudo e Decreto n. 48.137, de 07-10-2003.

Art. 3º: Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Histórico do Estado de São Paulo autorizado a inscrever no Livro do Tombo Histórico, o bem em referência, para os devidos e legais efeitos.

Art. 4º: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução SC-81, de 20-08-2013

Dispõe sobre o tombamento do edifício do Banco Itaú, anteriormente sede do Banco Sulamericano, sito a Av. Paulista, 1938 e 1948, nesta Capital, e do outro prevedendo:

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto 148, de 15-08-1969 e do Decreto Estadual 13.426, de 16-03-1979, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual 15.024, de 5 de julho de 1978, com a redação dada ao artigo 137, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual 48.137, de 7 de outubro de 2003, considerando:

as manifestações constantes do Processo CONDEPHAAT 33183/1995, o qual foi aprovado pelo Colegiado do CONDEPHAAT em Sessão Ordinária de 25-10-2010, Ata 1600, cuja deliberação foi favorável ao tombamento do edifício do Banco Itaú, anteriormente sede do Banco Sulamericano, sito a Av. Paulista, 1938 e 1948, nesta Capital, sendo a minuta de Resolução de Tombamento também aprovada por aquele Conselho, em Sessão Ordinária de 13-02-2012, Ata 1629;

que a expressão do bloco do edifício Itaú Linear e de suas colaborações teve caráter medular em diferentes tipos de programas arquitetônicos, sempre em íntima relação com a paisagem urbana ou natural;

que essa obra é parte integrante dos processos de transformação e modernização da cidade de São Paulo no segundo metade do século XX;

que o imóvel situado a Av. Paulista, 1938 e 1948, na cidade de São Paulo, projetado em 1962, é significativo exemplar da arquitetura moderna;

que o prédio é representativo de critérios conceituais característicos pela associação de edifícios de escritórios e agência bancária, implantados em terreno de esquina: uma torre afetada dos alinhamentos do lote e perpendicular à avenida principal sobre sapata base horizontal ocupando os limites do terreno nas duas faces;

que a solução arquitetônica, associando ventilação cruzada e uso de brises solais, proporcionou, ao interior, um edifício não dependente de recursos artificiais de conforto ambiental;

que o prédio é representativo de uma relação estreita entre a arquitetura dos edifícios comerciais verticais e o urbanismo da cidade, particularmente se comparado ao desenvolvimento posterior da verticalização na Avenida Paulista;

que a construção demonstra em sua configuração a riqueza de detalhes, cuidado na escolha de materiais e soluções técnicas primárias, associando arte e ciência, estética e função;

que a obra integrou entre arte e ciência, arquitetura, artesanato também representando no patial do artista Roberto Burle Marx,

compou a grande dos fundos do saguão da atual agência bancária, resolve:

Art. 1º: Fica tombado o edifício sede do Banco Itaú, antigo Sulamericano, sito a Av. Paulista, 1938 e 1948, nesta Capital, com as seguintes disposições:

1 - Estamente preservem-se a volumetria e as fachadas; 2 - Integramente preservem-se o espaço da agência bancária, ao qual se inclui especificamente o salão de Burle Marx, as luminárias, a área perfurada do teto do mezanino e do 1º andar;

Art. 2º: Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Histórico do Estado de São Paulo autorizado a inscrever no Livro do Tombo Histórico, o bem em referência, para os devidos e legais efeitos.

Art. 3º: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução SC-82, de 20-08-2013

Dispõe sobre o tombamento da Biblioteca Municipal Mario de Andrade, s/n da Consolação, 94, bem como da Praça Dom João Gaspar, na cidade de São Paulo.

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto 148, de 15-08-1969 e do Decreto 13.426, de 16-03-1979, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual 15.024, de 5 de julho de 1978, com a redação dada ao artigo 137, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual 48.137, de 07-10-2003, considerando:

as manifestações constantes do Processo CONDEPHAAT 51478/2005, o qual foi aprovado pelo Colegiado do CONDEPHAAT em Sessão Ordinária de 12-03-2011, Ata 1641, cuja deliberação foi favorável ao tombamento do edifício da Biblioteca Municipal Mario de Andrade, s/n da Consolação, 94, bem como do tombamento da Praça Dom João Gaspar, nesta Capital, sendo a minuta de Resolução de Tombamento também aprovada por aquele Conselho, na referida sessão;

que a Biblioteca Mario de Andrade, originalmente criada em 1925 e consolidada com a criação do Departamento de Cultura na administração de João Vilão (1934-1936), tendo como primeiro diretor Mario de Andrade e referência na formação dos grupos paulistas e o parte dos equipamentos culturais do Estado;

que representa um documento sintético de dois momentos históricos conflitantes distintos: aquele do fim da Primeira República e início da administração varguista com respectivos repertórios de símbolos, valores, projetos e representações simbólicas;

o significado e o valor das ações artísticas desenvolvidas por gerações de paulistas;

que a sala, onde até hoje funciona, inaugurada em 1942, é projeto marcante na paisagem paulista e marco do processo de modernização da arquitetura representativa da tendência de modernização das linguagens plásticas e da racionalidade das construções;

que a obra do arquiteto Joaquín Piliou, concluída na administração Prosa Mabi, projeto que insere na paisagem paulista padrões arquitetônicos e estéticos que definiram a modernização de sua desenvolvimento;

que o edifício destaca na área central da cidade e que suas alterações representam um conjunto original;

que o pertencimento ao bairro da Praça Dom João Gaspar, resolve:

Art. 1º: Fica tombada na categoria de bem cultural o edifício da Biblioteca Municipal Mario de Andrade, sito a Rua da Consolação, 94, bem como a Praça Dom João Gaspar, onde se situa, localizadas no perímetro delimitado pelas ruas Consolação, Itaipava Gomes, São Luis e prolongamento da Rua Marizati.

§ 1º: - Considerando que este prédio tem sido utilizado para outras funções como Biblioteca Pública, presença integralmente tanto o interior quanto o exterior da edificação;

§ 2º: A ser devolvida para gestão da Praça após o tombamento, onde se situa o edifício, listam-se as mudanças das áreas patrimonial, passivas de eventual adaptação, desde que justificadas e aprovadas pelo CONDEPHAAT.

Art. 3º: Para assegurar a manutenção íntegra da construção e garantir sua utilização para os fins a que se destinou, a atualização do mobiliário ou elementos de infra-estrutura ou eventualmente adequações nos espaços que permitam sua atualização ou modernização, desde que aprovadas pelo CONDEPHAAT.

Parágrafo Único: - Reconhece-se a intervenção na sala de leitura e a criação de circuito setorial no nível térreo, recentemente realizadas, (2007-2008), que podem ser mantidas ou modificadas e o critério de futuras restaurações ou restaurações do local, desde que aprovadas pelo CONDEPHAAT.

Art. 3º: O presente bem tombado fica sujeito de área envolvente, conforme laudo e Decreto n. 48.137, de 07-10-2003.

Art. 4º: Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Histórico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT autorizado a inscrever no Livro do Tombo Histórico, o bem em referência, para os devidos e legais efeitos.

Art. 5º: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução SC-85, de 19-08-2013

Altera a Resolução SC-78, de 21-09-2012.

Art. 1º: - Concurso de Apoio a Projetos de Criação e Desenvolvimento do Rotário Indúzia e da Produção de Biolíngua no Estado de São Paulo.

Art. 2º: - Permanecem inalterados os demais artigos da Resolução SC-78, de 21-09-2012.

Resolução de 19-08-2013

GABINETE DO SECRETÁRIO E ACESSÓRIAS

| Nº | Nome | Início | Fim |
|----|---------------------------|--------|------|
| 1 | Adriano Augusto de Fátima | 1995 | 1995 |
| 2 | Adriano Augusto de Fátima | 1995 | 1995 |
| 3 | Adriano Augusto de Fátima | 1995 | 1995 |

UNIDADE DE MONITORAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO

| Nº | Nome | Início | Fim |
|----|---------------------------|--------|------|
| 1 | Adriano Augusto de Fátima | 1995 | 1995 |
| 2 | Adriano Augusto de Fátima | 1995 | 1995 |
| 3 | Adriano Augusto de Fátima | 1995 | 1995 |

UNIDADES DE BIBLIOTECAS E LECTURA

| Nº | Nome | Início | Fim |
|----|---------------------------|--------|------|
| 1 | Adriano Augusto de Fátima | 1995 | 1995 |
| 2 | Adriano Augusto de Fátima | 1995 | 1995 |
| 3 | Adriano Augusto de Fátima | 1995 | 1995 |

(Republicado por ter sido com Incorporação.
Dispacho do Secretário, de 19-8-2013.
Processo SC 8972/2013

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Assunto: Prestação de serviços de filmagem em HD e edição de vídeo e áudio para publicação no site da Secretaria da Cultura de áudio e vídeo para prestar os serviços de cultura, com custos e contribuições em vistas a realização.

Nos termos do "caput" do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, fica o ato de dispensa de licitação fundamentado no inciso II, do artigo 24, da norma legal em vigor de 2013, em virtude de se tratar de contratação de execução de serviços de natureza artística e de caráter urgente, visando a realização de eventos culturais.

O pregoeiro é o Sr. Roberto de Paula, chefe do Gabinete da Pasta e responsável pela assinatura do contrato.

Extrato de Contrato
Processo SC 83466/2013
Contrato nº 20130360002

Participantes:
1º - Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Cultura.
2º - Município de São José do Rio Preto.
Objeto: Realização da "Semana Esclástica 2013".
Valor: R\$ 40.000,00, de responsabilidade do ESTADO.
Unidade Orçamentária: 120101 - Programa de Trabalho: 13.392.1201.5706.0000
Natureza das Despesas: 334629.
Vigência: O prazo de vigência do presente Contrato é de 03 meses, a contar da data de sua assinatura.
Data da Assinatura: 09-08-2013
Extrato de Contrato
Processo SC 89820/13
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, através da Chefia de Gabinete.
CONTRATADA: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, portadora do CNPJ 33.641.866/0001-44.
Objeto: Contratação de serviços de elaboração de estudo técnico e análise de despesas iniciais e execução econômica em contrato firmado entre a empresa CVS construtora SA e a Secretaria de Estado da Cultura, para o projeto de obras civis de restauração e construções de edificações para a implantação do Museu da História de São Paulo.
O prazo para a execução dos serviços é de 60 dias, contados a partir da ordem de início.
O valor total do presente Contrato é de R\$ 155.000,00.
Recursos Orçamentários: Natureza de despesa 44.90.51
Programa de Trabalho 13.392.1201.5777.0000
Unidade Orçamentária: 12.08.2013.
Data da Assinatura: 12-08-2013.
Extrato de Contrato
Processo SC 89825/2013
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, através da Chefia de Gabinete.
CONTRATADA: 3K MONTANA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E EVENTOS LTDA-ME, portadora do CNPJ 13.223.418/0001-54.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de filmagem em HD e edição de vídeo e áudio para publicação no site da Secretaria da Cultura de áudio e vídeo.
Prazo para a execução dos serviços: A partir das 08:00 do dia 21 de agosto de 2013 até o dia 21 de setembro de 2013.
O valor total do presente Contrato é de R\$ 7.940,00.
Recursos Orçamentários: Natureza de despesa 33.90.39
Programa de Trabalho 13.392.1201.5777.0000
Unidade Orçamentária: 12.08.2013.
Data da Assinatura: 19-08-2013.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato de Contrato
Processo SC 85292/2009 (RFB 2240545)
Contrato: Secretaria de Estado da Cultura - Departamento de Administração - Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos - Correios.
Objeto: Prestação Contratual
Em conformidade com o art. 57, § II da Lei 8.666/93 e com cláusula sétima do contrato ora editado, as partes acoram em prorrogar o contrato por 12 meses, de 16-08-2013 até 16-08-2014.
Os recursos orçamentários previstos na Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária do contrato ora editado para cobertura das despesas decorrentes deste Contrato tem seu valor estimado em R\$ 49.133,24
Data de assinatura: 16-08-2013.

CONS. DEFESA DO PATRIM. HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

Comunicado
Os processos analisados pelo Setor Técnico da UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, que:

1.) Para continuatione e prosseguimento da instrução necessitam de documentação complementar, conforme orientação constante em cada item, devem ser apresentados em prazo máximo de 60 dias;

2.) Todos os IDENTOS de aprovação, poderão ser seus projetos existentes submetidos em prazo máximo, à Rua Marizati, 3º andar, São Paulo, de terça e quinta no horário das 10h às 17h05 e das 14h às 17h05, os dias úteis após a publicação no D.O.

Processo 699976
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA
Referente ao imóvel localizado na AVENIDA TRADENTES, 14141/73, LUIZ, SÃO PAULO - SP
Comunicado: - Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:
a) Detalhe gráfico da instalação do novo piso em relação às portas e passagens, apresentar desenhos, em planta e corte, de solução para as rampas, considerando o sentido da abertura das portas existentes;
b) Informar se a pavimentação do novo piso pode ser executada de forma semelhante à do atual estado atual;
c) Informar se o acessório existente será mantido e o novo piso instalado sobre o mesmo.

Processo 699976
INTERESSADO: SÓCIA FUNDADA EMP. IMOBILIAR LTDA
Referente ao imóvel localizado na ALAMEDA OLGA, 1808/1418, BARBARA FUNDA, SÃO PAULO - SP
Comunicado: - Para prosseguimento da instrução, deverá o projeto em questão ser entregue às diretrizes para a área envolvente de Memória da América Latina, provida pelo Conselho, conforme ata 1678, sendo que o texto todavia aguarda publicação no Diário Oficial.

casos. Nesse sentido, deverá o projeto prenotado respeitar a altura máxima de 30m.
Processo 699976
INTERESSADO: MARCOS RENATO DENARDI
Referente ao imóvel localizado na Rua MARQUES DE SÃO VICENTE, 777, BARBARA FUNDA, SÃO PAULO - SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão se encontra inscrito em área envolvente de bem tombado por este órgão, por força do artigo 137 do Decreto 13.426, de 16-03-1979, com a redação alterada pelo Decreto 48.137, de 07-10-2003, as intervenções a serem nele realizadas necessitam de aprovação prévia deste Conselho. Exatidão: se a presente consulta não basta o interessado a necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais. Da mesma forma, informamos que foi aprovada uma regulamentação para esta área envolvente no mês de 24-08-2012, do Espírito Colgado, conforme ata 1678, sendo que o texto todavia aguarda publicação no Diário Oficial.
Processo 699976
INTERESSADO: DIARRASA DISTR. BRAS. VEÍCULOS LTDA
Referente ao imóvel localizado na Rua OSOBIEL ERVAS, 46, CAMBUIÁ, SÃO PAULO - SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão ATÉ O PRESENTE MOMENTO não é um imóvel tombado pelo CONDEPHAAT, não se encontra inscrito em área envolvente de bem tombado pelo CONDEPHAAT e não está em estado de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nele realizadas estão dentro da aprovação deste órgão. Exatidão: se a presente consulta não basta o interessado a necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.
Retificação do D.O. de 5-7-2013
Na deliberação do Colegiado em sessão ordinária de 20-05-2013 Ata 1707
Onse se
Processo Diversos
Interessado: Diversos
Deliberação: O Espírito Colgado deliberou aprovar as solicitações para regularização/retificação de antigos lotes de sagar: 01. Processo 69154/2013 - Rua De Franco da Rocha, 743, Paraitinga - CADAN 2011.0348.339-2; 02. Processo 68488/2013 - Avenida Angélica, 2245, Santa Cecilia - CADAN 2011.0332.800-6; 03. Processo 69168/2013 - Avenida Regente Feijó, 1738, Jardim Anália Franco - CADAN 2010.31.1367-0; 04. Processo 69154/2013 - Rua Honduras, 157, Jardim America - CADAN 2012.287.493-9; 05. Processo 69125/2013 - Avenida Professor Francisco Morato 2581, Butatá - CADAN 2012.071.118-5; 07. Processo 69163/2013 - Rua Cabutuá 454, Baturoano - CADAN 2013.054.983-8; 08. Processo 69063/2013 - Avenida Rio Branco 1088, Campos Elíacos; 09. Processo 69595/2013 - Rua 21 de Março 21, São Luis do Paraitinga; 10. Processo 69193/2013 - Rua Capelão 82, Ipiranga; 11. Processo 69094/2013 - Avenida Duque de Caxias 839/843, Campos Elíacos; 12. Processo 69185/2013 - Rua Manoel Ferraes Wilhelm 116/124, Brás; 13. Processo 69050/2013 - Rua Conde de Sarzedas, 100, Centro.
Processo Diversos
Interessado: Diversos
Deliberação: O Espírito Colgado deliberou aprovar as solicitações para regularização/retificação de antigos lotes de sagar: 01. Processo 69154/2013 - Rua De Franco da Rocha, 743, Paraitinga - CADAN 2011.0348.339-2; 02. Processo 68488/2013 - Avenida Angélica, 2245, Santa Cecilia - CADAN 2011.0332.800-6; 03. Processo 69168/2013 - Avenida Regente Feijó, 1738, Jardim Anália Franco - CADAN 2010.31.1367-0; 04. Processo 69154/2013 - Rua Honduras, 157, Jardim America - CADAN 2012.287.493-9; 05. Processo 69125/2013 - Avenida Professor Francisco Morato 2581, Butatá - CADAN 2012.071.118-5; 06. Processo 69163/2013 - Rua Cabutuá 454, Baturoano - CADAN 2013.054.983-8; 07. Processo 69063/2013 - Avenida Rio Branco 1088, Campos Elíacos; 08. Processo 69595/2013 - Rua 21 de Março 21, São Luis do Paraitinga; 09. Processo 69193/2013 - Rua Capelão 82, Ipiranga; 10. Processo 69094/2013 - Avenida Duque de Caxias 839/843, Campos Elíacos; 11. Processo 69185/2013 - Rua Manoel Ferraes Wilhelm 116/124, Brás; 12. Processo 69050/2013 - Rua Conde de Sarzedas, 100, Centro.

UNIDADE DE ATIVIDADES CULTURAIS
UNIDADE DE FOMENTO E DIFUSÃO DA PRODUÇÃO CULTURAL
Comunicado
Realizada no dia 14-08-2013 a Sessão Pública de abertura do "Festival de Início de 2013" - PROJETOS, inscritos no Edital 08/2013 - CONCURSO DE APOIO A PROJETOS DE PRODUÇÃO DE ESPRITUALIDADE TEMPORARIA DE BANCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, com o objetivo de avaliar os projetos inscritos. Edital PDCAB 08/2013 - TOTAL DE PROJETOS INSCRITOS:
69 17
69 18
69 19
69 20
69 21
69 22
69 23
69 24
69 25
69 26
69 27
69 28
69 29
69 30
69 31
69 32
69 33
69 34
69 35
69 36
69 37
69 38
69 39
69 40
69 41
69 42
69 43
69 44
69 45
69 46
69 47
69 48
69 49
69 50
69 51
69 52
69 53
69 54
69 55
69 56
69 57
69 58
69 59
69 60
69 61
69 62
69 63
69 64
69 65
69 66
69 67
69 68
69 69
69 70
69 71
69 72
69 73
69 74
69 75
69 76
69 77
69 78
69 79
69 80
69 81
69 82
69 83
69 84
69 85
69 86
69 87
69 88
69 89
69 90
69 91
69 92
69 93
69 94
69 95
69 96
69 97
69 98
69 99
69 100

Figura 82-Publicação no Diário Oficial do Processo Estadual de Tombamento-Proc. 63865/101, Livro do Tombo Histórico: inscrição 404, p. 49. Fonte: <http://condephaat.sp.gov.br/bentombados/conjunto-do-antigo-instituto-escolastica-rosa/>

4. A INFLUÊNCIA DO INSTITUTO DONA ANNA ROSA NA CIDADE DE SÃO PAULO PARA A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DONA ESCOLÁSTICA ROSA NA CIDADE DE SANTOS

Procura-se, nesse capítulo, destacar a influência do Instituto Dona Anna Rosa situado na cidade de São Paulo para com a construção e definição do regulamento do Instituto Dona Escolástica Rosa em Santos, assim como, a evolução cronológica que cada um dos institutos percorreu no decorrer dos anos até os dias atuais.

Para iniciar, iremos fazer uma breve explanação sobre o contexto histórico da cidade de São Paulo no século XIX, e em seguida a gênese do Instituto Dona Anna Rosa que foi construído nesse período.

No início do século XIX, no ano de 1815, a cidade de São Paulo se transformou em capital da Província de São Paulo, tornando um núcleo intelectual e político do país. O mercado das exportações agrícolas tradicionais no Brasil (açúcar, algodão e fumo) estava por várias razões se retraindo, e a procura pelo café para exportação, começava a se impor e as condições se mostravam favoráveis sob todos os aspectos para a produção cafeeira, principalmente o norte e o oeste do Estado de São Paulo eram privilegiados de solos para o cultivo do café, desenvolvendo-se também para a zona noroeste, por conta dessa região ser montanhosa, tornando a cidade de São Paulo importante no setor tributário da província e do porto de Santos.

As riquezas nesses solos, foi demonstrando a necessidade de uma rede de estradas de ferro, essas estradas tinham como objetivo superar as dificuldades de conexão e de transporte entre as regiões de plantação de café ao embarque no porto exportador. Uma das mais importantes estradas de ferro construídas em São Paulo, foi a São Paulo Railway Company depois denominada Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que fez a ligação Santos-São Paulo-Jundiaí, em 16 de fevereiro de 1867, foi aberto ao tráfego trazendo o desenvolvimento ferroviário de São Paulo.

Antes da inauguração da estrada de ferro o transporte era feito através da tração animal, o que acarretava a lentidão do embarque do café. Reis Filho (1998) faz a seguinte observação após a implantação da ferrovia Santos-Jundiaí:

No momento em que se define a implantação da primeira ferrovia, a Santos-Jundiaí, a economia da região que iria ser servida por tal empreendimento estava voltada ainda, em grande parte, para a produção do açúcar. O café começava a despontar com um setor empresarial autônomo.

A região atingida pela ferrovia, no interior da província, caracterizava-se por terras planas e extraordinariamente férteis, que nesta época ainda eram recobertas por matas (Reis Filho, 1998, p.13).

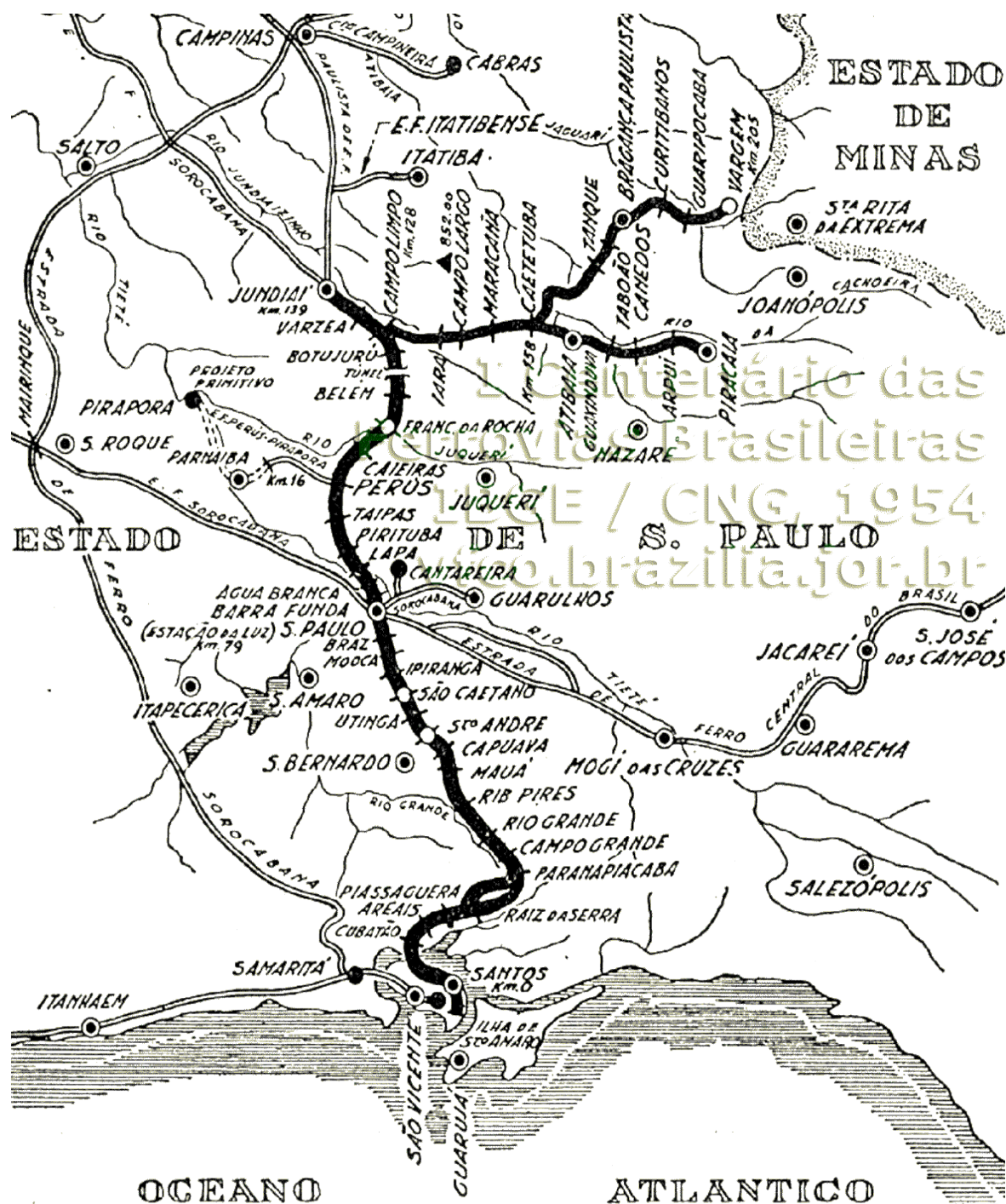


Figura 83-Estrada de ferro São Paulo Railway Company. Fonte:<http://vfco.brazilia.jor.br/mapas-ferroviarios>

Além da ferrovia Santos-Jundiaí, outras estradas de ferro foram implantadas, de acordo com o estudo de Mota(2007, p.36), descrevemos a ordem cronológica da implantação:

| Denominação da Ferrovia | Período de Criação | Objetivo |
|--|--------------------|---|
| Cia Paulista de Estradas de Ferro – Paulista | 1870-1872 | Ligação de São Paulo a Campinas, considerada capital agrícola. Possuía 48 Km de extensão |
| Cia Ituana de Estradas de Ferro; | 1870-1872 | Ligação entre Itu e Jundiáí |
| Cia Mogiana, | 1872 | Ligação entre São Paulo e Minas Gerais |
| Cia de São Paulo ao Rio de Janeiro | 1872 | Ligação de São Paulo e Rio De Janeiro, passando por Mogi das Cruzes, Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Lorena |
| Cia do Oeste, Campinas-Rio Claro | 1892 | Ligação Campinas a Rio Claro passando por Limeira. Possuía 279 Km |
| Cia Sorocabana; | 1892 | Ligação entre Itu e Sorocaba |

Quadro 7- Estradas de Ferro-transporte de Café

No final do século XIX, a cidade de São Paulo se tornou um importante centro econômico com a expansão da cafeicultura. Imigrantes chegaram dos quatro cantos do mundo para trabalhar nas lavouras e, mais tarde, no crescente parque industrial da cidade. De acordo com os estudos de Isaú (2006, p. 74), a cidade de São Paulo no ano de 1820 possuía aproximadamente 20.000 habitantes, nesse período a cidade sustentava pouco mais que uma economia de subsistência, impedindo que a cidade alcançasse o cosmopolitismo do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, era chamada de comunidade, mais pelos padrões de relações humanas de seus habitantes. Sobre os meios de aumentar a população, o autor descreve:

A população da Província de São Paulo, em 1828, era de 281.175 habitantes, e os meios de aumentar essa população era através da colonização estrangeira e a catequese dos índios, o autor analisa que esses meios, porém não eram os melhores: os estrangeiros deviam ser atraídos por certas garantias, segurança individual, isenção de impostos, transações comerciais e outras, a fim de que nos procurassem espontaneamente, não só eles, mas também os indígenas (ISAÚ, 2006, p. 74).

De acordo com os estudos de Oliveira(2017), o número de habitantes na cidade de São Paulo teve um aumento expressivo, principalmente no ano de 1893, o total de habitantes era de 130.775, comparando ao ano de 1890 esse número tinha mais que dobrado, merecendo destaque a quantidade de imigrantes que aumentou de 22% para 54,6% que correspondia 71.468 imigrantes, esse número ultrapassava a população nacional, com um total de 59.307 pessoas (OLIVERIA, 2017, p.76), sobre as ações políticas, a autora descreve:

[...] as ações políticas começaram a ser definidas, dispondo de uma organização ao espaço da municipalidade paulistana que chegava à República com o desenvolvimento do seu comércio e um arranjo do panorama urbano, em relação à postura e costumes da poluição, com a higiene, hábitos cotidianos e modelo de habitação, com a finalidade de alcançar uma modernidade comparando os modelos de sociedade de países europeus OLIVEIRA (2017, p.73)

Nesse mesmo período, o Instituto Dona Anna Rosa apresentava como objetivo promover a educação assistencialista, intelectual e profissional, combater as desigualdades sociais mediante as propostas institucionais, conforme o seu regulamento, servindo de inspiração para João Octávio dos Santos, formular regulamento semelhante para o Instituto Dona Escolástica Rosa em Santos, conforme consta na página um do seu testamento:

Sendo vontade de João Octávio, conforme letras do testamento, crear um instituto destinado a educação intelectual e profissional de meninos pobres, semelhante ao de D. Anna Rosa, existente na capital deste Estado, e este gerido por um diretor que obedecesse a instruções de uma direção constituída, que é a da benemerência família Sousa Queiroz, o espírito, aqui da criação do Instituto Dona Escolástica Rosa, não pode divergir dos seus traços geraes (CONCEIÇÃO, 1908, p. 46)

No dia 1º de janeiro de 1908, o Jornal A Tribuna publicou sobre a inauguração do Instituto e, Júlio Conceição declarou que recorreu ainda em vida de João Octávio dos Santos ao Instituto Dona Anna Rosa, escrevendo ao diretor o Sr. José Emygdio Ribeiro, solicitando o estatuto e esclarecimentos sobre a sua organização.

[...] mas, íntimo como eu de João Otávio, e confabulando sobre este assumpto, que, confesso ser de minha inspiração, posso asseverar

que a criação do Instituto foi concebida com esse intuito, pois, para a elaboração do testamento e, não estando eu com estudos aprofundados, como hoje, sobre educação prática profissional, recorri ainda em vida de João Otávio, ao Instituto D. Anna Rosa de São Paulo[...] - jornal A TRIBUNA, 1.º jan. 1908 39

João Octávio dos Santos declarou na página um do seu testamento que desejava que o Instituto Dona Escolástica Rosa fosse construído aos moldes do Instituto Dona Anna Rosa da cidade de São Paulo, inaugurado no final do século XIX, no ano de 1874, que oferecia ensino básico e profissionalizante e teve destaque por ter, em sua essência características assistencialistas.

Quanto a educação assistencialista, Kuhlmann Jr. (2015), considera que, nos processos históricos de constituições das instituições pré-escolares destinadas à infância pobre, o assistencialismo foi configurado como uma proposta educacional específica para o setor social, não só das famílias, mas também das crianças e das classes populares.

Carmen Silva Vidigal Moraes, no artigo “Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional”, apresenta elementos para combater as desigualdades, para isso, examina a educação e a formação profissional que constituem algumas das principais medidas destinadas. Em um primeiro momento, a relação entre educação e trabalho, formação e emprego está longe de ser explicada por relações causais, de ordem individual. Nessa perspectiva, tanto o acesso ao trabalho como o acesso à educação escolar e à formação profissional constituem direitos sociais. A geração de emprego e a expansão qualitativa e quantitativa da educação apresentam-se como exigências para a ampliação dos direitos de cidadania, combate à desigualdade e como pressuposto à implantação e consolidação do processo democrático (MORAES, 2005, p.11).

³⁹ Declaração de Júlio Conceição ao jornal A TRIBUNA, 1.º jan. 1908.



Figura 84-D.Ana Rosa de Araújo Galvão. Fonte:<https://anarosa.org.br>

Dona Ana Rosa de Araújo Galvão (1786-1860), benemérita do instituto Dona Ana Rosa, foi uma dama paulista rica, nascida em 4 de setembro de 1786, em São Paulo, e era filha do Capitão Manoel Antônio de Araújo e Joaquina de Andrade de Araújo. Casou-se com o Capitão Ignácio Correia Galvão, não possuía herdeiros diretos, resolveu fazer de seus bens uma porta de entrada para os necessitados. Registrou no testamento no dia 10 de junho de 1860, ao cônego Joaquim do Monte Carmelo grande parte de sua fortuna para a realização de uma obra social (GORDINHO, 1999, p.49).

Dona Ana Rosa deixou registrado em seu testamento o desejo de ser designada parte da sua fortuna para uma instituição de benemerência. Nomeou como executor do seu testamento Francisco Antônio de Souza Queiroz, o barão de Souza Queiroz, que acrescentou ao legado de Ana Rosa uma dotação própria, de seus filhos, de parentes e amigos, porque a fortuna deixada por Ana Rosa não seria suficiente para a criação do Instituto.

Sobre a criação do Instituto Dona Anna Rosa, Isaú(2006) descreve:

Sendo os estatutos aprovados em 4 de janeiro de 1874, fundara-se o Instituto D.Anna Rosa, com o legado de réis 60:000\$000 deixado para tal fim pela sra. D. Anna Rosa. Era dirigido por uma associação, chamada Associação Protetora da Infância Desvalida. Seu testamentário o barão de Souza Queiroz, pôs em prática a

fundação desse novo Instituto, para o qual obteve donativos que muito aumentaram o legal inicial. Durante um período funcionou no Convento do Carmo, era frequentado por 102 aluno em 1888. Matinha várias oficinas e projetava a instalação de outras. Até 1889, ministrou ensino para 629 alunos. Matinha oficinas de ferreiro e serralheiro, carpintaria e litografia, cordas de algodão e sacos de papel, alfaiataria, sapataria, funilaria, carpintaria, pedreiro, pintores e maquinistas, estes praticavam em duas máquinas existentes no Instituto para o benefício de café e arroz. Os alunos encontravam boa colocação, quando saíam do Instituto (ISAÚ, 2006, p.79).

No total, foram 60 (sessenta) os filantropos que contribuíram com o dinheiro necessário e assinaram a ata de fundação da entidade Sociedade Protetora da Infância Desvalida, resultando na Associação Barão de Souza Queiroz e Proteção à Infância⁴⁰, administrada até os dias atuais pela família Souza Queiroz, conforme consta na obra A família Souza Queiroz e a Associação Barão de Souza Queiroz de Proteção à Infância (Schmeling, 1974).

O Instituto Dona Anna Rosa, foi inaugurado em 8 de abril de 1875 numa chácara do próprio Barão de Souza Queiroz, na rua da Constituição, foi o primeiro estabelecimento de ensino profissional de iniciativa particular de São Paulo (QUEIROZ, 2004, p.73).

Nada mais fecunda do que uma base familiar, assentada numa história de experiências amorosamente nutridas. A família Souza Queiroz, que se quer família, e tem uma motivação muito profunda em fazer parte de uma história comum, vem demonstrando, ao longo dos últimos duzentos anos, que alenta um projeto, calcado num carinhoso, persistente e árduo trabalho. Tantos gestos importantes mereceram muito pouca celebração, e nós mesmos, descendentes de seus autores, desconhecemos boa parte de nossa história (SCHMELING, 1974, p.6).

No estudo de Etchebéhère-Júnior e et al.(2010), o ensino profissionalizante existia na cidade de São Paulo, já existia no início do século XIX. No ensino básico, a Carta Imperial de 15 de outubro de 1827 determinava no artigo 6º que os professores ensinarão as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções e as noções gerais de geometria. E o artigo 12º estabelecia que as mestras ensinarão também as prendas que servem de economia doméstica.

⁴⁰ Entidade responsável e mantenedora do Instituto Dona Ana Rosa.

[...] já se encontra a preocupação em educar a criança sendo que este educar seria prepará-la para a sua vida profissional. Nessa época em que as profissões estavam bem delimitadas, meninos e meninas, particularmente os órfãos e os desassistidos, recebiam ensino profissionalizante como alternativa para garantir o seu futuro (Etchebéhère-Júnior e et al., 2010, p. 111).

A história do Instituto Dona Anna Rosa se interliga com a história da abolição dos escravos, em consequência do Barão de Souza Queiroz, testamenteiro de Ana Rosa, optar por trazer lavradores livres da Europa para as fazendas de café da família, várias décadas antes do fim da escravatura. Alguns fazendeiros paulistas que seguiram a iniciativa do Barão, foram participantes donatários da fundação do Instituto Dona Anna Rosa que teve a sua ata de fundação assinada por todos que contribuíram para a sua criação (QUEIROZ, 2004, p.58).

[...] seis dezenas de cidadãos a se empenharem na educação das crianças necessitadas, fez com que esses mesmos investissem seus esforços em outras muitas obras meritórias, essenciais para a transformação de São Paulo no que é atualmente. É fruto do trabalho desses homens o desbravamento do interior e o desenvolvimento das fazendas de café, fazendas essas que não tiveram senzalas, embora abertas em plena vigência da escravatura. É decorrência do esforço desses homens a criação das primeiras estradas de ferro e das companhias de navegação fluvial. É ainda pelas mãos de fundadores do Instituto Dona Ana Rosa que a eletricidade e fábricas de tecidos foram introduzidas no Estado, que outras creches e até uma Faculdade de agronomia foram criadas [...] (QUEIROZ, 2004, p.58).

Sobre o período da abolição dos escravo, na análise da pesquisa de Oliveira (2017), muitos estudos historiográficos, percebe-se que os produtores de café, principalmente, pretendiam retirar os escravos libertos dos locais de trabalho, por considerar de uma cultura não civilizada e também por tentar superar os entraves higiênicos e do progresso de inserir o imigrante, e que em outras pesquisas, percebe-se que os fazendeiros paulistas não se voltaram para o imigrante por acreditar nas virtudes ou na maior rentabilidade de trabalho livre, e com o desaparecimento do escravo, o imigrante tornaria um alternativa de mão de obra para as lavouras.

Em relação a proposta de ensino do Instituto D. Ana Rosa, foi planejado tanto para ser orfanato quanto escola profissional, destinado a oferecer ensino básico e

profissionalizante com características assistencialistas e promover a educação intelectual e profissional de meninos pobres no combate as desigualdades sociais, os internos passariam pelos menos quatro anos, conforme estipulado pelo regimento, tendo seus estudos e formação seguindo o programa escolar e instrutivo do Instituto. O programa contemplava os estudos literários, que compreendiam os conteúdos das disciplinas escolares, além das oficinas de marcenaria, alfaiataria, sapataria, funilaria, tipografia, litografia, mecânica e padaria (CONGRESSO, 1912, p. 16). O Instituto Dona Escolástica Rosa em Santos seguiu esse mesmo viés.

A semelhança entre as Instituições Dona Anna Rosa na cidade de São Paulo e o Dona Escolástica Rosa, na cidade de Santos, quanto à organização, proposta pedagógica e a forma de obter recursos financeiros para manter a instituição, podem ser observados no estudo feito por Moraes (2003) sobre o Instituto Dona Anna Rosa:

Criado, em 1875 a Sociedade Protetora da Infância Desvalida, que de acordo com os seus estatutos, tinha por fim a educação dos meninos desvalidos, consistindo está na instrução primária, compreendendo a religiosa e moral: em princípios elementares das ciências que os habilitem para exercerem utilmente e ofícios especialmente da agricultura. Os estatutos também abriam a possibilidade de o estabelecimento vir a receber meninas desvalidas assim que convenientemente possível. [...] estes deveriam ter entre 7 e 14 anos, apresentar saúde satisfatória, não trazer “aleijão” que inabilite a qualquer trabalho, a ser vacinado [...] O regime era de internato fornecendo aos meninos desvalidos, além de instrução gratuita, casa, alimento, médico e botica, roupa para uso diário e uniforme, mestres, ferramentas de ofícios, livros e todo o necessário [...] O trabalho nas oficinas eram organizado de forma que os alunos produzissem para as necessidades internas do estabelecimento e para encomendas de fora. Sempre começavam frequentando a oficina de alfaiataria, de modo, a contribuir para os trabalhos de casa, e só mais tarde, a idade e a vocação os levaria a colher, outro ofício. Os trabalhos manufaturados eram anualmente, exposto ao público e vendidos, e a partir de certa época, a imprensa publicava inúmeros anúncios sobre as mercadorias à venda no instituto. O dinheiro arrecadado era dirigido para a reposição de gastos e, em parte, para a formação de um pecúlio para os órfãos (Moraes, 2003, p. 77 a 79).

E segundo Gomes (2001), a construção do Instituto Dona Ana Rosa surgiu da necessidade em promover uma nova cultura para os sujeitos sociais mais pobres, buscando transformá-los em bons trabalhadores, traduziu-se como ação concreta dos

poderes instituídos, que serviu de inspiração para a construção do Instituto Dona Escolástica Rosa (GOMES, 2001, p.29).

4.1 Regulamento do Instituto Dona Anna Rosa da cidade de São Paulo

O jornal A província de São Paulo, atual O Estado de São Paulo, publicou em 13 de janeiro de 1875, próxima figura, a proposta do regulamento da fundação do Instituto Dona Anna Rosa, destacando o estatuto da Instituição que foi registrado em 10 de novembro de 1874.

No artigo 2 do estatuto estava definido que o Instituto atenderia somente meninos desvalidos e que logo que possível também atenderia meninas desvalidas. Quanto a essa separação de meninos e meninas em ambiente escolar, Oliveira (2017, p.126), nos seus estudos informa que a o Decreto nº 144 de 30 de dezembro de 1892, aprovou o Regulamento da Instrução Pública do Estado de São Paulo, dentre suas definições atestava que não admitia meninas em escolas masculinas e, meninos em escolas para meninas, exceto em escolas mistas.

No estatuto constava registrado quinze artigos, dentre eles a definição dos seus sócios efetivos e honorários, definição do conselho com suas respectivas atribuições e competências, nomeação e demissão de empregados, definição do diretor-presidente para os primeiros quatro anos do instituto – o Barão de Souza Queiroz foi o primeiro diretor-presidente da Instituição, destaque para o Art.2º do estatuto, contido na página 100 da obra *Dicionário da Família* (2004) de Luiz Roberto de Souza Queiroz.

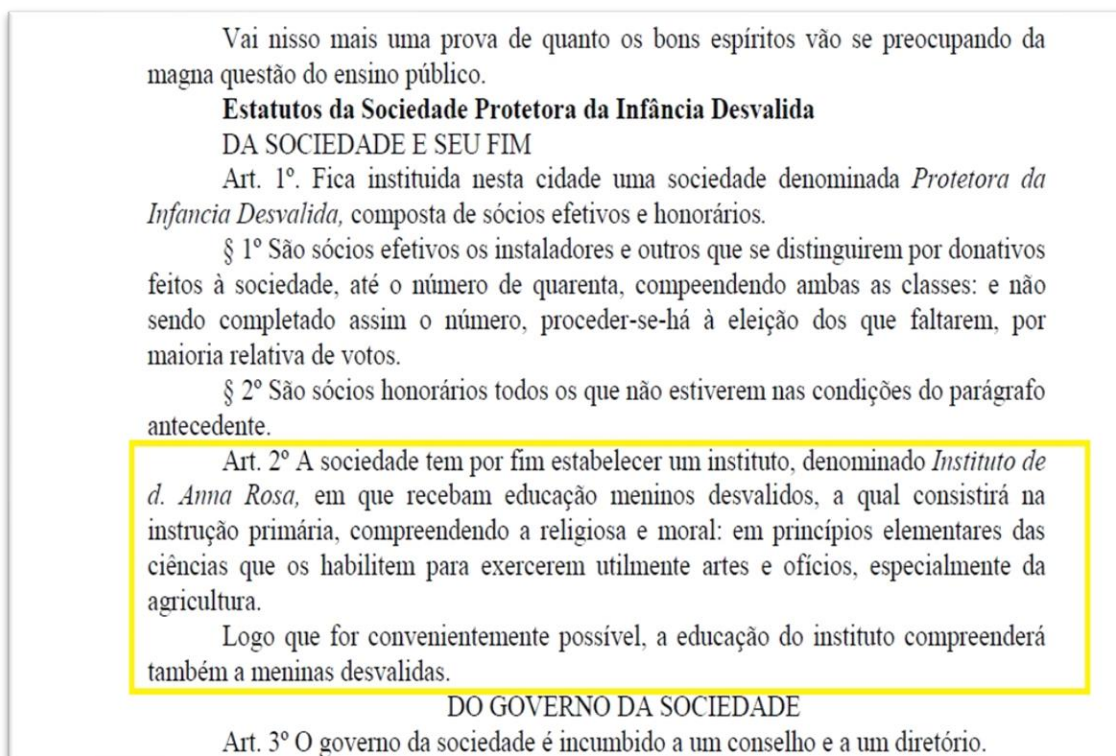


Figura 86-Art 2 do Estatuto do Instituto Dona Ana Rosa, registrado em 13 de janeiro de 1875. Fonte: *Dicionário da Família Souza Queiroz* (QUEIROZ, 2004, p. 100)

Em sua obra, Queiroz (2004), informa que o Instituto tinha a finalidade de atender a educação para meninos desvalidos, constituindo a instrução primária, compreendendo a religiosa e moral: princípios elementares das ciências que os habilitem para exercerem artes e ofícios, especialmente da agricultura. No estatuto também foi registrado as disposições gerais quanto as obrigações e direitos dos sócios da instituição (QUEIROZ, 2004, p.44).

Fonseca (2017) destaca que o Instituto Dona Anna Rosa abrigou primeiramente 62 alunos, com aulas de leitura, escrita, gramática da língua nacional, as quatro operações de aritmética, sistema métrico de pesos e medidas e noções muito gerais de matérias úteis aos ofícios e artes.

É uma das primeiras instituições de ensino profissional da cidade de São Paulo com o objetivo de enfrentar as desigualdades sociais daquele período, possuía várias oficinas e projetava a instalação de outras. Até 1889, ministrou ensino para 629 alunos. Mantinha oficinas de ferreiro e serralheiro, carpintaria e litografia, cordas de algodão e sacos de papel, alfaiataria, sapataria, funilaria, carpintaria, pedreiros, pintores e maquinistas. Os alunos encontravam boa colocação no mercado de trabalho, quando saíam do Instituto. Entre seus internos constavam órfãos e meninos com família que passariam pelos menos quatro anos na instituição, conforme estipulado pelo regimento, tendo seus estudos e formação seguindo o programa escolar e instrutivo do Instituto, que compreendiam conteúdo das disciplinas escolares, bem como o encaminhamento dos internos para as oficinas (FONSECA,2017, 315).

Sobre aprendizagem de ofícios, a tese de doutorado de Carmen Sylvia Vidigal Moraes, “A socialização da Força de Trabalho: Instrução Popular e Qualificação Profissional no Estado de São Paulo, 1873-1934 (1990)”, traz um levantamento das instituições destinadas à aprendizagem de ofícios existente na província, no final do século XIX até o período de Getúlio Vargas. Eram instituições católicas, maçônicas, subvencionadas ou não pela monarquia e depois pela república e, se caracterizam pela função filantrópica dos seus fundadores.

Cabe destacar que tanto o Instituto Dona Anna Rosa quanto o Instituto Dona Escolástica Rosa, a criação não ocorreu através de uma iniciativa estatal, mas particular, vinculada à dotação testamentária de dois indivíduos, Anna Rosa de Araújo Galvão ao Instituto D. Anna Rosa, em São Paulo e João Octávio dos Santos ao Instituto Dona Escolástica Rosa, na cidade de Santos, SP.

O Instituto Dona Ana Rosa acompanhou o desenvolvimento das políticas públicas do setor da educação e, o intuito da Instituição desde o seu início foi o resgate da dignidade e da cidadania dos seus alunos. Originou-se da Filantropia com o objetivo de fornecer formação profissional aos jovens. A sua permanência durante ao longo dos anos comprova a sua eficiência e a sua capacidade em adaptar as transformações sociais, resultado do trabalho eficaz da Associação Barão de Souza Queiroz de Proteção à Infância e Juventude mantenedora do instituto desde a sua criação, destinando a administração do instituto a família Queiroz, sendo notório, pelo tempo transcorrido, que essa escolha foi assertiva: a família segue unida em torno de

um ideal de trabalho e solidariedade, de portas abertas para a comunidade e repassando as novas gerações a sua experiência (QUEIROZ, 2004, p.64).

4.2 Contexto histórico das sedes do Instituto Dona Anna Rosa

O Instituto Dona Anna Rosa, desde a sua inauguração, passou por 4 (quatro) endereços diferentes, as mudanças ocorreram tanto por falta de espaço para abrigar a quantidade de alunos, que aumentavam no decorrer dos anos, quanto a crise econômica de 1940, tornando difícil executar as manutenções no Instituto.

A primeira sede do Instituto, funcionou na chácara do Barão de Souza Queiroz, situada na Rua da Constituição (atualmente a rua Florêncio de Abreu, próximo do Mosteiro de São Bento). Os internos cultivavam uma horta que abastecia o Instituto. Conforme uma nota publicada no jornal Província de São Paulo em 1876, o Barão de Souza Queiroz não estava satisfeito com as instalações do Instituto e fazia planos para transferir-se para um imóvel que pertencia ao Convento do Carmo, mas isso não ocorreu.



Figura 87-Primeira sede do Instituto Dona Ana Rosa, situada na rua da Constituição, nº 40. Fonte: Livro Histórias da Família Souza Queiroz

A primeira sede do Instituto Dona Anna Rosa surgiu na Rua da Constituição nº 40, chácara do seu fundador, Barão Souza Queiroz. Apesar de iniciar as atividades como internato para abrigar crianças consideradas desvalidas, jornais da época, publicaram artigos destacando os exames anuais feitos pelos alunos internos, conforme a figura 28.

No final do século XIX o Instituto Dona Anna Rosa foi transferido provisoriamente para a segunda sede na Chácara Velha, localizada na praça Dom José Gaspar. No terreno da chácara, cultivavam hortaliças e frutas e ordenhavam-se vacas.

Uma vez por semana, um carro de bois levava esses gêneros produzidos nas chácaras para a cidade, pois não havia como conservar alimentos por muito tempo, em consequência de não se ter como mantê-los refrigerados, por ainda não ter sido inventada a geladeira.



Figura 89-Segunda Sede-Antiga Chácara Velha- planta do arquiteto Júlio Ploy. Fonte: <https://anarosa.org.br/o-instituto-ana-rosa-e-a-historia-de-sao-paulo/>

A terceira sede do Instituto Dona Anna Rosa foi no Convento do Carmo ⁴³após a sessão de 25 de março de 1887, cedido pelo frei Antônio da Virgem Maria Muniz Barreto. O edifício necessitou de algumas reformas pois estava vazio há anos e parte do edifício estava em ruínas. Nessa nova sede, o Instituto passou a abrigar 100 (cem)

⁴³ O Convento do Carmo de São Paulo tornou-se um centro religioso muito forte no período colonial, com numerosos bens. No entanto, no século XIX, o Convento do Carmo apresentava sinais de decadência. Em 1836, era habitado apenas por dois religiosos. Em 1927, a Igreja do Carmo recebeu torres projetadas pelo escritório de Ramos de Azevedo, mas, no ano seguinte, o governo do Estado a desapropriou e demoliu, para a construção de uma grande avenida: a Rangel Pestana. Fonte: <https://sambahistorica.wordpress.com/2014/04/28/ultima-missa/>

meninos e mantinha oficinas para ferreiro e serralheiro, carpintaria, pedreiros, pintores e maquinistas.



Figura 90-Terceira sede do Instituto Ana Rosa, que funcionou no Convento do Carmo até 1887.
Fonte: <https://anarosa.org.br/o-instituto-ana-rosa-e-a-historia-de-sao-paulo/>

A quarta sede do Instituto Dona Anna Rosa foi inaugurada em 1899 na Rua Vergueiro, 2189 na Vila Mariana, o local passou ser chamado largo do Ana Rosa. Na Revolução de 1924, o Instituto foi usado como cozinha para as tropas e hospital para os feridos, por esse motivo o prédio do Instituto foi bombardeado pelas tropas que acatavam São Paulo.

Com a crise econômica da década de 1940, a diretoria decidiu vender o prédio devido a manutenção do Instituto tornar-se difícil e o terreno se valorizou muito. Com a venda, foi construído a nova sede, na Vila Sônia.

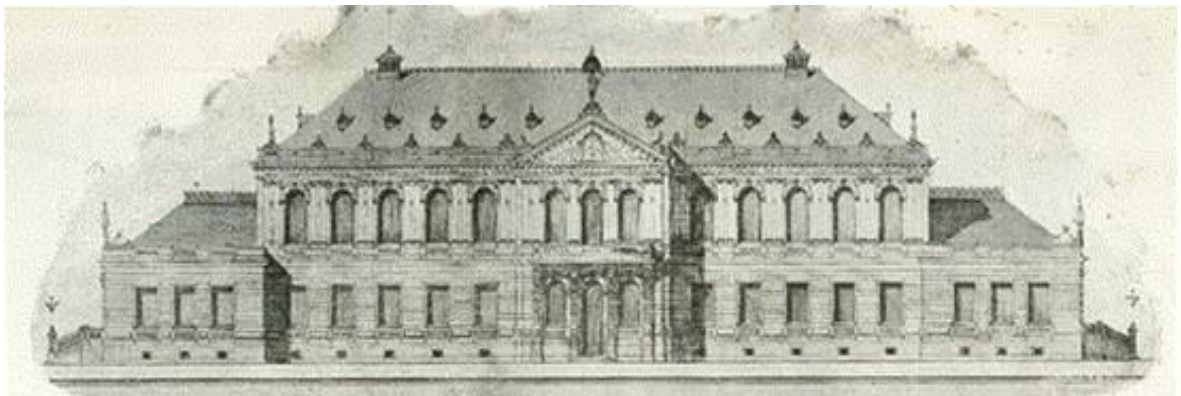


Figura 91-Quarta sede do Instituto Dona Ana Rosa, em 1899, situada na rua Vergueiro, 2.189, Vila Mariana. Fonte: <https://anarosa.org.br/o-instituto-ana-rosa-e-a-historia-de-sao-paulo/>

A quinta sede do Instituto Dona Anna Rosa foi inaugurada em 1949, na Vila Sônia, à Rua Canio Rizzo nº 100, sede atual, em área de 30 mil metros quadrados.

Atualmente o Instituto oferece 966 vagas para crianças e jovens, de 0 a 18 anos de idade.



Figura 92-Quinta Sede - Vila Sônia. Fonte: <https://anarosa.org.br/o-instituto-ana-rosa-e-a-historia-de-sao-paulo/>

4.3 Evolução cronológica do Instituto Dona Anna Rosa versus o Instituto Dona Escolástica Rosa

Enquanto o Instituto Dona Anna Rosa, é até os dias atuais administrado pela 5ª geração dos descendentes do fundador, o Barão de Souza Queiroz, oferecendo atendimento totalmente gratuito, desde a creche até as oficinas de iniciação profissional, mais de um século depois, ampliando constantemente o seu trabalho e atendendo aproximadamente 1000 crianças e jovens em três programas; CEI (Centro de Educação Infantil), no CCA (Centro da Criança e do Adolescente) no CJ (Centro para Juventude), o Instituto Dona Escolástica Rosa não conquistou os mesmos resultados.

Passou por algumas transições, de 1908 (ano de inauguração) à 1933 atendeu exclusivamente aos meninos órfãos conforme solicitado por João Octávio em testamento, oferecendo o ensino primário e cursos de ofícios como: tipografia, encadernação, mecânica, marcenaria, colchoaria, sapataria e alfaiataria. No final de 1933, o Governo do Estado e a Irmandade da Santa Casa de Santos formularam um acordo para a administração do Instituto, conforme Decreto Estadual nº 6.222 – 18/12/1933, definindo que a área pedagógica seria administrada pela Secretaria do Estado da Educação com a criação da Escola Profissional Secundária Mista Dona Escolástica Rosa, oferecendo os cursos: carpintaria naval e mecânica, atendendo não somente alunos internos órfãos, mas também alunos externos inclusive meninas. Ocorreu mudanças também na estrutura do edifício, foi construído uma capela,

inaugurada em 1939, dedicada ao patrono da juventude e do ensino profissional – S. João Bosco.

No final da década de 50, iniciou a construção de um novo espaço do Instituto; inaugurado em 1969 surgindo ali as novas instalações da Etec Aristóteles Ferreira⁴⁴. O espaço do Instituto onde funcionava o internato, em 1981 foi desativado, e após algumas reformas e adaptações passou sediar a primeira instituição de ensino superior pública da Baixada Santista, a Fatec-Faculdade de Tecnologia⁴⁵.

E, de 2004 a 2018 o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza⁴⁶, presente em 322 municípios, instituição que administra 223 Escolas Técnicas Estaduais (Etecs e 73 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), passou a ser o responsável pela unidade de ensino e, iniciou as atividades da Etec Dona Escolástica Rosa, oferecendo os cursos de Administração, Nutrição, Metalurgia, Segurança do Trabalho, Contabilidade, Secretariado, Logística, Meio Ambiente e o Ensino Médio. Em 2018 o Centro de Paula Souza encerrou o contrato com a Santa Casa de Santos por recomendação do Ministério Público do Trabalho, devido a irregularidade na estrutura do edifício. Até então, a gestão da Santa Casa de Santos não divulgou planos para o destino do espaço desocupado desde o final de 2018.

O estudo da trajetória dos institutos Dona Anna Rosa na cidade de São Paulo e Dona Escolástica Rosa na cidade de Santos, intercomunicam-se em prol da difusão da educação primária com o ensino profissional, liderados por pessoas que defendiam a liberdade de ensino.

Como indicado no decorrer do texto, os dois Institutos foram criados a partir da doação testamentária, possibilitando não somente a sua criação como também a manutenção benemérita das instituições e tinham o pressuposto, no seu regulamento, oferecer educação a meninos desvalidos.

O Instituto Dona Ana Rosa e o Instituto Dona Escolástica Rosa, se diferenciavam de outros institutos disciplinares da época porque ofereciam aperfeiçoamento à vida moral, pelo trabalho e um regime disciplinar. O Instituto D. Anna Rosa é um exemplo síntese dessa diferença que mostrou relevante para a compreensão de ideias e das relações sociais que se pautaram no final do século XIX,

⁴⁴ Uma das Etecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

⁴⁵ Instituição de ensino superior públicas brasileiras; pertencentes ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), autarquia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECTI) do estado de São Paulo.

⁴⁶ Autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

como um projeto humano, social, político, econômico, educacional, criador de sociabilidade, solidariedade, e o contexto das modalidades de ensino oferecidas, servindo esse como moldes para a criação, no início do século XX, do Instituto Dona Escolástica Rosa.

Tanto o Instituto Dona Anna Rosa quanto o Instituto Dona Escolástica Rosa tinham práticas adotadas para a formação da força de trabalho, comparando aos dias atuais, o desenvolvimento das competências, habilidades e comportamentos, para tornar seus alunos compatíveis com o mundo do trabalho. Podemos concluir a importância dessas duas instituições em proporcionar não somente o ensino básico como a habilitação profissional, capacitando seus alunos para acompanhar a evolução do mercado de trabalho no contexto do seu tempo e a autonomia como cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que a análise desse estudo, possa contribuir para a elaboração de futuras pesquisas. Quando iniciamos este trabalho, constatou-se a necessidade de investigar os processos históricos que levaram à criação do Instituto Dona Escolástica Rosa, que cumpriu com princípios de benemerência no período de 1908 a 1933. Analisar o testamento registrado pelo seu benemérito foi parte importante desse estudo, assim como analisar o primeiro regulamento e as propostas pedagógicas.

Embora a historiografia apresente alguns estudos sobre o objeto de pesquisa, até o momento encontramos poucos estudos sobre o recorte do período pesquisado, quando o Instituto funcionou no formato assistencialista, período de 1908 a 1933.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral, analisar o testamento do João Octávio dos Santos, deixando registrado o desejo de ser erguida uma instituição com princípios de benemerência, destinada à educação intelectual e profissional de meninos pobres, semelhante ao Instituto D. Ana Rosa, existente na Capital do Estado. E como objetivos específicos, analisar a participação de Júlio Conceição, testamenteiro de João Octávio dos Santos na construção do Instituto; analisar a influência do Instituto Dona Ana Rosa em São Paulo para com a construção do Instituto Dona Escolástica Rosa e analisar a construção do Instituto e o seu primeiro regulamento.

A problemática apontada na pesquisa era identificar os motivos pelos quais o formato inicial do Instituto – princípios de benemerência - não foi prosseguido conforme desejado pelo seu benemérito e registrado no testamento.

Um dos fatores responsáveis pela mudança de Instituição privado (Santa Casa de Misericórdia de Santos) para o público (Estado), existe a hipótese de ter sido por problemas financeiros da Instituição, conforme relatórios elaborados pela mesa administrativa da Santa Casa, representado pelo provedor Sr. Alberto Baccarat, com base nos relatórios mensais de despesas confeccionado mensalmente pelo então diretor do Instituto Dr. Arthur Porchat de Assis, conforme definido na página 1 do testamento escrito por João Octávio dos Santos.

A sua direção interna será exercida por um Diretor, que residirá no próprio instituto, com sua família, de nomeação do Provedor da Santa Casa de Misericórdia desta cidade. Este diretor apresentará no final de cada mês à administração da Santa Casa um balance

demonstrativo da receita e despesa do estabelecimento (CONCEIÇÃO, 1908, p.130).

Outra hipótese foi a mudança do antigo prédio do Hospital da Santa Casa de Santos para o atual endereço no bairro do Jabaquara, devido o desmoronamento de uma parte do morro Monte Serrat no sopé onde localizava-se a Santa Casa de Misericórdia de Santos, fato esse ocorrido em 10 de março de 1928, com perda humana e material, amplamente divulgado pela imprensa local. O Jornal A Tribuna, de 16 de março de 1928, publicou na primeira página, uma nota de esclarecimento, informando a população santista, que iriam abandonar temporariamente o edifício atingido com o desmoronamento do morro.

A Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia comunica à população enlutada desta benemérita e generosa cidade que, em face da catástrofe dolorosa e inesperada que atingiu, procurando na sua imensa dor agir com prudência mas sem hesitações, para evitar ainda maior infortúnio, resolveu, não sem dó profundo e forçada por circunstâncias imperiosas, abandonar temporariamente o velho e querido hospital, abrigando em lugar tranquilo e seguro centenas de enfermos que se encontravam sob aquele teto acolhedor e tradicional (Jornal A Tribuna, 16/03/1928, p.1).

Suspeita-se que parte da herança deixada por João Octávio para custear a manutenção do Instituto, foi utilizada para a construção do novo prédio da Santa Casa.

Além disso foram analisados o documento decreto nr.6.222 de 18 de dezembro de 1933, quando definido que a área pedagógica seria administrada pela Secretaria do Estado da Educação, o convênio foi firmado entre a Santa Casa de Santos, proprietária do edifício, e o Governo do Estado, alterando significativamente a configuração inicial do modelo pedagógico, além da estrutura do prédio, do estilo neoclássico para o estilo barroco, e o público alvo, que inicialmente atendia somente alunos internos órfãos, passando atender alunos externos, inclusive mulheres. De acordo com os estudos de GOMES (2001, p.90) a justificativa apresentada pela Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia para a cessão do Instituto ao Estado, estava relacionada sobre a prática da instrução inadequada oferecida aos alunos para a época, que não bastava simplesmente a alfabetização mas, sim um programa de cultura de conhecimento das ciências, e em decorrência a isso, os alunos

desconheciam os princípios de civilidade, não conheciam seus deveres, direitos políticos, as obrigações sociais e morais. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia declarou-se favorável ao convênio em nome da ciência, da moral e da ética, mas impôs no convênio uma cláusula que o Estado deveria respeitar o disposto do Testamento de João Octávio em manter o ensino profissional primário para atender meninos órfãos, antes 50 alunos, passando para 70 alunos.

Outra mudança ocorreu em 5 de julho de 1935, conforme o decreto nr.7.317, quando firmado o convênio entre a Companhia Docas e o Estado, com a finalidade de criação dos cursos: Carpintaria Naval e Mecânica Naval, com o pressuposto de formar mão de obra especializada para essa Companhia.

Entretanto, percebe-se que a pesquisa poderia ser mais ampla, mas algumas limitações e dificuldades foram encontradas, não foi possível o acesso de alguns documentos pretendidos para essa pesquisa devido algumas bibliotecas e acervos estarem temporariamente restritos a visitação por conta da pandemia do Corona Vírus, portanto a pesquisa apresenta algumas lacunas que podem e devem ser preenchidas por meio de outras reflexões sobre a temática e objeto estudado, de certa maneira os objetivos propostos para a realização desse estudo foram alcançados, mas a possibilidade de novos entendimentos não foram esgotadas.

O resgate da história de Santos no final do século XIX e início do século XX foi parte importante dessa pesquisa para compreender o período de criação do Instituto Dona Escolástica Rosa, possibilitou compreender o envolvimento do benemérito do Instituto – João Octávio dos Santos – em questões importantes da cidade naquele período, como ter sido um dos precursores do movimento abolicionista da cidade no ano de 1886, o envolvimento com a política, ter sido provedor da Santa Casa de Santos e comerciante na cidade, além de identificar a importância que o Porto de Santos representou para a modernização e crescimento da cidade e os problemas que a cidade enfrentou com diversas epidemias devido as condições insalubres naquele período, resultando na morte de vários habitantes.

Este trabalho buscou através das pesquisas, compreender os sinais, as pistas e os indícios que levaram João Octávio dos Santos idealizar e construir um Instituto com princípios de benemerência para atender exclusivamente meninos órfãos, destinado a educação intelectual e profissional de meninos pobres semelhante ao Instituto Dona Anna Rosa existe na capital do Estado, e compreendemos a importância que o Instituto Dona Escolástica Rosa representou para a comunidade

naquele período que exerceu princípios de benemerência. Por fim, desejamos que a cidade de Santos, receba da instituição responsável pela administração do prédio do Instituto, a Irmandade da Santa Casa de Santos, a retomada do Instituto com fins educativos, assim como desejado pelo seu benemérito, declarado por João Octávio dos Santos, na página 3 do testamento:

“Declaro que á excepção dos legados infra mencionados é minha expressa vontade legal, como lego, à Santa Casa de Misericórdia desta cidade todos os meus bens, direitos e ações constitutivos do meu patrimônio para serem especialmente aplicados á erecção do Instituto D. Escolástica Rosa, que ora deixo creado, sua decente instalação, sem custeio sua manutenção perpétua.”

REFERÊNCIAS

ALVARO, Guilherme. **A campanha Sanitária em Santos: suas causas e efeitos.** Santos, 1919.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. **O Discurso do progresso: a evolução Urbana de Santos. 1870 – 1930.** 1989. Tese Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. **Santos: urbanismo na época do café. 1889-1930.** In: PEREIRA, M.A.F. (cood) Santos, Café e História. Santos: Leopoldianum, 1995.

ASSUNÇÃO, Martha Aparecida Todeschini de. **Aprígio de Almeida Gonzaga: um seletor normalista fazendo história no ensino profissional. 2016.** Tese em Educação: História, Política e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

BRITO, Saturnino Rodrigues de. **Álbum Canais de Drenagem Superficial -1906-1907 (1908).** Typographia Brazil de Rothschild & Cia

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971.** [S.l: s.n.], 2002.

BURKE, Peter. **A História como Memória Social,** 1992

CALEFFI, Anderson Manoel. **A educação na Primeira República na Cidade de Santos.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

CAMPELLO, Tereza. **Faces da desigualdade no Brasil. Um olhar para os que ficam para trás,**2017. Capítulo: Educação, um direito possível para todos

CARREIRA, Denise. **Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma.** 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.48.2016.tde-20042016-101028.

CARVALHO, Maria Alice Wolf de. **Ramos de Azevedo,** São Paulo, EDUSP, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer.** 19 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves: Petrópolis. Vozes, 2012.

CONCEIÇÃO, Júlio. **Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia.Santos. 1908,** IHGS- Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Isenta do pagamento de impostos os imóveis da Associação Protectora da Infância Desvalida. **[Anexo**

relatório da Associação Protectora da Infância Desvalida e do Instituto D. Anna Rosa, do ano de 1911]. São Paulo, 1912. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br>; acesso em 28/01/2020

DIAS, Vera Lucia Alba Reis. **Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro: um movimento abolicionista na cidade de Santos - 1886 – 1888.** Mestrado em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-São Paulo, 2014

ETCHEBÉHÈRE-JÚNIOR, Lincoln; Farto Botelho Trufem, Sandra. **O ensino profissionalizante na Imperial cidade de São Paulo, Brasil (1823-1889).** Revista História da Educação, vol. 14, núm. 32, setembro-dezembro, 2010, pp. 109-141. Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação Rio Grande do Sul, Brasil

FONSECA, Sérgio César da; NARITA, Felipe Ziotti. **A variedade institucional como tema para o estudo da história da assistência à infância na cidade de São Paulo no século XIX.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2017, 9.18: 304-325.

GINZBURG, Carlo. **“Sinais: raízes de um paradigma indiciário”** IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História (1990),

GITAHY, Maria Lúcia. **Ventos do mar.** São Paulo: UNESP e Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

GOMES, Dulcinéia de Oliveira. **O Instituto Escolástica Rosa: formando o mundo dos trabalhadores em Santos. 2001.** Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Presente, passado e futuro – os 125 anos do instituto Ana Rosa,** 1999. Disponível em: <https://anarosa.org.br/livros-e-periodicos/>, acesso em 14 de dezembro de 2019

IHGS, Instituto Histórico e Geográfico de Santos: **Livro de escrituras de compras e vendas de escravos- 1º cartório de Santos** Hemeroteca Municipal Roldão Mendes Rosa – Santos (SP)

ISAÚ, Manoel. **A instrução pública e as instituições escolares da província de São Paulo, segundo os relatórios dos presidentes da Província de São Paulo (1835-1889): considerações pontuais.** Revista HISTEDBR On-Line, 22: 71-92, 2006

IVAMOTO, H. S. **Santa Casa da Misericórdia de Santos: sinopse histórica.** Acta Medica Misericordiae 1 (1):7-10, Out 1998.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** 7a ed., Porto Alegre: Mediação, 2015. Cap. 5.

KUHLMANN JR., M, Leonardi, P. **História da Educação no Quadro das Relações Sociais.** Revista História da Educação vol.21 n°51 - Educ@ - Scielo FCC - (Publicações on-line 165 de Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Maria/RGS, jan./abr. 2017.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na Transição Santos: 1870-1913**, São Paulo: Editora Hucitec (PMS), 1996

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1990.

LOPES, Betralda. **O porto de Santos e a febre amarela. 1974**. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

MACHADO, Maria Helena P. T.. **Virtudes e limites de uma escravidão quantificada: a escravidão em Santos do século XIX**. Afro-Ásia, Salvador, n. 48, p. 433-437, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912013000200017&lng=en&nrm=iso>. Acessando em: 08 de janeiro 2021. <https://doi.org/10.1590/S0002-05912013000200017>.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **História, memória e cotidiano privado. O feminino e o masculino no porto do café (1890-1930)**

MELLO, Gisele Homem de. **Expansão e estrutura urbana de Santos (SP): aspectos da periferação, da deterioração, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade**, 2008. Mestrado em Sociologia – Universidade de São Paulo.

Memória Santista. **Testamento de João Octávio dos Santos**. Disponível em: <http://memoriasantista.com.br/?p=4565>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2012.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; NETO, Sebastião Lopes. **Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional**. Educação & Sociedade, 2005, 26.93: 1435-1469. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional do Estado de São Paulo – 1873 a 1934**. Tese de Doutorado FFLCH/USP. São Paulo, 1990. Edusf, 2003

MOTA, Paula de Brito. **A Cidade de São Paulo de 1870 a 1930, Café, Imigrantes, Ferrovia e Indústrias**. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2007.

OLIVEIRA, Thaís Cristina de. **Grupo Escolar Sul da Sé (1896-1916): Uma expressão republicana da urbanização de São Paulo e Sua Descontinuidade**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2017

PEDRO, Carina Marcondes Ferreira. **Casas importadoras de Santos e seus agentes: comércio e cultura material (1870 – 1900)**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. SP.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **O Comissário de Café no Porto de Santos, 1870–1920**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **A utopia santista da libertação**. Leopoldianum Revistas de Estudos e Comunicações, Santos, SP, v.XV, n 43, p.95-10,1988.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Júlio Conceição, um grande homem**. In: Leopoldianum. Santos, 1990, v: XVI, n. 47, p. 13-22, abril de 1990.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Santos no caminho da Educação Popular (1870-1920)**. São Paulo: Loyola, 1996.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Santos, cidade das carroças (fim do século XIX)**. São Paulo:2011.

QUEIROZ, Luiz Roberto de Souza. **Dicionário de Família, 2004**. Disponível em: <https://anarosa.org.br/livros-e-periodicos/>, acesso em 27 de janeiro de 2020

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Cultura e Estratégias de Desenvolvimento São Paulo**: Cadernos de Pesquisa do LAP, nº 23, 1998

RODRIGUES, Olao. **Cartilha da História de Santos**. Prefeitura Municipal de Santos, 1980.

SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos : 1532-1936**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937

SANTOS, João Octavio do. **Testamento. Santos, 1889**. Disponível em: <<https://jos2916.mvu.com.br/site/quem-foi-joao-otavio-dos-santos-/6l1gvMemVsY-3/atr.aspx>>. Acesso em 30 novembro 2019.

SCHMELING, Gila do Amaral von. **A família Souza Queiroz e a “Associação Barão de Souza Queiroz de Proteção à Infância”**.1974. Disponível em: <https://anarosa.org.br/livros-e-periodicos/>, acesso em 27 de janeiro de 2020

SILVA, Edith Badini da, **Saneamento urbano e expropriação dos corpos: epidemias e a orfandade em Santos (1899-1932)**. Dissertação de Mestrado, PUC – São Paulo, 1992.

SILVA, Wilson Dias, **O Instituto Dona Escolástica Rosa: A Gestão de Pedro Crescenti de 1934 a 1945 (2010)**, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos-Unisantos.

SOUSA, Alberto. **A municipalidade de Santos perante a Comissão de Saneamento: polêmica com o Dr. Saturnino de Brito**. Santos: Oficinas graphics

do Bureau Central, 1914. Disponível em:
<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0076d.htm>, acessado em 5 de maio de 2020.

TERRA, Vinicius Demarchi Silva. **A invenção da praia de Santos (1880-1940)**. Editora Autores Associados Ltda – Campinas, 2016.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelligentsia e Intelectuais. Sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual**. Revista Brasileira de História da Educação. N. 16 jan/abr 2004 p. 63-85.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida 1889-1914**. Dissertação de mestrado em educação da Universidade Católica de Santos, 2006

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931)**. Tese de Doutorado FEUSP – São Paulo – 2011.

WILLIAMS, Sergio. **A Tragédia do Monte Serrat na Cobertura do Correio Paulistano**. Fundação Arquivo e Memória de Santos (Fams). 2018

WOLF, Sílvia Ferreira Santos. **Escolas para a República: os primeiros passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SITES

Acervo Saturnino de Brito. Disponível em:
<http://acervosaturninodebrito.blogspot.com/p/saturnino-de-brito.html>. Acesso em: 10 de março de 2020.

Acervo O Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2020.

CECI – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – Acervo Arquitetônico Saturnino de Brito – Memória da Arquitetura Pré-Moderna no Brasil. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/noticias/258-acervo-arquitetonico-saturnino-de-brito.html>. Acesso em 29/03/2020

Fundação Arquivo e Memória. Guias de Fontes para a História de Santos, Atas da Câmara de Santos. Disponível em:
http://www.fundasantos.org.br/e107_files/public/guia_de_fontes_para_a_historia_de_santos.pdf. Acesso em 3 de dezembro de 2019.

Arquivo do Estado: Relação dos escravos alforriados e relação geral dos escravos matriculados no município de Santos de 1886 a 1887. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

Memórias e Histórias da Educação Profissional. Disponível em:
<http://www.cpscetec.com.br/memorias/>. Acesso em: 25 de março de 2020.

Portal CONDEPASA. Disponível em:

<https://www.santos.sp.gov.br/?q=portal/condepasa>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020

Portal CONDEPHAAT. Disponível em:

<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/conjunto-do-antigo-instituto-escolastica-rosa/>. Acesso em 18 de março de 2020.

Relação geral dos escravos matriculados no município de Santos, de 30 de março de 1886 até 30 de março de 1887. Disponível no sítio eletrônico do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em:

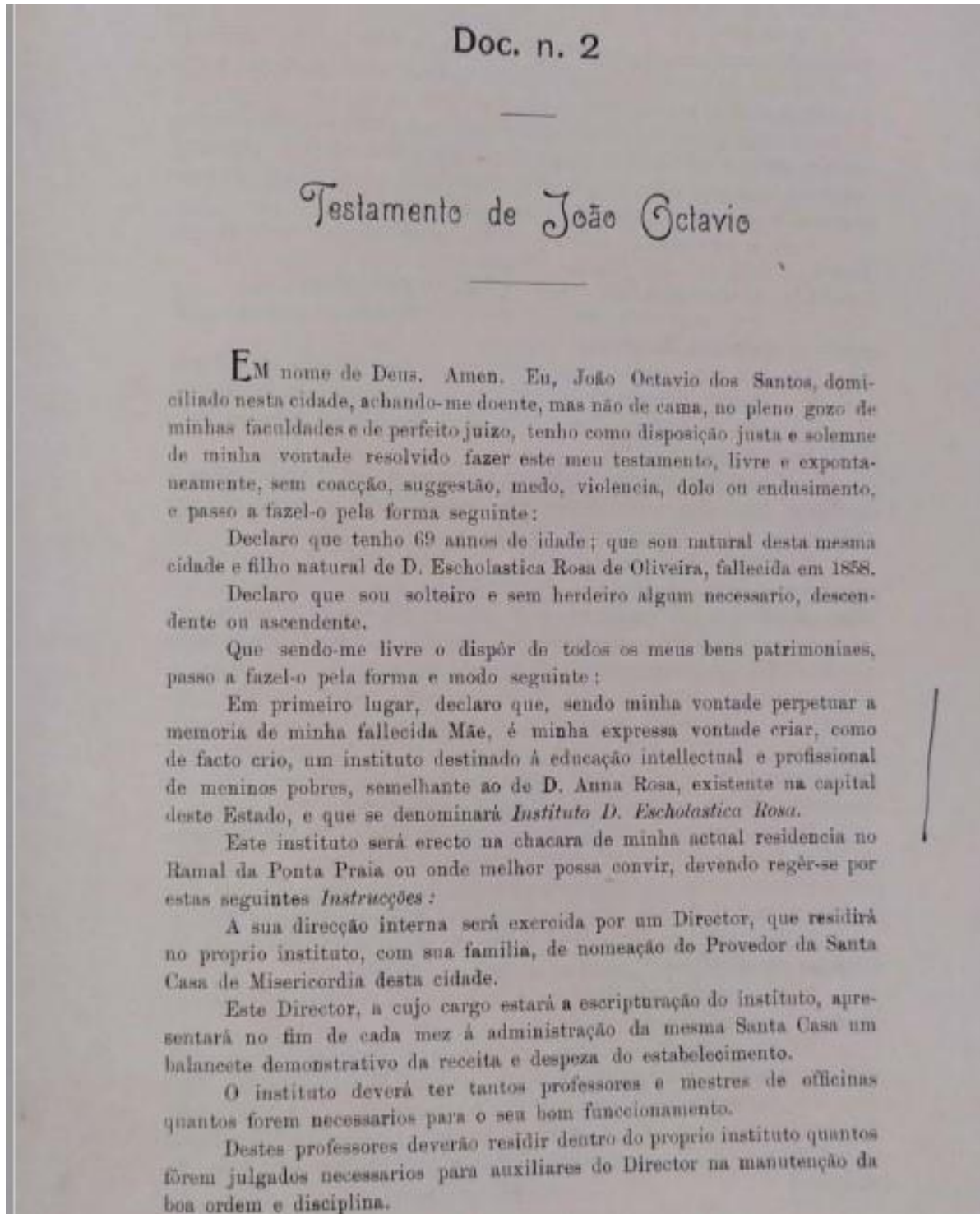
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/escravos?pesq=1&descricao=&localidade=Santos%3B+SP&inst

Acesso em 01 de dezembro de 2020.

ANEXOS

ANEXO I: Testamento de João Octávio dos Santos.

Contém 5 páginas. Fonte: Monografia CONCEIÇÃO, Júlio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia.Santos-1908



Anexo 1-Página 1 do Testamento de João Octávio dos Santos

A aula de musica e as officinas deverão ser regidas por professores e mestres que residam fóra do instituto.

Os alumnos que entrarem para o estabelecimento serão tratados com desvelo e carinho, nada lhes faltando, já em relação á boa alimentação, já em relação ao vestuario, calçado, lavagem e engomado de roupa, medico e medicamentos, quando necessarios.

Em caso de molestia grave, infecciosa ou contagiosa, serão observadas as regras e prescripções hygienicas, avisando-se os paes, tutores ou curadores para que retirem o doente, fornecendo o instituto á sua custa os meios de remoção e conducção para local conveniente.

Para a admissão no instituto serão observadas as seguintes condições:

- 1.ª) Que o menor seja orphan e filho de paes pobres.
- 2.ª) Que, sendo filho natural, prove a mãe não ter recursos e que o filho viva em sua companhia.
- 3.ª) Que, não sendo orphan, mostrem os paes viverem em pobreza.
- 4.ª) Que o matriculando não seja menor de 9 annos nem maior de 14.
- 5.ª) Que não soffra molestia contagiosa, devendo ser logo vaccinado, se ainda o não tiver sido.

O alumno permanecerá no Instituto, ao menos por 4 annos, podendo este prazo ser espaçado se o alumno não conseguir habilitar-se e tenha provado boa conducta e manifestado vocação escolar ou artistica.

O curso de estudos será dividido em quatro series; a *primeira* comprehenderá o ensino de leitura e calligraphia; a *segunda* o de leitura corrente, calligraphia e primeiras noções de calculo; a *terceira* o de analyse elemental, operações sobre numeros inteiros, noções de fracções ordinarias e decimales e noções de cousas; a *quarta*, finalmente, comprehenderá analyse grammatical e logica, operações sobre fracções, systema metrico decimal, proporções, noções geraes de geographia, geographia do Brasil em particular, noções de cousas, educação cívica e catechismo. A aula de musica será frequentada pelos alumnos que mostrarem-se com vocação para ella, devendo a banda ser constituída de 30 figuras, pelo menos.

Funcionarão no instituto as officinas que a juizo da Administração da Santa Casa de Misericórdia forem julgadas necessarias.

Todo o alumno será obrigado a frequentar uma destas officinas, cuja escolha dependerá da sua vocação e consultará a sua constituição physica.

No fim de cada anno lectivo realisar-se-ão os exames geraes dos alumnos, comprehendendo todas as materias estudadas.

Estes exames serão publicos e previamente annunciados pela imprensa.

No dia designado para elles o instituto será franqueado aos visitantes. Em relação á distribuição de tempo para estudo, trabalho nas officinas, refeição, descanso, exercílios corporaes e passeios ao ar livre, deixo a cargo da regulamentação interna do instituto, que será confeccionada pelo Professor Director e approvada pelo Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Igual e semelhantemente se procederá em tudo mais que concernir com a disciplina interna do instituto, ficando entendido que aos alumnos não se applicarão castigos corporaes.

Aos que se distinguirem pelo seu bom comportamento, applicação e aproveitamento, serão conferidos premios.

Declaro que á excepção dos legados infra mencionados é minha expressa vontade legar, como lego, á Santa Casa de Misericordia desta cidade todos os meus bens, direitos e acções constitutivos do meu patrimonio para serem especialmente applicados á erecção do Instituto *D. Escholastica Rosa*, que ora deixo creado, sua decente installação, seu custeio e sua manutenção perpetua.

A construcção ou aquisição do edificio fica a cargo exclusivo do meu testamenteiro Julio Conceição, que o entregará, quando concluido e completamente montado.

Concluido e montado o instituto, todo o remanescente dos meus bens legados á Santa Casa de Misericordia desta cidade, com esta especial applicação, ficará constituindo o patrimonio do mesmo instituto, applicando-se os seus rendimentos na sua conservação perpetua e seu custeio.

E' minha vontade que o meu testamenteiro, de accôrdo com a Administração da Santa Casa de Misericordia, proveja em tudo o mais que fôr necessario, de modo a que o instituto seja em tempo inaugurado sem que nada lhe venha a faltar, supprindo desta arte qualquer omissão que por ventura tenha occorrido neste meu testamento a tal respeito.

Inaugurado o instituto deverá o meu testamenteiro entregal-o á Santa Casa de Misericordia desta cidade, a quem confio e rogo queira accoital-o como annexado ou como dependencia da mesma Santa Casa, recebendo seu patrimonio e seus rendimentos e de tudo cuidando e zelando como de cousa sua que propria fosse.

Tendo assim por expressada esta minha vontade, passo em seguida a fazer mais estas outras minhas declarações:

Declaro que, sendo minha vontade, lego á mesma Santa Casa de Misericordia, por amor que a ella tenho e á qual servi, além de outras occasiões, de seu Provedor por espaço de 20 annos, a quantia de 129 contos de réis, que destino para seu patrimonio.

Esta quantia poderá ser em bens ou em dinheiro, á vontade de sua Administração, devendo, porém, em qualquer dos casos ser incluído nesse valor o predio n. 27 da rua de Santo Antonio, desta cidade, primeiro que adquiri em 1855 e onde actualmente funciona a agencia do Banco de São Paulo.

Lego ao Aaylo de Orphãos desta cidade, para augmento de seu patrimonio, a quantia de 20:000\$000.

Lego á *Sociedade Humanitaria dos Empregados no Commercio*, desta mesma cidade, para seu patrimonio, a quantia de 10:000\$000.

Lego á *União Operaria*, desta mesma cidade, a quantia de 5:000\$000.

Lego á Igreja Matriz desta cidade, na qual fui baptizado e para seus paramentos, a quantia de 5:000\$000.

Lego à *Sociedade Auxiliadora da Instrução*, desta mesma cidade, a quantia de 5:000\$000.

Lego ao *Apostolado do Sagrado Coração de Jesus*, desta mesma cidade, a quantia de 5:000\$000.

Lego a minha sobrinha Nologa, viuva de Manoel Bento de Andrade, as minhas casas da rua Santo Antonio ns. 84 e 86, desta mesma cidade, sob a condição de usar e gozar durante sua vida, passando depois de sua morte a seus filhos.

Lego a minha sobrinha Deoclecia de Oliveira Santos, filha de minha irmã Amanda, a minha casa do Largo da Republica n. 60, desta cidade.

Lego a minha sobrinha Amelia, filha de minha irmã Amelia, a minha casa da rua Amador Bueno n. 153, desta cidade.

Lego a minha sobrinha Olinda, filha de minha irmã Amelia, a minha casa da rua Amador Bueno n. 151, desta cidade.

Lego a minha sobrinha e afilhada Quita, casada com Francisco de Azevedo Rocha, a minha casa da rua S. Francisco n. 141, desta cidade.

Lego a minha irmã Maria das Dores Carvalho, a minha casa da rua do Marquez de Herval n. 31 e o meu sobradinho da travessa do mesmo nome n. 1, sob a condição de usar e gozar durante sua vida, passando por sua morte aos filhos do meu fallecido irmão Henrique Pedro de Oliveira.

Lego a D. Maria da Gloria Nebias, filha solteira do meu padrinho João Octavio Nebias, a quantia de 10:000\$000.

Lego a meu sobrinho e afilhado Henrique, filho de meu fallecido irmão Henrique Pedro de Oliveira, a quantia de 10:000\$000.

Lego a meu afilhado Oswaldo, filho do meu amigo e compadre Julio Conceição, a quantia de 10:000\$000.

Lego a minha sobrinha Maria do Carmo, filha do meu fallecido irmão Henrique Pedro de Oliveira, a quantia de 5:000\$000.

Lego à menina Lydia, filha do meu amigo Julio Conceição, a quantia de 5:000\$000.

Lego a Antonio, filho de minha sobrinha Deoclecia de Oliveira Santos, a quantia de 2:000\$000.

Lego a meu afilhado João, filho de Manoel José Ferreira, a quantia de 2:000\$000.

Lego a Etelvina, neta do fallecido Felisberto Borges Chaves, a quantia de 1:000\$000.

Lego a cada um dos filhos legitimos de meus sobrinhos Francisco e João, filhos de minha fallecida irmã Amelia, que existirem por occasião de minha morte, a quantia de 1:000\$000.

Lego a meu afilhado Paulo, filho do finado Antonio Candido da Silva, a quantia de 1:000\$000.

Lego a Domicio Bicudo, meu actual empregado, a quantia de 5:000\$000; si ao tempo de minha morte não for elle meu empregado, reverterá este legado a seus filhos.

Lego a Maria Octavia, que foi creada em minha casa, a quantia de 5:000\$000; si vier esta legataria a fallecer antes da minha morte, ficará

este legado sem effeito, salvo si deixar ella filhos, porque neste caso reverterá o referido legado a favor destes.

Lego a Henriqueta Bittencourt, minha actual criada, a quantia de 2:000\$000, legado que ficará sem effeito si vier ella a fallecer antes de minha morte.

Declaro que todas as deixas e legados constantes deste meu testamento serão entregues a quem de direito, livres de quaesquer impostos, os quaes, bem como toda e qualquer despeza que fizer o meu testamenteiro, inclusive as que entender fazer com honorario de advogados, serão deduzidos do meu patrimonio.

Nomeio meu testamenteiro o meu amigo e compadre Julio Conceição, a quem rogo queira acceitar este encargo com direito á vintena *pro labore*.

Marco o prazo de dois annos para cumprimento deste meu testamento e pelo qual revogo qualquer outro anteriormente feito.

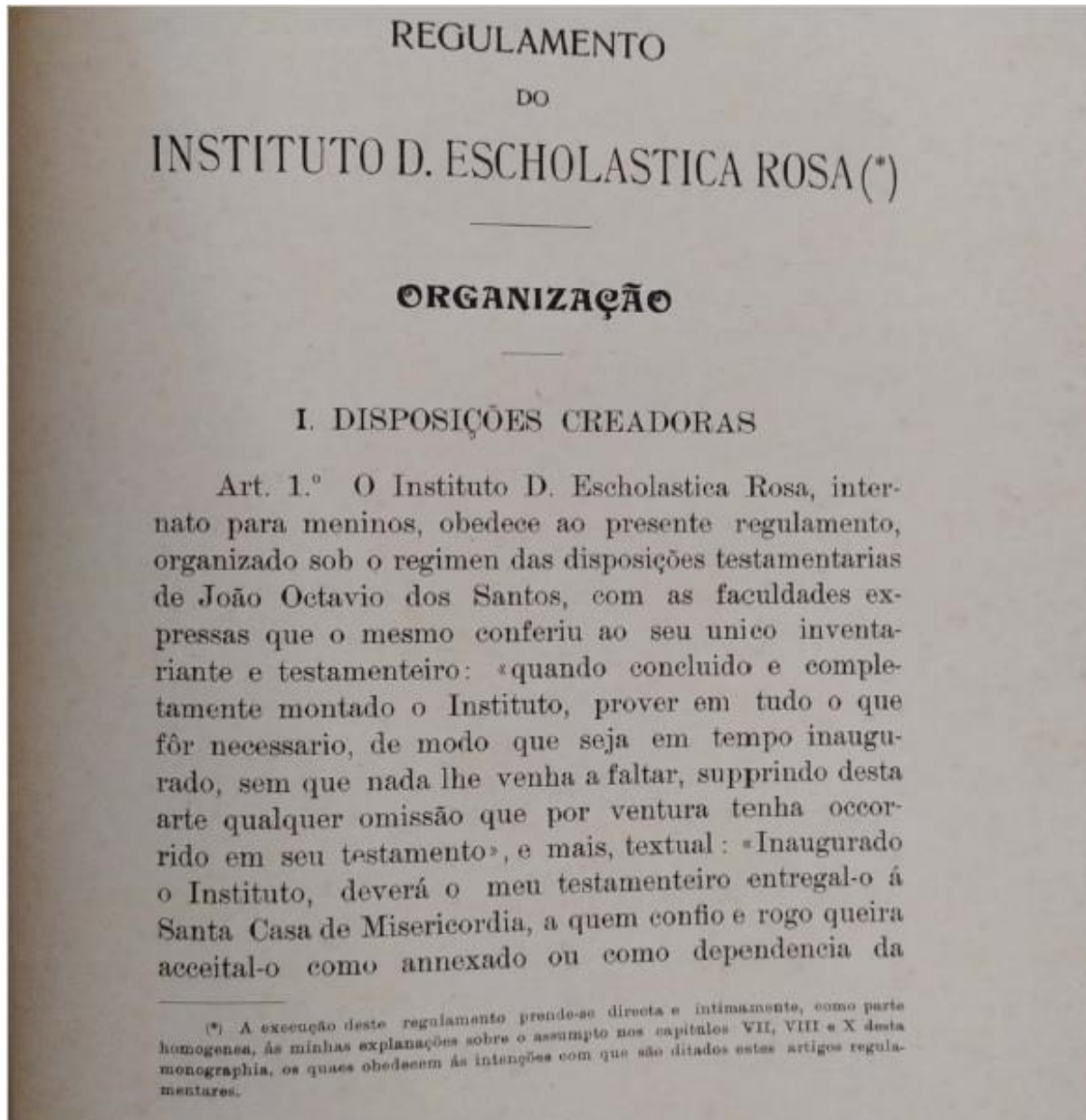
E' este o meu testamento e disposição de ultima vontade, o qual quero se cumpra inteiramente como testamento ou codicillo, rogando ás Justças deste Paiz que o cumpram e façam cumprir. Este vae a meu rogo escripto por João Pedro de Jesus, pessoa de minha inteira confiança, e por mim datado e assignado, assignado tambem pelo escriptor deste, depois de ser tudo por mim lido com reflexão e calma e achado conforme meu desejo e vontade.

Santos, 12 de Dezembro de 1899.

J. Octavio dos Santos.

ANEXO II: Regulamento do Instituto.

Contém 14 páginas. Fonte: Monografia CONCEIÇÃO, Júlio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia.Santos-1908



Anexo 6-Página 1 do primeiro regulamento do Instituto. Fonte: CONCEIÇÃO(1908)

mesma Santa Casa, recebendo seu patrimonio e seus rendimentos e de tudo cuidando e zelando como de cousa sua que propria fosse.»

Art. 2.º O fim deste Instituto, organizado, construido e mantido exclusivamente com a renda do seu patrimonio, como está, é dar educação gratuita, moral, civica e professional a meninos pobres, sem distincção de nacionalidade, de preferencia orphams.

§ 1.º O Instituto, comquanto só conte com a sua vida propria e com os recursos da renda do seu patrimonio, poderá receber auxilios de extranhos, incondicionaes e puramente espontaneos, que por ventura particulares ou poderes publicos lhe venham prestar.

§ 2.º O Instituto poderá, a juizo da administração da Santa Casa, receber subvenção condicional dos nossos governos, uma vez que esta não venha de encontro aos fins da instituição e nem pese no seu orçamento.

Art. 3.º O numero de educandos presentemente é fixado em 50, e dahi para cima será regulado pela renda do patrimonio e capacidade do edificio.

II. MATRICULA

Art. 4.º Para admissão do educando á matricula, exige-se :

A) que seja de bom comportamento, orpham ou filho de paes pobres, e apresente certidão de idade;

B) que, sendo filho natural, prove a mãe não ter recursos e que o mesmo viva em sua companhia;

C) que, não sendo orpham, mostrem os paes viver em pobreza ;

- D) que seja maior de 9 annos e menor de 14;
 E) que apresente attestado de sanidade, de não soffrer molestia contagiosa, e igualmente de vaccina contra a variola.

Art. 5.º. A prova dos requisitos exigidos no art. anterior será feita por attestado de auctoridades judicarias, de medicos, provas testemunhaes e documento que a regularize, a juizo do director e com approvação da administração da Santa Casa.

Art. 6.º. O acto da matricula do educando no Instituto, interrompe a acção directa de seus paes ou tutores sobre elle, enquanto perdure a sua educação.

Art. 7.º. O prazo para a educação de cada alumno é de 4 annos, salvo os casos prescriptos no art. 14.

Art. 8.º. Em circumstancia especial, por molestia, de interrupção do ensino, poderá a Meza Administrativa da Santa Casa ampliar o prazo dos 4 annos de estudo por um tempo o mais limitado possivel.

III. TRATAMENTO AOS ALUMNOS

Art. 9.º. O director e todo o pessoal do estabelecimento têm o rigoroso dever de dispensar tratamento carinhoso e paternal aos educandos.

Art. 10. Os educandos serão tratados de modo a nada lhes faltar em relação á boa instrução, á boa alimentação, vestuario, calçado, lavagem e engommado de roupa, medico e medicamentos.

Art. 11. Além do desvelo com que será tratado o educando durante a sua permanencia no estabelecimento, o Instituto continuará a dispensar a seu ex-alumno uma protecção ou amparo todo moral nas vicissitudes

da vida, quando, por uma previa syndicança de seus actos, feita pelo director ou pela administração da Santa Casa, venha isso a merecer, de tal arte que o mesmo seja moralmente elevado e rehabilitado, com recommendações para empregos publicos ou particulares, confortado em prisões e internado em asylos ou hospitaes (*).

Art. 12. O regimento collegial, organizado pelo director na fórmula do art. 43, não poderá estabelecer castigos corporaes.

IV. ENXOVAL

Art. 13. Os alumnos terão uniforme e o seguinte enxoval:

- 1 uniforme de flanela ou casemira azul ferrete e bonet;
- 2 uniformes de brim branco;
- 3 ditos de brim azul (zuarte), para uso diario;
- 2 pares de botinas ou sapatos, um preto e outro branco;
- 1 par de chinellos;
- 9 camisas, sendo tres de gomma, quatro para uso diario e duas de dormir;
- 6 pares de meias;
- 6 ceroulas;
- 6 lenços brancos e 6 de côr;
- 2 gravatas, uma preta e outra de côr;
- 4 lençóes;

(*) Observada a syndicança sobre o merecimento do ex-alumno, bastará, sem duvida, um pedido verbal ou por escripto, do director do Instituto, da administração da Santa Casa ou mesmo de qualquer irmão, a um medico ou advogado, a uma casa com-mercial ou companhia, a uma directoria de asylo ou de hospital, para que ninguém se negue a melhorar a sua situação.

- 2 colchas;
- 4 fronhas;
- 1 cobertor;
- 3 toalhas de rosto;
- 1 pente;
- 1 escova de dentes;
- 1 sabonete.

V. DESLIGAMENTO DOS ALUMNOS

Art. 14. O educando só pôde ser desligado do Instituto:

- A) por molestia que o impossibilite de aprender;
- B) por mau comportamento;
- C) por falta de aproveitamento;
- D) por conclusão do tempo de estudo;
- E) por conclusão do curso antes do prazo estipulado no art. 7.º, com direito ao diploma e prémios que possa conquistar.

§ Unico. Si o alumno fôr desligado pelos motivos previstos nas letras *b* e *c*, perderá a protecção e direitos adquiridos perante o Instituto.

Art. 15. Em qualquer dos casos do art. anterior, o desligamento do educando, salvo o devido á conclusão do estudo, só será feito quando haja motivo de queixa, a juizo da administração da Santa Casa e mediante parecer do director do Instituto.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 16. O dia 9 de Julho de cada anno, data do fallecimento de João Octavio, será considerado fe-

riado no Instituto, solemnizando-se essa data com uma sessão cívica no próprio estabelecimento.

Art. 17. Nos dias de festa nacional, o director solemnizará as respectivas datas com reunião especial dos alumnos, explicando os motivos das mesmas, enaltecendo os feitos que recordam e proporcionando, quando possível, modesto festival.

Art. 18. Em caso de fallecimento de qualquer alumno, professor ou pessoa do corpo dirigente, o Instituto arvorará sua bandeira a meio pau e os alumnos tomarão luto por oito a quinze dias, consistindo este em um laço de crêpe no braço.

ENSINO

I. CURSOS E DIVISÕES

Art. 19. O ensino ministrado no Instituto constará de curso preliminar e cursos praticos.

Art. 20. O curso preliminar será ensinado sempre pelos melhores e mais modernos methodos da época, com applicação aos cursos praticos, e constará do seguinte:

- 1) leitura e calligraphia;
- 2) lingua portugueza, exercicios de composição, regra grammatical e logica;
- 3) noções de geographia em geral, e, muito em particular, estudos de historia e geographia do Brasil;
- 4) numeração, operações sobre fracções, numeros inteiros e decimaes, fracções ordinarias e decimaes.

systema metrico, noções de proporções, de quadrado, de cubo e de desenho linear;

8) ensinos ou regras de boa educação, de sentimentos affectivos e compassivos, de temperança, de civismo e doutrina christã;

9) lições de cousas;

10) ensino de natação, gymnastica—com especialidade a sueca, manobras militares, tiro ao alvo, esgrima e outros exercicios aconselhados pela hygiene;

11) ensino de musica e solfejo;

12) noções de historia natural, physica e chimica applicadas.

Art. 21. Os cursos praticos serão: agricola e profissional.

Art. 22. O curso agricola constará de noções de geologia, botanica e zoologia, com applicação á agricultura tropical, notadamente jardinagem, fructicultura, horticultura, avicultura e apicultura.

Art. 23. O curso profissional diz respeito ás artes e officios e constará das materias e ensinos seguintes:

1) escripturação mercantil e industrial;

2) mechanica;

3) electricidade;

4) typographia, impressão e encadernação;

5) alfaiataria;

6) pintura commum;

7) carpintaria e marcenaria;

8) serralheria;

9) funilaria;

10) sapataria e sellaria;

- X) vidraçaria;
- L) arte de cabelleireiro;
- M) arte culinaria;
- N) serviços domesticos (copeiragem).

II. EXAMES

Art. 24. Os exames das materias estudadas serão annuaes e publicos, previamente annunciados pela imprensa, sendo, nesse dia, franqueado o estabelecimento á visitação geral em horas determinadas pelo director.

Art. 25. Os educandos que se destacarem pelo comportamento, applicação e aproveitamento, serão distinguidos em quadro de honra nas respectivas classes e no salão de visitas do estabelecimento, além de premios em especie, que serão creados durante o anno.

Art. 26. Os premios em especie consistirão em apparelhos uteis: ferramentas, machinas ou artefactos proprios á respectiva arte ou officio escolhido pelo alumno, e que serão cuidadosamente guardados pelo mesmo, afim de servirem de auxilio para inicio de seu labor na vida pratica, após sua educação no Instituto.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 27. E' obrigatoria no Instituto, para todos os alumnos, a educação prescripta nos arts. 23, letras *a, b, c, d, e e f*, 32 e 33. Fóra desses ensinos, o alumno só deve aprender as materias que se relacionem com o aperfeiçoamento da arte ou officio que houver escolhido, de accôrdo com a sua vocação e constituição physica.

Art. 28. Todo o alumno é obrigado a frequentar uma das officinas ou aulas do estabelecimento, attendendo-se á sua vocação e constituição physica.

Art. 29. Todo o ensino, dos cursos agricola e professional, será tanto quanto possivel pratico, ministrado pelos melhores e mais modernos methodos, de accôrdo com as necessidades do nosso meio e minuciosamente detalhado em programmas organizados pelo director do Instituto, com audiencia dos respectivos professores ou mestres, e approvação da administração da Santa Casa.

Art. 30. Os cursos, tanto preliminar como agricola e professional, ficarão subordinados, nas horas de ensino e de aprendizagem, directamente aos respectivos professores ou mestres.

Art. 31. As materias do ensino pratico e professional poderão ser augmentadas quando a administração da Santa Casa assim o entender.

Art. 32. A educação do alumno, prescripta no art. 20, letras *e, f, g*, deve ser ministrada com o maior cuidado e solicitude, para o que o director estabelecerá aulas especiaes.

Art. 33. Todas as semanas haverá, no mínimo, uma sessão geral para os alumnos, de prelecções ou palestras, alternadas sobre a temperança--notadamente contra os maleficos effeitos do jogo, do alcoolismo, hygiene, instrucção affectiva e compassiva com relação ao proteccionismo aos animaes e ás plantas, destinando-se um dos dias de cada mez de Junho para o *arbor-day*.

§ Unico. Para auxilio dos ensinos prescriptos neste artigo e no anterior, o director deverá organizar

maximas ou pensamentos moraes, civicos, protec-
cionistas, de temperança e de hygiene, conservando-os
em elegantes impressos, avulsos, em caracteres a côres,
para distribuição frequente entre os alumnos (*).

Art. 34. O Instituto manterá:

A) uma banda de musica, composta de educandos,
em numero nunca inferior a 30 figuras, sob a regencia
do respectivo professor;

B) uma bibliotheca de livros didacticos, com ap-
plicação aos ensinns praticos;

C) um museu para auxilio desses ensinns

Art. 35. O museu a que se refere o art. anterior
constará, com especialidade, das seguintes collecções :

A) de terras, representando solos, sub-solos, rochas
de diversas formações geologicas do paiz, especialmente
do Estado de São Paulo, e tambem do estrangeiro;

B) de adubos chimicos e correctivos, com indi-
cação da composição, valor fertilizante e commercial;

C) de madeiras nacionaes, com classificação de
propriedades de resistencia, com os nomes scientificos e
vulgares;

D) de sementes e productos agricolas;

E) de revistas scientificas, que o director assig-
nará annualmente, de mappas, catalogos, modelos de

(*) Para exemplificar a organização das maximas, faço imprimir um modelo dos
avulsos referidos, que acompanhará cada exemplar deste regulamento. É indispensavel
impressão artistica, afim do trabalho interessar o alumno pelas côres ou pelos seus
profundos ensinamentos.

Na actualidade, para os ensinns prescriptos nos arts. 32 e 33, recomendo os ex-
cellentes trabalhos: *Maximas, Pensamentos e Reflexões*, do Marquez de Maricá; *O Ce-
ração*, de Edmundo de Amicis; *Pensamentos Pedagogicos*, de Theodoro John, e as di-
versas obras do Dr. Domingos Jaguaribe sobre o alcoolismo (Vide relação de livros no
cap. X do relatório).

machinas,apparelhos, instrumentos e objectos que interessem á agricultura, artes e officios.

§ Unico. A classificação das colleções será feita pelos professores respectivos.

PESSOAL

I. PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 36. O pessoal administrativo se comporá de um director, um secretario-guarda-livros e um almoxarife.

§ 1.º O almoxarife exercerá, conjunctamente com esse cargo, as funcões de porteiro do Instituto.

§ 2.º O director prestará todos os serviços que estiverem em sua força.

§ 3.º O secretario substituirá o director em sua ausencia, quando esta não exceda de 8 dias; tratando-se de maior tempo, a administração da Santa Casa providenciará para que a vaga seja supprida, interina ou effectivamente.

II. CORPO DOCENTE

Art. 37. Para o ensino que deve ser ministrado de accôrdo com os intuitos e as disposições creadoras do Instituto, haverá professores para as seguintes aulas:

- 1) Curso preliminar;
- 2) ensino de musica e solfejo;
- 3) cursos praticos.

III. MEDICO E DENTISTA

Art. 38. Haverá um medico effectivo e um dentista, igualmente effectivo. O medico prestará seus serviços a qualquer hora, quando chamado. O dentista prestará seus serviços, tambem quando reclamados, sendo, fóra disso, obrigado a zelar pelo perfeito estado odontalgico dos educandos.

IV. VAGAS E PREENCHIMENTOS

Art. 39. As vagas que se derem no corpo docente, serão, de preferencia, preenchidas por educandos já diplomados pelo Instituto e que tenham comprovada capacidade para o exercicio do cargo.

Art. 40. As vagas que se derem no pessoal mencionado no art. 36 e seus paragraphos, salvo a vaga de director, serão, ouvido este, preenchidas por escolha da administração da Santa Casa, nos termos do § seguinte.

§ 1.º O preenchimento de qualquer vaga deverá obedecer á escolha de pessoal verdadeiramente idoneo, de reconhecida moralidade e que apresente diploma ou tenha notoria competencia para o cargo.

§ 2.º Nenhum dos membros desse pessoal será demittido ou dispensado de seu cargo sem que, por parte da administração da Santa Casa, haja syndicancia e seja previamente ouvido o accusado ou delinquente.

V. VENCIMENTOS DO PESSOAL

Art. 41. Os vencimentos do pessoal vão fixados em tabella annexa, que annualmente poderá ser revista pela administração da Santa Casa.

VI. ATTRIBUIÇÕES

Art. 42. O director do Instituto terá a superintendencia geral e effectiva do estabelecimento, ficando-lhe directamente subordinado todo o pessoal superior e subalterno.

Art. 43. As attribuições e deveres do pessoal e dos educandos, obedecerão a um regimento interno, disciplinar, organizado pelo director, com approvação da administração da Santa Casa.

Art. 44. O cargo de thesoureiro será exercido pelo proprio director, que, como tal, ficará responsavel pelos saldos, prestando á administração da Santa Casa, na primeira quinzena de cada mez, um balancete demonstrativo da receita e despeza do Instituto, do mez vencido.

Art. 45. O saldo da receita e despeza será exhibido todos os mezes, na forma do art. anterior, pelo director á administração da Santa Casa, conjunctamente com o respectivo balancete e mais um minucioso relatório das occurrencias do mesmo mez, referentes ao movimento geral, procedimento de alumnos, professores, empregados, providencias dadas, estado de conservação e zelo de todas as propriedades e interesses do Instituto.

Art. 46. O pessoal subalterno, serventes, lavadeiras, trabalhadores e outros empregados que possam ser necessários, será admittido e demittido pelo director do Instituto.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 47. Haverá na secretaria um livro de ponto, no qual os professores ou mestres diariamente assignarão seus nomes.

Art. 48. O maior ou menor numero de pessoal será estabelecido segundo as necessidades do ensino e do bom funcionamento do Instituto.

Art. 49. O Instituto fornecerá alojamento e sustento ao director e sua familia, o qual é obrigado a residir no estabelecimento.

Art. 50. Igual procedimento terá para com os professores e empregados que residirem no internato, fornecendo tambem sustento aos que alli tenham occupação effectiva durante o dia.

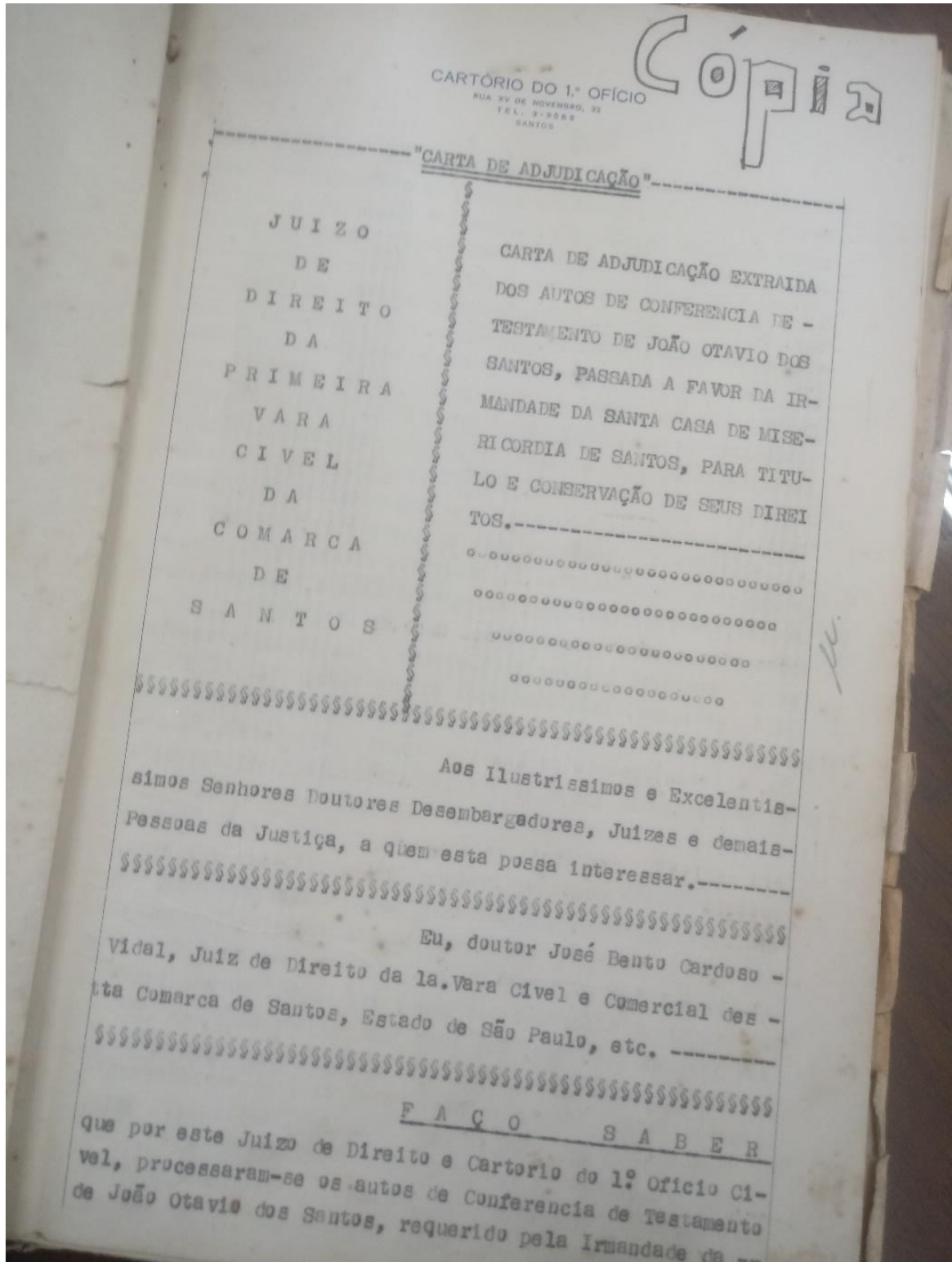
Art. 51. Poderão residir fóra do Instituto os professores de musica, gymnastica e outros que, pela natureza de seus cargos e economia administrativa, não necessitem de permanência por maior numero de horas no estabelecimento.

Santos, 4 de Dezembro de 1907.

Julio Conceição.

ANEXO III: Carta de Adjudicação do Testamento.

Extraída dos autos de conferência de testamento de João Octávio dos Santos, passada a favor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos. Contém 61 páginas. Fonte: Acervo da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos.



Anexo 20-Carta de Adjudicação do Testamento de João Octávio dos Santos. Fonte: Acervo da Santa Casa

ANEXO IV: Decreto Estadual n. 6.222-18 de 18 de dezembro de 1933-

Decreto firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e a Irmandade da Santa Casa de Santos, formulando um acordo para a administração do Instituto, definindo que a área pedagógica seria administrada pela Secretaria do Estado da Educação com a criação da Escola Profissional Secundária Mista Dona Escolástica Rosa.

Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6222-18.12.1933.html>

19/10/2020

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6222-18.12.1933.html>

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

DECRETO N. 6.222, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1933

Crea uma escola profissional secundaria, mista, em Santos

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o decreto federal n. 19.398 de 11 de novembro de 1930, Decreta:

Art. 1.º - Fica creada uma Escola Profissional Secundaria Mista, em Santos, que será instalada no Instituto "D. Escolastica Rosa", nas condições do acôrdo de que trata o art. 7.º deste decreto.

Paragrafo unico - A Escola Profissional funcionará com o nome de "INSTITUTO D. ESCOLASTICA ROSA".

Art. 2.º - A Escola Profissional terá a mesma organização, inclusive quanto a vencimentos, das demais escolas congeneres oficiais do Estado, salvo o internato do Instituto que continuará funcionando sob regulamento especial.

Art. 3.º - E' o seguinte o pessoal docente e administrativo da Escola:

- 1 diretor;
- 1 vice-diretor;
- 1 inspetor-almoxarife;
- 1 guarda-livros;
- 1 3.º escriturario;
- 2 professores de português, geografia e historia do Brasil;
- 2 professores de matematica;
- 1 mestre de desenho profissional;
- 1 mestra de desenho profissional;
- 1 mestre de plastica;
- 1 mestre de mecanica geral e naval;
- 1 mestre de eletrotécnica;
- 1 mestre de fundição;
- 1 mestre de ferraria e calderaria;
- 1 mestre de instalações sanitarias e funilaria;
- 1 mestre de marcenaria;
- 1 mestre de tomearia em madeira;
- 1 mestre de entalhação;
- 1 mestre de carpintaria naval;
- 1 mestre de artes graficas;
- 1 mestre de encademação;
- 1 mestre de pintura;
- 1 mestra de economia domestica e quimica alimentar;
- 1 mestra de confecções e côrte;
- 1 mestra de roupas brancas, rendas e bordados;
- 1 mestra de flores, chapéus e artes aplicadas;
- 1 mestra de datilografia e estenografia;
- 1 ajudante para cada oficina, masculina ou feminina, com mais de 30 alunos;
- 1 lustrador;
- 1 fomeiro;
- 1 porteiro;

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6222-18.12.1933.html>

1/2

19/10/2020

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6222-18.12.1933.html>

1 vigilante;

serventes, até o máximo de 10.

Parágrafo 1.º - Para os lugares de que trata este artigo, poderão ser livremente admitidos, interinamente, os atuais funcionários do Instituto "D. Escolastica Rosa".

Parágrafo 2.º - Esses funcionários poderão ser efetivados, depois de dois ou cinco anos de exercício, segundo sejam de nomeação ou contrato, a juízo do Governo, mediante informação do diretor da escola e do diretor geral do Ensino.

Parágrafo 3.º - Além do pessoal constante deste artigo, a Escola poderá ter outros empregados, inclusive técnicos, diaristas ou mensalistas, com as atribuições e remuneração que lhes forem dadas pelo respectivo diretor, mediante prévia autorização do Governo.

Art. 4.º - O cargo de vice-diretor, de imediato provimento, será exercido por professor normalista, que se tenha especializado nesse ramo de ensino, com os vencimentos de 10.800\$000 (dez contos e oitocentos mil réis), ou de 12:600\$000 (doze contos e seiscentos mil réis) anuais, no caso da Escola vir a ter curso noturno de aprendizado e aperfeiçoamento.

Art. 5.º - Além dos que constam no art. 3.º, outros cursos poderão ser criados na Escola, na medida do seu desenvolvimento, de acordo com as necessidades locais.

Art. 6.º - Junto à Escola será estabelecida uma Colônia de Férias para os alunos de outros estabelecimentos profissionais do Estado, cujas despesas serão custeadas pelas associações beneficentes dos aprendizes, auxiliadas, quando necessário, pelas verbas ordinárias desses estabelecimentos.

Art. 7.º - O Secretário da Educação e Saúde Pública fica autorizado a assinar contrato, em nome do Governo, com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, para a instalação e funcionamento da Escola Profissional Secundária Mista, no Instituto "D. Escolastica Rosa", mediante condições que serão assentadas entre as partes contratantes.

Art. 8.º - O Governo designará um técnico especializado em ensino profissional para dirigir a organização da Escola ora criada, sem prejuízo das funções e dos vencimentos do seu cargo com uma remuneração especial, arbitrada pelo Secretário da Educação e da Saúde Pública, por esse trabalho extraordinário,

Art. 9.º - Os diretores dos Institutos e demais estabelecimentos de ensino profissional do Estado receberão, como adiantamento, em duodecimos, as verbas destinadas ao custeio das oficinas e outras despesas de administração.

Art. 10 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 18 de dezembro de 1933.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA
Valdomiro Silveira.

Publicado na Secretaria da Educação e da Saúde Pública, São Paulo, aos 18 de dezembro de 1933.

Augusto Meirelles Reis Filho, Diretor Geral.

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6222-18.12.1933.html>

2/2

ANEXO 4: Decreto Estadual n. 7.317 de 5 de julho de 1935- Decreto publicado no Diário Oficial, registrando o convênio entre a Companhia Docas e o Estado, com a finalidade de criação dos cursos: Carpintaria Naval e Mecânica Naval, com o pressuposto de formar mão de obra especializada para essa Companhia.

Fonte: https://www.al.sp.gov.br/norma/122954

Domingo, 7 de Julho de 1935

DIARIO OFFICIAL do Estado de São Paulo (E. U. do Brasil)

Num. 155 — Anno 45.o

m) — proceder os estudos referentes à seleção, localização e assilação dos imigrantes; n) — sugerir as medidas de fomento e organização da poupança profissional, nos moldes dos núcleos coloniais. p) — estudar os problemas referentes à imigração sugerindo as medidas necessárias ser adotadas; q) — a execução das disposições do decreto n. 2400 de 9-7-1931, quanto aos serviços de imigração e colonização, com exclusão dos que estiverem revogados; r) — dar parecer sobre os contratos para introdução de imigrantes por conta do Estado; s) — estudar, com a devida antecedência, a necessidade de introdução de imigrantes, sugerindo as medidas que possam ser adotadas; t) — organizar as publicações necessárias à divulgação nos países de emigração, de dados relativos às terras, clima e à expansão e riqueza agrícola; u) — fomentar a vinda de imigrantes estrangeiros mais convenientes para o desenvolvimento das lavouras do Estado; v) — o recebimento, hospedagem e encaminhamento dos imigrantes introduzidos por conta do Estado; Art. 2.o — A Diretoria de Terras, Colonização e Imigração terá a seguinte organização: a) — Diretoria; b) — Seção de Engenharia Rural; c) — Seção de Colonização (Núcleos Coloniais); d) — Seção de Imigração; e) — Inspectoria de Imigração, em Santos; f) — Hospedaria da Imigração, em São Paulo; g) — Seção Médica; h) — Seção de Expediente, Registro e Arquivo; i) — Seção de Contabilidade e Estatística; Art. 3.o — A Diretoria de Terras, Colonização e Imigração terá o seu pessoal com os vencimentos da tabela anexa. Art. 4.o — Os cargos serão distribuídos da seguinte forma: 1.o — Na Diretoria: 1 Director; 1 Sub-Director (assistente técnico); 1 Es. escripturário (stenographo); 1 Es. escripturário; 1 motorista. 2.o — Na Seção de Engenharia Rural: 1 Engenheiro Chefe; 1 Engenheiro Adjuntante; 1 Engenheiro Auxiliares; 3 Desenhilistas; 1 Agrônomo; 1 Es. escripturário. 3.o — Na Seção de Colonização: 1 Chefe; 1 Adjuntante; 2 Inspectores de Colonização; 2 Sub-Inspectores de Colonização; 1 Director de Núcleo; 1 Adjuntante de Director de Núcleo; 2 Es. escripturários; 2 Desenhilistas. 4.o — Na Seção de Imigração: 1 Chefe; 1 Adjuntante; 2 Inspectores de Imigração; 2 Sub-Inspectores de Imigração; 1 Administrador da Hospedaria; 1 Interpretador-Tradutor; 1 Farmacêutico; 1 Almozarife; 1 Adjuntante de Almozarife; 1 Es. escripturário; 2 Es. escripturários; 2 Desenhilistas; 3 Dactylographos. 5.o — Na Seção Médica: 1 Chefe; 2 Médicos-Inspectores; 1 Médico da Hospedaria; 2 Médicos de Núcleo; 1 Es. escripturário. 6.o — Na Seção de Expediente, Registro e Arquivo: 1 Chefe; 2 Es. escripturários; 2 Es. escripturários; 2 Es. escripturários; 2 Contínuos; 2 Mensageiros; 4 Serventes. 7.o — Na Seção de Contabilidade e Estatística: 1 Chefe; 1 Es. escripturário; 1 Es. escripturário-caixa; 1 Guarda-livros; 2 Es. escripturários; 3 Es. escripturários.

com os recursos financeiros que forem destinados aos serviços. Art. 11.o — Para todos os esforços a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração fica sujeita ao regulamento geral da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e das Instruções das emendas. Art. 15.o — Os serviços da Diretoria e das diversas Seções e dependências serão regulamentados, dentro de 30 dias, pelo Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio. Art. 16.o — Ficam revogados os artigos 3.o e 4.o do decreto n. 4.610, de 16-7-1930 que dispõe sobre a criação do núcleo colonial "Barão de Antonina", ficando os preços dos lotes e o prazo para o pagamento alterados de acordo com a valorização da terra e com o desenvolvimento do núcleo. Parágrafo único — Anualmente, por proposta da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, o Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio determinará as bases do preço e do prazo para as concessões de lotes. Art. 17.o — As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta das verbas consignadas, crédito Especial aberto pelo decreto n. 5.435, de 15-3-1932, transferido para este exercício pelo decreto n. 4.919, de 11-1-1935 e pelo crédito suplementar que for aberto pelo Governo. Art. 18.o — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 5 de julho de 1935.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA Luis de Toledo Piza Sobrinho Sylvia Portugal Clóvis Ribeiro. Publicado na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, aos 6 de julho de 1935. José de Paiva Castro, Director Geral, em comissão.

TABELLA DE VENCIMENTOS DO PESSOAL DO QUADRO DA DIRETORIA DE TERRAS, COLONIZACAO E IMMIGRACAO. Table with columns: Cargos, vencimentos annuaes. Lists various positions like Director, Sub-Director, Engineers, etc., with their respective annual salaries.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA Luis de Toledo Piza Sobrinho Sylvia Portugal Clóvis Ribeiro. PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO, aos 5 de julho de 1935.

DECRETO N. 7.317, DE 5 DE JULHO DE 1935. Anterior a um acordo entre o Estado e a Companhia Docas de Santos para o desenvolvimento do núcleo técnico-profissional visando actividades maritimas e portuarias.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA Governador do Estado de São Paulo, considerando a necessidade de preparação, seleção e formação racional de operarios e auxiliares de serviços maritimos e portuarios, e considerando que se impõe a formação de um corpo de técnicos especializados para o desenvolvimento da pequena industria naval;

considerando que tais objectivos podem ser atingidos com o concurso da Companhia Docas de Santos; Decretou: Art. 1.o — Fica o Secretário de Estado da Educação e da Saúde Publica autorizado a entrar em accordo com a Companhia Docas de Santos, para, em collaboracao com a Escola Profissional Secundaria do Instituto "D. Escolastica Rosa", de Santos, estabelecer um curso de formação, selecção e orientação profissional de operarios especializados em serviços maritimos e portuarios. Art. 2.o — O ensino ministrado de 2 a 4 annos aos aprendizes da Companhia Docas de Santos, comprehende duas partes: a) uma de preparação geral, a cargo da Escola Profissional Secundaria do Instituto "D. Escolastica Rosa", constando das seguintes materias: 1 — Portuguez, Geographia e Historia do Brasil. 2 — Arithmetica e noções de Algebra e Trigonometria. 3 — Geometria e Desenho técnico; 4 — Elementos de Physica e Mechanica; 5 — Elementos de Aca. 6 — Educação phisica. b) outra de formação profissional especializada, custeada pela Companhia Docas de Santos, constando de:

1 — Trabalhos praticos em officinas de aprendizagem e no mar; 2 — Aula técnica e especializadas. Art. 3.o — Aos alumnos que conclurem o curso técnico-profissional de que trata este decreto, será fornecido pela Escola Profissional Secundaria do Instituto "D. Escolastica Rosa" um certificado de habilitação. Art. 4.o — A Superintendencia do Ensino Profissional e Domestico orientará e fiscalizará a parte de preparação geral e profissional, de accordo com o técnico de sigillo da Companhia Docas de Santos para dirigir a parte de formação profissional especializada. Art. 5.o — O pessoal da Escola Profissional Secundaria do Instituto "D. Escolastica Rosa", de Santos, e o encarregado do Serviço de Psychotécnica, quando designados pelo Secretário da Educação e da Saúde Publica, por proposta da Superintendencia do Ensino Profissional e Domestico, receberão as gratificações constantes da tabela anexa. Art. 6.o — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TABELLA DE VENCIMENTOS. Table with columns: PESSOAL, Gratificações annuaes. Lists salaries for Director, Professors, and other staff.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA Castello de Moura Casares. Publicado na Secretaria da Educação e da Saúde Publica, aos 6 de julho de 1935. A. Metelino Reis Filho, Director Geral.

DECRETO N. 7.318, DE 5 DE JULHO DE 1935

Modifica disposições sobre o ensino nas Escolas Normaes Officiaes, estabelece a Inspeção Especializada desses estabelecimentos e das Gymnasios do Estado e dispõe sobre as Escolas Particulares. O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Governador do Estado de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas;

Decretou: Artigo 1.o — Ficam conservados nas Escolas Normaes ou Conselhos Technicos dos cursos de formação profissional do professor, e as Conservações dos cursos fundamtaes, cuja organização e attribuições serão determinadas em regulamento interno decretado pelo Governador, e revogadas as disposições do artigo 800 do decreto n. 5.381, de 31 de abril de 1932.

Artigo 2.o — Até a decretação de um regulamento o qual for a sortição das materias do curso de formação profissional, com a respectiva distribuição de aulas semanales, terá a força do artigo 118 do decreto n. 5.441, de 28 de fevereiro de 1932.

Artigo 3.o — A direção da Escola Primaria das Escolas Normaes Officiaes e Particulares e aluno que, nos termos do artigo 632 do decreto n. 5.381, de 31 de abril de 1932, obtiver, na Seção, media final igual ou superior a cinquenta e, ainda, a trinta em cada uma das disciplinas componentes da mesma.

Artigo 4.o — Nos exames de segunda época de que trata o § 1.o do artigo 632 do decreto n. 5.381, de 31 de abril de 1932, o alumno submeter-se-á a provas de todas as materias das seções em que tiver sido aprovado, salvo se o tratar da 4.a Seção, caso em que poderá, apenas, examinar as materias em que não logou a aprovação.

Artigo 5.o — As escolas normaes particulares só poderão dobrar de seus alumnos contribuições previamente fixadas, aprovadas pela Diretoria do Ensino e concedidas nos alumnos por occasião de sua matricula no estabelecimento. Artigo 6.o — Cada uma das referidas escolas fica obrigada a organizar e apresentar, até 29 de dezembro do corrente anno, para approvação da Diretoria do Ensino, as tabelas a que se refere o artigo anterior, e, para o mesmo fim, até sessenta dias após a publicação, pelo Serviço da Educação Secundaria e Normal, das respectivas bases, e seu regulamento interno.

Artigo 7.o — E' vedado ás escolas normaes particulares, uma vez pagas as "expectativas taxadas, negar a entrega de quaisquer certificados ou guias de transferencia, salvo a hypothese de se achar o alumno em atraso do que qualquer pagamento devido á Escola. Artigo 8.o — A infracção das disposições acima, artigos 9.o e 11, será punida com a multa, imposta pela Diretoria do Ensino, com recurso para o Secretário da Educação e da Saúde Publica, de quinhentos mil réis (500000) e do dobro dessa quantia em cada reinfracção.

Artigo 9.o — As classes do curso primario das Escolas Normaes Particulares não poderão ser em numero inferior a 20 alumnos e poderão ser reduzidas por professor normalista que excederem o maximum em escolas normaes municipalis e particulares, reconhecidas pelo Estado, as regalias de que trata o artigo 14, n. 1, do decreto n. 6.917, de 6 de fevereiro do corrente anno.

Artigo 10 — Ao professor de Educação da Escola cabe a direção tecnica de seu curso. Artigo 11 — O numero de inspectores escolares de

ANEXO V- Relação de negociação de compra e venda de escravos:

A negociação na sua maioria, é de um escravo, exceto no registro do negociante Francisco Pinto da Silva. Importante ressaltar que não foi possível transcrever todos os registros, alguns estão ilegíveis.

Fonte: Livro de escrituras de compras e vendas de escravos-1º cartório de Santos. Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

| Data | Escravo | Vendedor | Comprador |
|-------------|-----------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| 26 03 1879 | Mariano | Emília de Jesus Cortêz | Francisco Pinto da Silva |
| 07 05 1879 | Agueda | Guilhermina Hill Carneiro | José Manoel de Vasconcelos |
| 19 06 1879 | Veronica | Felix Bento Vianna | José Peixoto |
| 16 08 1879 | Antônio | Estevão da Cunha | José Moreira de Sampaio |
| 20 08 1879 | Maria e Olívia | Tristão da Silva Calheiros | Angelo Garcia de Souza Ramos |
| 10 09 1879 | Firmina | Antonia Maria Lopes Ferreira | Henrique Porchat Jr. |
| 17 10 1879 | Francisco | Martins & Irmão | Ricardo Pinto de Oliveira |
| 12 11 1879 | Affonso | Antonia Maria de Jesus | Benedicto N. do Amparo |
| 29 11 1879 | Raphael | Emília de Jesus Cortêz | Luiz A. Rodrigues da Costa |
| 17 12 1879 | Marcolina | Manoel G.de Argollo Ferrão | Henrique Porchat |
| 22 12 1879 | Antonia | Francisco Serafim Anastacio | Amalia Fortunato de Aguiar |
| 20 02 1880 | Maria | Manoel Francisco Lagoa | João Carlos da Silva Carneiro |
| 20 02 1880 | Olegário | Julião Soares Jesus | Antônio José Ferreira |
| 27 02 1880 | Alexandre | Candido Melchiades da Costa | Silva Meira & Companhia |
| 28 02 1880 | João | Candido Melchiades da Costa | Antônio de Freitas Guimarães |
| 01 03 1880 | Benedicto, Lauriane e Maria | Antônio H. da Silva Bottas | Antônio A. Proost de Souza |
| 02 03 1880 | Justina | Cap. João Fernandes de Oliveira | Manoel da Silva Azevedo |
| 05 03 1880 | Magdalena | João Antônio Oliveira | Paulo José Gonçalves Pimenta |
| 11 03 1880 | Brigida | Antônio Pereira Liberato | José Moreira Sampaio |
| 11 03 1880 | Benedicta | Henrique Ablas | Manoel Pereira da Rocha Soares |
| 11 03 1880 | Sophia | Manoel Pereira da Rocha Soares | Flora Candida Barboza Soares |
| 29 03 1880 | Adriano | Antônio Joaquim de Oliveira | Bernardo Pereira dos Santos |

| | | | |
|------------|-----------|--|-------------------------------|
| 08 04 1880 | Benedicta | Antônio José Bento de Almeida | Felippe P. de Souza Brazil |
| 28 06 1880 | Ignes | Antônio J.de Araújo Aguiar | Felix Bento Vianna |
| 17 07 1880 | João | Antônio José da Silva Calheiro | Manoel José Barreiros |
| 28 08 1880 | Maria | João Carlos da Silva Carneiro | Manoel P. Nolasco da Trindade |
| 16 09 1880 | Francisco | Antônio José Bento de Almeida | Francisco Pinto da Silva |
| 26 01 1881 | Serafina | Rv.Pe.Antônio A de Sant'anna | Manoel Ferreirados Santos |
| 12 03 1881 | Geraldo | Dr. Rodrigo A.M.de Barros | Cap.Gregório D. de Freitas |
| 18 03 1881 | Maria | Manoel P.Nolasco da Trindade | Miguel Corrêa Gomes Girão |
| 09 04 1881 | José | Boaventura Rodrigues de Souza | Antônio P. Rodovalho & Irmão |
| 29 09 1881 | Ponciano | José C.de Souza Guimarães | Cap. Gregório B.de Freitas |
| 08 10 1881 | Maria | Manoel Alves Ferreira da Silva | João de Azevedo Marques |
| 24 11 1881 | Luiza | Manoel Santiago Ribeiro | Elisa Haffers |
| 22 12 1881 | Estevão | Carlota de Sampaio Moreira | Carolina Augusta de Jesus |
| 08 04 1882 | Anastacia | José P Magalhães Cardozo | Felix Bento Vianna |
| 08 07 1882 | Luiza | Antônio Franco da Rocha | Anna Feliciana Esquiriell |
| 14 07 1882 | Barbara | Manoel Francisco de Moura | João de Andrade Bastos |
| 02 08 1882 | Amelia | Lola Cortez | Maria da E. de Lemos Marinho |
| 15 09 1882 | Thereza | Maria Izabel Ferreira | Luiz José de Arruda |
| 09 12 1882 | Loduvico | Juliana S. De Novaes Gonçalves | Maj. Hygino J.B de Carvalho |
| 15 12 1882 | Josepha | Maximiliano Alves Fernandes | João de Andrade Bastos |
| 02 01 1883 | Jacintho | Antônio José Bento de Almeida | José Júlio da Silva |
| 05 02 1883 | Caetana | Francisco José Henriques | Cap.Manoel E.S. Guimarães |
| 06 02 1883 | Justino | Joaquim Ferreira Lisboa | João de Andrade Bastos |
| 19 04 1883 | Agapito | Maria Alexandrina de Oliveira e Anna Roza de Almeida | Francisco Pinto da Silva |
| 28 04 1883 | Manoel | Luiz V. da Roza | João Miguel Bierreinlerch |
| 23 05 1883 | Adelina | Cecília A. Pereira Coutinho | Candida Torres R. de Campos |
| 03 07 1883 | Gertrudes | Balleina Gonçalves de Carvalho | Joaquim Quirino L. dos Santos |
| 13 07 1883 | Thereza | Luiz José Arruda | Brazilino Modesto de |

| | | | |
|------------|--|--|----------------------------------|
| | | | Castro |
| 16 07 1883 | Manoel | Francisca da Silva Ferreira | Francisco Pinto da Silva |
| 27 10 1883 | Thereza e Paula | Maria das Dores Guimarães | Julio F. de Arruda |
| 29 10 1883 | Leoncio,Guilherme e Joaquim | Maria das D. Guimarães Roza | Francisco Pinto da Silva |
| 31 10 1883 | Antônia | Bento Luiz Collaço Netto | João Bernardes Pereira |
| 26 11 1883 | Magdalena | Maria das D. Guimarães Roza | Manoel de Jesus Couto |
| 29 12 1883 | Magdalena | Manoel de Jesus Couto | Hypolito C.Xavier da Silveira |
| 10 01 1884 | Emília | Vasconcelos Companhia | João B. Amorim |
| 24 01 1884 | Bartholomeu,Venancio, Bazilio, Pedro e João | Joaquim Sérvuloda Cunha e Anna Justa do Carmo | Henrique Porchat |

APÊNDICE

Apêndice I: Diretores do Instituto.

Período de atuação, tempo de permanência e formato da Gestão. Fonte: Monografia CONCEIÇÃO, Júlio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia.Santos-1908

| Gestão / Diretor | Período de atuação | Tempo de Permanência | Formato da Gestão |
|----------------------------------|----------------------------|-----------------------------|---|
| Dr. Francisco Xavier Moretz-Sohn | 1908 - 1910 | 2 anos | Gestão particular, administrada pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos. |
| Arthur Porchat de Assis | 1910 - 1930 | 20 anos | |
| Nicolau Priolli | 1931 – abril, 1934 | 4 anos | |
| Horário Augusto da Silveira | abril, 1934 - agosto, 1934 | 4 meses | Período de Transição |
| Pedro Crescenti | Agosto, 1934 - 1959 | 25 anos | Gestão compartilhada entre o governo do Estado e a Irmandade da Santa Casa |

Apêndice II: Divisão do Curso prático do Instituto Dona Escolástica Rosa.

Período de 1908 a 1933. Fonte: Monografia CONCEIÇÃO, Júlio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia.Santos-1908

| Prático | |
|---|---|
| Agrícola | Profissional |
| Noções de geologia, botânica e zoologia, com aplicação á agricultura tropical (jardinagem, fruticultura, horticultura, avicultura e apicultura) | <ul style="list-style-type: none"> - Escrituração mercantil e industrial; - Mecânica; - Eletricidade; - Tipografia, impressão e encadernação; - Alfaiataria; - Pintura comum; - Carpintaria e marcenaria; - Serralheria; - Funilaria; - Sapataria e selaria; - Vidraçaria; - Arte de cabeleireiro; - Arte culinária; - Serviços domésticos. |

Apêndice III: Divisão do Curso preliminar do Instituto Dona Escolástica Rosa.

Período de 1908 a 1933. Dividido em quatro séries. Fonte: Monografia CONCEIÇÃO, Júlio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia.Santos-1908

| Curso Preliminar | | | |
|--------------------------------|--|--|--|
| 1ªSérie | 2ªSérie | 3ªSérie | 4ªSérie |
| Ensino de leitura e caligrafia | Leitura corrente, caligrafia e primeira noções de cálculo; | Análise elementar, operações sobre números inteiros, noções de frações ordinárias e decimais | Análise gramatical e lógica, operações sobre frações, sistema métrico decimal, proporções, noções gerais de geografia (em particular do Brasil), educação cívica e catecismo |

Apêndice IV: Primeiros funcionários contratados, administrativos e corpo docente.

Fonte: Monografia CONCEIÇÃO, Júlio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia.Santos-1908

| Nome do Funcionário | Função |
|----------------------------------|---|
| Dr. Francisco Xavier Moretz | Diretor |
| Joaquim de Toledo | Secretário, guarda-livros e professor |
| Francisco de Paula Calaffa | Professor |
| Manoel Emilio da Costa | Porteiro-almoxarife |
| Dr. Manoel Maria Tourinho | Médico |
| Comendador Manoel H. Bittencourt | Dentista |
| Patricio Adriano Soares | Professor de música |
| Paul Crocius | Professor de ginástica, esgrima e natação |
| Bernardo Antonio de Almeida | Mestre-sapateiro |
| Bento de Menezes | Mestre-cozinheiro e confeitiro |
| Francisco de Oliveira | Mestre-Marceneiro |
| Properzio Nuti | Mestre-copeiro |